

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA**

IDERLEY COLOMBINI NETO

**ENIGMA BRASIL ELEVADO E ANULADO
PARA UMA TEORIA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA:
FORMAS DA CONSTITUIÇÃO DE CLASSE NO BRASIL NOS ANOS 2000**

**RIO DE JANEIRO
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
PPGE-IE/UFRJ**

**ENIGMA BRASIL ELEVADO E ANULADO
PARA UMA TEORIA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA:
FORMAS DA CONSTITUIÇÃO DE CLASSE NO BRASIL NOS ANOS 2000**

**IDERLEY COLOMBINI NETO
DRE: 115012924**

Tese apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia.

ORIENTADOR: EDUARDO COSTA PINTO

COORIENTADOR: JOHN HOLLOWAY

RIO DE JANEIRO
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

C718 Colombini Neto, Iderley.
Enigma Brasil elevado e anulado para uma teoria crítica da economia política brasileira: formas da constituição de classe no Brasil nos anos 2000 / Iderley Colombini Neto.- 2018.
383 p. ; 31 cm.

Orientador: Eduardo Costa Pinto.

Coorientador: John Holloway.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia, 2018.

Bibliografia: f. 362 – 383.

1. Economia política - Brasil. 2. Marxismo. 3. Neoliberalismo. I. Pinto, Eduardo Costa, orient. II. Holloway, John, coorient. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. IV. Título.

CDD 330.981

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves
Figueiredo CRB 7 – 6851 Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

ENIGMA BRASIL ELEVADO E ANULADO
PARA UMA TEORIA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA:
FORMAS DA CONSTITUIÇÃO DE CLASSE NO BRASIL NOS ANOS 2000

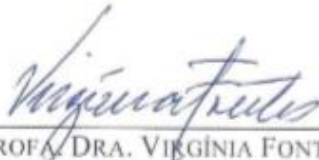
IDERLEY COLOMBINI NETO

Tese apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia.

BANCA EXAMINADORA:



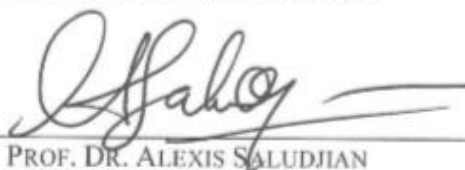
PROF. DR. EDUARDO COSTA PINTO



PROFA. DRA. VIRGÍNIA FONTES



PROFA. DRA. BLANCA BONENTE



PROF. DR. ALEXIS SALUDJIAN



PROF. DR. CARLOS PINKUSFELD BASTOS

RIO DE JANEIRO
06 DE FEVEREIRO DE 2018

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

Agradecimentos

Registro meus agradecimentos ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo tempo e apoio concedidos e ao CNPq pela bolsa de estudos que financiou esta pesquisa.

Ao professor Eduardo Costa Pinto, pela orientação e, principalmente, pela grande amizade com longas conversas no decorrer dos anos de trabalho nesta tese.

Ao John Holloway, meu coorientador, que com muito carinho me acolheu no México durante meu período de “sanduíche”, com valiosas contribuições para minha pesquisa.

Ao professor Carlos Aguiar de Medeiros, orientador do mestrado.

Ao professor Alexis Saludjian e à professora Virgínia Fontes, por terem fornecido valiosos comentários no exame de qualificação, que levaram a reflexões e modificações no trabalho.

Aos colegas do IBASE e do DIEESE, com quem compartilhei anos importantes de trabalho e lutas sociais. Em especial: Maria Elena, Gerardo e Cloviomar, pelo convívio íntimo do trabalho cotidiano.

Aos colegas da UFRJ, principalmente para um grupo de amig@s desde os tempos de mestrado, com quem formei um descontraído grupo de estudos: Larissa, Carla, Titi, Luisa, Zé Pedro e André. A este último, agradeço especialmente pelas longas conversas que marcaram algumas das minhas posições atuais. Meu muito obrigado a Jú Guerra, ao Xandão, ao Norberto, ao Miguel, ao Kaio e ao Jaime pela convivência durante o doutorado.

Aos meus amigos de Araras (Brunão, Boza, Topera, Basqueira, Nirto, Ruy, JP, Salame e Bill) pela certeza de uma amizade sincera e permanente.

Aos meus colegas da BUAP do México que, com carinho enorme, me acolheram da forma mais bonita possível, principalmente Edith, que de forma muito generosa me auxiliou em todas as questões possíveis. Aos colegas e professores dos ‘Seminários de Teoria Crítica’, que durante a minha estadia em Puebla me deram o prazer de desfrutar de um intenso debate crítico. Principalmente aos queridos amig@s: Pili, Mikko, Panos, Chava, Edith, Manuel, Sergio Tischler, Francisco, Diego, July, Naty e Azize.

Aos meus amig@s “portugueses cariocas”, com quem estabeleci uma profunda relação de amizade, tendo travado muitas conversas com Tati, Antonio, Linda, Nuno e Moura. Em especial ao Nuno, por nosso pensamento conjunto nas questões sociais brasileiras; e a Tati Moura, pelo apoio e carinho imensuráveis.

Aos meus grandes amig@s de São Paulo com quem cursei a graduação: Annozita, Bibi, Sarinha, João V., Julinho, Hofig e Murilinho, pelas tantas conversas e discussões, mas, principalmente, pela vivência em conjunto durante alguns importantes anos que marcaram em

definitivo a minha visão de mundo. A Bibi e a Sarinha, em especial, pelo constante e sincero aprendizado e admiração. Mas nesses anos de doutorado e escrita dessa tese, um agradecimento reforçado ao Hofig, por nosso debate constante de ideias e, principalmente, por todo carinho demonstrado ao longo desses anos e, inclusive, na reta final deste trabalho.

A Dani, com quem tive o privilégio de aprender a ser uma pessoa muito mais consciente do meu papel no mundo, sendo determinante para a execução deste trabalho e do que sou hoje.

Agradeço com muito carinho a minha família, aos meus pais, ao meu irmão e aos meus avós, que sempre me apoiaram nas decisões, mesmo sendo elas nem sempre muito esperadas. Também não posso deixar de mencionar os valiosos exemplos diários, como a seriedade e dedicação por parte de minha mãe; o sentido de respeito e justiça por meu pai; e o de simplicidade e carinho pelo meu irmão.

Por fim agradeço a Bela, minha companheira, que com um afeto e carinho descomunais compartilhou da escrita e das ideias desenvolvidas nesta tese. Seria impossível pensar o término desse trabalho sem seu companheirismo repleto de amadurecimentos.

JUNTO COM O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO GRADUAL DAS IDEIAS HUMANITÁRIAS, OBSERVA-SE TAMBÉM O CRESCIMENTO GRADUAL DAS IDEIAS DE OUTRO TIPO. NÃO HÁ MAIS SERVIDÃO, EM COMPENSAÇÃO O CAPITALISMO ESTÁ CRESCENDO. BEM NO AUGE DAS IDEIAS LIBERTÁRIAS, ASSIM COMO NA ÉPOCA DE BATU, A MAIORIA ALIMENTA, VESTE E DEFENDE A MINORIA, MAS PERMANECE FAMINTA, DESPIDA E DESPROTEGIDA. ESSA ORDEM AMOLDA-SE MARAVILHOSAMENTE A QUAISQUER INFLUÊNCIAS OU CORRENTES, PORQUE A ARTE DA ESCRAVIDÃO TAMBÉM SE CULTIVA DE MODO GRADUAL.

– *ANTON TCHEKHOV, “MINHA VIDA”.*

O CONFORMISMO QUE, DESDE O INÍCIO, SENTIU-SE EM CASA NA SOCIAL-DEMOCRACIA, ADERE NÃO SÓ À SUA TÁTICA POLÍTICA, MAS TAMBÉM AS SUAS IDEIAS ECONÔMICAS. ELE É UMAS DAS CAUSAS DO COLAPSO ULTERIOR. NÃO HÁ NADA QUE TENHA CORROMPIDO TANTO O OPERARIADO ALEMÃO QUANTO A CRENÇA DE QUE ELE NADAVA COM A CORRENTEZA. O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO PARECIA-LHE O DECLIVE DA CORRENTEZA EM CUJO SENTIDO ACREDITAVA NADAR. DAÍ ERA UM SÓ PASSO ATÉ A ILUSÃO DE QUE O TRABALHO FABRIL, QUE SE INSERISSE NO SULCO DO PROGRESSO TÉCNICO, REPRESENTARIA UM FEITO POLÍTICO.

– *WALTER BENJAMIN, “TESES SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA”.*

“QUANDO O HOMEM COMPREENDE SUA REALIDADE, PODE LEVANTAR HIPÓTESES SOBRE O DESAFIO DESSA REALIDADE E PROCURAR SOLUÇÕES. ASSIM PODE TRANSFORMÁ-LA E COM SEU TRABALHO PODE CRIAR UM MUNDO PRÓPRIO: SEU EU E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS [...] NÃO É UM PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DO INDIVÍDUO À SOCIEDADE. O HOMEM DEVE TRANSFORMAR A REALIDADE PARA SER MAIS.

– *PAULO FREIRE, “PEDAGOGIA DO OPRIMIDO”*

RESUMO

Esta tese interpreta a economia política brasileira dos anos 2000 à luz do antagonismo capital-trabalho para a constituição de classes no Brasil como momento da realização do capital no mercado mundial. Sob certo ponto de vista, parte das análises marxistas reduzem a sua explicação da crise atual a um embate entre as frações de classes no País, sem compreender de forma profunda como as próprias classes e os seus interesses se constituem na formação das especificidades do capitalismo brasileiro. Por isso, este trabalho parte da teoria crítica - da dialética negativa - para a desconstrução e construção das categorias capitalistas (forma, luta, objetificação, superação, classe, Estado, acumulação primitiva permanente, mercado mundial) e como essas dão base a uma leitura da existência de uma forma Estado e de relações sociais capitalistas com especificidades brasileiras. É neste quadro que se pretende compreender os processos no capitalismo mundial que se desenvolvem nas últimas décadas e como os fenômenos sociais brasileiros se concretizam como formas e momentos desse processo. A constituição das políticas ditas neoliberais, com alto grau de financeirização e de constituição de um “novo indivíduo capitalista”, são compreendidas não simplesmente em contradição ou imposição sobre as antigas relações capitalistas brasileiras, mas em um processo de superação dialética, em que muitas formas se alteram para a manutenção de sua essência. A razão das transformações do neoliberalismo, ou seja, as razões para sua crise, podem ser sintetizadas tanto na dificuldade de manutenção das formas de dominação, quanto nas bases de sustentação, o que, em termos específicos, aparece nos limites para a formação e controle do exército industrial de reserva no mercado mundial e para a manutenção dos mecanismos de financeirização dependentes da materialidade do dólar e do poder político-militar dos EUA. No Brasil, a crise se apresenta de forma aprofundada, como pode ser evidenciado na grande polarização de classes existente, nos profundos ataques sofridos pela classe trabalhadora e nas lutas pela apropriação da natureza que foi transformada em mercadoria nas formas de *commodities*, como o caso expressivo do petróleo do pré-sal. A grande transição pela qual passa o mundo em sua forma de crise recente é, em sua essência, um processo de luta pela imposição das novas formas de relação social capitalista sob os seres humanos. A constituição de classe no Brasil, como forma da relação capitalista atual, é um dos momentos desta crise, em que se abrem novos espaços de luta para as transformações sociais, seja em novas formas de dominação ou de liberação humana.

PALAVRAS-CHAVE: MARXISMO, TEORIA CRÍTICA, BRASIL, NEOLIBERALISMO, FINANCEIRIZAÇÃO.

ABSTRACT

This dissertation interprets the Brazilian political economy of the 2000s in the light of the capital-labor antagonism for the constitution of classes in Brazil as the moment of the realization of capital in the world market. The great majority of Marxist analyzes reduce their explanation of the current crisis to a clash between class fractions in Brazil, without understanding in depth how the classes themselves and their interests constitute the formation of the specificities of Brazilian capitalism. Therefore, this work starts from critical theory - from negative dialectics - to the deconstruction and construction of capitalist categories (form, struggle, objectification, *Aufhebung*, class, state, permanent primitive accumulation, world market) and how these categories are the basis for understanding the the existence of a state form and of capitalist social relations with Brazilian specificities. It is within this framework that one intends to understand the processes in world capitalism that have developed in the last decades and how Brazilian social phenomena materialize as forms and moments of this process. The constitution of so-called neoliberal policies with a high degree of financialization and the constitution of a “new capitalist individual” are understood not simply in contradiction or imposition on the old Brazilian capitalist relations, but in a process of *Aufhebung*, in which many forms change they apperance for the maintenance of their essence. The reason for the transformations in neoliberalism, that is, the reasons for its crisis, can be synthesized both in the difficulty of maintaining the forms of domination and in its bases of support, which, in specific terms, appears in the limits for the formation and control of the reserve industrial army in the world market and for the maintenance of financialization mechanisms dependent on the materiality of the dollar and on the political-military power of the United States. In Brazil, the crisis has been presented in depth, as can be seen in the great polarization of classes, in the deep attacks suffered by the working class and in the struggles for the appropriation of nature that has been transformed into merchandises in commodity forms, such as the case of the pre-salt oil. The great transition through which the world passes in its recent crisis form is, in essence, a process of struggle for the imposition of new forms of capitalist social relations over human beings. The class constitution in Brazil, as a form of the current capitalist relationship, is one of the moments of this crisis, in which new spaces of struggle for social transformations are opened up, whether in new forms of domination or of human liberation.

KEYWORDS: MARXISM, CRITICAL THEORY, BRAZIL, NEOLIBERALISM, FINANCIALIZATION.

Sumário

Introdução	13
Parte 1	18
Teoria Crítica e Constituição de Classe no Brasil	18
1. A Crítica da Economia Política como Teoria Social Crítica	20
<i>O que é crítica quando falamos de uma teoria crítica?</i>	20
<i>Teoria Crítica como necessidade ontológica da sociedade capitalista</i>	23
<i>Crítica da economia política e trabalho abstrato</i>	31
2. Classe e luta: sobre a sociedade falseada	40
<i>“Estruturalismo Marxista” e “teoria sociológica da economia política clássica”</i>	41
<i>Classe como relações sociais de luta</i>	47
<i>Acumulação Primitiva como Acumulação Originária Permanente</i>	53
3. Estado como forma política das relações capitalistas	65
<i>Resgate do debate do Estado capitalista</i>	67
<i>O “ressurgimento” do debate do Estado marxista</i>	72
<i>Debate Poulantzas-Miliband</i>	75
<i>Poulantzas entre o “estruturalismo puro” e o “estruturalismo dialético”</i>	77
<i>Forma Estado como forma social e política do antagonismo de classe entre o capital e o trabalho</i>	90
4. Mercado mundial e relação social capitalista	101
<i>Imperialismo, dependência e conflito entre capitais no mercado mundial</i>	102
<i>Mercado Mundial e o antagonismo de classe em totalidade</i>	112
5. Brasil como uma forma social capitalista ou para uma crítica da economia política brasileira	123
<i>Para uma reinterpretação do sentido da colonização como constituição de classe a partir do mercado mundial</i>	125
<i>Constituição de classe no Brasil na totalidade do mercado mundial</i>	138
Parte 2	147
Acumulação Primitiva Permanente e Mercado Mundial na virada para o sec. XXI	147
6. Neoliberalismo e financeirização como novas formas de controle e separação das relações sociais	149
<i>Neoliberalismo como forma de dominação da contradição capital-trabalho</i>	151
<i>Finanças, crédito e subjetivação: novas formas de dominação das relações capitalistas no neoliberalismo</i>	167
<i>Guerras e recursos naturais no neoliberalismo como forma de acumulação primitiva permanente</i>	179
7. A forma da crise na forma neoliberal do capitalismo	192

<i>Crise das relações sociais capitalistas</i>	192
<i>Crise das relações sociais capitalistas na sua forma neoliberal</i>	197
<i>Os limites da financeirização em sua forma chinesa</i>	205
<i>Preços commodities: demanda ou especulação?</i>	219
<i>Um novo dilema: uma “guerra híbrida”?</i>	223
Parte 3	234
Novas formas das relações capitalistas no Brasil	234
8. Constituição de classe no Brasil dos anos 2000	236
8.1. “Neoextrativismo”, “Neodesenvolvimentismo” e “Lulismo” como formas políticas aparentes	236
<i>“Neoextrativismo” e constituição da natureza em commodities em escala financeirizada</i>	237
<i>“Neodesenvolvimentismo” como forma aparente de necessidades políticas</i>	241
<i>“Lulismo” como forma de expansão do consumo financeirizado dentro das particularidades da constituição de classe brasileira</i>	247
8.2. Transformação da natureza e da moradia em commodities na forma financeirizada no Brasil nos anos 2000	256
<i>A questão agrária financeirizada e as lutas no campo</i>	262
<i>A questão urbana financeirizada e a luta habitacional</i>	275
8.3. Crescimento econômico e de consumo como formas de relação capitalista financeirizada no Brasil	292
<i>Do mito da “nova classe média” ao “desenvolvimentismo simbólico”</i>	292
<i>A evolução da “financeirização” no Brasil: da “forma Estado” a forma do “indivíduo capitalista”</i>	303
<i>Políticas sociais e o crédito como financeirização</i>	315
<i>“Efeitos colaterais” da constituição de classe no Brasil dos anos 2000</i>	324
9. À guisa de uma conclusão: antagonismos e contradições da constituição de classe no Brasil do golpe	331
<i>O jogo por detrás das commodities</i>	338
<i>A intensificação da exploração e da dominação na forma de crise da “nova classe média” ou da “nova classe trabalhadora”</i>	349
Bibliografia	362

Introdução

As grandes transições históricas dificilmente são assim percebidas por aqueles que a vivem. Como observou o filósofo radical Georg Lukács, é excepcionalmente difícil entender o presente enquanto história sendo feita. A profunda crise da sociedade capitalista mundial, que teve em 2008 seu estouro financeiro seguido de profundas manifestações de revolta em todo o mundo, de repente é silenciada em seu caráter total, como se os fenômenos sociais pelos quais passamos fossem processos independentes e particulares. Comprovando que a amnésia social faz parte da reestruturação das relações sociais em novas formas de dominação, a crise como totalidade das relações capitalistas é apagada, surgindo manifestações dos negros no Brasil e nos EUA, dos indígenas em toda América Latina, dos árabes na Europa e de movimentos feministas em todo o mundo, sempre apresentados como fatos isolados. Crises ambientais, das democracias representativas burguesas e das identidades culturais também são espetacularizadas como fatos separados, que ocorrem de forma autônoma, independentes das formas de viver. É preciso lembrar as crises, não apenas em suas formas doloridas, mas principalmente, como processos de luta pelas formas de viver que defendemos.

O Brasil, neste quadro mundial das relações sociais capitalistas, deve ser compreendido como umas das grandes concretizações dessa transição em forma de crise. Como apresentado por qualquer jornalista desse globo, o País vive uma polarização histórica, com inúmeras rupturas sociais: norte e sudeste, brancos e negros, “classe média” e “nova classe média”, até chegarmos ao reducionismo “esquerdistas” e “direitistas”. O diagnóstico simplificado de que o momento de profunda transição histórica pelo qual passa o País reflete uma disputa por interesses de grupos específicos, quase como se fosse um mal-entendido local. E isso se alastra, inclusive, em quase todas as formas acadêmicas de se pensar. Vale ressaltar que as reduções podem ser mais simplistas, como os conflitos entre “neodesenvolvimentistas” e “neoliberais

puros”, ou mais sofisticadas como entre “subproletariados” (batalhadores, ralé, precariado) e frações financeiras (junto com suas frações subordinadas da burguesia interna e da classe média). Obviamente, o conflito distributivo existente é real. O que não atende o desafio intelectual do momento é explicar tamanho processo pelo qual o País passa por meio de um conflito que está (e esteve sempre) presente nas relações capitalistas. Ainda pior do que a incapacidade explicativa é a sua habilidade em nos colocar imóvel frente a tal desastre, deixando-nos atônitos à espera de uma suposta liderança – leia-se, uma figura mítica – para reunir essas divisões.

A chave da compreensão da crise pela qual o Brasil passa é a própria compreensão de classe. Classe, segundo Marx, não é um objeto ou uma estrutura, mas o sujeito que luta contra a sua redução como objeto. O momento de transição profunda pelo qual passa o País só pode ser entendido de forma radical e crítica como parte dessa luta, a qual tem característica dialética. Existe, entretanto, uma dialética da alienação, que pode ser entendida como a dialética do poder ou das aparências. A reificação, como resume Marx em seu conceito de fetichismo, nada mais é do que o movimento do objeto sob a forma de existência do sujeito. Nessa referida relação dialética de dominação, a classe aparece como um objeto, como uma coisa passível de ser dividida, moldada e rearranjada como uma força de trabalho definida objetivamente pelas leis imperantes do capital. A dialética como ruptura das formas referenciais estabelecidas (das formas reificadas) deve ser vista como a medula crítica da luta de classes como prática e como teoria. A classe, assim como as relações sociais capitalistas em sua totalidade, não pode ser compreendida como categoria já dada, como se fosse um objeto em movimento autônomo. A própria classe e seus interesses estão inerentemente passíveis de luta para sua determinação. Os fenômenos sociais como frutos das lutas dos seres humanos são categorias abertas, isto é, formas concretas de aparência que, em realidade, estão em disputas constantes para a sua

objetificação como relações sociais. Relações estas que tem como essência na sociedade a luta pela imposição do capital sobre o trabalho como vivência em sua totalidade.

A grande transição pela qual passa o mundo em sua forma de crise recente é um processo de luta pela imposição das novas formas de relação social capitalista sob os seres humanos. Esta relação deve ser vista em sua totalidade, como se observa em todos os aspectos das muitas crises atuais. O Brasil, como forma da relação capitalista atual, está em um dos momentos dessa crise de transição.

Após o processo de lutas que se inicia no final de 1960, as relações capitalistas tenderam à imposição do que foi chamado de formas financeirizadas, com uma metamorfose do “dinheiro mundo” que implicou na emergência de novas relações de dominação e exploração. Durante os anos de 1980 e sua consolidação nos anos de 1990 e 2000, as relações capitalistas passaram pela imposição de várias derrotas trabalhistas com aumento da desigualdade, reestruturação industrial com produções enxutas que culminaram com novas formas de “acumulação primitiva permanente” e a reorganização espacial do capitalismo global. Se, por um lado, essas novas formas de dominação e exploração do capitalismo propiciaram sua expansão e intensificação, por outro lado também emergiram novas formas antagônicas e contraditórias de luta, das quais frutificam novas transformações e crise. Apesar da força da dominação e exploração dessas relações financeirizadas, a objetificação do ser humano nunca é total, o que leva à criação de novas formas de lutas com a imposição de barreiras para a constituição das classes nessas novas formas capitalistas. As variadas crises pelas quais se passa, assim como as várias novas formas de lutas em todo o mundo, são a materialização dessas novas dificuldades de constituição das classes sociais.

No Brasil, a crise tem se apresentado de forma mais clara e profunda, como pode ser evidenciado na grande polarização de classes existente, nos profundos ataques sofridos pela classe trabalhadora e nas lutas pela apropriação da natureza que foi transformada em mercadoria

nas formas de *commodities*, como o caso expressivo do petróleo do pré-sal. A constituição de classe com as particularidades específicas das relações sociais capitalistas brasileiras passa por uma forte crise, em forma de transição, para imposição da manutenção do seu elevado exército industrial de reserva e do controle, sob formas financeirizadas, da sua produção de *commodities* e, sobretudo, petróleo. A realização da sociabilidade capitalista brasileira não pode ser compreendida de modo separado ou exterior da constituição das relações capitalistas no mercado mundial, como processo de relação interna, a crise do capitalismo é a crise brasileira.

Francisco de Oliveira (1982) colocava como enigma específico da expansão capitalista brasileira a formação de uma classe proletária em contradição com a sua não constituição em um mercado para produção capitalista (Oliveira, 1982, p. 15-6). Durante os anos 2000, com o governo do PT (Partido dos Trabalhadores) e as diversas políticas ditas “neodesenvolvimentistas”, uma grande massa do proletariado brasileiro foi constituída voltada ao mercado capitalista (mercado da educação, universitário, de bens de consumo mais sofisticados, da saúde, da moradia etc.). Essa constituição se deu por meio de novas formas sociais creditícias e financeirizadas, que, contudo, não levaram a sua emancipação da formação e extensão de um exército industrial de reserva, muito menos a uma soberania sobre a produção nacional. A esse novo antagonismo que surge em forma de crise para a constituição de classes no País pode-se chamar de “enigma Brasil anulado e elevado”, o qual pretende-se analisar por meio da percepção de um processo de superação dialética, em que se alteram as formas para a manutenção da essência, tendo como ponto central a dimensão de luta pela qual passa a imposição dessa superação.

As páginas que se seguem apresentam três grandes partes para tentar alcançar o plano mais concreto da crise atual que perpassa o Brasil. Na primeira parte, busca-se apresentar as principais categorias e noções frente à teoria crítica que utilizamos para desconstruir e construir o processo de constituição das formas sociais, implicando não só em uma discussão

metodológica de compreensão da sociedade, mas, principalmente, na própria forma que se entende as especificidades da relação capitalista brasileira. Este estudo utiliza ideias e categorias que podem ser novas para muitos leitores, o que decorre do “pensamento crítico envolver conceitos subversivos que expõem as pretensões ideológicas do pensamento capitalista” (McNally, 2011), tornando essa primeira parte um ponto essencial do trabalho aqui desempenhado.

A segunda parte propõe-se a explorar os processos particulares da constituição de classe e das formas de dominação e exploração que emergem mais claramente a partir da década de 1970. Nas primeiras seções, tratamos especificamente da constituição dessas formas, para em seguida apresentarmos os seus antagonismos e as suas formas recentes de crise. Por fim, na terceira parte, analisamos as especificidades brasileiras, tendo como um primeiro momento o período que foi denominado como “neodesenvolvimentismo” (ou hegemonia lulista), para em seguida nos aprofundarmos em sua crise.

A intenção desse trabalho está longe de qualquer tipo de pioneirismo, de qualquer espécie de defesa incontestada de algum ponto de vista, ou ainda, de qualquer intenção de obtenção da melhor explicação e exposição existente sobre algum tema. O principal e único objetivo aqui materializado é o de reflexão para uma atuação crítica (na forma de luta social) no mundo atual, mais especificamente no Brasil e em suas particularidades da realização concreta da sociabilidade capitalista atual.

Parte 1

Teoria Crítica e Constituição de Classe no Brasil

A crítica da economia política como uma teoria social crítica tem no fetichismo das mercadorias o movimento das forças econômicas abstratas que se colocam sobre a sociedade. No entanto, por mais objetiva que seja essa força, em sua natureza, a natureza econômica é uma natureza socialmente constituída (Bonfeld, 2014, p. 2). Os movimentos das categorias econômicas apesar de aparecerem como naturalmente autônomos, são em realidade construções sociais que se impõe sobre os seres humanos por detrás de suas costas, como apresentou Marx, em movimentos de coisificação do próprio ser humano. A essência da crítica, como crítica social, não se refere simplesmente à dialética do movimento das categorias, mas a uma dialética negativa em que se nega no movimento das categorias a sua própria forma de aparência como reificação da sua essência como processo social.

A importância da teoria crítica, vista a partir da dialética negativa, está na desconstrução e construção das categorias capitalistas (forma, luta, objetificação, superação, classe, Estado, acumulação primitiva permanente, mercado mundial) que, ao serem desconstruídas, negam a sua forma fetichizada que se impõe sobre a sociedade, ao mesmo tempo em que, ao serem construídas, revelam o processo de gênese da sociedade capitalista. As formas econômicas, antes autônomas e objetificantes do próprio fazer humano, se revelam como construções sociais específicas, que se impõe dentro do seu momento histórico e lógico na constituição e classificação humana.

A formação de classe, assim como a constituição de um mercado mundial com diferentes formas de Estado, apesar de se apresentarem como movimentos sociais autônomos e independentes, guardam em si o processo de formação de uma totalidade social. É pelo descortinamento dessas relações sociais, que se apresentam como categorias objetificadas em

seu próprio movimento, que se pretende compreender o processo de construção social específico das relações capitalistas brasileiras.

Nesse sentido, a primeira parte desta tese tem como objetivo apresentar a teoria crítica, a partir de sua dialética negativa de desconstrução e construção das categorias capitalistas, buscando identificar como esse processo constitui-se numa totalidade social, bem como assumiu formas específicas na constituição de classe no Brasil.

Para tanto, no capítulo 1 discute-se o conteúdo da crítica em Marx, buscando apresentar as formas de relação dialética em totalidade da forma-valor e do trabalho abstrato. No capítulo 2 é analisado o papel desempenho pelas classes e como elas são formadas a partir de relações sociais de luta. Por meio de um debate entre diferentes abordagens marxistas, busca-se apresentar a luta de classes não como um processo das classes já constituídas (objetificadas), mas uma luta em termos da própria classificação do ser humano nas formas específicas do momento histórico do capitalismo, o que nos leva a compreender a acumulação originária como um fenômeno social permanente. No capítulo 3 é aprofundado o debate sobre o Estado como forma política das relações capitalistas, ou seja, como formas políticas específicas do antagonismo de classes no mercado mundial. Para apresentar tal análise é feita uma discussão sobre as principais abordagens do Estado na tradição marxista. No capítulo 4 discute-se o mercado mundial em Marx, partindo do debate sobre as teorias do imperialismo até as novas leituras sobre o mercado mundial, no qual é “entendido como pressuposto e portador da totalidade social” (Marx, 2011, p. 254). Por fim, no capítulo 5, faz-se uma discussão da forma-Estado brasileira e suas especificidades de constituição de classe.

1. A Crítica da Economia Política como Teoria Social Crítica

O que é crítica quando falamos de uma teoria crítica?

a *crítica da religião* está, no essencial, terminada; e **a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica**. [...] Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem. Mas o *homem* não é um ser abstrato, acororado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade etc. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido* (Marx, 2010, p. 145).

A teoria crítica como forma de pensamento pretende resgatar como ponto de partida a concepção de crítica estabelecida por Marx. Trata-se não de uma crítica a determinados encadeamentos lógicos de uma teoria, ou a determinados pressupostos, mas de uma teoria como uma crítica social. Ao desvendar a mistificação das categorias norteadoras da sociedade atual, a teoria crítica não só revela a gênese dessas categorias, como também a própria gênese dessa sociedade.

Em “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, Marx deixa muito clara tal perspectiva ao colocar como base a noção da crítica da religião, a qual implica na crítica às aparências ou ilusões que se mostram como “coisas” reais não construídas socialmente. A concepção dessa crítica feita por Marx deve ser vista dentro do debate *pós-hegeliano*, que deu centralidade à discussão da religião e da existência de Deus. Feuerbach terá uma participação central nesse debate ao elaborar a tese de que Deus não é algo exterior a nós. Pelo contrário: Deus seria uma projeção da imaginação humana. Feuerbach não coloca em questão a existência de Deus, mas se pergunta de que forma se dá essa existência e sua origem. Assim, a própria crítica da religião não se formula em relação à existência de Deus, mas evidencia que a própria religião é algo construído pelas pessoas. Ao colocar que nós, como sociedade, construímos o conceito de Deus, abre-se a possibilidade de pensar a transformação desse Deus. Se nós o criamos, podemos transformar Deus no que bem entendermos.

Criticar, portanto, não é apenas dizer que a religião é falsa, ou que Deus é falso (não real), mas fundamentalmente um produto nosso, o que significa dizer que nós o podemos transformar. Na crítica da religião, Deus não é mais algo externo sobre os seres humanos, o qual estaria em uma posição de inacessibilidade. A crítica, portanto, inverte a ordem da criação. Não é mais Deus o nosso criador: nós que o criamos. Se pensarmos em Deus como um conceito que nega totalmente nosso poder de criar um mundo, quando criticamos Deus como algo criado por nós, passamos a revelar nosso poder de transformar o mundo. A crítica da religião coloca o homem com o poder de se tornar o seu próprio Sol, de se colocar como o motor central da transformação e criação do seu mundo real. Essa crítica é um descobrimento da nossa capacidade, do nosso poder de transformar a realidade.

O conhecimento, nesse sentido, é a reapropriação do objeto por parte do sujeito, a recuperação do poder-para. O objeto nos enfrenta como algo separado de nós, algo que está fora. O processo do conhecimento é, portanto, crítico: negamos a exterioridade do objeto e buscamos mostrar como nós, o sujeito, o criamos (Holloway, 2003, p. 172).

Outra forma de apresentar a crítica nos moldes de Marx é mostrar a crítica como uma análise genética, como um conceito que busca a gênese, a origem dos fenômenos. Se quiseres entender Deus, pergunte: de onde ele vem? Se quiseres entender o matrimônio, pergunte: de onde ele vem? Se quiseres entender o Brasil, de onde ele vem? Se quiseres entender o dinheiro, de onde ele vem? Qual a gênese, o modo de formação desses fenômenos? Não é questão de aprender sobre Deus, de desenvolver e aprimorar uma teologia. A questão está em compreender de onde surge o conceito de Deus. A ideia de crítica é uma exigência científica. E o pensamento tem como desafio entender a gênese dos fenômenos.

Tanto na “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” quanto em “O Capital”, Marx mostra sua ruptura com Feuerbach. Marx apresenta a projeção de Deus como construída por uma sociedade, por um Estado, por um momento específico, o que rompe com a perspectiva a-

histórica de Feuerbach. Para Feuerbach, o ser humano por essência vive em uma condição de alienação, em uma condição de carência que faz projetar essa imagem de Deus. Marx coloca que vive-se nessa condição de alienação por causa da sociedade específica que se faz parte. Dado Deus ser criação dessa sociedade, é ela a responsável por gerar essa alienação, por construir essa inversão da realidade que faz desaparecer a capacidade do ser humano de transformação do mundo.

Não existe um ser humano em um mundo abstrato. O ser humano existe dentro de uma determinada sociedade, Estado, família etc. A ideia central, portanto, é a historicidade, a condição histórica do ser humano e a construção de um mundo historicamente específico. O que se faz integra o mundo dos homens. Se nós criamos Deus é por vivermos em um mundo que nos faz ter essa crença. Deus, portanto, não é um erro, um equívoco, mas uma aparência que é um produto histórico dessa sociedade na qual vivemos. Se nós dizemos que Deus não existe, isso não muda nada, pois essa sociedade vai continuar produzindo esse conceito de Deus. Podemos dizer que Deus é uma aparência falsa, porém uma aparência socialmente efetiva – e neste sentido, real. Não é um erro: é realmente um produto dessa sociedade. Portanto, a única forma de abolir Deus, essa aparência falsa, seria abolindo essa sociedade, ou transformando tal sociedade que produz essa falsa aparência que se impõe sobre nós.

Na medida em que desvela a origem dos conceitos pelos quais os seres humanos representam o mundo e orientam seu agir, o pensamento científico também revela que todos os conceitos são produtos sociais. E, portanto, também os conceitos de Marx são produtos sociais. O capital é um produto social, mas a nossa própria leitura do capital também é um construto social historicamente específico. As nossas próprias ideias são parte da sociedade na qual vivemos. Não existe uma leitura a-histórica de um texto. Se entendermos a crítica da religião como um produto histórico-social, temos que entender que tudo o que pensamos é um produto histórico e social.

A crítica de Marx leva a entender o ser humano como o construidor do mundo, ou seja, um ator social ativo. Criticar o dinheiro não é dizer que ele não agrada, mas compreendê-lo como um produto da atividade humana social e historicamente específica, um produto de uma forma de organização da atividade humana. Pode-se dizer que os conceitos que criticamos escondem o poder da criatividade humana. No caso da religião, esse apagamento do poder transformador humano é muito claro. Deus é a negação do poder criador humano, na medida em que aparece como o todo criador. Mas não é só Deus: o dinheiro, o Estado, o capital e as classes, por exemplo, também possuem essa característica de apagar a determinação desses entes como produtos da atividade humana. É a capacidade das categorias e dos fenômenos sociais de apagarem o poder criador humano que Marx nos revela com seu conceito de fetiche:

A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da economia política (Marx, 2010, p. 147).

Teoria Crítica como necessidade ontológica da sociedade capitalista

“O Capital”, ou a crítica da economia política, analisa como a nossa sociedade possui elementos e categorias, assim como Deus e a religião, que negam ou se colocam na direção de apagar nosso poder de transformar o mundo, passando a atribuir a outros elementos essa centralidade da transformação. Estudar a partir da categoria crítica não é uma questão de justiça, moralidade ou de verdade, mas de origem – afinal, de onde vêm essas categorias criticamente analisadas? Contudo, essa posição da compreensão crítica possui duas leituras. Uma é a ideia de superestrutura, em que estaria Deus, ideologia etc. e, embaixo, estariam as relações ou atividades humanas propriamente ditas, ou seja, a estrutura que explicaria esse andar de cima. Essa visão colocaria uma teoria marxista da religião, da política, da cultura, da economia etc.

A leitura que se faz aqui não é esta. Não será feita uma análise da economia marxista, mas será analisado, sob o ponto de vista do projeto de Marx, a sociedade capitalista a partir da crítica como a crítica à religião. Ou seja, utilizamos a crítica como intenção de entender o mundo a partir da atividade humana, como reveladora de diferentes categorias e conceitos derivados dessa ação. A crítica aos diferentes fetiches, que negam a centralidade da ação humana, não deve se desenvolver a partir de estruturas fixas específicas, mas deve se debruçar em entender como a organização social em sua totalidade produz esses fenômenos como estruturas aparentemente desconexas. A ideia da crítica está na intenção de compreender o mundo a partir das formas de constituição da atividade humana.

Se a nossa intenção é compreender essa gênese social e suas relações internas, “não nos desloquemos, como [faz] o economista nacional quando quer esclarecer [algo], a um estado primitivo imaginário” (Marx, 2008, p. 80). Não se deve supor na forma do fato, do acontecimento, aquilo que se deve deduzir, ou seja, a relação interna e necessária entre duas coisas. Por isso a necessidade de partir da abstração mais simples da reprodução social até a forma concreta mais complexa.

O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez coisa (*Sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entewirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entausserung*) (Marx, 2008, p. 80).

Na sociedade capitalista produtora de mercadorias, o trabalho social só se verifica como tal a partir de produtores privados, tendo ainda como desdobramento dessa contradição um outro antagonismo, ou seja, o intercâmbio das atividades e produtos privados, sendo ao mesmo

tempo algo social, tem que passar necessariamente por uma mediação de um outro produto particular, mas que seja ao mesmo tempo geral (Backhaus, 1969). Todo o misticismo do mundo das mercadorias, que Marx trata no fetiche da produção de mercadorias pela sua forma valor, se expressa no fato paradoxal de que as mercadorias são ao mesmo tempo elas mesmas e uma outra coisa em uma forma geral (dinheiro ou capital)¹.

No modo de produção capitalista, a sociedade é constituída por relações sociais entre coisas por meio de uma separação de produtos sociais privados, a qual se apresenta, contudo, “**autonomizada**” em suas próprias formas como produtos auto-moventes. Como nos mostra Marx, essa **objetividade social**², que se coloca na inversão das formas, é em sua essência uma objetividade social. A produção de mercadorias se dá, em realidade, como uma produção de individualidades isoladas socialmente para o mercado. Por isso “*se comprenderá que el desdoblamiento de la mercancía en mercancía y en dinero, sólo se deja descifrar después de que se haya mostrado que esta relación antagónica entre cosas expresa una relación entre hombres, estructurada de manera igualmente antagónica*” (Backhaus, 1969, p. 28).

No capitalismo, há uma inversão da relação entre as pessoas e as coisas, entre sujeito e objeto. Existe uma objetivação do sujeito e uma subjetificação do objeto. Os produtos gerados por essa sociedade (dinheiro, capital, máquinas, mercadorias), as coisas produzidas pelas pessoas, transformam-se em poderes autônomos frente a seus criadores – e, nesse sentido,

¹ Marx mostra que a riqueza material só pode assumir generalizadamente a forma da mercadoria, i.e., ela só pode ser a um só tempo valor de uso e valor, quando o dinheiro se estabelece como equivalente geral. Em outras palavras, Marx mostra que a forma valor e a forma-dinheiro são inseparáveis: ao contrário do que ocorre nas teorias econômicas burguesas (sejam elas clássicas ou neoclássicas), a teoria marxiana do valor é uma teoria monetária do valor. A mercadoria, sendo em sua essência ao mesmo tempo dinheiro, mas também algo distinto dele, nos revela o que Adorno (2009) apresenta de maneira mais clara na sua “Dialética Negativa” com a importância da compreensão da sociedade capitalista pela não identidade. Backhaus, pela dialética negativa de Adorno, justamente nos revela esse aspecto negativo da mercadoria, em que ela é “*de ese modo identidad de la identidad y de la no identidad*” (Backhaus, 1969, p. 24).

² “Objectification (*Vergegenständlichen*), a term adopted from Hegel, receives in Marx's dissertation a psychological shift of meaning, which has its roots in the division of esoteric and exoteric consciousness. Objectification [*Vergegenständlichung* or *Objektivierung*] always means 'inverse presentation', in the sense that in the presentation of a thought its truth is revealed and concealed at the same time” (Reichelt, 1995, p. 51).

parecem sequestrar a agência de seus criadores, tornando-se assim seus sujeitos. As relações sociais no capitalismo não são apenas aparentemente, mas também realmente relações entre coisas: entre o dinheiro e a mercadoria, entre o dinheiro de um e o de outro. A inversão posta pela relação capitalista não é uma invenção, mas algo concreto que passa a determinar a vida social, assim como a religião é criada pelos seres humanos e os seus produtos religiosos passam a guiá-los. Por isso, as abstrações ou aparências da sociedade capitalistas são abstrações reais, ou, como nos diria Debord: “no mundo *realmente invertido*, o verdadeiro é um momento do falso” (Debord, 1997, p. 11). Apesar de reificado e fetichizado, esse mundo econômico é real, assim como continua a guardar relações sociais definidas. Por isso, a percepção como ilusões reais, que escondem relações sociais específicas e definidas por conceitos objetificados e autonomizados.

As pessoas inseridas na sociabilidade capitalista não aparecem apenas como indivíduos, mas também o são concretamente, mesmo que em sua substância sejam seres sociais. Mais uma vez, mostra-se a importância da contradição da sociedade capitalista, na qual somos indivíduos e sociedade ao mesmo tempo. Os seres humanos, ao serem privados de sua sociabilidade direta, são transformados em indivíduos, como um complemento necessário da mercadoria de troca que produzem (Holloway, 2003, p. 52). Contudo, a teoria social burguesa, como exposto por Marx na “Contribuição à Crítica da Economia Política”, toma como dadas as formas em que cada relação social existe (forma-mercadoria, forma-valor, forma-dinheiro, forma-capital, forma-classe, forma-Estado etc.), o que equivale dizer que essa concepção é cega para a questão da forma, de como as categorias burguesas (mercadorias, dinheiro, capital, valor, classe, Estado etc.) não são nem mesmo pensadas como sendo **formas** ou **modos de existência** das relações sociais. A autonomização das formas econômicas como realizado pela teoria burguesa acaba por eliminar o processo social de construção do ser humano em indivíduo, tendo como naturalizado a compreensão do ser humano na forma do indivíduo capitalista.

A forma valor expressa a essência abstrata do capitalismo, em que a determinação social do valor desaparece em um movimento constante de formas, com cada quantidade econômica afirmando a si mesma como independente, como se fosse uma força ou lei econômica objetivamente determinada, independente da sua construção social. A análise da forma valor nos submete a uma exposição da lei do valor como um processo de “autonomização” social, com cada análise econômica em termos de movimentos de preços, desenvolvimento de mercados de ações, análises macroeconômicas, que são em si mesmas quantidades econômicas incompreensíveis (Bonefeld, 2014). Perceber a importância da reificação para a crítica da economia política, como tão bem enfatizado por Roman Rosdolsky (2001) em seu “Gênese e Estrutura de O Capital”, é se perguntar o que é reificado e o que aparece na reificação. “O que aparece com o processo de fetichização são as relações sociais de produção na forma de coisas econômicas auto-moventes” (Bonefeld, 2014).

O Capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas expressa como uma coisa. E é justamente por ele aparecer como coisa que uma teoria racional do modo de produção capitalista deve ser uma teoria crítica. Mostrando a geração contínua dessas formas, Marx mostra implicitamente que as formas de relações sociais não podem ser entendidas como eternas ou como um fato acabado³. “As formas de relações sociais são processos-formas, processos de formar relações sociais” (Holloway, 2003, p. 154). Nessa desconstrução e construção da realidade falseada, a qual Marx nos clama a desmistificar, a exposição dialética se torna uma necessidade, não uma questão da vontade desse ou daquele teórico. “A sociedade como força autonomizada por si mesma não é compreensível, o que sozinho é compreensível é a lei de autonomização” (Adorno, 2011). Ao se positivizar, criar uma lei, uma determinação de

³ “A reflexão sobre as formas da vida humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* [muito tarde, após a festa] e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento. As formas que rotulam os produtos do trabalho como mercadorias, e, portanto, são pressupostas à circulação das mercadorias, já possuem a solidez de formas naturais da vida social antes que os homens procurem esclarecer-se não sobre o caráter histórico dessas formas – que eles, antes, já consideram imutáveis –, mas sobre seu conteúdo” (Marx, 2013, p. 211).

um modo de proceder a priori de um determinado fenômeno social, acaba-se por desaparecer, por apagar o seu processo constituinte como forma social. Acaba-se por retirar o sujeito desse fenômeno, transformando-o em objeto. Por isso, na objetivação, acabam por se criar leis positivas dos fenômenos sociais como objetos autônomos, para os quais o ser humano, enquanto sujeito, desaparece. Dialética negativa nada mais é do que abrir as categorias, abrir os conceitos tomados na nossa sociedade como processos autônomos (objetificados).

Abrir os conceitos é desvendar a sociedade capitalista como fundada na equivalência de desigualdades na produção de mercadorias como forma de valor social. Ou ainda, desvendar a separação do homem de sua totalidade que tem no estranhamento do seu próprio trabalho. A dialética é o método de análise dessas contradições, por meio do qual revelam-se os momentos de formação desses fenômenos sociais e sua naturalização em categorias autônomas. “Tudo o que é qualitativamente diverso, recebe a marca da contradição. A contradição é o não-idêntico sob o aspecto da identidade. [...] A dialética é a consciência conseqüente da não-identidade. Ela não assume antecipadamente um ponto de vista” (Adorno, 2009, p. 13). A dialética negativa, como forma de desmistificar o desaparecimento (o não identitário) do humano na sociedade capitalista, não é uma opção teórica, mas uma necessidade ontológica da nossa própria sociedade (Adorno, 2009). A sociedade capitalista não tem uma essência apesar de suas contradições fundantes, mas essa essência é justamente “em virtude” de suas contradições⁴. Por isso o método que busca desmitificar essas contradições se torna o único método possível de análise.

No processo de reprodução social capitalista como uma relação entre coisas, os fenômenos sociais aparecem como autônomos, em objetivações categoriais com leis de movimento que independem de sua construção social. No movimento das quantidades econômicas, o ser

⁴ “the essence of an antagonistic society is that it is not a society *with* contradictions or *despite* contradiction, but by *virtue of* its contradictions” (Adorno, 2008, p. 8–9).

humano desaparece, tornando-se uma distração metafísica e “pedante” para as análises econômicas⁵. Como “o que desaparece não pode ser conceitualizado” (Bonefeld, 2014, p. 56), há uma impossibilidade das categorias econômicas burguesas de exprimir a determinação social do seu objeto de análise⁶. A economia política, ao desaparecer com as relações sociais (com o humano) para olhar as leis econômicas, impede qualquer conceituação dessas categorias, ou seja, olha o econômico como forma invertida e perversa, para o qual as relações sociais desaparecem e se tornam um elemento metafísico. Curiosamente, é justamente esse tratamento do econômico que se torna místico ao retirar da sua análise as relações sociais. Por isso, a sociedade, e não alguma lei natural, deve ser tomada como ponto de partida. “*Conceptualization goes beyond the perception of reality in its immediate appearance as one governed by the movement of coins. For a critical theory of society, concepts are moments of a reality that requires their formation. They do not mirror society. They explore society from within, expounding its coined reality*” (Bonefeld 2014, p. 57).

A gênese das formas capitalistas das relações sociais não tem um interesse puramente histórico. A forma-valor, a forma-dinheiro, a forma-capital, a forma-classe, a forma-Estado etc., não devem ser compreendidas como algo fixo, pois não são determinadas como um dado. Pelo contrário, são processos-forma que se instanciam por meio do antagonismo como forma da luta pelo estabelecimento e restabelecimento das relações capitalistas. O ser humano separado do

⁵ Ao desaparecer com o ser humano da própria gênese das categorias e fenômenos sociais, a sua aparição pela dialética na forma valor se torna algo metafísico para as análises burguesas. Não por acaso, há as acusações das mais diversas correntes econômicas sobre a metafísica de Marx em seu primeiro capítulo. Em uma sociedade que desaparece com o ser humano como o realizador social, revelar a centralidade humana é considerado uma heresia, digno da fogueira e do ostracismo acadêmico. Interessante como Joan Robinson, apesar de toda objetificação da sua teoria, coloca de forma clara os seus limites. “*It is true that economists have long dropped such terms as quantities of utility, but it is still common to construct models, in which quantities of 'capital' appear, without giving the slightest detail about what it is that these are supposed to be quantities of. Just as the usual way to give a practical content to the notion of utility is to draw diagrams, the usual way to duck the problem of making sense of quantities of 'capital' is to translate them into algebra. C stands for capital. delta C is the investment. But what is capital? What does it mean? Capital - of course! It must mean something. So lets get on with the analysis, and not bother ourselves with hair-splitting pedants who desire to know what we mean by it*” (Robinson, 1965, p.85).

⁶ “O termo dos dialéticos não diz mais, para começar, do que os objetos que não se encaixam em seus conceitos sem deixar um resto, que eles vieram para contradizer a norma tradicional da adequação” (Adorno, 1990, p. 5).

seu todo social, tendo sua própria sociabilidade como uma relação entre coisas, está longe de ser algo natural como um dado ou uma lei objetivamente determinada.

A forma do ser humano separado e coisificado é uma construção em luta contínua da imposição da relação capitalista sobre outras formas de manifestação humana, o que tem nas suas categorias objetificadas e naturalizadas uma de suas principais formas de legitimação e reprodução dessa sociabilidade. Se as formas das relações sociais (expressas nas categorias dos economistas políticos) são entendidas como processos de formação de relações sociais e, portanto, como luta, fica claro que as categorias devem ser entendidas como categorias abertas (Holloway, 2004).

Se o capital, o Estado, as relações de classe, o trabalho etc., não são entendidas como categorias econômicas, políticas e sociológicas fechadas em si mesmas, mas como formas de luta, então **o significado de cada uma dessas categorias passa a depender do curso e do sentido da luta específica por estabelecimento de uma sociabilidade específica**. A partir do momento em que os conceitos e categorias do pensamento deixam de ser entendidos como relações sociais objetificadas (coisificadas e naturalizadas) e passam a ser entendidos como expressões de luta para objetivá-las (coisificá-las e naturalizá-las), o ser humano volta a ter o domínio de sua realidade, podendo construir as categorias de seu entendimento da realidade pela perspectiva de luta, em uma construção da **leitura da sociedade à contrapelo** (Benjamin, 2005). Tendo entendido que o capital, o dinheiro, o Estado, as relações de classe são lutas para determinar a sociabilidade capitalista e para disciplinar, fica claro que o entendimento desses conceitos só pode ser obtido como luta, como prática não predeterminada, mas construída pelas necessidades exclusivas dos momentos específicos de luta. A aparência econômica da sociedade só pode ser conceitualizada, portanto, como a manifestação necessária de relações sociais definidas e não como leis ou sob determinação de categorias externas autônomas.

Falar da crítica da economia política é entrar na importância de abrir as categorias e não autonomizá-las. A crítica é entendida como a apresentação da objetificação categorial, por isso a importância da dialética negativa, da abertura das categorias, da não identidade. A obra de Marx é uma crítica da economia política, da hipostasiação que fazem os economistas políticos com suas categorias.

Crítica da economia política e trabalho abstrato

Em “O Capital”, Marx expõe as formas de relações sociais como formas constituídas, pois as está criticando como ilusões reais criadas pelos conceitos objetificados. Como nos mostra Rosdolsky (2001), essa crítica do capital não vem simplesmente de uma gênese histórica, mas de uma gênese contínua das formas no processo de produção - na existência antagônica do processo de trabalho como trabalho concreto e trabalho abstrato. A crítica da economia política se refere a uma crítica dos conceitos ontológicos das categorias econômicas, i.e., uma crítica às abordagens que partem das categorias que se constituem apenas no modo de produção capitalista como categorias trans-históricas. A categoria de “trabalho” é um fenômeno singular neste debate, sendo não só na economia política em geral, mas também do que tem sido referenciado como “marxismo tradicional” ou “*worldview Marxism*”⁷. Nesse caso, o conceito trabalho é considerado uma atividade trans-histórica que define o metabolismo humano e a transformação da natureza a partir de uma abstração da sociedade específica em que está inserido.

Grande parte das teorias que tratam o trabalho abstrato o consideram como algo fisiológico, como um resíduo biológico, como um gasto de energia abstrato. Contudo, essa interpretação

⁷ ‘*Worldview marxism*’ remete a expressão designada por Michael Heinrich para se referir as concepções de ‘conhecimento mais amplo’ baseadas na obra de Marx (Heinrich, 2012), enquanto ‘marxismo tradicional’ ao termo utilizado por Postone (2014) para se referenciar os trabalhos baseados em uma visão ortodoxa do pensamento marxista, muito vinculado aos pensadores marxistas da virada para o século XX.

omite sua característica de categoria social, ou seja, desconsidera a substância social que lhe é comum⁸. Sendo o valor como medida em trabalho abstrato uma **unidade social**, esta não pode ser nem fisiológica nem trans-histórica⁹.

O valor como medida em trabalho abstrato em uma unidade social reflete necessariamente a particularidade histórica da sociedade capitalista em que o trabalho se coloca como trabalho universal objetificado¹⁰. A produção de mercadorias como produção do ser humano separado do controle do seu próprio *fazer* (Holloway, 2003), separado de si mesmo, coloca apenas os objetos de seu trabalho (não mais a si mesmo) em contato com o todo social¹¹. Na sociedade capitalista, com base no trabalho abstrato, são as mercadorias que passam a se relacionar com o todo social, “por isso, reflete também a relação social dos produtores com o **trabalho total** como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores” (Marx, 2013, p. 204-206, *grifos nossos*).

⁸ “Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. [...] Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social, e por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias” (Marx, 2013, p. 125).

⁹ A retomada dessa interpretação do trabalho abstrato na obra de Marx possui grandes créditos ao trabalho de Issak Rubin que, em plena década de 1920, na URSS sob o regime de Stalin, já bradava a importância da consideração do trabalho abstrato como algo puramente social, o que colocaria imposta a mudança do modo de produção (não uma simples inversão distributiva) para uma nova sociedade. “Uma de duas coisas é possível: se o trabalho abstrato é um gasto de energia humana em forma fisiológica, então valor também tem caráter reificado-material; ou valor é um fenômeno social, e então o trabalho abstrato também deve ser entendido como fenômeno social ligado a uma forma social determinada de produção. Não é possível conciliar um conceito fisiológico de trabalho abstrato e o caráter histórico do valor que ele cria” (Rubin, 1972, p. 135). Como veremos a seguir, essa concepção do trabalho abstrato como fundamento social da sociedade capitalista será incorporada nas ‘novas leituras de Marx’.

¹⁰ “[o]n the one hand, commodities must enter the exchange process as objectified universal labour time, on the other hand, the labour time of individuals becomes objectified universal labour time only as a result of the exchange process” (Marx, 1975, p. 127). Dentro do debate em que o trabalho abstrato é considerado como um processo de construção social da sociedade capitalista, há uma divergência de como se dá a gênese em que essa abstração genérica do trabalho ocorre, se diretamente no ato de produção ou no processo de equivalência pelo qual se constitui a mercadoria. Esse debate em torno do ‘trabalho abstrato’ pode ser visto em Rubin (1972), Arthur (2004), De Angelis (2014), Bonefeld (2014) e Postone (2014).

¹¹ “A forma universal do valor só surge, ao contrário, como obra conjunta do mundo das mercadorias. Uma mercadoria só ganha expressão universal de valor porque, ao mesmo tempo, todas as outras expressam seu valor no mesmo equivalente, e cada novo tipo de mercadoria que surge tem de fazer o mesmo. Com isso, revela-se que a objetividade do valor das mercadorias, por ser a mera “existência social” dessas coisas, também só pode ser expressa por sua relação social universal [*allseitige*], e sua forma de valor, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida” (Marx, 2013, p. 198).

As relações sociais constitutivas do modo de produção capitalista só podem ser vistas como uma totalidade justamente por não ser uma coleção de várias particularidades, mas constituída por uma substância geral e homogênea (trabalho abstrato) que é seu próprio fundamento¹².

O trabalho contido na forma valor no capitalismo é uma abstração social dada a universalidade da mercadoria em sua forma social, o que implica na construção de um “tempo social” que manifesta uma abstração real, um tempo que possui sua conceitualidade do valor como a essência aparentemente auto-movente da riqueza social. No próprio modo de produção, como produção de trabalho abstrato e de mercadorias, o ser humano já se constrói em processo de fetichização, tendo a riqueza, assim como as demais categorias sociais, uma incorporação em sua aparência, i.e., como fenômenos auto-moventes. Cada esfera social passa a ser vista em separado, tendo suas dinâmicas e leis próprias, perdendo ou apagando de sua análise o seu caráter de totalidade mesmo que na desunidade de sua aparência. As ciências econômicas, as ciências políticas, a sociologia etc., como formas acríticas de compreensão da sociedade, partem justamente dessa desconsideração da substância de unidade em totalidade da sociedade capitalista, o que as leva a se fixar na aparência de desunidade em que os fenômenos sociais são vistos como dados, sem uma busca por sua formação genética.

Em resumo, a economia política e o marxismo tradicional, ao partirem do trabalho abstrato (e, por conseguinte da forma valor) como um dado, ao invés de compreender sua gênese e forma como fenômeno social capitalista com particularidades específicas, levam a uma naturalização da riqueza como valor, e portanto, como uma objetivação do trabalho. Desse trabalho e desse valor objetificado e naturalizado como riqueza emerge formas aparentes do conflito de relações de classe e propriedade mediadas pelo mercado e pelo Estado. Dentro do quadro das teorias marxistas tradicionais, há um forte peso das abordagens que se baseiam na leitura do Capital

¹² “*abstract labour as a socially determined, specifically capitalist form of labour that manifests itself in exchange and, instead of being ‘the’ labour of muscles and nerves, it argues that the materiality that holds sway in its concept is not some discernible substance. Rather, it comprises the time of value, that is, socially necessary labour time*” (Bonefeld, 2014, p. 121).

como a descoberta das leis econômicas gerais da história, como em Kautsky e Lenin. Essas leis gerais objetivas do capital, por sua vez, seriam entendidas ainda dentro de uma parte do marxismo ortodoxo como manifestadas nas estruturas das relações capitalistas, tendo a formação das diferentes esferas sociais (o político, o social, o cultural etc.) com suas diferentes lógicas que comporiam essa lei (como em Althusser e Poulantzas) ¹³.

O valor como forma historicamente determinada da riqueza não pode ser retido como algo dado, do qual se deriva uma teoria da distribuição, com seus vários diferenciais de renda entre classes, assim como entre Estados e frações de classe no poder. O próprio valor é uma construção social imposta por um processo de luta para sua redefinição, não podendo ser naturalizado como processo em trabalho fisiológico corporificado. Como nos apresenta Backhaus (1980 e 1992) e Reichelt (1995), será justamente a (errônea) redução do trabalho abstrato a trabalho no sentido fisiológico que levou a obra de Marx ser vista como continuação melhorada de Ricardo¹⁴. A redução de Marx a um discípulo de Ricardo e a consequente representação da sua teoria do valor como mero desdobramento da teoria Ricardiana do valor estão por trás da disseminação da interpretação da obra de Marx como uma tentativa de explicar, primeiramente, os preços relativos e a taxa de lucro em equilíbrio; para em seguida derivar a condição de possibilidade de valor de troca e lucro; tendo como finalidade encontrar a alocação racional de bens numa economia planejada. Essa agenda teórica se expressa como uma visão “neo-ricardiana” da economia¹⁵, em que o trabalho e sua expressão em forma de renda são

¹³ As considerações sobre as várias vertentes do ‘marxismo tradicional’ serão tratadas com mais cuidado ao longo da primeira parte deste trabalho, conforme se discute as categorias centrais para cada análise.

¹⁴ Em Schumpeter, fica clara essa visão da teoria do valor de Marx como decorrente do pensamento ricardiano: “Para entender verdadeiramente sua doutrina econômica é necessário, em princípio, dar-se conta de que ele era, enquanto teórico, um aluno de Ricardo [...] Sua teoria do valor é a de Ricardo [...] Os argumentos de Marx são simplesmente menos pulidos, mais prolixos e mais “filosóficos”, no pior sentido da palavra” (Schumpeter, 1961, p. 43-45).

¹⁵ Garegnani & Petri (1989) explicitam essa visão neo-ricardiana da obra de Marx: “O papel da teoria do valor-trabalho em Marx é essencialmente o mesmo que em Ricardo: o de permitir uma determinação da taxa de lucro e dos preços naturais dentro da teoria do excedente. [...] Parece-nos que o conteúdo de tal “crítica” fosse, para Marx, ter desvelado aquilo que estava *implícito* nas análises dos economistas burgueses que eram *cientistas* (Ricardo, sobretudo), mas por eles não apreendido; ou seja, essencialmente: a especificidade histórica e o caráter transitório das relações econômicas capitalistas revelado pela tendência dos processos econômicos produzidos por aquelas

naturalizados e objetificados sem a devida compreensão de como a própria forma da riqueza e de valor são obtidos na sociedade capitalista.

Mesmo prescindindo do que fica exposto, é equivocado, em geral, tomar como essencial a chamada distribuição e aferrar-se a ela, como se fosse o mais importante. A distribuição dos meios de consumo é, em cada momento, um corolário da distribuição das próprias condições de produção. [...] O socialismo vulgar (e através dele uma parte da democracia) aprendeu com os economistas burgueses a considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção, e, portanto, a expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição. Uma vez que desde há muito tempo já está elucidada a verdadeira relação das coisas, porque voltar a marchar para trás? (Marx, 2012, p. 8).

A consideração do trabalho como um dado abstraído da sua construção social torna a ciência econômica um jogo de abstrações formais, na qual o trabalho como uma prática social da reprodução humana é substituído por equações matemáticas que racionalizam e calculam o movimento das quantidades econômicas. A primazia do movimento das quantidades econômicas acaba por apagar com o processo formativo dessas próprias categorias sociais como formas-quantidades. A riqueza capitalista passa a ser naturalizada como riqueza humana, sem consideração para as relações sociais específicas que determinam a abstração da riqueza capitalista como riqueza em geral. A naturalização da forma valor apaga as construções sociais necessárias para tal abstração, ficando a cargo humano apenas a divisão do seu *quantum* de riqueza já naturalizada em riqueza capitalista. A divisão do excedente se torna o único elemento passivo de intervenção do indivíduo que vive sob condições capitalistas¹⁶.

relações a criarem – eles próprios – as condições que tornariam necessário e possível superar aquelas relações e substituí-las por outras (pelo comunismo)” (Garegnani & Petri, 1989, p. 437-438). Diferentemente do argumentado pelos seguidores de Sraffa, Marx não foi um ricardiano, e seu objetivo não era determinar a taxa de lucro ou dos preços, mas mostrar como com o modo de produção capitalista se criam abstrações ‘pelas costas dos indivíduos’ que aparecem com leis autônomas de determinação. A demonstração da determinação do preço e da taxa de juros em Marx tem como objetivo desmitificar a naturalização dessas categorias econômicas como sendo objetificações que se imporiam autonomamente como leis da acumulação capitalista sobre a sociedade. Garegnani & Petri se confundem ao considerar o trabalho abstrato como um elemento fisiológico que seria incorporado na mercadoria, e não como uma relação social que emerge na troca entre mercadorias. A desconsideração do trabalho abstrato como relação social os leva a entender a crítica de Marx à especificidade histórica não como uma relação social que se apresenta como uma relação entre coisas, mas como uma lei histórica de determinação da distribuição da riqueza social.

¹⁶ “Os economistas como Ricardo, aos quais se reprova terem em conta apenas a produção, estabeleceram, pois, que a distribuição constitui o objeto exclusivo da economia, porque concebiam institivamente as formas de

A não consideração da categoria trabalho como algo trans-histórico, como um gasto genérico de força humana, mas como uma produção específica, uma produção social de mercadorias e de sua troca universal como um todo social, leva à superação das falsas dicotomias entre produção, distribuição e circulação, entre mercado e Estado. Por não pressupor as categorias autonomizadas, mas, ao contrário, problematizar o processo social pelo qual elas são constituídas como formas objetivas, de como as categorias são naturalizadas, a teoria crítica parte da totalidade social (mesmo em desunidade aparente) para estabelecer as formas de constituição das relações reificadas e fetichizadas¹⁷. Os distintos fenômenos e processos sociais se tornam momentos do processo global de reprodução capitalista. As leis econômicas, sociais e políticas se tornam momentos de um processo histórico específico construído na luta pela imposição da sociabilidade capitalista “‘As leis e condições’ da produção de riqueza e as leis da ‘distribuição de riqueza’ são as mesmas leis sob formas diferentes, e ambas mudam, passam pelo mesmo processo histórico; são tão somente momentos de um processo histórico” (Marx 2011, p. 1152).

A crítica trazida por Marx não está apenas na desigualdade existente na divisão (distribuição) do produto social, mas de como no próprio modo de produzir e reproduzir da sociedade capitalista o ser humano se torna um ser genérico, em que ele mesmo se vê como algo separado do todo social. Na transferência da primazia da sociabilidade para as mercadorias, o ser humano passa a ser exteriorizado, retirado da unidade, aparecendo na sua frente diversas estruturas em separado uma da outra. O mundo se torna uma enorme coleção de estruturas com vida própria, cada uma governada por sua própria dinâmica interna. Mais uma vez, o ser

distribuição como a expressão mais categórica em que repousam os agentes de produção em uma sociedade determinada. Relativamente ao indivíduo isolado, a distribuição aparece naturalmente como uma lei social que condiciona sua situação na produção, em cujo interior ele produz, e precede, portanto, à produção” (Marx, 2008, p. 252).

¹⁷ “O resultado que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade. A produção excede-se tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, que ultrapassa os demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela” (Marx, 2008, p. 257).

humano é retirado da sua centralidade da vida social, com o surgimento de novos Deuses para comandá-lo e determinar a sua classificação enquanto “indivíduo capitalista”.

Entender a fetichização do trabalho é, portanto, entender o processo de desunidade da aparência da sociedade capitalista em que se erguem as relações de classe, os movimentos do capital, dos juros, das taxas de câmbio, dos Estados etc.¹⁸ Entender a exteriorização do ser humano possibilita a compreensão do processo de autonomização das categorias da sociedade capitalista, de como elas engendram essa reprodução social de acordo com as necessidades específicas e desenvolvidas da sociabilidade capitalista em determinado momento histórico.

A corrente conhecida como nova leitura de Marx (“Neue Marx-Lektüre”) irá justamente buscar resgatar essa visão crítica da teoria de Marx que se coloca em oposição aos esquemas do marxismo ortodoxo. Os trabalhos de Hans-Georg Backhaus, Helmut Reichelt, Alfred Schmidt são considerados como os iniciadores de uma “nova leitura” de Marx, com a intenção de livrar Marx dos esquemas petrificados do marxismo ortodoxo, a qual se originou a partir da elaboração da noção de dialética negativa trazido pela teoria crítica elaborada pela “Escola de Frankfurt” (ver: Holloway, 1995; Elbe, 2013; Bellofiore e Riva, 2015; Hoff, 2017). Backhaus como precursor dessa “nova abordagem” argumenta que as teorias marxistas tratam o método de apresentação dialético de Marx como mero jogo de palavras ou também como um espelhamento lógico de um processo histórico, tendo o argumento sobre as *formas* de valor como uma mera visão global histórica-lógica da emergência do dinheiro. Os primeiros trabalhos do que hoje é denominado como “Nova Leitura de Marx” trataram basicamente das questões metodológicas da concepção crítica de Marx, ou seja, o sentido da sua crítica à economia

¹⁸ “Através do trabalho estranhado, exteriorizado, o trabalhador engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho. [...] Assim como encontramos, por análise, a partir do conceito de trabalho estranhado, exteriorizado, o conceito de propriedade privada, assim podem, com a ajuda destes dois fatores, ser desenvolvidas todas as categorias nacional-econômicas, e haveremos de reencontrar em cada categoria, como por exemplo do regateio, da concorrência, do capital, do dinheiro, apenas uma expressão determinada e desenvolvida desses primeiros fundamentos” (Marx, 2008, p. 89).

política, a metodologia do Capital e o conteúdo da dialética materialista em Marx, o que pode ser sintetizado pelo debate sobre a teoria do valor e do trabalho abstrato.

O trabalho “*On the Dialectics of the Value-form*” de Backhaus (1980), assim como “*Between Philosophy and Science: Marxian Social Economy as Critical Theory*” (Backhaus 1992) e “*Why did Marx Conceal his Dialectical Method?*” (Reichelt, 1995) terão um importante papel como marco de uma guinada na visão sobre o trabalho de Marx, recolocando e reorientando todo o debate no campo marxiano, principalmente na Alemanha, mas mais recentemente em todo o mundo. Os principais trabalhos posteriores dentro desse debate seguiram as discussões sobre teoria do valor, mas desenvolvendo e expandindo para as questões de moeda, capital e crise em Marx¹⁹.

Nos últimos anos, com a publicação de quase todos esses trabalhos em inglês, esse debate da “nova leitura” ganhou uma nova dimensão, incorporando uma gama muito mais ampla de temáticas e de debates, como exploraremos aqui as discussões realizadas sobre as noções de: classe, acumulação primitiva permanente, política, formas de estado, mercado mundial e crise. Durante a década de 1980 e de 1990 esse debate ficou circunscrito, principalmente, entre os intelectuais alemães, tendo uma maior difusão posteriormente com sua tradução para o inglês e a expansão dessa leitura para novos centros. Há grande destaque, no começo dos anos de 1990, da publicação de uma coleção de artigos com essa abordagem, denominados de “Marxismo Aberto” (“*Open Marxism*”), com organização de Werner Bonefeld, Richard Gunn, John Holloway e Kosmas Psychopedis (1992).

¹⁹ A “Nova Leitura de Marx” também foi impulsionada pela sua grande proximidade com os novos desenvolvimentos trazidos pela nova e histórica edição crítica dos trabalhos completos de Marx-Engles (Marx-Engels-Gesamtausgabe – MEGA), tendo vários colaboradores, tanto dessa nova leitura, como do projeto da MEGA. Vários trabalhos recentes têm obtido importante papel no debate marxiano atual, como “*Critical Theory and the Critique of Political Economy: On Subversion and Negative Reason*” de Werner Bonefeld (2014); “*Re-reading Marx – New perspectives after the Critical Edition*” organizado por Riccardo Bellofiore e Roberto Finelli (2009); e “*The science of value: Marx's critique of political economy between scientific revolution and the classical tradition*” de Michael Heinrich (2006). Ver também: “*Money Without Value: Plans to transform the critique of political economy*” de Kurz (2012) e “Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx” de Postone (2014), os quais trazem para esse debate os conceitos de moeda e de trabalho, respectivamente.

Nessa nova leitura e em seus desdobramentos teóricos como o “marxismo aberto”, o movimento do capital, o Estado, os interesses de classe, o mercado mundial etc., não podem ser considerados como fenômenos sociais autonomizados. Essas categorias necessitam, ao contrário, ser compreendidas como expressões determinadas e desenvolvidas do processo de luta pela exteriorização do ser humano como ser genérico em sociabilidade capitalista. É com esse intuito que pretendemos apresentar, no restante deste capítulo, um debate sobre algumas das categorias da economia política (classe, Estado, mercado mundial), mas agora de forma desmistificada, para por fim apresentar a forma de Estado brasileira e suas especificidades de constituição de classe no mercado mundial.

2. Classe e luta: sobre a sociedade falseada

Antes de entrar mais especificamente nos meandros que definem a discussão marxista sobre teoria de classes, é importante salientar que Marx não completou sua análise desse tema, tendo “morrido durante sua exposição da teoria de classes” (Adorno, 1975, p. 15) no final do volume 3 de O Capital. Contudo, a concepção de Marx sobre a crítica da economia política como uma crítica ao “capital” como uma “relação social entre pessoas mediada através de coisas” (Marx, 1986), nos indica a necessidade da compreensão das classes fora da esfera mistificada, ou seja, não como uma categoria subjetiva que se deriva da consciência de classe, mas como uma categoria objetiva da sociedade mistificada (Bonefeld, 2014).

No capítulo sobre a “Fórmula Trinitária” do volume III de “O Capital”, Marx deixa claro que a sociabilidade capitalista necessariamente conduz à naturalização de processos que são contingentes ao partir das manifestações alienadas das relações econômicas, tomando como naturais processos que são contingentes dentro da especificidade histórica do modo de produção capitalista. A consideração naturalizada das rendas com os meios de produção leva a considerar como natural a personificação dessa fonte de recursos no seu detentor a despeito das questões de classe²⁰. Na concepção burguesa da aparência da política econômica, os interesses dos capitalistas e dos operários são compreendidos como movimentos autônomos e independentes, dos quais pode-se compreender as formas de Estado de maneira direta através de suas representações políticas.

²⁰ “De fato, a Economia vulgar não faz nada mais que traduzir, sistematizar e louvar baseada numa doutrina a concepção dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção. Não nos deve, portanto, deixar surpresos que ela, exatamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, em que estas são, *prima facie*, contradições totais e absurdas – e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente –, se aqui a economia vulgar se sentisse completamente à vontade e essas relações lhe parecessem tanto mais naturais quanto mais a correlação interna está neles escamoteada, sendo porém, correntes para a concepção comum. Por isso é que ela não tem a menor noção de que a trindade da qual ela parte: terra-renda; capital-juros; trabalho-salário ou preço do trabalho, são três composições *prima facie* impossíveis.” (Marx, 1986, p. 271).

“Estruturalismo Marxista” e “teoria sociológica da economia política clássica”

Nicos Poulantzas, em sua vasta obra, apesar do seu falecimento precoce, desenvolve um importante trabalho sobre a teoria de classes e do Estado, muito ligado à concepção estruturalista desenvolvida por Althusser. A obra de Poulantzas pode ser condensada em seus dois principais trabalhos, o “Poder Político e Classes Sociais” (PPCS), de 1968, e “O Estado, o Poder, o Socialismo” (EPS), de 1978. Enquanto o primeiro vincula-se explicitamente à tradição estruturalista (e também é muito utilizado por diversas abordagens sobre frações de classe), o segundo procura rebater as muitas críticas recebidas pelo seu primeiro livro, recorrendo a uma tentativa de maior intermediação entre as esferas políticas e econômicas, o que é feito por uma extensa apresentação do que seriam elementos fundamentais²¹ para a separação entre essas esferas e sua unidade na relação intrínseca do Estado. Dessa forma, a segunda obra busca rebater as muitas críticas feitas ao seu abstracionismo estruturalista (Clarke, 1992), o qual não incorporaria justamente a relação entre essas esferas. Entretanto, a teoria de Poulantzas com relação às classes e ao Estado, mesmo em seu último livro, continua a partir da concepção de uma separação entre a política e a economia, sendo que, no capitalismo moderno, o conflito de classes teria passado dessa última para a primeira esfera (Carnoy, 1988). Aqui iremos explorar um pouco mais atentamente a teoria de Poulantzas com relação às classes sociais, apontando apenas inicialmente alguns aspectos da visão do autor sobre o Estado para, nas próximas seções, tratarmos com a devida atenção o debate teórico sobre o Estado capitalista.

Poulantzas, seguindo Althusser, irá identificar “O Capital” de Marx como uma teoria carente de uma análise política, a qual se restringiria aos aspectos econômicos da sociedade baseada no modo de produção capitalista. A teoria elaborada por Poulantzas busca desenvolver os conceitos e as determinações políticas que estariam ausentes em “O Capital” de Marx,

²¹ Os elementos apresentados por Poulantzas são dispostos em quatro partes: a divisão do trabalho manual e intelectual, a individualização, o direito e a nação, sendo por esses fatores que ele compreende o que seria a passagem dos conflitos de classe da arena econômica para a arena política. Um resumo mais detalhado desses elementos pode ser visto em Carnoy (1988).

baseando-se em obras anteriores do autor alemão, como no “18 de Brumário de Luís Bonaparte”, obra na qual se destaca o papel desempenhado pelo conflito de classes no Estado. Na abordagem de Poulantzas, a política é vista como uma superestrutura, a qual não deve ser identificada com o Estado como uma instituição, dado ser a própria função desse Estado garantir a unidade entre as estruturas (em PPCS) e entre os capitais particulares e os indivíduos (em EPS). O Estado não é visto como um Estado diretamente de classe, mas mantendo uma unidade que garantiria o consenso dessa classe.

Aqui, o ‘antagonismo’, a separação ou a ‘independência’ do Estado e da sociedade civil – ou, simplesmente, da sociedade – designam precisamente o seguinte: a autonomia específica do Estado capitalista e das relações de produção do modo de produção capitalista reflete-se, no campo da luta de classes, em uma autonomia da luta econômica e da luta explícita de classe; isto exprime-se através do efeito de isolamento nas relações sociais econômicas, revestindo o Estado, a seu respeito, uma autonomia específica na medida em que se apresenta como o representante da unidade do povo-nação, corpo político estabelecido sobre o isolamento das relações sociais econômicas (Poulantzas, 1968 [1977], p. 131).

O Estado, nesta perspectiva, é visto como um elemento acima das estruturas, sendo responsável por conferir a unidade das relações capitalistas, dada a sua separação pelo modo de produção. “*The specificity of the state's functions determines that it has a specific autonomy in relation to other levels of the mode of production: its functions are specifically political functions, all subordinated to the need to maintain the unity of the whole*” (Clarke, 1977, p. 14). A separação da política da economia, por meio da unificação das relações pelo Estado, deve ser vista a partir do próprio entendimento de Poulantzas sobre as relações de produção, das quais irá também derivar sua teoria de classes.

As relações de produção, nessa perspectiva, são relações entre grupos constituídas pela distribuição dessa produção, as quais possuem como elemento fundamental a fonte dessa renda. O que determinará essas relações de produção e suas fontes de renda não serão elementos sociais, mas uma combinação “dos agentes de produção” com as “condições técnicas materiais

de trabalho” (Poulantzas, 1968), ou seja, puramente as relações das funções técnicas na produção, denominada de “divisão técnica do trabalho”. Essa visão de Poulantzas que irá perpassar toda a sua obra se deve, em grande medida, ao seu arcabouço estruturalista, vendo as relações sociais somente entre as estruturas, mas não incorporadas em seu interior. *“Poulantzas bases his theory of class on the distinction between the level of structures and the level of practices. The relations within the structure are not social relations, and so are not relations of domination or of exploitation”* (Clarke, 1977, p. 17). Entretanto, esse aspecto puramente técnico da produção não irá determinar diretamente a divisão social dos produtos. A distribuição da produção será determinada por fatores políticos e ideológicos para formar o que ele chama de “divisão social do trabalho”, que será importante para definir as relações de classe. Mais uma vez, há uma completa dissociação entre as esferas, nesse caso, entre a produção e a distribuição, passando de uma esfera puramente técnica para outra estrutura em que perpassaria os níveis políticos e ideológicos.

Os grupos advindos de fontes de produção similares irão se organizar política e ideologicamente para defender seus interesses, ou seja, para determinar a divisão social. Dessa forma, a formação desses grupos e de seus interesses dentro do Estado será fundamental, dado o papel do Estado em obter unidade e em intervir em favor de uma determinada coesão social. Logo, se torna essencial para um grupo de interesses encontrar um nível satisfatório de organização política que lhe confira poder para atuar de forma determinante dentro do Estado (Poulantzas, 1978). Contudo, a capacidade de organização política e, por conseguinte, o grau de poder de cada grupo, irá depender da sua posição na estrutura, o que formará uma imensa pluralidade de interesses diversos em oposição a alguns grupos coesos. A relação entre esses grupos de interesses irá ocorrer de forma assimétrica e desigual, caracterizando as relações de “exploração” e “dominação” próprias de uma sociedade capitalista. Essa dominação, entretanto, não se dá por uma dominação política de classe a qual teria um poder monolítico sobre o Estado.

A dominação em Poulantzas não significa puramente política. Trata-se de uma dominação das estruturas, sendo o próprio efeito das estruturas nas relações sociais, manifestadas no Estado, que irá conferir unidade sistêmica a essa dominação. Por isso, o Estado em Poulantzas não é um interventor direto, mas uma arena de conflito e disputa que condesaria a dominação estrutural. Dessa forma, o Estado intervém como i) organizador do processo de trabalho – cuja meta fundamenta, vale dizer, é o aumento da produtividade e ii) estabelecedor das regras que organizam as trocas capitalistas e provendo o campo real de coesão em que o conflito comercial pode ocorrer, não intervindo diretamente na produção como um Estado de classe, mas mantendo a unidade em que há uma classe dominante (Poulantzas, 1977).

Apesar da relativa união de interesses na classe dominante (capitalistas), a sua existência como capitais individuais específicos impõe especificidades aos seus interesses e introduções frações na classe dominante. Dada a amplitude e diversidade dos capitais e seus interesses, o Estado irá aparecer exatamente como o campo onde se entrecruzaram essas redes e relações de poder específicas, dando-lhes unidade e coesão (Pinto, 2014). Para o entendimento desse elemento relacional do Estado em Poulantzas, faz-se necessário recorrer ao seu importante conceito de bloco no poder²², que explicita a configuração histórica-específica entre as classes dominantes e suas organizações dentro do Estado capitalista.

A fração hegemônica é dada pela sua capacidade de liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos das classes dominantes que compõem o bloco no poder. Essa hegemonia pode ser restrita, caso estenda a imposição somente entre os dominantes, ou ainda uma hegemonia ampla, abarcando também as classes dominadas (Pinto, 2014). Em paralelo com

²² O ‘bloco no poder’ assume, dentro dessa abordagem, uma importância essencial, por ser o conceito nodal que unifica dentro do Estado a dominação pela hegemonia de uma fração de classe específica. A coesão assim obtida por essa fração de classe seria a unificação dos interesses econômicos, políticos e ideológicos do nível concreto-real de determinada conjuntura. Para uma análise mais detalhada da concepção de bloco no poder em Poulantzas, ver Pinto (2014) e Jessop (2009).

Gramsci²³, compreende-se como, em um determinado momento histórico, ocorre uma unidade orgânica entre os interesses das demais frações dominantes com as classes dominadas, sendo esse bloco articulado e liderado por uma fração de classe específica dada sua posição decisiva no padrão de acumulação.

A teoria de classe e de Estado capitalista de Poulantzas não deve ser compreendida como uma teoria marxista de classe e de Estado, mas como uma “teoria sociológica da economia política clássica” (Clarke, 1977, p. 18). A análise parte de uma dissociação, tanto do econômico com o político, quanto da produção com a distribuição, compreendendo a produção como algo meramente técnico, a qual não possuiria propriamente os conflitos de classe que a teoria está buscando definir e conceituar. O conflito é visto a partir da distribuição da produção em separado, como baseado em uma estrutura fixa (produtiva) eterna²⁴. Como mostrado no começo desta seção, o que distingue a análise de Marx é justamente a importância da sua crítica à economia política, ou seja, a identificação do capital não como mera coisa, mas como uma relação social totalizante na sociedade capitalista. “*It is not the primacy of economic motives in historical explanation that constitutes the decisive difference between Marxism and bourgeois thought, but the point of view of totality*”. (Lukács, 1971, p. 27).

A percepção sociológica de Poulantzas parte das formas aparentes da sociedade burguesa, o que leva a uma naturalização de movimentos contingentes, entendendo as classes primordialmente a partir de seu elemento subjetivo, não como formas objetivas de uma realidade deturpada. De forma análoga a qual os economistas clássicos perceberam a materialidade das relações capitalistas, mas se limitaram a admirar e naturalizar a beleza dos

²³ Apesar da importância entre as distinções e similaridades entre (2000, 2001 e 2005) e Poulantzas (1977 e 2005), o assunto foge do escopo deste trabalho. É apenas fundamental indicar a profunda distinção da compreensão da totalidade do econômico no capitalismo. Como será mostrado à frente, o político apenas se apresenta separado do econômico, sendo uma forma dessa esfera e, portanto, complementar.

²⁴ “*The bourgeois theory of class adopted by Poulantzas is quite different from the Marxist theory. For the latter classes are not distributive groups, and so are not ‘interest groups’! This is because Marx sees relations of production as themselves social, as class relations*” (Clarke, 1977, p. 19).

seus movimentos, a teoria desenvolvida por Poulantzas compreende os movimentos de frações de classe dentro do Estado como a expressão de leis naturais. A questão não está em entender as relações na sua aparência, mas em como elas se desenvolvem dado o seu conteúdo interno.

É efetivamente muito mais fácil mediante análise descobrir o cerne terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das condições reais de vida de cada momento, as suas formas celestializadas. Este último é o único método materialista e, portanto, científico. As falhas do materialismo científico natural abstrato, que exclui o processo histórico, já se percebem pelas concepções abstratas e ideológicas de seus porta-vozes, assim que se aventuram além dos limites de sua especialidade (Marx, 1986, p. 8).

Do plano político ou de classes, o estruturalismo pode ser identificado com o materialismo abstrato, o qual busca descobrir as relações materiais nas criações políticas. Um materialismo substantivo, por outro lado, desenvolveria, a partir das relações sociais substantivas, as formas político-alienadas correspondentes a essas relações. Pelo método do materialismo substantivo, Marx elaborou a noção de fetiche da mercadoria, desenvolvendo, a partir das relações sociais de produção, as formas alienadas dessa relação social. É isso que concerne a sua crítica da economia política. A análise do político na sociedade baseada no modo de produção capitalista exige o mesmo processo, i.e., uma crítica da política (Holloway, 1991).

A abordagem baseada na crítica da economia política não significa uma abordagem no sentido “derivacionista”²⁵, em que todas as relações são derivadas das relações de produção, o que pressuporia a existência de leis gerais do capitalismo das quais se pudessem retirar as demais relações. A questão está em compreender como o modo de produção capitalista coloca o “capital” de modo totalizante como uma relação entre pessoas expressas por uma relação

²⁵ As abordagens derivacionistas – ver Offe (1975) e Hirsch (1978) –, assim como a visão deste trabalho, partem da importância de entender as relações capitalistas a partir de um processo unitário. Contudo, as abordagens derivacionistas entendem essa concepção unitária a partir das leis do movimento do capitalismo (do capital em geral), da qual se derivaria o Estado. Isso os leva ao mesmo retorno ao reducionismo economicista e à ‘fascinação’ por leis do capital que se tornam ‘naturais’. O derivacionismo, por fim, conduz aos mesmos problemas dos estruturalistas, desarticulando as lutas de classe para a primazia das leis gerais do capitalismo, o que implica em subordinar “*class struggle as a motor of history to a predetermined, objectively given, development of capitalism*” (Bonefeld, 1992, p. 95).

entre coisas. Ao contrário do abstracionismo, deve-se traçar a conexão interna do fenômeno social. Uma relação interna que constitui o fenômeno social e sua relação com os outros modos de existência de relação interna, que na nossa sociedade ocorre pela existência do trabalho dentro do conceito do capital (Bonefeld, 1992, p. 104). A formação do capital como uma relação social prescinde da sua formação como classe, como a classe operária detentora da sua própria força de trabalho separada dos meios de produção em posse dos capitalistas.

Classe como relações sociais de luta

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela esteve presente ao seu próprio fazer-se. [...] Não se tem a classe como uma 'estrutura', nem mesmo como uma 'categoria', mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (Thompson, 2004, p. 9).

Marx nos mostra como, no modo de produção capitalista, as relações sociais entre pessoas são apagadas, para se erguer um mundo de relações entre coisas, em que o lucro é visto como fruto natural do capital, assim com o salário advém do trabalho. O conflito de classe, portanto, apesar de se apresentar ausente, também existe no plano da produção, o que faz com que a própria forma como se configura a relação de produção não seja uma derivação meramente técnica, mas oriunda de uma dada relação social. O conflito de classe não ocorre simplesmente por grupos de interesse organizados, mas deve ser entendido na própria constituição diária da sua reprodução²⁶.

A classe operária não é desorganizada apenas do ponto de vista do Estado, mas a própria relação de produção se encarrega desse processo. Entender o conflito de classe como forma da relação entre capital trabalho é entender que, ao mesmo tempo em que o trabalhador quer

²⁶ As crises e opressões do capitalismo só são vistos em momentos dramáticos como crises financeiras e casos de opressão extrema. Contudo, esse conflito é permanente, dentro da realidade diária do modo de produção capitalista, como expressados pela pressão da competição que leva a uma intensificação do conflito de classes, a desvalorizações de capitais, destruição de capacidade produtiva e o deslocamento do trabalho (ver: Holloway, 1991).

aumentar seu salário, também quer permanecer empregado (separado do seu próprio ato de produção humana), assim como o capitalista quer seu lucro e sua produção.

O indivíduo, tanto capitalista, quanto operário, quando se posiciona no conflito de interesses distributivo no plano ideológico e político, como coloca Poulantzas, em realidade já está submetido às relações sociais do capital, por isso não faz sentido essa simplificação de ver a luta de classe imediatamente na relação entre organizações políticas. Os conflitos políticos surgem como formas da luta de classe constituída no nível das relações de produção. Torna-se, portanto, necessário compreender como as várias instituições políticas e semipolíticas se desenvolvem na base do conflito centradas em barreiras específicas para a valorização do capital (Clarke, 1977).

A própria produção deve ser entendida como uma forma política, como uma conformação da contradição entre capital e trabalho. “As relações políticas não correspondem, ou não são reproduzidas, primariamente pelas relações econômicas, como funções do estado para a acumulação capitalista. A política complementa o econômico, como formas diferentes do mesmo antagonismo de classe fundamental” (Bonfeld, 1992, p. 113). O político e o econômico, portanto, se movem como formas complementares mediadas como um momento do próprio movimento da contradição entre classe e trabalho. A fragmentação aparente entre o político e econômico, que aparece como uma relação entre coisas (estrutura), é parte da própria fetichização dessa sociedade burguesa (Holloway, 1980, 1991).

O político, como o econômico, são momentos da realização da sociabilidade capitalista, em que o ser humano se constrói separado de suas formas de vivência, sendo-lhe permitido apenas a liberdade do mercado com uma nova forma de sociabilidade por meio de coisas (mercadorias) e de rendas. A aparência naturalizada das categorias burguesas como formas de rendimento por si mesmas se torna uma abstração real, que, assim como Deus, passa a guiar as nossas vidas – com o que se apaga sua própria construção social. Os trabalhadores e os

capitalistas tornam-se personificações do antagonismo fundante da sociedade e vão se construindo em um processo contínuo de luta para essa divisão social. O próprio processo de formação de classes é um processo de luta (tanto material, quanto simbólico) para essa separação social do ser humano. Dentro dessa perspectiva, o conflito de classe não pode ser tomado como algo já dado, em que as classes já são consideradas um fato realizado, em que se estuda de forma naturalizada e autonomizada seus movimentos a partir dos seus interesses.

O conflito de classe não pode ser compreendido depois que o processo de subordinação já foi estabelecido e que as formas fetichizadas das relações sociais já foram constituídas. O conflito de classe ocorre exatamente nessa formação da subordinação da prática social, no processo de fetichização em unidade da reprodução capitalista, o que perpassa de formas distintas o econômico, o político, o cultural, o simbólico etc. A luta de classe não tem lugar dentro das formas constituídas nas relações sociais capitalistas, mas ao contrário, a própria constituição dessas formas é, em si mesmo, luta de classes (Holloway, 1999, p. 79).

A reprodução capitalista é geração em renovação da sociedade fracionada em classes, em processo contínuo de classificação e separação das pessoas. O processo de constituição de classe deve ser visto como a própria separação entre sujeito e objeto, como o próprio processo de fetichização. A reprodução da sociabilidade capitalista é um processo de luta constante pela separação do objeto com respeito ao sujeito, em que o ser humano é separado da sua totalidade ao transferi-la para os seus objetos. A classe não é uma coisa, ou um grupo em uma posição fixa dentro de uma estrutura²⁷. A classe não pode ser definida como um algo dado passível de mensuração e de autonomização dos seus movimentos.

Ao se assumir a classe como algo já dado, como uma estrutura separada e automatizada, os seus membros como personificações objetificadas são passíveis de constituírem uma

²⁷ “Existe atualmente uma tentação generalizada em supor que a classe é uma coisa. Não era esse o significado em Marx. [...] ‘Ela’, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção” (Thompson, 2004, p. 10).

consciência comum (Thompson, 2004). Os interesses de classe são objetificados como movimentos naturalizados de um determinado grupo social, apagando e desaparecendo com o processo de luta para a própria formação dessa classe e desse interesse dentro de uma necessidade específica para a reprodução capitalista.

A consideração da classe como uma quantidade de “indivíduos” que se encontra numa certa proporção com os meios de produção leva à autonomização de interesses idealizados por parte desses indivíduos, como uma consciência objetificada que esse grupo devesse ter, dada sua posição na estrutura social. Os capitalistas deveriam ter um determinado papel no “desenvolvimento econômico”, assim como os trabalhadores e a classe média deveriam desempenhar um papel determinado na reprodução capitalista²⁸. A desconsideração da própria constituição quanto classe leva a uma total autonomização dos supostos movimentos dessa classe, em que os próprios integrantes desse grupo passam a ser acusados de não cumprirem o seu papel no desenvolvimento social²⁹.

A classe é um processo de constituição centrada na luta, por isso não há como determinar um movimento ou uma função (“papel”) *a priori*, independente dos momentos e necessidades específicas para a sua realização. A classe como uma contradição viva não pode ser classificada como um dado (Bonefeld, 2014). O antagonismo inerente na constituição de classe implica em um significado duplo, pois ao mesmo tempo que representa uma noção de unidade na

²⁸ “A consciência de classe, porém, é algo daninho, inventado por intelectuais deslocados, visto que tudo o que perturba a coexistência harmoniosa de grupos que desempenham diferentes ‘papéis sociais’ (assim retardando o crescimento econômico) deve ser lamentado como um ‘sintoma de motim injustificado’. O problema consiste em determinar a melhor forma de condicioná-la, para que aceite seu papel social, e de melhor ‘tratar e canalizar’ suas queixas. Se lembrarmos que classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira. ‘Ela’ não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste” (Thompson, 2004, p. 11).

²⁹ Nada mais recorrente em diversas abordagens com enfoque nos países ditos subdesenvolvidos, como será apresentado com mais detalhes no próximo capítulo, a burguesia nacional ser acusada de não cumprir seu papel histórico. A partir de uma completa naturalização dessa classe como um dado, se apaga todo o processo de formação e constituição dessa própria classe dentro da reprodução da sociabilidade capitalista no mercado mundial. A classe média ou a classe alta não irão ter a função esperada pelo intelectual, como promover as reformas necessárias para transformar a classe trabalhadora em uma classe média e provocar o desenvolvimento. Muito menos o Estado irá funcionar como um médico ou um mecânico que irá promover os ajustes necessários para as classes desempenharem seus papéis previamente esperados.

constituição de classes contrárias, também representa uma desunião dentro da classe, como relações competitivas, seja de vendedores de força de trabalho ou de exploradores de força de trabalho. *“Unity qua disunity entails coercion as the condition of social reproduction”* (Bonefeld, 2014, p. 107).

A sociedade de classes se apresenta na forma de proprietários de mercadorias individualizados, em que cada um tenta se manter dentro de mercados competitivos. Contudo, no processo de objetificação das classes, os grupos são, por sua vez, separados por construções sociais de gênero, raça, nação etc.³⁰ A própria forma com que se constrói a luta pela imposição da sociabilidade capitalista não pode ser dissociada das suas especificidades necessárias para os determinados momentos de reprodução, o que, todavia, não implica em uma classificação objetiva em grupos pré-determinados, mas, ao contrário, na construção do processo de autonomização e objetificação dessas formas-classe como grupos autonomizados. Os grupos sociais não devem ser re-classificados, cerceados e segmentados a partir da sua aparência coisificada. O objeto da teoria crítica deve ser justamente o oposto, i.e., a percepção de como se formam esses movimentos de objetificação dos grupos sociais dentro de momentos específicos da luta social capitalista. O que a concepção dialética proposta por Marx possibilita é exatamente fugir do reducionismo (Gunn, 1987), como o caso da análise fragmentária e pluralista do estruturalismo, a qual acaba por falsear a contradição fundamental que se pretende analisar³¹.

³⁰ O movimento de objetificação das classes, dentro das necessidades de reprodução capitalista em gênero, raça e classe, será feito de forma mais bem-acabada no capítulo 5 dessa primeira parte. Para uma discussão mais aprofundada ver: Federicci (2013) e Dalla Costa (1995).

³¹ *“Far from taking on board role-definitions as a methodological principle, the Marxian view depicts the individual as the site of class struggle – of his or her own struggle – which brings not merely the “universal” (role-bearing and socially homogenous) but also the “particular” (unique and socially heterogenous) dimensions of individuality into political and theoretical play. Neither in theory nor in practice do role-definitions such as “proletarian” or “bourgeois” (or indeed “man” or “woman” or “citizen”) represent Marx’s solution; on the contrary, they figure as one among the problems which ‘class’ in its Marxist designation is intended to resolve”* (Gunn, 1987, p. 5).

Quando Marx trata da relação de classe, não a considera como uma classe pura, como uma categoria pronta e delimitada. Mesmo o sentido de classe operária revolucionária em Marx está em seu sentido universal, em seu sentido de classe como unidade em separação da contradição capital-trabalho. O proletariado no sentido incorporado por Marx não possui uma potencialidade revolucionária como categoria objetificada em sua aparência, ou como um grupo de pessoas representantes de uma determinada renda³².

A possibilidade revolucionária dos trabalhadores está justamente no fato de que na sua emancipação está contida a emancipação da sociabilidade capitalista. A libertação dos trabalhadores como separados dos seus meios de reprodução impõe a quebra da totalidade da sociabilidade capitalista como processo contínuo de fetichização e coisificação do ser humano. O proletariado como classe central não se deve ao seu papel no conflito distributivo pela distribuição de excedente, não se deve a uma “*injustiça particular*, mas à *injustiça por excelência*, que já não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título *humano*” (Marx 2010, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, p. 156). Diferentemente do “marxismo tradicional”, a questão de classe não está em um conflito distributivo na disputa pela apropriação do valor. Definir a classe, seja qual ela for, em termos de sua posição econômica no processo produtivo e no mercado laboral, é aceitar como um dado as formas aparentes (mistificadas) da sociedade burguesa. Como nos mostrou Marx, o próprio mecanismo de apropriação já está contido no modo de produção em que o ser humano se constrói como

³² “na formação de uma classe com *grilhões radicais*, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum *direito particular* porque contra ela não se comete uma *injustiça particular*, mas a *injustiça por excelência*, que já não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título *humano*, que não se encontre numa oposição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a *perda total* da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um *reganho total* do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o *proletariado*” (Marx, 2010, p. 156).

separado de si mesmo, coisificado nos seus produtos que passam a se relacionar “pelas suas costas”.

A classe, portanto, não deve ser reduzida à sua aparência, ou seja, a grupos de interesses que se opõem pela formação de um “excedente”, mas sim no seu próprio processo de gênese, como constituição do ser humano separado dos seus meios de reprodução. Constituição essa que remete ao modo de produção como algo não dado, como também um processo contínuo de reprodução em forma de luta, tanto em termos produtivos, quanto em termos culturais, simbólicos, políticos, raciais etc.

A constituição em reprodução das classes sociais capitalistas é a própria premissa para a constituição em reprodução da sociabilidade capitalista. Por isso, tanto o capitalista, quanto o operário, não são mais do que encarnações dos determinados caracteres sociais que o processo de produção imprime na formação desses “indivíduos”. É nesse processo que a acumulação originária ou primitiva [*ursprünglich*], como forma dessa separação, fica suspensa (escondida-mistificada) na forma constituída da mercadoria e do trabalho alienado. A acumulação originária não é simplesmente um processo histórico, mas originária no sentido da gênese e da reprodução da sociedade, ou seja, “implica na ‘criação’ dos pressupostos constitutivos através dos quais subsistem o antagonismo de classes entre capital e trabalho” (Bonefeld, 2014, p. 47). É na acumulação primitiva como acumulação primitiva permanente que se está inserida a constituição (formação) de classe como algo permanente e contínuo.

Acumulação Primitiva como Acumulação Originária Permanente

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (Marx 2013, p. 961).

Convencionalmente, acumulação primitiva é descrita como um período de transição para a sociedade capitalista, ou seja, uma fase intermediária e posterior ao pré-capitalismo, em que se formariam as condições para o capitalismo, tanto em termos da separação da força de trabalho dos meios de produção, quanto da acumulação e da extração de valor fora do processo de produção capitalista. Além dessa compreensão sobre a acumulação primitiva como um fenômeno simplesmente histórico, é preciso ter em mente a forma como esse processo se perpetua pela própria acumulação e expansão capitalista. Esse conceito determinado de acumulação primitiva possui consequências importantes para a teoria crítica, só sendo possível compreender a noção de valor a partir da consideração da acumulação primitiva de forma permanente.

A classe é uma premissa histórica e lógica da forma valor. O trabalho assalariado como trabalho livre, para o seu intercâmbio por dinheiro, é um pressuposto para o capital³³. A constituição de classe é o processo que cria a relação social capitalista, que transforma o trabalho em trabalho abstrato, os produtores diretos em trabalhadores assalariados, os meios para a reprodução da vida em capital. Contudo, essa constituição de classe não é apenas histórica, sendo as condições prévias da reprodução social ao mesmo tempo resultado, que se apresentam por sua vez, como formas distintas que se colocam novamente como condições, por isso a acumulação primitiva deve ser entendida como processo social permanente que se reproduz na constituição de classe. A importância em ressaltar a acumulação primitiva como permanente (Bonefeld 2011) está em resgatar o sentido original apresentado por Marx no *Capital*. Diferentemente de muitas das interpretações marxistas, a essência da acumulação originária deve ser compreendida como processo permanente, apesar de suas formas distintas, no processo de reprodução e acumulação capitalista.

³³ “O trabalhador se defronta com o capitalista não como valor de troca, mas é o capitalista que se defronta com ele como valor de troca. A sua *ausência de valor* e sua *desvalorização* são o pressuposto do capital e a condição do trabalho *livre* de modo geral” (Marx, 2011, p. 359).

A visão tradicional da acumulação primitiva simplesmente como um fenômeno social datado já pode ser vista nos estudos do jovem Lenin (1985), “O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia” de 1899. De modo geral, a concepção de Lenin aponta a acumulação primitiva como uma premissa simplesmente histórica do modo de produção capitalista, tendo como base a separação dos modos de produção durante a transição para o capitalismo. Essa visão sobre a acumulação primitiva como uma acumulação bem definida em um sentido histórico irá se perpetuar como a leitura mais convencional dentro do marxismo, como pode ser vista mesmo no clássico debate entre Dobb e Sweezy na controvérsia da transição do feudalismo para o capitalismo. Dobb apresenta a acumulação primitiva como “uma época bem definida de acumulação de direitos de propriedade, melhor denominada como mercantilismo” (Dobb, 1971, p. 216). Sweezy, mesmo com o acalorado debate com Dobb, declara o “excelente tratamento dos problemas essenciais do período de acumulação primitiva” (Sweezy, 1950, p. 150).

Em posição diferente a via mais tradicional sobre o fenômeno da acumulação primitiva, é necessário retomar o trabalho seminal de Rosa Luxemburgo (1985) (“Acumulação do Capital”, de 1913), que enfatiza a necessidade do capitalismo sempre retirar algo de fora de si mesmo para se estabilizar, o que é visto como uma forma de resolução de crises e um efeito “imperialista” (tanto doméstica, quanto internacionalmente) da acumulação capitalista. Luxemburgo (1985) já expõe que não se trata apenas de uma fase pré-histórica, mas também algo contemporâneo, da própria dinâmica da acumulação de capital. Nos anos de 1970, os teóricos da dependência e das trocas desiguais seguiram essa abordagem aberta por Luxemburgo e desenvolveram valiosos estudos sobre as relações entre periferia e centro, analisando os processos de “extração de excedente” (Marini, 2005) e despossessão, o que remete à expansão para as periferias em momentos de crise, com trocas desiguais e dependência (Amin, 1974).

Como forma de compreender os avanços do capital pelo neoliberalismo, as teorias baseadas em uma permanência da acumulação primitiva tiveram novos desdobramentos, seja por despossessão como forma derivada da natureza expansiva da reprodução capitalista (Harvey, 2003) ou como uma maneira capitalista de subjugar o trabalho (de Angelis, 2012). David Harvey em seu livro “*New Imperialism*” expande essa noção, apresentando a ideia de acumulação primitiva como parte integrante da acumulação capitalista, sendo necessária para manter as engrenagens dessa acumulação. Ele chama esse processo de acumulação capitalista por despossessão, não tratando apenas de algo específico em um momento de crise de sobreacumulação, mas considerando a acumulação por desapropriação como forma dominante do processo de acumulação atual. Esse processo de despossessão não ocorreria apenas na periferia, mas também no centro, tratando-se do próprio processo permanente de expropriação imposto pelo capital, tanto na expansão como em sua profundização, como exemplificado por Harvey (2003) nas privatizações das indústrias nacionais nos anos de 1980 e 1990.

As análises contemporâneas baseadas em Rosa Luxemburgo sobre a presença da acumulação primitiva no modo de acumulação do capital trazem a importante consideração da expropriação e despossessão envolvidas nesse processo, mas o fazem por uma consideração da acumulação primitiva sempre a partir de uma noção de imperialismo. Ou seja, trata-se de uma necessidade do capital expropriar fora das suas bases mais-valor para lhe dar continuidade e estabilidade, não no sentido apenas regional ou espacial, mas também em termos do seu modo de produção e exploração, o que inclui os próprios países desenvolvidos (Bonefeld, 2011; De Angelis, 2012). O divórcio do trabalho dos seus meios de subsistência, o que aqui chamamos de mais valia primitiva permanente, é mais do que um efeito imperialista da acumulação expandida. Ela é a própria forma de manutenção, perpetuação e expansão das condições básicas do modo de produção do capital.

A acumulação primitiva não é um efeito colateral ou um resultado de alguma nova lógica de desenvolvimento combinado e desigual, mas a própria reprodução e manutenção das condições e contradições de existência do capital em formas combinadas e desiguais. Assim “a acumulação primitiva que aparentemente desaparece na acumulação capitalista o faz somente para reaparecer como o resultado da sua reprodução”. Entretanto, esse reaparecimento acontece na forma da relação contratual entre sujeitos iguais, i.e., “a coerção direta é substituída pela (silenciosa) compulsão econômica” (Bonfeld, 2011, p. 385). A existência de compradores e vendedores no mercado de trabalho pressupõe a existência de mão de obra livre como vendedor de sua própria força de trabalho.

No modo de produção capitalista, a acumulação primitiva e a separação do trabalho dos meios de produção são reproduzidos e expandidos em escala ampliada, mas não necessariamente pela sua forma de coerção direta, apesar de que também possa vir a reaparecer. A acumulação primitiva, aqui compreendida, é o processo pelo qual se conceitualiza a própria noção do capitalismo como trabalho assalariado livre, do que advém a união entre “gênesis” e “existência”. A separação entre “gênesis” e “existência” no pensamento burguês, apresentado no primeiro capítulo, se torna mais explícita na visão tradicional do “conceito” da acumulação primitiva, em que se apresenta como impossível conter ao mesmo tempo um processo de formação, visto simplesmente como histórico, e de manutenção ou reprodução, visto em termos de leis e de movimentos autônomos do capital. Essa separação do processo de “criação social” com a própria existência social é a pedra de toque do pensamento dogmático burguês, em que o ser humano desaparece para o surgimento de uma prática social concebida como um agente funcional em uma estrutura que determina o ser e o tornar-se (Adorno, 2009).

A acumulação capitalista reproduz seus pressupostos constitutivos em despossessão como resultado dele mesmo, como leis sociais inatas de reprodução. A acumulação primitiva, ao ser resultado da sua própria realização, se coloca como algo permanente, que continua pelo

tempo, mesmo que em outra forma. A distinção entre acumulação primitiva e acumulação capitalista, ou seja, entre aquela que vem por despossessão e aquela extraída através do mais-valor, necessita não só de uma compreensão mais adequada de sua diferenciação, quanto de sua conexão. A relação entre essas duas formas de acumulação e exploração pode ser mais esclarecida pelo entendimento do termo alemão *Aufhebung*.

Em termos “hegelianos”, *Aufhebung*, indica um processo dialético de uma “negação determinada” (Gunn, 2015), i.e., uma determinação que também nega o próprio termo, ao passo que, de tão negado, se transforma em um novo termo. Nessa negação determinada, o próprio termo negado perde a sua existência independente e faz isso ao mesmo tempo em que o seu caráter essencial é mantido no novo termo - o novo termo é informado pelo termo negado (Bonefeld, 2014). O fato da manutenção da essência do termo negado ser mantido no novo termo implica em que a essência de ambos os termos seja a mesma, apesar de se apresentarem como termos diferentes. Não por acaso, o termo *Aufhebung* possui significados diferentes e contraditórios como: "levantar", "tornar inválido" ou "cancelar / eliminar", "manter/preservar" e até mesmo “transcender/elevar”.

No contexto aqui empregado, *Aufhebung* reflete que a aparência da acumulação primitiva como algo simplesmente histórico é “levado” para um novo nível. Nesse novo “estado”, a forma da acumulação primitiva é “eliminada”, mas ao mesmo tempo em que sua “substância” (“essência”) é “preservada” (“mantida”). O caráter essencial de divórcio do ser humano dos seus meios de vida é, portanto, elevado a um novo nível, eliminando as particularidades da acumulação primitiva como uma época específica. Contudo, nessa nova forma com as particularidades históricas “canceladas”, a essência continua a mesma, ou seja, o pressuposto histórico do capitalismo se torna a premissa da sua existência, em que o trabalho separado de seus meios se torna o resultado de um processo de acumulação que se baseia na

apropriação do excedente de mão de obra que o capital, por sua forma valor, pode extrair do trabalhador livre na morada escondida da produção (Bonefeld, 2014, p. 86).

A acumulação primitiva permanente deve ser vista, portanto, como a forma expandida em que o capital recria suas condições, tendo em cada momento histórico específico do processo de acumulação as suas formas determinadas de realização. “A acumulação não faz mais do que apresentar como um processo contínuo o que na acumulação primitiva aparece como um processo histórico distinto, um processo de emergência do capital” (Marx, 1972, p. 272). O desenvolvimento concreto histórico, apesar de possuir elementos contingentes, irá possuir uma dinâmica específica de reprodução dos seus elementos essenciais. Cada novo momento de expansão do capital possuirá especificidades tanto dos novos elementos, quanto dos já existentes, os quais serão reapropriados em uma nova forma, mas que manterá o seu conteúdo.

O destaque da manutenção da essência da acumulação primitiva na sua forma elevada em acumulação como reprodução ampliada não consiste de maneira nenhuma em um simples jogo semântico dialético. Ao contrário, a real importância dessa argumentação consiste em apresentar como na positivação da acumulação do capital se acaba por desaparecer o próprio elemento essencial do processo de luta pela constituição do ser humano separado dos seus meios de existência. Esse cancelamento não consiste apenas no que diz respeito às análises teóricas sobre a sociedade capitalista. A própria compreensão geral desta sociedade passa a ser dada em um processo de acumulação autônomo, em que não se visualiza como a própria constituição do ser humano em classe é formada de maneira mistificada.

Compreender a sociedade capitalista não se trata de autonomizar a acumulação nas variações das quantidades econômicas. Teoria crítica é desmistificar os processos que desaparecem com a acumulação primitiva como essência da reprodução capitalista, desaparecimento essa que possui múltiplas faces e formas sociais. A acumulação primitiva, como nos mostrou

Marx, não se trata apenas de uma violência direta, em uma expropriação direta em forma de propriedade privada. A acumulação primitiva, como essência presente também na reprodução da acumulação, se encontra na própria constituição do ser humano como indivíduo capitalista, o qual também não é um indivíduo capitalista genérico, mas construído dentro das necessidades da luta do seu momento histórico. Por isso, estudar as classes sociais é estudar a constituição do próprio ser humano como indivíduo capitalista em um momento histórico específico, apesar de conter a mesma substância de constituição separada da sua possibilidade de realização.

Em “O Capital” de Marx, o capítulo sobre a “assim chamada acumulação primitiva” está logo depois da assim chamada “lei geral da acumulação capitalista”, em que Marx apresenta de maneira mais aprofundada a formação do exército industrial de reserva como movimento necessário ao processo de acumulação capitalista. Já tendo apresentado o caráter permanente da acumulação primitiva, é importante também deixar clara a determinação em luta, portanto também em aberto, da lei geral de acumulação. A lei geral de acumulação não deve ser vista como uma lei objetiva autodeterminada, mas como um processo antagônico que pela aparência da acumulação de capital (transformação de mais valor em novos investimentos), guarda a constituição, expansão e intensificação das relações sociais capitalistas. Por isso, a própria formação do exército industrial de reserva, como necessidade da concretização da acumulação capitalista, também deve ser entendida como momentos da luta de constituição de classe.

A acumulação, por um lado, leva a um aumento na produção, o que demanda mais trabalhadores. Se a demanda aumentasse ao ponto de todos os trabalhadores permanecerem contratados, o aumento da produção implicaria em ter que aumentar o salário, o que, em um certo limite, levaria à extinção da produção de mais valor com a possibilidade dos trabalhadores conquistarem seus meios de produção. Todavia, esse aumento da produção com maior massa de mão de obra também possibilita a incorporação de mais capital constante. Um aumento da

produtividade do trabalho que se expressa no aumento da composição do valor, a um nível constante de produção, leva a uma menor força de trabalho necessária, ou seja, à possibilidade de poupar mão de obra. A constituição de uma massa de trabalhadores que é impelida a vender sua força de trabalho, mas que não encontra nenhum comprador, é denominada por Marx como exército industrial de reserva. A constituição desse exército é, portanto, condição necessária para a continuação e expansão das relações capitalistas na sua forma de acumulação de mais valor. “Esta população excedente é produto necessário da acumulação e é, simultaneamente, sua própria alavanca, tornando-se condição fundamental de existência do próprio modo de produção capitalista” (Carcanholo e Amaral, 2008, p. 168).

A constituição desse exército industrial de reserva como necessidade para a acumulação, contudo, não é algo automático ou uma lei objetiva pré-determinada. Na própria lei geral, como apresentada por Marx, também existe uma tendência à incorporação de mais trabalhadores com maiores salários. “Se a demanda por força de trabalho sobe ou cai depende de qual destes dois efeitos é preponderante” (Heinrich, 2012, p. 124), o que nos revela o processo de luta por constituição de classe por detrás da acumulação. A formação do exército industrial de reserva como necessidade da acumulação não se coloca como um simples fator regulador de salários, mas como momento necessário para a própria realização da acumulação como momento de constituição de classe. O exército industrial de reserva, visto como luta de constituição de classes, está na própria garantia das relações capitalistas como separação do ser humano dos seus meios de vida. A redução dessa superpopulação relativa como um fator de ajuste dos salários apaga a gênese dessa própria classe miserável, tendo a lei geral acumulação como uma imposição objetiva.

As leis de acumulação para Marx não estão na questão da distribuição, mas de como a sua objetificação apaga (aliena) a sua própria gênese como aniquilação humana³⁴. A pobreza (pauperismo) em Marx não se coloca em termos materiais, mas em uma miséria em relação à própria totalidade da condição humana. A questão central do processo de acumulação não está na possibilidade de melhora da sua distribuição, muito menos do possível ganho com o seu crescimento material. O próprio conteúdo da acumulação de mais valor é uma tendência crescente à exploração do ser humano, em que os laços de dominação e aniquilação se expandem. Como nos mostrou Benjamin, a objetificação da acumulação como caminho natural para ganhos materiais é, em realidade, uma forma de dominação. “Ele é uma das causas do colapso ulterior. Não há nada que tenha corrompido tanto o operariado alemão quanto a crença de que ele nadava com a correnteza. O desenvolvimento técnico parecia-lhe o declive da correnteza em cujo sentido acreditava nadar” (Benjamin, 2005, p. 100).

O primeiro capítulo de “O Capital” apresenta justamente como as aparências da constituição da mercadoria apagam (fetichizam) a nossa compreensão sobre a sua gênese. Constituição essa que apaga o próprio humano do nosso ser social, para a constituição em forma de coisas. Ao longo da obra, passa a mostrar como as várias formas e momentos dessa constituição escondem essa gênese como luta de formação de classe para se apresentar como um processo natural de produção de bens materiais. No capítulo 23 sobre a lei geral de acumulação, Marx sintetiza essa essência da relação capitalista mesmo em meio a várias formas

³⁴ “What Marx criticizes is not a specific distribution of goods or income, but the “miserable” working and living conditions, in a comprehensive sense, which he characterizes with terms such as “endless drudgery and toil,” “ignorance,” and “brutalization.” Marx wants to make clear that the basic structures of such conditions are not just maladies characteristic of capitalism’s infancy, they remain throughout the development of capitalism—regardless of changes to their concrete appearance. Since the sole aim of the capitalist process is valorization and an increasingly improved valorization, and humans and nature are treated as mere instruments of valorization, this process possesses an intrinsic destructiveness toward humans and nature that constantly produces these miserable living conditions in newer forms, even in the case of an increased standard of living” (Heinrich, 2012, p. 129).

objetificadas da produção, frisando o processo permanente de dominação e de aniquilação da expansão das relações capitalistas, independente da sua remuneração ser alta ou baixa.

Todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos. Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo (Marx, 2013, p. 877).

A existência desse momento de gênese como existência das relações capitalistas pode ser vista claramente nos processos de acumulação que perpassam os Estados nacionais, as questões de raça, gênero, aspectos simbólicos, cultural etc.³⁵ A acumulação capitalista, como constituição das relações sociais em sua forma mistificada, possui não apenas os elementos essenciais dessa sociabilidade, como também aspectos particulares de cada momento histórico de realização dessas relações. Por isso, a importância de compreender como aspectos e fenômenos distintos da sociabilidade capitalistas se apresentam como formas e momentos particulares, porém dentro de uma mesma unidade social. Os Estados capitalistas, por exemplo, são um dos grandes fenômenos sociais que guardam esse caráter de desunião (formas distintas) ao mesmo tempo que carregam internamente a mesma essência de constituição da sociedade capitalista.

³⁵ Os aspectos simbólicos que constituem a separação e classificação humana na sociedade capitalista são um fenômeno fundante dessa própria sociabilidade, em que o próprio ser e o tornar-ser como indivíduo capitalista já é constituído como ser humano classificado e separado dos seus meios de vida. Contudo, esses aspectos simbólicos, que caracterizam o processo de “classificação” social, não podem ser considerados como processos autônomos, em que a produção e a constituição econômica ocorre em uma esfera separada dos aspectos culturais e simbólicos. A sociedade capitalista, apesar da sua aparência, não é uma disputa pelos meios escassos com a particularidade de ocorrer pelas formas simbólicas e subjetivas, como nos descreve muitas abordagens baseadas na obra de Pierre Bourdieu – ver: Bourdieu (2007) e para o caso brasileiro: Souza (2012, 2015). A sociedade capitalista constitui essa luta subjetiva a partir da sua própria constituição como forma de produção do ser humano separado das suas capacidades criadoras e autônomas. O modo de produção com suas especificidades, dentro de determinado momento histórico, deve ser compreendido em unidade com os processos de constituição das especificidades subjetivas, não como processos autônomos e naturalizados dentro de determinadas sociedades. Uma discussão mais detalhada sobre esse debate é realizada no quinto capítulo deste trabalho, dentro do contexto brasileiro de crescimento econômico com imensa desigualdade.

A constituição dos Estados-Nação, portanto, deve ser compreendida como mais uma forma social, i.e., como a forma política das relações sociais capitalistas. No próximo capítulo, tenta-se mostrar a gênese dos Estados como uma das formas políticas da sociabilidade capitalista e de como essa forma se relaciona internamente com a realização dessa sociabilidade em sua totalidade³⁶. O Estado, dessa maneira, não será entendido como um ente a parte, como algo separa da totalidade capitalista, mas gestado internamente nessa sociedade, o que pode ser entendido pela constituição dos Estados dentro do mercado mundial.

³⁶ Outras formas sociais importantes para a constituição capitalistas, como raça e gênero, também devem ser estudadas e compreendidas em suas especificidades. Contudo, dada suas particularidades estarem ligadas internamente com a própria constituição da forma Estado, essas formas serão tratadas em mais detalhe no capítulo seguinte, quando se intenciona especificar melhor as diferenciações da constituição do Estado brasileiro no mercado mundial.

3. Estado como forma política das relações capitalistas

Dentro do debate marxista, a partir de meados dos anos de 1970, inicia-se uma grande discussão teórica sobre o que seria uma concepção marxista do Estado. Num contexto de deterioração das visões mais tradicionais do marxismo (principalmente sobre política e Estado com os desdobramentos da União Soviética) e de emergência de uma nova crise do capitalismo (fordismo-keynesianismo) e de sua superação (neoliberalismo), há um grande esforço para a elaboração de novas abordagens teóricas para o tratamento do Estado. Com forte rejeição às supostas teorias tradicionais, ligadas ao pensamento de Lenin, muitas dessas visões partem da tentativa de construir uma compreensão do Estado por meio de uma rejeição de sua visão como um “ente social” em separado do todo, introduzindo em seu interior as lutas de classes e com um grande esforço para articular as supostas relações existentes entre as diferentes esferas sociais, como as relações de âmbito político e econômico. Apesar da sua grande importância dentro do pensamento teórico e na luta por uma outra forma de sociedade, grande parte dessas análises ficam restritas a uma compreensão da sociedade capitalista presa em suas formas aparentes, como os conflitos distributivos e as disputas intra-classes. A luta de classes como essência da sociedade capitalista não está colocada na disputa entre setores da burguesia, seja interna ou externa, mas na luta pela própria constituição de uma sociedade de classes capitalistas. O Estado não se constitui dentro de um quadro de disputas de classes já dadas por um interesse de acumulação, mas como forma da própria constituição dessas classes em seu momento específico de realização dentro da totalidade das relações capitalistas. **A forma Estado, portanto, não se coloca como uma derivação dos processos e movimentos da acumulação capitalista. A forma Estado é o próprio movimento das relações capitalista em sua forma política.**

Apesar da forte veemência com que muitas abordagens teóricas marxistas se auto-intitulam como partindo da luta de classes para estabelecimento do Estado e de uma não

separação entre o econômico e o político, é de fundamental importância ter em mente como, por considerarem a classe como um dado, passam a ver a luta através de seus interesses dentro do processo de acumulação de capital, o que leva a uma autonomização do político e do Estado como uma condensação de interesses de intra-classes específicos. A crítica do determinismo existente nas análises de Estado não pode cair em uma complexificação como um fim em si mesmo. A complexificação em um conflito “infinito” entre sub-classes, estruturas, aparelhos e instituições não impede o determinismo (mesmo como “autonomismo relativo”) das relações sociais. A economia, assim como a política, não se constituem como esferas separadas³⁷ - esse fenômeno é simplesmente a aparência de nossa sociedade capitalista fundada na separação interna do indivíduo dado pelo antagonismo entre capital e trabalho. Tanto os aspectos econômicos, como os aspectos políticos, são formas das relações sociais capitalistas em seus diferentes momentos de realização. Apesar do avanço teórico com relação às análises clássicas da relação entre o político e o econômico, grande parte das análises marxistas ainda conceituam o Estado em termos de sua funcionalidade dentro do regime (ou movimento) de acumulação, acabando por apagar o próprio processo de constituição dessa forma Estado específica dentro da realização da sociabilidade capitalista. Antes de estabelecermos o Estado como forma política da relação capitalista, vamos apresentar as concepções “tradicionais” dentro do pensamento teórico para podermos, por fim, visualizar o processo de objetivação dado pelos conceitos de Estado e da separação entre econômico e político.

³⁷ “Part of the problem is that we have studied this phenomena in separate boxes to which we have given special names – politics, economics, the social structure, culture – without seeing that these boxes are constructs more of our imagination than of reality. The phenomena dealt with in these separate boxes are so closely intermeshed that each presumes the other boxes” (Wallerstein, 2004, p. x).

Resgate do debate do Estado capitalista

O debate teórico sobre Estado, mesmo o marxista, possui uma forte influência do debate clássico do Estado, o qual, principalmente sob a influência do pensamento de Weber, constitui as grandes demarcações entre os campos do conhecimento. Ao ter como objeto os campos do conhecimento já como processos constituídos em separado, a análise já parte de uma visão burguesa de desaparecimento da totalidade da constituição social para o predomínio de suas formas aparentes. As próprias ideias de intermediação, regulação e autonomia relativa já partem de um resquício de uma concepção positivista da sociedade. Apesar da intenção de escapar e acusar os determinismos burgueses, as teorias com um viés “relacional” acabam por se constituir, sob a perspectiva de processos e movimentos sociais que ocorrem com relações exteriores, de uma esfera coagindo a outra. E isso se dá ao invés de processos de distinção na unidade, em que a própria constituição da diferença ocorra de forma interna dentro de uma totalidade.

Foi Max Weber quem definiu a relação entre a economia, por um lado, e a investigação histórica e política-sociológica, por outro. É nesse sentido que podemos ver Weber como o verdadeiro fundador da sociologia moderna, na medida em que foi ele quem definiu os respectivos campos para economia e sociologia, estabelecendo os limites da economia e definindo o espaço a ser preenchido pela sociologia (Clarke, 1991b, p. 243). A grande maioria das interpretações de Weber compreendem seu trabalho como derivado das tradições filosóficas do idealismo alemão e, especificamente, de um reavivamento do neo-kantiano. Embora esta tradição seja crucial na definição dos termos de seu argumento, é de extrema importância ressaltar a influência da economia neoclássica, em particular da Escola Austríaca (cf. Clarke, 1991b) para seu pensamento.

Em uma espécie de conciliação entre o idealismo e o positivismo³⁸, Weber coloca a existência de uma racionalidade econômica não como algo universal e psicológico, mas como um ideal criado social e institucionalmente. Por isso, a importância das instituições (estado, família, escola, comunidade) para garantir (“fontes transcendentais”) os ideais éticos e as obrigações éticas. Weber constrói um referencial sociológico para a concepção da economia marginalista de Menger. Seguindo esses referenciais, a teoria econômica não se basearia em um tipo ideal que exprimiria um certo conhecimento intuitivo de uma orientação psicológica naturalista, mas seria baseada em um tipo ideal que expressaria uma orientação de valor particular que tem sua própria origem histórica.

A revolução marginalista aboliu a teoria clássica da distribuição e expulsou o conceito de classe da economia em favor de uma teoria puramente individualista das relações econômicas. O conceito de classe agora aparece em um nível mais baixo de abstração, tornando-se um conceito puramente sociológico no sentido que passa a caracterizar grupos sociais particulares que surgem da livre associação de indivíduos com base em sua percepção de um interesse econômico comum (Clarke, 1991b). Diferente das teorias da economia política clássica, que viam as classes como oriundas dos conflitos distributivos, estas passam a ser entendidas com base em seus interesses econômicos, como indivíduos livres que apresentam interesses similares de acordo com suas interações no mercado. Isso diverge de uma concepção que compreende como a própria sociedade fundada em classe dá origem aos interesses econômicos em grupos distintos.

³⁸ “Weber's ideal-type was a hypothetical construct that was based not on the introspective understanding of the universal principles of experience, but on the historical understanding of the typical complexes of values that motivate actors in different societies at different times. The elaboration of such ideal-types depended for Weber, by contrast to Menger, on detailed and extensive comparative and historical investigation that can assist the analyst in the construction of the complexes that make up the ideal-type. [...] In his liberalism Weber again aligned himself firmly with Menger against the organicism of the Historical School. Although Weber followed the Historical School in emphasizing the importance of ethical ideals, he insisted that those ideals were not transcendent, but could only be individual ideals, ideals that were chosen not imposed. Thus, although it is true that Weber reconciled, however uneasily, the 'positivism' of marginalism with the 'idealism*' of the Historical School, the reconciliation was on the basis of the marginalist conception of society and the marginalist conception of the social sciences.” (Clarke, 1991b, p. 253-255).

O “individualismo metodológico” assumido por Weber será fundamental, portanto, para compreender seu conceito de Estado como uma “relação de dominação de homens sobre homens” (Weber 1999, p. 526), na qual a ideia de associação teria um papel central para o estabelecimento desse “agrupamento” de homens sob uma relação de dominação. No pensamento de Weber, o Estado, do ponto de vista social, é entendido como uma unidade de associação dotada originariamente de poder de dominação e formada por homens assentados em um território (Jellinek, 2000, p. 194). A associação em Weber se coloca, portanto, como uma relação social fechada em que a observação de sua ordem está garantida pelo comportamento de determinadas pessoas.

Como nos mostra Álvaro Bianchi (2014, p. 91), para Weber, “toda dominação manifesta-se como administração”, ou seja, para viabilizar-se, ela necessita de um círculo de pessoas que, interessadas em manter a dominação e acostumadas a obedecer às ordens dos líderes, estejam permanentemente à disposição destes, distribuindo entre si os poderes de coação e mando necessários para o exercício dessas funções. A associação política moderna, o Estado racional, seria, portanto, essa associação de dominação com um quadro administrativo distinto daquele que possui o poder de dominação direto. O Estado e seu corpo organizativo, como associação de interesses entre relação de dominantes e dominados, estaria, contudo, separado dos interesses privados diretos dessas relações. A separação do Estado como corpo social distinto não tem em Weber um caráter normativo, em que se estabelece sua função específica do que deveria fazer. A função do Estado em Weber é ampla e não restrita, dado sua unidade estar na sua legitimidade de um caráter de manutenção da ordem de dominação existente como esfera separada dos interesses particulares.

Essa caracterização do político e do Estado, oriunda do pensamento de Marx Weber, será amplamente difundida em várias correntes da economia moderna, tanto de perspectivas ortodoxas, quanto de caráter denominado heterodoxo, como correntes do keynesianismo e de

teorias do desenvolvimento, podendo ser destacado algumas vertentes do estruturalismo-
cepalino³⁹. Contudo, dentro das análises marxistas, mesmo aquelas com grande grau de
determinismo economicista e de separação entre os campos sociais, o Estado possui uma
concepção muito distinta da adotada por Weber. A importância de entender essas distinções
teóricas está nas especificidades do processo de objetificação social gerado dentro de cada
concepção categorial, a qual se configura em diferentes momentos da realização capitalista.

As abordagens clássicas do marxismo, negando a concepção weberiana, darão um
grande destaque para o papel instrumental e a função específica do Estado dentro da sociedade
capitalista. A noção de instrumento implica que a relação entre o Estado e a classe capitalista é
externa: como um martelo, a classe capitalista manipularia agora o Estado segundo seus
próprios interesses. Depois da revolução, este seria manipulado pela classe trabalhadora
segundo seu próprio interesse (Holloway, 2003, p. 27).

Essa concepção clássica ou tradicional do marxismo sobre o Estado pode ser
sistematizada nos vários debates na virada para o século XX, nos quais o Estado ganha uma
função primordial como forma de se alcançar a revolução socialista. Tanto no debate entre
Bernstein e Rosa Luxemburgo, consagrado no livro de Rosa de 1899 “Reforma ou Revolução”,
quanto na obra de Lenin “Estado e Revolução”⁴⁰, escrito entre agosto e setembro de 1917, nos
meses imediatamente anteriores à Revolução Bolchevique, há uma compreensão da contradição
capitalista na relação entre forças produtivas e relações de produção, o que coloca o Estado
como aparato político das relações de produção no controle das forças produtivas.

Como nos mostra Postone (2014 p. 22) e já tratado em mais detalhes nas primeiras
seções desse capítulo, os marxismos tradicionais consideram o trabalho de uma perspectiva

³⁹ Uma apresentação mais detalhada da concepção de Estado das teorias desenvolvimentistas e suas implicações
para o processo de objetivação social será realizado no último capítulo deste trabalho para o caso específico do
Estado brasileiro recente.

⁴⁰ No livro “Estado e Revolução”, Lenin apresenta uma perspectiva com grande influência dos trabalhos de Engels,
“A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de 1884, e o “Anti-During”, de 1978.

trans-histórica, tendo no capitalismo a especificidade do trabalho constituir a “base do modo de distribuição “automático”, não consciente e mediado pelo mercado”. Seguindo essa interpretação, o enfoque da crítica histórica de Marx é o modo de distribuição, sendo que o mercado desvia o excedente produzido pelo trabalho para o capitalista e não para os trabalhadores. A sociedade se estabeleceria “em termos de relações de classe estruturadas pela propriedade privada dos meios de produção e uma economia regulada pelo mercado” (Postone, 2014, p. 21)⁴¹. A dominação é vista como uma dominação de classe, portanto, externa ao modo de produção. Logo, uma vez estabelecida a produção industrial, essa se torna independente do capitalismo, não intrinsecamente ligada a ele.

Na concepção de Lenin, as forças produtivas sob o capitalismo não guardariam em si a contradição da sociedade capitalista, dada essa contradição estar em sua relação com as relações de produção, ou seja, na forma como o produto dessas forças produtivas era extraído e dividido socialmente. Por isso a dominação se coloca não na própria forma em que se estabelece a produção, mas na maneira como ela se distribui entre as classes. Diferentemente de Weber, o estabelecimento das classes está na própria forma como se estabelece a relação econômica.

⁴¹ Postone (2014) desenvolve uma poderosa crítica do “marxismo clássico”, o qual vê o trabalho em termos trans-históricos como o esforço humano orientado para a meta da produção. Postone argumenta como o “trabalho é o objeto da crítica da sociedade capitalista” (Postone, 2014, p. 6), defendendo que a questão não está na distribuição/apropriação do excedente, mas na própria forma do trabalho, no próprio modo como esse trabalho se constitui para a produção desse excedente. A importância de Postone é aqui assumida somente no referente ao potencial de sua crítica, não aos desdobramentos da sua concepção de trabalho e dos conflitos de classes sociais. A concepção de Postone (2014) do trabalho como forma especificamente capitalista continua rasa (Bonefeld, 2014, p. 10), não evidenciando como essa própria característica do trabalho objetificado é construído socialmente, o que leva à uma série de problemas da sua análise (ver: Bonefeld, 2014 e Carcanholo 2016). Como mostra Carcanholo (2016), a “exasperação” de Postone por realizar uma crítica as análises que partem de uma trans-historicidade do trabalho, o leva à uma má interpretação das diferenças entre trabalho abstrato e trabalho concreto, implicando em uma negação do trabalho enquanto “processo material concreto, produtor de valores de uso” (Carcanholo, 2016). Bonefeld (2014) argumenta como Postone (2014) não apresenta a construção histórica e as particularidades da constituição concreta do trabalho para a reprodução capitalista, levando-o à interpretar a sociedade como “um sistema rígido de trabalho mercantilizado”. Dentro desse quadro, passa a estabelecer a economia como um quadro objetivo para a ação que estrutura os conflitos sociais, tendo as lutas sociais contextos concretos, com um conceito de “classe tradicional”. (Bonefeld, 2014, p. 10). Postone (2014) ignora o tratamento dado por Marx do operariado como totalidade, como constituição humana em oposição as imposições das relações capitalistas. Apesar de capitalistas e operariados serem ambos objetificados, a constituições dessa relação fetichizada no plano concreto ocorre de modo invertido, em que o operariado é aniquilado, enquanto o capitalista beneficiado. Como foi argumentado no capítulo anterior, a classe não é uma categoria que se baseia na renda, mas uma categoria que crítica a própria riqueza capitalista como classificatória do ser humano.

Contudo, essa concepção não evidencia como em seu próprio modo de produção há a separação do ser humano dos seus meios de vida, mas apenas lança luz na forma como o produto do trabalho é repartido. Para a imposição dessa dominação de uma classe sobre a outra, o Estado se torna um aparato fundamental, sendo um instrumento de coerção e repressão para a imposição de relação produtiva. No pensamento de Lenin, “a contradição do capital está entre forças produtivas e relações de produção, tendo essa última que ser alterada, enquanto a primeira utilizada para a construção de uma nova sociedade. O que estaria em jogo seria a mudança jurídica dos meios de produção para a construção de uma nova sociedade” (De Araújo, 2017, p. 12).

O político, portanto, é visto na abordagem clássica do marxismo tradicional, como uma derivação direta da necessidade de coerção e repressão para o estabelecimento de uma sociedade de classe, o que coloca o Estado com um papel instrumental determinado. A esfera política se dissocia das relações de produção, como um ente externo que se coloca como um instrumento em prol da classe dominante. Essa leitura do político no capitalismo terá um peso enorme nas abordagens posteriores, tanto por causar uma visão pré-estabelecida do marxismo, como um grande determinismo econômico, como por influenciar de certa maneira as abordagens marxistas posteriores a criar uma visão de maior autonomia do político dentro do estabelecimento da sociedade capitalista.

O “ressurgimento” do debate do Estado marxista

Nos anos de 1970 desenvolveu-se uma intensa discussão dentro do campo marxista sobre o Estado. Conhecida como “*State Debate*”⁴², ela implicava em uma forte ruptura com as

⁴² O debate marxista sobre o Estado iniciado nos anos de 1970 possui uma série de correntes e vertentes. Uma perspectiva mais geral desse debate, tanto com apontamentos críticos, quanto com os textos originais, pode ser visto em Clarke (1991a). Holloway e Picciotto (1978) também apresentam um quadro desse debate, mas com um foco maior no debate alemão, que também ficou conhecido como teorias *derivacionistas* do Estado.

duas teorias de Estado que predominaram nas décadas anteriores. Como apresentamos na seção anterior, a teoria marxista *ortodoxa* do capitalismo monopolista de Estado baseou-se numa identificação imediata do Estado com os interesses do capital, na medida em que a teoria se refere à "fusão do poder de estado e de monopólio" (Afansyeve, 1974, p. 197). A teoria social-democrata do Estado, com forte viés weberiano, centrou-se na separação institucional do Estado da economia e enfatizou a autonomia do Estado como uma instituição política.

A partir do final dos anos de 1960, a incapacidade do Estado de lidar com uma crescente crise econômica prejudicou a visão de que o Estado funcionava efetivamente como o instrumento direto do capital. Se por um lado a teoria do capitalismo monopolista subestimava a autonomia do Estado, a teoria social-democrática a superestimava (Clarke, 1991a). O que era necessário era uma teoria mais adequada sobre a natureza e os limites do poder do Estado capitalista. Estava claro que o Estado não poderia ser reduzido a um instrumento da classe capitalista, mas nem poderia ser visto como o terreno neutro da luta de classes. Embora as lutas políticas tenham tido algum impacto no caráter do Estado, esse impacto foi confinado dentro de limites que pareciam inerentes à relação estrutural entre o Estado e a sociedade em geral e, em particular, sua relação com a economia (Clarke, 1991a, p. 4).

O fracasso da social-democracia com as crises recorrentes e crescentes, assim como das tentativas do socialismo real, representaram, dentro do campo teórico, uma necessidade de recolocar em novos termos essa relação entre "economia e política". A própria maneira como a questão se coloca já nos mostra o seu forte viés de ver em campos separados a economia e a política. E mesmo advindo de uma concepção crítica, a matriz de esferas auto-moventes ainda permanecerá em grande parte das análises⁴³. Nicos Poulantzas terá um grande destaque nesse debate, exercendo forte influência nas discussões contemporâneas de Estado e sendo referência

⁴³ Exceção deve ser feita para as correntes e linhas que irão emergir concomitantemente a esse debate, em especial a "nova leitura" e o "marxismo aberto", como apresentamos brevemente nas primeiras seções deste trabalho. Uma análise mais detalhada da concepção de Estado dentro dessas abordagens será apresentada nas próximas subseções.

em diversos centros de perspectiva crítica no mundo. A partir de uma vertente francesa, a Escola da Regulação também terá destaque a partir dos anos de 1980, tendo de certa maneira pontos de contato com a abordagem desenvolvida por Poulantzas em suas últimas obras, como pode ser visto nos trabalhos de Jessop (1985, 1988a, 1988b) e Hirsch (2010).

Com o desenvolvimento dos Estados modernos e amadurecimento das “*democracias reais*” no pós-guerra, a aparência da luta de classe como uma disputa entre frações de classe no seio do Estado (classes como um ente social já constituído e auto movente) passou a ser cada vez mais veemente, não por acaso a proeminência da teoria de Estado estruturalista de Poulantzas e, posteriormente, sua abordagem com maiores características *neo-gramscinianas*. A própria predominância da aparência das disputas intra-classes nos aparatos “democráticos” da forma Estado forja o fortalecimento dessas teorias com predominância das frações de classe como unidade via Estado, de forma análoga ao que o momento de realização da sociabilidade capitalista no século XIX forjou via as análises sobre o Estado daquela época - seja como um ente autônomo separado institucionalmente, ou como um instrumento funcional da burguesia.

O debate de Estado marxista dos anos de 1970, portanto, mesmo apesar de sua grande pluralidade teórica, será visto e compreendido em várias leituras (ver: Carnoy, 1988; Bianchi, 2007) como tendo origem no debate entre Poulantzas e Miliband. Este debate deu origem a uma “polaridade ilusória entre as abordagens desses dois autores, uma falsa polaridade que tem feito muito para delimitar e empobrecer a discussão” (Holloway e Picciotto, 1978) sobre o Estado na sociedade capitalista. Aqui será apresentado o debate e seus limites para a compreensão do Estado na sociedade capitalista, o que implica, em seguida, em nos aprofundarmos nas outras correntes do “debate” para uma compreensão do Estado como a forma política da sociabilidade capitalista.

Tanto Poulantzas (explicitamente), quanto Miliband (implicitamente), consideram o capital como uma análise do nível econômico da sociedade, construindo assim conceitos específicos para aquele nível. Por isso a intenção desses autores é construir uma análise do político, elaborando conceitos específicos para esse nível⁴⁴. A divergência entre os autores da discussão de Estado marxista não deve ser tomada como uma divisão paradigmática do debate que surge nos anos de 1970, mas como uma das formas dessa discussão, centrada, principalmente, em uma visão funcionalista e instrumentalista do Estado.

Os primeiros trabalhos sobre estado de Ralph Miliband (1972) (“O Estado na Sociedade Capitalista”) e Nicos Poulantzas (1977) (“Poder e Classes Sociais”) são lançados quase concomitantemente, em 1969 e 1968, respectivamente, ao que se sucede uma troca de artigos na *New Left Review*. Os primeiros artigos possuem um certo tom elogioso e de maior complementariedade entre trabalhos, dado o maior teor empírico do inglês em relação ao teórico do grego. Contudo, depois desse começo de reciprocidade, as famosas acusações de ambos os lados se iniciam, tendo Miliband em sua resenha sobre o livro de Poulantzas o acusado de um teoricismo estruturalista, o qual levava a um grande determinismo dado por um “abstracionismo estruturalista” misturado a um “superdeterminismo estrutural”, que o impedia de alcançar os planos mais concretos de análise (Miliband, 1970). Poulantzas, por sua vez, irá rebater essas críticas apontado que sua análise do concreto advém da sua própria construção teórica e que,

⁴⁴ No seu primeiro livro de 1969, “Poder Político e Classes Sociais”, Poulantzas já explicita sua concepção do modo de compreensão da política na sociedade capitalista como derivação da criação de um arcabouço teórico conceitual capaz de lidar com essa super-estrutura e suas autonomias em relação a estrutura econômica. “É o político o objeto deste ensaio, em particular a superestrutura política do Estado no modo de produção capitalista, quer dizer a produção do conceito desta região neste modo, e a produção de conceitos mais concretos referentes ao político nas formações sociais capitalistas” (Poulantzas, 1977, p. 15). Apesar de suas obras posteriores rebaterem em grande parte as críticas sofridas por essa sua concepção estruturalista, a certa autonomia relativa do Estado e a necessidade de uma conceituação específica para as questões do “político” permanecem mesmo em sua obra posterior de 1978, “Estado, Poder e Socialismo”.

por outro lado, a análise de Miliband cairia em um “abstracionismo empiricista”, fruto de uma não ruptura com a tradição inglesa de análise (Poulantzas, 1976).

O pensamento de Miliband (1972) sobre o Estado ainda estaria assentado na concepção de Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, tendo o Estado o papel de um “comitê para gerir os interesses comuns da burguesia”. Por isso, para Miliband (1972), o Estado será o instrumento coercitivo da classe dominante, tendo uma correlação direta do econômico no político em sua obra. O poder de dominação política teria base direta no caráter econômico de detenção dos meios de produção, por isso o objetivo da análise marxista deveria estar no apontamento empírico da relação entre a elite estatal e os detentores do poder econômico, para desmistificar, factualmente, a dominação da burguesia (Miliband, 1973). Poulantzas mostrará como a visão de Miliband está equivocada, pois “*the relation between the bourgeois class and the State is an objective relation. This means that if the function of the State in a determinate social formation and the interests of the dominant class in this formation coincide, it is by reason of the system itself: the direct participation of members of the ruling class in the State apparatus is not the cause but the effect, and moreover a chance and contingent one, of this objective coincidence*” (Poulantzas, 1969, p. 73.).

Em Poulantzas, o foco não está na relação direta da dominação com a economia, mas na construção de uma análise teórica da relação do processo de acumulação com o desenvolvimento das formas do Estado. O papel da teoria de Estado em Poulantzas se coloca, portanto, em analisar a relação entre a política e a anatomia da sociedade civil, para entender de que forma se relacionam as funções do Estado e os interesses da classe dominante. Contudo, esse ponto de partida de Poulantzas já mostra seu caráter funcionalista a partir do interesse das classes dominantes. Mesmo que não esteja colocado de forma direta, isso se deve justamente por seu foco estar na consideração de uma autonomia relativa das esferas econômicas e políticas, o que possibilitaria um tratamento isolado de cada uma das partes. Dada a

importância da obra do autor nas discussões recentes sobre teoria marxista de Estado e as mudanças e evolução de seu pensamento, nos deteremos com maior atenção em seu trabalho, assim como nos seus limites e principais pontos críticos.

Poulantzas entre o “estruturalismo puro” e o “estruturalismo dialético”

A compreensão do pensamento de Poulantzas necessita de uma compreensão distinta de suas duas principais obras. Como já apresentado no segundo capítulo, há divergências significativas entre o estruturalismo de “Poder Político e Classes Sociais” e de “Estado, poder e socialismo”, este último com maior influência gramscianiana e foucaultiana, buscando estabelecer uma leitura dialética entre as estruturas e as lutas de classes. Os distintos momentos ou diferenciações do pensamento de Poulantzas são vistos de modo ligeiramente distintos de alguns trabalhos que buscam sintetizar o pensamento do autor, como Codato (2008), que apresenta uma estrutura quase *althuseriana* das divergências entre as diferentes obras. Na matriz cartesiana construída por Codato (2008, p. 72) sobre o pensamento de Poulantzas, as rupturas entre as obras são absolutas, sem espaços para unidades e processos de maior complexificação das apresentações mesmo que com pontos de similaridade em sua essência. As diferenciações na obra de Poulantzas são aqui compreendidas também de cunho profundo, mas com certa unidade entre elas, pois mesmo na sua obra última com uma complexificação do Estado e na sua conceituação com maior peso *relacional*, permanece uma diferenciação de partes (“relações de força”) com a totalidade dada pelo Estado.

Na sua obra de forte cunho estruturalista, a intenção de Poulantzas é utilizar o referencial teórico desenvolvido por Althusser para uma investigação do Estado. Assim, o Estado se coloca como uma super-estrutura do econômico, que teria como função unificar a classe capitalista e seus interesses em oposição à criação de um aparelho jurídico-político que individualizaria os trabalhadores (Poulantzas, 1977).

Em “Poder Político e Classes Sociais”, a “ausência de classes coesas, especialmente de uma classe operária coesa, é, portanto, o resultado, não da separação do trabalhador de suas ferramentas e do seu produto, mas de um aparelho jurídico-político que individualiza esses trabalhadores” (Carnoy, 1988, p. 131). Na perspectiva estruturalista mais pura de Poulantzas, a formação dos seres sociais como indivíduo separados das suas condições de viver e de se compreender quanto unidade não se deve à universalidade das relações sociais capitalistas como processo de separação do ser humano dos seus modos de produção, mas a uma imposição político-jurídico, ou seja, à imposição da estrutura política sobre a formação do indivíduo. A luta política se coloca autônoma em relação à luta econômica. A aparência da sociedade fracionada novamente se impõe sobre a totalidade do antagonismo do trabalho como capital.

O político na forma Estado passa a ser visto como uma unidade estrutural de determinação social, que se correlacionaria com o econômico como entes separados. Dentro dessa visão da autonomização da estrutura político-jurídica para a formação do indivíduo capitalista e da classe operária, a classe capitalista pode constituir seus interesses políticos próprios como representativos do povo-nação, caracterizando esse movimento como uma importante construção política ideológica do capitalismo pelo Estado. Aqui está o eixo central do primeiro livro de Poulantzas, o qual irá se basear nos conceitos de hegemonia de Gramsci e aparelhos ideológicos de Althusser. Contudo, a noção de hegemonia utilizada por Poulantzas crítica de certa forma Gramsci, se aproximando mais de Althusser ao defender a unidade da dominação ideológica e política. Nessa concepção de Poulantzas, a ideologia não pode ser separada da unidade de estrutura em que se manifesta, tendo a estrutura específica uma dominação determinada pela sua luta interna, o que dá origem à sua autonomia. O Estado passa a ser, portanto, o ente coadunador dessas diferentes ideologias marcadas pelas frações

capitalistas, se colocando como uma unidade política por meio de uma fração hegemônica, dando corpo à ideologia dominante⁴⁵.

O forte determinismo como marca das análises estruturalista é completamente evidente nesse primeiro trabalho de Poulantzas, em que a sociedade se divide em diferentes estruturas com autonomies para sua “*auto-determinação*”, tendo no Estado o processo de unificação através da fração de classe hegemônica se impondo como ideologia dominante. A economia apareceria como pano de fundo na determinação dessa fração de classe hegemônica, o que impõe a autonomia relativa desse Estado, dado em última instância depender dos elementos econômicos para sua determinação. Devida às muitas críticas sofridas, como mostradas no debate com Miliband, Poulantzas proporrá uma importante revisão da sua teoria sobre o Estado na sociedade capitalista⁴⁶. Apesar de abdicar do estruturalismo althusseriano mais “puro” de seu primeiro trabalho, o autor ainda partirá de um referencial das classes como um dado epistemológico, tendo a luta um aspecto secundário (Bonefeld, 1992), não como constituinte dessas próprias relações sociais capitalistas em forma de classes e frações.

Na sua obra de 1978, “O Estado, o Poder e o Socialismo”, Poulantzas passa a incorporar a luta de classes como conflito de dominantes e dominados dentro do Estado, passando esse Estado a ser produto e modelador das relações objetivas de classe. Em seu texto de 1975, “*Classes in Contemporary Capitalism*”, já fica clara essa materialização do conflito dentro do Estado, sendo que esse “materializa e concentra as relações de classe, as quais são precisamente definidas pelo conceito de ‘poder’. O Estado não é uma ‘entidade’, com uma essência instrumental intrínseca, mas é, em si mesmo, uma relação, mais precisamente a condensação

⁴⁵ “A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das várias classes ou frações dos blocos do poder, transformando seus próprios interesses econômicos em interesses políticos e representando os interesses gerais comuns das classes ou frações do bloco do poder. Esse interesse geral consiste da exploração econômica e da dominação política” (Poulantzas, 1977, p. 239).

⁴⁶ O Marxismo Estruturalista possui um grande número de análises críticas, ver: Coutinho (2010). Para uma concepção crítica do marxismo estruturalista sobre o Estado, entendido como o primeiro livro de Poulantzas (1969/1977) sobre o Estado, ver: Holloway & Picciotto (1978) e Clarke (1977, 1978).

de uma relação de classe” (Poulantzas, 1975, p. 26). Poulantzas, dessa forma, propõe um novo referencial teórico para incorporar dentro do Estado e de seus aparelhos a disputa de classes.

Assim, Poulantzas irá apresentar uma nova apreciação dos aparelhos ideológicos do Estado, indo além de Gramsci e de Althusser, para caracterizar os aparelhos ideológicos e os repressivos. Mostra como no Estado capitalista os aparelhos ideológicos e repressivos estão imbricados, havendo momentos distintos no decorrer do processo histórico de valorização do capital (Poulantzas, 1985). Ainda vai mais além dos dois autores, apresentando o Estado não só funcionando em um sentido “negativo” de ideologizar e reprimir as classes dominadas, mas defendendo também o Estado capitalista comprometido no âmago do processo de reprodução capitalista⁴⁷. Ao realizar essa ampliação do Estado⁴⁸, em sentido diferente de Buci-Glucksmann (1980) que o faz na ideia da expansão da dominação pelo Estado na sociedade civil, Poulantzas apresenta os aparelhos estatais contendo os conflitos e contradições inerentes a luta de classes (Jessop, 2009).

O Estado, na sua última versão de Poulantzas, não possui mais uma restrição da sua conceituação pelo papel que desempenha, se ampliando para um conjunto de aparelhos repressivos, ideológicos e econômicos como representação de uma condensação material da relação de forças entre as classes e frações de classe no processo de acumulação capitalista. Em Poulantzas (1975) já está colocada a ideia da ampliação do Estado em seus termos, ou seja, de que tudo aquilo que possui a função do Estado é efetivamente Estado. Contudo, no seu último trabalho, essa totalidade do Estado como a forma de unidade da sociabilidade capitalista é mantida, mas não reduzia em termos de sua função, já que agora se coloca de forma mais

⁴⁷ Um dos temas bastante explorados por Poulantzas (1985) é a questão do que ele denomina de o “Estado e a Economia hoje”, em que existiria uma série de alterações nas relações produtivas e na reprodução da força de trabalho que imporiam um Estado cada vez mais presente no processo de acumulação, pois como “o conjunto das operações do Estado se reorganiza em relação a seu papel econômico, as outras funções estatais ficam diretamente subordinadas ao ritmo específico de reprodução e acumulação do capital” (Poulantzas, 1985, p. 193).

⁴⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre a conceituação de “Estado Integral” em Althusser, Poulantzas, Gramsci e Buci-Glucksmann ver: Jessop (2009).

acabada a ideia da materialização da condensação de forças entre as classes e seus interesses no seio do Estado (Poulantzas, 1985).

A relação entre o econômico e o político passa a ser dada agora por uma relação de co-determinação, em que das leis de desenvolvimento capitalista se extraem as classes segundo seus interesses específicos materializados em projetos hegemônicos. Dessa forma, a interação das leis do desenvolvimento capitalista com a luta hegemônica de diferentes "lógicas" de capital fundem diferentes sistemas sociais, permitindo, assim, uma correspondente coesão social de padrões ideológicos, políticos e econômicos.

Fica evidente aqui que o conflito de classes, mesmo no último Poulantzas, não se coloca em termos do antagonismo da sociedade capitalista do trabalho como capital, mas a partir das lógicas dos capitais particulares em conflito dentro das leis de acumulação capitalista. A abordagem desenvolvida por Poulantzas de uma dialética entre as estruturas compreende as relações sociais capitalistas como um meio de articular as diferentes leis de movimento colocadas pelos conflitos das lógicas particulares dos diferentes capitais. Contudo, essa própria distinção de diferentes lógicas é extremamente problemática, como apresenta Psychopedis (1991), já que destrói a noção de relação interna entre os diferentes fenômenos sociais aparentes como construído por Marx em "O Capital". As leis de acumulação capitalista passam a ser concebidas como um quadro estrutural que determinaria os conflitos de classes observáveis na realidade.

A teoria de Poulantzas, mesmo em sua obra final, ao colocar a unidade social no Estado como condensador das diferentes leis de movimento, estabelece uma distinção entre uma teoria do modo de produção capitalista e uma teoria do Estado capitalista. Tal abordagem do Estado capitalista nega uma relação interna entre o político e o econômico com base na teoria do valor do trabalho como estabelecida por Marx e exposta sucintamente nas primeiras seções deste trabalho. A recusa a uma relação interna leva Poulantzas a criar um link entre o político e o

econômico, o que consiste no seu conceito de “estratégia de acumulação”, o qual daria unidade a vários processos e dinâmicas contingenciais da realidade concreta obtidos pela totalidade social exercida pelo Estado.

Com essa abordagem aqui denominada de *estruturalismo dialético*, a teoria da forma valor, como desenvolvida por Marx, é apagada para o erguimento de “meta-formas” (Bonfeld, 1993) que descreveriam o campo estrutural em que as lógicas particulares das formas de valor (como: produtivo, financeiro, comercial, interna, externa etc.) competiriam entre si. Essa meta-forma não compreende mais as relações sociais capitalistas em processo de “aparência de relações entre coisas”, mas como um quadro de conflitos que determinaria essas relações. Essa inversão na forma valor leva ao grande empiricismo das abordagens Poulantzianas, já que estaria nos conflitos políticos a determinação do desenvolvimento das relações de valor e da direção da acumulação (Clarke, 1991a, p.49).

O estabelecimento da determinação social passa a ser estabelecido em um quadro estrutural em que se desenvolveriam os conflitos, sendo nessas “meta-formas” de valor com suas lógicas próprias as definidoras da coerência do modo de produção⁴⁹. Contudo, a própria existência dessas meta-formas estruturais, como campos de desenvolvimento das lógicas particulares, depende da determinação do mundo real das forças sociais em disputa, o que leva a uma circularidade teórica, em que as forças sociais em disputa necessitam de seus campos de determinação ao mesmo tempo que estes necessitam delas para se determinarem. Dessa forma, a determinação da relação social passa a ser externa a sua própria determinação.

O resultado desse *estruturalismo dialético* desenvolvido no último trabalho de Poulantzas é que o foco da análise passa de “uma conceptualização da luta de classes para uma

⁴⁹ A maneira como essa coerência seria obtida não é muito bem resolvida por Poulantzas, dado essa coerência ser concebida por forças sociais contingentes no mundo real. As primeiras críticas ao último livro do autor concentraram muito nessa falta de conceituação dessa coerência do conflito, o que renderá uma longa linha de pesquisa e debates dentro do campo dito “neo-gramsciniano”, como será mostrado mais à frente na breve apresentação sobre Bob Jessop.

conceitualização do quadro estrutural da luta” (Bonfeld, 1993, p26). As leis de acumulação não são vistas como formas do processo de luta dentro do antagonismo da sociedade capitalista, mas, ao contrário, na aparência das leis de acumulação é que se passa a ser estabelecido o quadro dos conflitos das classes como fenômenos já pré-estabelecidos⁵⁰. A luta se torna, portanto, um fator secundário de problematização num quadro de realização da acumulação capitalista e dos seus arranjos necessários entre as lógicas dos capitais particulares para o estabelecimento de um projeto hegemônico. Ao partir da afirmação de que o desenvolvimento capitalista segue algumas "linhas de desenvolvimento inescapáveis" é que a compreensão da luta para e contra a exploração passa a não ser de primordial importância (Holloway, 1988).

A supressão teórica da constituição das classes como processo de luta dentro da contradição do trabalho como capital leva a uma compreensão determinista do desenvolvimento social em que se pode até realizar alguma reverência à luta de classes, mas o que realmente conta é a trajetória dinâmica estabelecida pelas linhas ineludíveis dos projetos do capital. Não por acaso as análises poulantzianas se concentram nos conflitos e disputas entre os capitais particulares e seus interesses na constituição de um projeto hegemônico para a formação de uma trajetória sólida de acumulação capitalista. A luta de classes como antagonismo da relação capital-trabalho se apaga para a consolidação de um conflito entre as classes já concebidas em seus interesses, que obterão sua unidade no interior do Estado.

O próprio Poulantzas realizou poucas análises de realidades concretas, até pelo seu relativo pouco tempo de vida, tendo se dedicado em suas obras, não propriamente teóricas, quase que exclusivamente aos Estados fascistas e ditatoriais. A análise desenvolvida por Poulantzas sobre o plano concreto já nos revela o que será uma marca dos trabalhos sob sua influência: omissão do processo de luta de classe contido na contradição do capital em trabalho

⁵⁰ “Não há nada que tenha corrompido tanto o operariado quanto a crença de que ele nadava com a correnteza. O desenvolvimento técnico parecia-lhe o declive da correnteza em cujo sentido acreditava nadar. Daí era um só passo até a ilusão de que o trabalho fabril, que se inserisse no sulco do progresso técnico, representaria um feito político” (Benjamin, 2005, p. 100).

para estabelecer uma visão funcionalista do Estado com relação ao amálgama das classes dominantes (Holloway e Picciotto, 1978).

No livro sobre o fascismo e a ditadura (Poulantzas, 1974), o autor parte de uma concepção acertada ao criticar o “reducionismo economicista” por colocar o fascismo diretamente em relação funcionalista com a centralidade monopolista de capital no começo do século XX⁵¹. Contudo, Poulantzas comete um erro do lado contrário, ou seja, coloca o fascismo apenas como o casamento dos interesses das classes altas e médias com o processo de concentração de capital. A determinação social fica toda a cargo da consideração das leis de acumulação, tendo os processos de exploração e dominação como um algo dado. Para entender as origens do fascismo e sua relação com a existência contínua do capitalismo⁵², é certamente necessário examinar a reorganização das relações sociais e, particularmente, as relações de exploração que tomam o lugar sob o fascismo, para perguntar até que ponto tal organização é necessária, dadas as contradições das acumulações, como base da luta de classes no capitalismo. E, inclusive, perguntar por que a reorganização foi realizada dessa maneira particular (Holloway e Picciotto, 1978).

No trabalho de Poulantzas sobre o fascismo, a luta para a constituição do trabalho no capital é apagada da análise, bastando um arranjo entre as frações de classe, o que ocorre pelas formas do Estado (no caso em questão, do fascismo), para a realização da acumulação. As formas de Estado nas concepções poulantzianas deixam de ser momentos da própria forma

⁵¹ Em seu ensaio “*The Internationalization of Capitalist Relations and the Nation State*” (1975), Poulantzas possui como um de seus principais objetivos criticar as visões economicistas reducionistas, exemplificado nos trabalhos de Mandel sobre as especificidades da integração europeia, que se reduzia ao processo de centralização do capital externo.

⁵² Para uma leitura sobre o fascismo da ótica crítica do processo de luta para a formação da sociedade capitalista em termos de exploração do ser humano pela sua coisificação na sua separação dos seus meios de vida, ver Agnoli (1997), em que o autor não aborda o fascismo apenas como um fato histórico, mas como forma política em meios fascistas de retenção do controle capitalista sobre o trabalho. Para Agnoli, as “condições” que incentivaram e apoiaram o fascismo histórico foram o desenvolvimento da crise da acumulação capitalista após a Primeira Guerra Mundial, que trouxe o antagonismo constitutivo da sociedade capitalista. Este antagonismo é o conflito das classes capitais, cuja contenção por meio de uma política de reformismo social reforçou a crise da acumulação capitalista. Esse poder da classe trabalhadora, sua posição arraigada, tornou mais difícil para a imposição capitalista e a reafirmação desse direito de conseguir restabelecer as formas constitucionais das relações de reprodução.

política da sociabilidade capitalista para serem formas-função da realização da acumulação. A aparência da forma Estado em relação a sua função dentro das leis de acumulação com a consequente unificação de um bloco de classes em seu interior se torna, a partir da década de 1980, umas das principais vertentes da teoria marxista, mesmo com as várias distinções de abordagem e de revisões.

A partir destas abordagens marxistas com grande influência de Poulantzas, Bob Jessop possui grande destaque, tanto pela quantidade de seus estudos, quanto por sua variedade, tendo repercussão em muitos centros de pesquisas críticos sobre o Estado capitalista. Jessop seguirá a linha de Poulantzas, tentando superar as críticas ao seu “guru”, principalmente, no que condiz com o problema da determinação das estruturas, ou se preferir, da determinação de “*sui generis operation of different social subsystems*” (Jessop, 1986, p. 93). Dessa forma, Jessop constrói sua abordagem sobre o Estado por meio de uma teoria da “articulação” entre esses diferentes subsistemas, que aqui temos chamado na obra de Poulantzas de meta-formas. Um “modo de articulação” é apresentado como uma maneira de permitir a concentração dos sistemas político, econômico e ideológico em situações históricas concretas, unificando esses três sistemas em uma conjuntura histórica específica com uma forma determinada. A maneira em que esses sistemas seriam integrados em um modo de articulação específico ocorreria por meio de projetos hegemônicos do capital.

Jessop busca por meio “conceitos intermediários” dar maior concretude às formas de articulação entre os subsistemas, tema que foi intensamente criticado em Poulantzas devido a certa omissão em seu trabalho. A intenção, ao introduzir esses conceitos intermediários para a realização dos “subsistemas”, é criar mecanismos para combinar as formas mais abstratas com as mais concretas, de forma que “*abstract, unitary, and essentialised laws of motion and needs of capital constructed by the capital logicians [are combined] into a series of more concrete, competing, and contingent logics of capital*” (Jessop, 1985, p. 344). A superação das críticas

direcionadas à teoria “dialética estrutural” de Poulantzas, principalmente na determinação dos modos de realização concreta das meta-formas, é buscada por Jessop por meio de uma combinação de padrões reativos e reflexivos de comportamento de diferentes “lógicas” de capital, que seguem o impulso dado pelo desenvolvimento das leis objetivas do desenvolvimento capitalista.

Em Jessop, a realidade social é compreendida, portanto, por uma determinação de múltiplas causas e efeitos, em que a obtenção de uma unidade ocorre pela imposição de uma lógica hegemônica do capital. Essa concepção de Jessop deixa ainda mais evidente do que em Poulantzas a consideração da prática social como uma alocação dos interesses individuais e plurais dos capitais particulares, não existindo mais o capital como luta de classes⁵³. A contradição intrínseca da sociabilidade capitalista é apagada para a imposição da “*interest-based struggle of one capital logic against another within determined forms of structural development*” (Bonefeld, 1993). Esse ecletismo das determinações sociais em lógicas plurais e individualizadas do capital leva a uma fragmentação dos diferentes fenômenos sociais como relações causais (Psychopedis, 1991). Na abordagem de Jessop, a análise não é construída no movimento real do antagonismo da luta de classe⁵⁴, mas na ideia de um mundo formado por “necessidades naturais realizadas contingentemente⁵⁵” (Jessop, 1988, p. 8).

A noção de “contingência” em Jessop lhe permite definir um “mundo estruturalmente complexo” de sistemas e instituições dentro de um quadro de atores sociais possuindo seus próprios interesses. O desenvolvimento do capitalismo se daria, portanto, pelas ações dos

⁵³ Enquanto Poulantzas se refere à luta de classes como mediando o desdobramento das leis objetivas do desenvolvimento capitalista, Jessop compreende o mecanismo de prática social em termos de alocação de interesses individualistas e pluralistas das diferentes lógicas do capital (Bonefeld, 1992, p. 97).

⁵⁴ Como apresenta Bonefeld (1993), Jessop defende que “*would be wrong to conceive of class struggle as the starting point because class struggle is one mechanism amongst others in and through which capital accumulation is analysed*” (Bonefeld, 1993, p. 35).

⁵⁵ “*Jessop avoids giving an answer to the question as to the constitution of these ‘necessities’. The necessities are assumed to be ‘natural’ necessities. The determination of ‘natural’ remains unexplained*” (Bonefeld, 1993, p. 31).

sujeitos sociais em competição, os quais ocupariam posições particulares dentro das estruturas, que lhes dariam modos distintos de cálculo, estratégia e formas de luta (Jessop, 1988). Aqui, como em Poulantzas, se coloca um processo tautológico entre a determinação dos subsistemas e de seus processos internos de conflito e unidade.

Na abordagem de Jessop, uma estratégia de acumulação efetiva se colocaria acima das relações de classe, dado que essa unidade com uma coerência e direção particular seria obtida por uma multiplicidade de forças operando no mundo real. A estratégia de acumulação geraria, portanto, um “modo de regulação” no qual se combinariam as múltiplas determinações do mundo real. Não por acaso, em seus últimos trabalhos, Jessop se aproxima da “teoria da regulação”, apresentando os “modos de regulação” como “necessidades contingentes” que dariam a unidade da sociedade por formas-estado de regulação (“fascista” ou “autoritária” ou “burguesa-liberal” ou “fordista” ou “pos-fordista”).

O debate que se coloca nos anos 1980 sobre a reformulação da teoria de Estado marxista deve muito aos argumentos colocados pela “teoria da regulação” de Aglietta, Lipietz, Mazier. A importância da teoria da regulação para essa reformulação reside na sua reivindicação de relacionar as transformações de valor com as mudanças na esfera social e política. No entanto, a análise do Estado e os padrões de mudança do modo de dominação são incompletos, uma vez que se restringe, principalmente, à transformação histórica da produção de valor e das formas reguladoras de realização de valores. A regulação da dominação, os padrões que mudam historicamente de desorganização de classe e organização do capital (bloco no poder) são dificilmente considerados (Bonefeld, 1987).

A acumulação sustentada dependeria do desenvolvimento de formas institucionais que possam manter a proporcionalidade da “macroestrutura de produção e da distribuição da renda total” (Aglietta, 1979, p. 355). A teoria da regulação parte da crítica de uma suposta capacidade do mercado por si só de regular as disparidades dentro do processo de acumulação, entre as

taxas de investimento e de consumo, entre lucros e salários. O foco da análise se restringe, portanto, à articulação entre um certo modo de produção e um modo de consumo, tentando compreender como a reprodução da relação capital-trabalho é historicamente realizada e regulamentada para que o capitalismo não entrasse em colapso. A crise no sistema capitalista é compreendida, pela escola da regulação, como uma crise de “desproporcionalidade” (Clarke, 1988), em que as formas valores são analisadas como variáveis já dadas, sendo sua desproporcionalidade um reflexo de um descompasso produtivo e social. Dessa forma, a estabilidade de um regime de acumulação deveria ser assegurada pelos modos correspondentes de integração e repressão entre o modo de acumulação e as relações sociais de produção. Esta correspondente mediação social e política de acumulação é referida como um modo de regulamentação, sendo o seu campo de atuação, principalmente, no nível do Estado.

O desenvolvimento das formas e funções do Estado, na teoria da regulação, passa a ser conceitualizado como correspondente ao regime de acumulação. Na teoria da regulação, as mudanças na produção são o ponto de partida para a compreensão do desenvolvimento do Estado. A unidade complexa dos fenômenos políticos, econômicos e ideológicos são determinados dentro das leis do desenvolvimento capitalista, tendo o Estado um grande papel de coordenar esse modo de regulação necessário para o ordenamento de um regime de regulação com estabilidade para a acumulação capitalista.

A regulação critica as teorias liberais por não considerarem que há um processo de regulação social nos mecanismos de mercado e econômicos em geral. Contudo, a análise da regulação continua restrita a uma relação entre coisas e aos requerimentos funcionalistas da reprodução expandida do capital. Na relação entre estrutura e luta da teoria da regulação, é a luta de classes que assume o papel subordinado, enquanto que a sua significância fica limitada pelos imperativos estruturais do regime de acumulação. Todos os fenômenos sociais, tanto econômicos, quanto políticos e ideológicos, passam a ser determinados pelas leis de

acumulação, como se elas mesmas não fossem formas do processo de luta de constituição da sociabilidade capitalista do trabalho contido em capital.

O próprio ponto de partida das crises como objeto fim de compreensão das análises regulacionistas fica reduzido a um processo mecânico de desproporcionalidade com descompasso entre as taxas de lucro, investimento e consumo. A substância das crises como tratado por Marx, e apresentado de forma sucinta nas primeiras seções deste trabalho, é completamente apagada. Dentro da teoria crítica construída por Marx, os modos de regulação existem como formas do antagonismo fundante da sociedade capitalista, não como determinações das leis de acumulação. “Uma crise dos modos de regulação deve ser entendida não como uma crise de desproporcionalidade, mas como uma crise nas formas de dominação capitalista” (Clarke, 1988, p. 10).

Uma crise de sobre-acumulação não leva simplesmente ao deslocamento da estrutura do regime de acumulação. A essência do movimento não está na forma de acumulação, mas fundamentalmente na intensificação das lutas de classe e competitivas que se desenvolvem em e contra as formas institucionais existentes de dominação (Clarke, 1988). O Estado, portanto, não se encontra acima dessas lutas, como um garantidor da integração funcional do “regime de acumulação”. O Estado é um aspecto das formas institucionais das relações de classe capitalistas, sendo, portanto, ele mesmo um dos objetos da luta.

O Estado não pode ser visto como uma forma de resolução das contradições do capital, pois ele mesmo faz parte delas, sendo simplesmente a reprodução, na forma política, dessas contradições. Contudo, o Estado também não pode ser reduzido a uma expressão superestrutural, pois, como forma política da relação capitalista, ele também possui relação interna na reprodução das formas alienadas das relações salarial, monetária, ideológica, do poder e da força etc., o que se materializa na aplicação das leis da propriedade capitalista e contrato, regulação da reprodução da classe trabalhadora por meio do sistema de administração

social, e manutenção da regra do dinheiro e da integridade da moeda, assim como a normatização e homogeneização do indivíduo capitalista por seus diversos aparatos institucionais. É por isso que a luta de classes assume necessariamente uma forma política, uma vez que a luta sobre as formas de dominação capitalista necessariamente se tornam uma luta pela forma do Estado (Clarke, 1988, p 24). O desenvolvimento dessas formas institucionais não é correspondente, portanto, aos imperativos do “regime de acumulação” e das “leis objetivas da acumulação capitalista”, mas sim aos desdobramentos das lutas sociais e políticas desencadeadas pelos processos contraditórios e antagônicos da acumulação de capital. Na próxima seção, buscamos apresentar mais detalhes a respeito dessa compreensão do Estado como forma-política do antagonismo capitalista de classe.

Forma Estado como forma social e política do antagonismo de classe entre o capital e o trabalho

A rejeição aqui apresentada da desarticulação das estruturas e das suas lógicas internas de realização não significa uma rejeição da compreensão do Estado como desempenhando um papel particular na reprodução social capitalista. No entanto, o papel desempenhado pelo Estado capitalista será discutido aqui como determinado pelo antagonismo de classe do capital e do trabalho e como um processo histórico da luta de classes. Ao invés da aparente “autonomia do Estado”, o político e o econômico serão discutidos como constituindo uma unidade contraditória. Essa unidade não existe como um bloco monolítico, mas como um movimento de contradição, em que a unidade se manifesta pela diferença e vice-versa. O Estado em unidade com o econômico se apresenta em contradição como forma do próprio antagonismo de classe. A fragmentação da composição econômica e política, bem como a composição histórica de sua inter-relação, é simplesmente “real como um processo de luta de classes” (Bonfeld, 1992, p. 98).

A relação interna entre as aparências não se dá apenas em termos discursivos ou retóricos, mas principalmente via o próprio entendimento do processo de realização da sociedade capitalista como processo de separação e de fetichização do ser humano, o qual tem no Estado uma das suas formas políticas de realização. As leis objetivas de acumulação, as funcionalidades do Estado, as disputas intra-classe, os aparelhos ideológicos etc., não deixam de ser, portanto, abstrações reais, as quais, como fenômenos reais, possuem seus efeitos diretos. Ao mesmo tempo, como abstrações, devem ser entendidas como momentos e formas específicos de aparição da essência fundamental que confere a totalidade nessa sociedade. Nessa seção, busca-se trazer alguns elementos para avançar na compreensão da forma-Estado capitalista sob essa ótica da teoria social crítica.

A reformulação das teorias marxistas do Estado que iniciam nos anos de 1970 não deve ser vista simplesmente pela sua linhagem estruturalista, com uma forte ênfase para as autonomias relativas entre os diferentes campos sociais e como esses se unificavam em um projeto hegemônico de acumulação. Partindo de um outro referencial teórico marxista, também ocorrerá um intenso debate sobre o Estado na Alemanha, o qual ficou conhecido como “teorias derivacionistas”. Diferentemente do foco principal estar nas funções desempenhadas pelo Estado, em Müller e Neussus (1978), Altvater (1978) e Hirsch (1978) a questão fundamental passa a ser o porquê da necessidade de existência de um mecanismo impessoal de autoridade pública isolado da sociedade para impor a dominação de classe. A importância desse debate na Alemanha, apesar de suas limitações teóricas como será apresentado em seguida, será fundamental para um novo impulso teórico marxista sobre o Estado.

As teorias da derivação entendem a separação entre o político e o econômico, que define a forma do Estado capitalista, não como algo universal ou dado pela complexificação das sociedades, mas explicado pelas próprias bases da forma social capitalista, o que remete à importância de derivar o Estado logicamente e historicamente das categorias desenvolvidas por

Marx. Essa derivação não vê “O Capital” como estritamente econômico, mas como uma teoria das relações sociais da sociedade capitalista como um todo, concepção essa que surgiu do debate da teoria do valor entre Backhaus e Reichelt, mas já presente em Rubin.

Entre os teóricos derivacionistas, Joachim Hirsch (1978) será o principal expoente, tendo por seus primeiros trabalhos na década de 1970 influenciado novas leituras materialistas sobre o Estado, com maior destaque para a relação interna entre os aspectos econômicos e políticos para a constituição da sociedade capitalista⁵⁶. Um dos grandes méritos de Hirsch foi resgatar a obra de Evgeni Pachukanis, a qual se torna ainda hoje crucial para o estabelecimento de uma teoria crítica do direito capitalista⁵⁷. Hirsch (1978) seguirá a famosa questão-tese colocada por Pachukanis sobre a razão da forma direito na sociedade capitalista⁵⁸, para buscar derivar a sua teoria da forma-estado. Hirsch (1978) argumenta que a forma particular do Estado deve ser derivada não da necessidade de estabelecer o interesse geral em meio aos conflitos dos capitais individuais, mas da própria natureza das relações sociais de dominação na sociedade capitalista. Tanto historicamente, quanto logicamente, o estabelecimento do processo de produção capitalista foi acompanhado de uma abstração das relações de poder do processo

⁵⁶ Destacaremos a importância dos primeiros trabalhos de Hirsch (1978) por serem mais próximos da obra de Pachukanis e da “nova leitura”, principalmente em comparação com seu último livro (Hirsch, 2010), com grande influência de Poulantzas e da teoria da regulação.

⁵⁷ Em seu livro “Teoria Geral do Direito e o Marxismo”, de 1924, em pleno processo revolucionário da URSS, Pashukanis estabelece uma virada sobre a compreensão do direito na sociedade capitalistas, colocando a separação da esfera política-jurídica (processos institucionais de dominações e poder) da esfera econômica-produtiva não como questão de complexidade social ou da divisão de funções e papéis dentro das estruturas sociais, mas sendo essa separação uma própria forma da constituição da sociabilidade capitalista baseada na teoria do valor de Marx. As formas jurídico-políticas, portanto, se colocam como as formas do processo de constituição do trabalho como valor, as quais prescindem de uma separação na aparência dos processos de dominação dos processos produtivos. O pensamento pashukaniano é retomado a partir dos anos de 1970, mais fortemente nos anos de 1980, tendo também no Brasil importante influência no debate crítico sobre o direito, sendo difundido de maneira primorosa por Marcio Bilharinho Naves (ver Naves, 2000, 2014). Atualmente, o pensamento de Paschukanis tem se renovado no País, com as recentes novas traduções e edições da obra de Pashukanis, como o trabalho de Mascaro (2013) com fortes influências pachukanianas.

⁵⁸ “Por que é que o domínio da classe não se mantém naquilo que é, a saber, a subordinação de uma parte da população a outra? Por que é que ele reveste a forma de um domínio estatal oficial ou, o que significa o mesmo, por que é que o aparelho de coação estatal não se impõe como aparelho privado da classe dominante, por que é que ele se separa desta última e reveste a forma de um aparelho de poder público impessoal, deslocado da sociedade? (Pachukanis, 1988, p. 95).

imediatamente da produção, o que levou à construção das esferas política e econômica. Assim, nessa abordagem mais próxima de Pachukanis, o Estado não é apresentado grosseiramente como um instrumento de governança de classe, mas como uma forma condicionada histórica e especificamente pelas relações sociais de exploração.

O Estado em Hirsch (1978) não estaria restrito, portanto, a um aparato de repressão e de interesses, como diriam weberianos e poulantzianos, mas refletiria a própria constituição social. Contudo, esse distanciamento do Estado do indivíduo real e dos interesses do capital em geral levará Hirsch a questionar o vínculo lógico entre as leis do movimento do capital e o conteúdo da atividade estatal (Hirsch, 1978). Isso o leva a afirmar que mesmo com esse divórcio da representação do interesse do capital em geral, o Estado ainda será limitado e estruturado pela pré-condição de sua própria existência, ou seja, pela necessidade de garantir (ou intenção de garantir) a acumulação contínua de capital, o que se coloca na sua relação com os processos de tendência e contra-tendência da queda da taxa de lucro.

A “tendência da queda da taxa de lucro”, na visão de Hirsch (1978), se torna a lei histórica determinante, na qual o Estado assume novas funções e desenvolve formas apropriadas para desempenhar essas funções. “*Within the framework of its general laws, capitalist development is determined rather by the action of acting subjects and classes, the resulting concrete conditions of crisis and their political consequences*” (Hirsch, 1978, p. 74-75, *grifo nosso*). Apesar dessas formas de intervenção e as políticas específicas do Estado não serem simplesmente reduzidas das necessidades do capital para manter a taxa de lucro, dado haver mediações entre processos de luta e de estruturas historicamente concebidas, essas ficarão restritas pelas “leis objetivas do capital”. Como nos mostra Clarke (1991a), a retomada de um Estado com a necessidade de garantir a acumulação contínua de capital impõe a esse Estado uma dependência “da resolução política dos conflitos entre capitais particulares e frações de capital, expressadas e mediadas pelo aparato estatal” (Clarke, 1991a, p.14).

Se por um lado a abordagem de Hirsch possibilitou ver a existência do Estado capitalista como um “processo histórico (uma relação dialética) entre objeto (resultado histórico da luta de classes) e sujeito (luta de classes condicionada e transcendendo sua própria premissa histórica), ele não conseguiu seguir essa relação interior entre estrutura e luta” (Bonefeld, 1992, p. 94). Apesar do raciocínio de Hirsch (1978) implicar em que a relação entre estrutura e antagonismo de classe não seja externa, a sua concepção parte de uma desarticulação da luta de classe para a imposição das leis gerais do capitalismo, o que acaba por subordinar as lutas de classe como “motor da história” para um desenvolvimento predeterminado do capitalismo.

O Estado, no pensamento de Hirsch, torna-se, por fim, determinado pelas relações de classe previamente constituídas dentro do quadro das leis do capital, ao invés de se manter na substância constitutiva das relações capitalismo como previamente concebido e baseado na teoria do valor de Marx e do direito de Pachukanis. Não por acaso, esse retorno de Hirsch a uma análise com forte viés *poulantziano* será a marca dos seus trabalhos posteriores, nos quais rompe com sua primeira visão derivacionista para se aproximar das abordagens da teoria da regulação⁵⁹. Em seu último trabalho (*Teoria Materialista do Estado*), Hirsch (2010) desenvolve uma teoria de Estado totalmente vinculada aos processos de acumulação, e as formas sociais de regulação são conceptualizadas como partes dos aparatos do Estado, sendo essas uma espécie de “cinto de transmissão regulador” da sociedade capitalista.

A importância da compreensão do Estado na sociedade capitalista está justamente na ideia primeira de Hirsch, ao resgatar o trabalho de Pachukanis, colocando o Estado não em termos de suas funções ou ligado à necessidade das leis de acumulação, mas a forma Estado como momento da própria forma política da constituição do antagonismo de classe do trabalho como capital. Resgatando o debate teórico e metodológico *realizado nas primeiras seções deste*

⁵⁹“The structural-functionalist politicism which Hirsch took over from Offe was only reinforced in the later development of his work, which drew heavily on the theories of Poulantzas and the French Regulation School to develop an analysis of the ‘fordist security state’ in which the structure tends to absorb the class struggle, and the state progressively displaces capital at the heart of the analysis” (Clarke, 1991a, p. 15).

trabalho sobre a teoria crítica construída com base no pensamento de Marx, devemos analisar os fenômenos sociais não em sua aparência, como elementos com movimentos autônomos, mas como derivados em um processo de abstração subjetiva (Bonefeld, 2014) da essência da totalidade da sociabilidade capitalista.

A relação de classe manifesta-se em um movimento de conflito de categorias já definidas, em que a disputa pelo excedente econômico já aparece em termos objetificados, como se não fosse necessária uma construção social prévia para sua ocorrência. Essa aparência de fenômenos naturais de algo que é uma construção social se deve ao próprio caráter da sociabilidade capitalista baseada em uma contradição de classe, já que, ao mesmo tempo que as classes se constituem de forma conflituosa, colocam-se de forma dependente, em um processo de reprodução e objetivação *na e através da* exploração e dominação.

A organização do trabalho implica em uma constituição do trabalho sob a forma de "trabalho assalariado", definido principalmente pelo recurso de sua renda e como uma relação de troca "igual" e "livre" no mercado. A essência da constituição social se coloca, portanto, como a separação do ser humano das suas condições de vida livre, ao mesmo tempo em que ele é livre para vender o seu "trabalho abstrato". Essência essa que guarda o antagonismo fundante da sociedade, pois a relação capitalista depende da existência e da expansão do trabalho ao mesmo tempo que necessita explorá-lo e dominá-lo. O trabalhador, de maneira concomitante, luta contra a exploração e dominação contida no trabalho ao mesmo tempo que necessita desse para sua sobrevivência (trabalho como exploração e como realização). Por isso não há movimento na sociedade capitalista fora desse antagonismo social, dada a própria base da sociedade se assentar nessa relação particular de trabalho.

A existência social é constituída, portanto, como um movimento de contradição na e pela presença do trabalho dentro da relação capital. Contudo, essa essência é apagada em um processo de fetichização, em que o antagonismo é apresentado como um simples conflito entre

indivíduos livres e iguais no mercado, os quais podem disputar seus interesses politicamente dentro do Estado como esfera externa da realização social. Dentro do próprio processo de fetichização da relação intrínseca capitalista, a luta antagônica do trabalho com o capital é apagada, transformando o conflito capitalista em uma atividade política de interesses, a qual possui o Estado como palco de luta.

Ao invés de partirmos dessas categorias aparentes, devemos seguir o caminho aberto por Marx, de desvendar as conexões internas ao fenômeno social, em uma composição dialética que mostra como um fato isolado aparente em realidade constitui um modo de existência (forma) de relação social. Seguindo Marx (1973), os fenômenos sociais (por exemplo economia e Estado) possuem múltiplas determinações que se apresentam de forma mistificada (objetificada-fetichizada), por isso a única opção é traçar a "conexão interna" entre esses fenômenos de modo a estabelecer a "natureza interior" de suas relações.

Traçar a conexão interna entre os fenômenos sociais é buscar a “abstração substantiva” que constitui sua realidade social como interligada, como formas complexas diferentes, mas unidas entre elas (Bonefeld, 2014). A análise precisa, como necessidade do próprio objeto, ser *dialética* e negativa, pois negando as aparências revela o processo histórico que constitui o *elemento comum* que torna os fenômenos sociais *diferentes uns dos outros em unidade*. A apresentação da "natureza interior" dos fenômenos sociais impõe um modo de pensar que se move dentro do objeto (forma histórico-social das relações humanas), revelando as suas formas de aparência social, e por isso negativa, já que, ao invés da definição positiva, busca-se a desmistificação de como a categoria social se apresenta. A dialética não concebe o objeto de fora, mas de dentro, pois tenta apropriar a realidade social conceitualmente em seu próprio movimento, colocando o que se apresenta (o objeto) como um momento de realização da sua própria essência, ou seja, de como a própria aparência do objeto se construiu socialmente.

A constituição histórica do trabalho abstrato como a generalidade da relação social da reprodução capitalista pressupõe a constituição histórica das relações políticas (de poder, dominação e exploração) como se fossem uma relação separada do modo de produção. Como já indagava Pachukanis, a constituição da sociabilidade como indivíduos separados fetichizados impõe a aparência de uma relação política em separado, externa aos outros momentos sociais. O Estado capitalista, portanto, se coloca como uma forma política dessa sociabilidade capitalista. O Estado não é um Estado na sociedade capitalista, como uma relação externa, mas sim “um momento do antagonismo de classe do capital e do trabalho” (Holloway e Picciotto, 1978, p. 19) em sua forma política.

A constituição da reprodução social como reprodução do capital envolve o Estado como um momento distinto da imposição do valor e da organização da vida em torno da constituição e imposição do trabalho abstrato. A forma do Estado, que alcança a generalização de uma suposta “ordem” em termos de igualdade e liberdade formal como dominação política, é, portanto, postulada como organizadora política da “república do mercado”: liberdade formal e igualdade como modo de existência de exploração (Bonefeld, 1992). A unidade em contradição da produção de mais-valias é deslocada em sua aparência para dentro da forma do Estado, de um modo que concentre a realidade social da exploração pela garantia da liberdade e da igualdade formal dos direitos de propriedade⁶⁰, tendo como conteúdo a “perpetuação da escravidão do trabalho” (Marx, 1969, p. 33).

O Estado como forma política externa da constituição social capitalista cumpre a norma social entre os proprietários de forma a garantir o reconhecimento formal dos seus direitos (de propriedade), enquanto concebe os indivíduos particulares como indivíduos abstratos dotados

⁶⁰ “*This determination of the state in the historical process of capitalist class relations posits, at the same time, its substantive character as imposing law and order: instead of privileges, the state sets rights; instead of relations of will and power, the state sets relations of legality; instead of despotism, the state concentrates coercion as law and order; instead of relations of conflict, the state sets contractual relations of social interaction*” (Bonefeld, 1992, p. 117).

de direitos padronizados e, como tal, tratados como cidadãos abstratos (Dalla Costa 1995). Esse processo social exercido pelo Estado complementa politicamente o processo de constituição de classe como trabalho abstrato.

O Estado como um momento político da reprodução da constituição social capitalista preserva em sua própria reprodução social as condições de existência do capital. Essa preservação da essência do trabalho abstrato pelo Estado será dada, portanto, em termos da própria constituição da classe trabalhadora quando da normalização dessa classe dentro do momento de realização do valor. A reprodução do capital na forma política do Estado abstrai os capitais individuais para se estabelecer como modo de existência política externalizada do trabalho como capital. A forma Estado é, dessa forma, essencial para a fetichização política da sociabilidade capitalista, “não podendo existir a relação capitalista sem a forma Estado” (Bonefeld, 1992, p. 119).

O Estado como forma do antagonismo do trabalho com o capital precisa ser visto como aquele em que a unidade contraditória é processada em sua forma política como um momento do mesmo processo de luta de classe, ou seja, como forma política da constituição das relações de classe num processo de fetichização da realização do valor em seus momentos particulares. A forma Estado tomada a partir de sua constituição interna não se coloca como um fenômeno fixo. As suas próprias formas aparentes (liberal, fascista, fordista, desenvolvimentista, pós-fordista, neoliberal, pós-neoliberal, neodesenvolvimentista) são premissas e resultados da reprodução social do antagonismo de classe, não uma forma excepcional do Estado, mas um momento da luta de classe pela constituição da relação capitalista em forma política de imposição do controle sobre a forma trabalho.

A forma do Estado atinge a existência como o modo político de existência da categoria abstrata de trabalho, o que lhe confere formas políticas dentro dos diferentes momentos de realização de luta para a constituição das classes capitalistas. A realização da constituição da

abstração do trabalho como capital possui particularidades dentro dos seus diferentes momentos lógicos e históricos de realização. O Estado se coloca como o momento político dessa realização, o que leva ao seu desenvolvimento como forma lógica e histórica não ser nem um reflexo dos interesses de classe, nem das leis objetivas do capital, dado ser o aspecto político do próprio antagonismo universal da sociedade capitalista. As relações políticas não correspondem ou reproduzem as relações econômicas, nem diretamente, nem relativamente. As formas políticas, assim como as formas econômicas, são formas do antagonismo de classe, o que as une em um processo de relação interna, em que ambas são momentos do mesmo fenômeno social. O político complementa o econômico de forma antagônica, ou seja, dentro do processo de constituição social de classe, o que leva a processos de unidade em desunião, por isso a *aparência* de uma autonomia relativa.

O político e o econômico se complementam e se opõem como formas distintas do antagonismo de classe, em um movimento interno da própria constituição dessas formas na medida em que constituem as relações de classe dentro dos momentos específicos de realização capitalista. A noção de primazia do antagonismo de classe não exclui a existência das estruturas, mas agora entendidas como modos de existência do antagonismo de classe em que se revelam como formas de relações sociais reificadas, na medida em que se apresentam como estruturas autônomas.

A aparente fragmentação entre o político e o econômico aparece como uma relação entre coisas ("estruturas"), ou seja, como parte do processo de fetichização da sociedade burguesa, em que a construção social como luta é apagada no processo de emergência dos fenômenos sociais burgueses. As leis objetivas de acumulação, assim como os seus conflitos de interesses de classe, são formas desse mesmo processo de luta por constituição de classe no antagonismo do capital com o trabalho, as quais, como formas da mesma totalidade social, se ligam internamente com o Estado e o econômico, tendo na mesma unidade social as distinções das

formas políticas e econômicas. É apenas no processo de luta de constituição de classe em sua totalidade que pode ser compreendido o desenvolvimento das formas sociais e suas relações internas. A forma Estado, a forma econômica, a forma ideológica, a forma simbólica, só podem ser compreendidas, portanto, dentro do quadro de realização da constituição social de classe capitalista em sua totalidade, a qual só ocorre a partir da constituição em luta do trabalho como capital em nível de universalidade do *mercado mundial*.

A forma do Estado atinge a existência como o modo político de existência da categoria abstrata do trabalho em ação contínua de luta, a qual se constitui no mercado mundial como a concentração do mais concreto desenvolvimento do poder do trabalho dentro do capital (Bonefeld, 1992, p. 122). Dessa forma, o modo de movimento do Estado, assim como dos processos econômicos e de conflitos de interesse de frações de classe, no contexto da valorização do capital, precisa ser visto a partir da constituição de classe no nível do mercado mundial, em que se faz a constituição do trabalho abstrato como totalidade.

A forma do Estado, assim como as outras formas sociais capitalistas, serão um momento subalterno ao movimento de realização do capital no mercado mundial, isto é, ao desenvolvimento concreto mais rico possível da abstração substantiva do antagonismo de classe (Braunmühl, 1978). O Estado é constituído no próprio movimento do “modo de existência do capital social operando no mercado mundial” (Braunmühl, 1978, p. 176).

4. Mercado mundial e relação social capitalista

No plano externo aos Estados, e nas mais diversas teorias críticas e com suas respectivas denominações distintas, dá-se grande ênfase aos processos de competição e concorrência entre os Estados, como se fossem entes autônomos, sem nenhuma relação interna entre eles. O debate marxista não foge a essa regra. Pelo contrário, marcado pelo debate sobre o *imperialismo*, a tradição marxista dá grande peso a uma visão de “O Capital” que parte de uma “economia capitalista fechada” (Pradella, 2013), como se a expansão e a origem do capitalismo estivessem dentro de um Estado-nação único, sendo o mercado mundial marcado pela concorrência de capitais nacionais, muitas vezes, corporificados nos interesses do Estado-nação. Neste trabalho sustenta-se uma visão contrária com relação ao conceito e ao lugar teórico do mercado mundial, propondo uma leitura distinta do que se tem usualmente considerado como o mercado mundial em “O Capital” de Marx.

O mercado mundial aqui compreendido é uma necessidade categórica para a constituição da riqueza capitalista, pois a validade do valor tem como necessidade a validade do valor no mercado mundial, o que o torna o *locus* geral onde a exposição se desenvolve (Pradella, 2015). O trabalho abstrato da produção de valor compreende, portanto, a homogeneização do tempo como uma realidade do mercado mundial, ou seja, como tempo abstrato socialmente necessário. No capitalismo os indivíduos sociais são controlados pelos produtos de seu próprio trabalho na forma abstrata, o qual se afirma na forma do mercado mundial como uma *força coercitiva objetiva* (Bonfeld, 2014, p. 147).

Essa *forma coercitiva objetiva* exercida pelo mercado mundial como momento da realização da totalidade da sociabilidade capitalista não exige a existência dos fenômenos imperialistas, dependentes, subdesenvolvidos e desenvolvidos, mas apenas não os compreende de forma reducionista a partir de sua naturalização e autonomização. Eles são aqui compreendidos como ligados internamente ao processo de constituição do antagonismo de

classe do trabalho dentro do capital no plano do mercado mundial (v. Braunmühl 1978). Dessa forma, na próxima seção, pretende-se realizar um resgate crítico das abordagens do imperialismo e da dependência, tendo como perspectiva compreendê-las num quadro de relação interna com o mercado mundial, não vendo a partir desse simplesmente a sua aparência da transferência de valor, mas sim a sua essência do antagonismo de classe fundante da relação capitalista. Em seguida, busca-se, na outra seção, um debate mais detalhado do que seria esse mercado mundial como totalidade, explorando os escritos de Marx divulgados no âmbito da nova edição crítica da MEGA, para estabelecer as formas e momentos de realização dos fenômenos sociais capitalistas a partir dessa compreensão do mercado mundial.

Imperialismo, dependência e conflito entre capitais no mercado mundial

Entre as várias vertentes das teorias sobre o imperialismo, há uma leitura da obra “O Capital” de Marx como se a expansão e a origem do capitalismo partissem de um Estado-nação único, como uma “economia capitalista fechada”, para depois se confrontar com outros capitais no mercado mundial. Como nos mostra Pradella (2011), todos os “pioneiros” do imperialismo, como Hilferding (1981), Lenin (2008) e Luxemburgo (1985) partilham dessa concepção de que Marx se concentrou, em seu principal trabalho teórico, em uma economia capitalista fechada, e analisou as origens e a expansão do capitalismo dentro de um único Estado-nação. É essa visão da obra de Marx que levou à necessidade de incorporar os desenvolvimentos da concentração de capital no Estado monopolista em movimento imperialista (Lenin, 2008); ou a criticar a suposta concepção limitada de Marx por não considerar a relação de expansão do capital fora dos limites do Estado-nação (Luxemburgo, 1985).

No trabalho de Rosdolsky (2001), essa visão é apresentada sob a forma dos planos de realização de Marx, dado que à luz da *Introdução de 1857-58* (ou seja, do primeiro e primitivo esboço), “O Capital” seria composto por seis livros, estando apenas nos três últimos o Estado,

as trocas internacionais e o mercado mundial. Contudo, pela revisão da obra de Marx iniciada nos anos de 1970 pelo projeto da MEGA-2⁶¹, tornou-se possível compreender como o projeto de “O Capital” foi alterado durante 1863 e 1864, isto é, na redação do que conhecemos como *Manuscritos de 1863-65*. “So, during 1863 and 1864 a second project of critique was born, named 'Capital', which was to consist of four books, three theoretical ones and a fourth dealing with the history of economic theory” (Heinrich, 2009, p. 81). “O Capital” de Marx não irá considerar o capital a partir da formação em um Estado individual - como Lenin e Rosa Luxemburgo argumentavam -, mas a produção e reprodução do “capital social total”, que é tanto o capital individual, quanto a soma total de todos os capitais existentes, referindo-se a todos os ramos de uma "sociedade dada" não limitada pelas fronteiras nacionais (Pradella, 2011, p. 121).

J.A. Hobson teve um importante papel em dar forma para o debate marxista sobre o imperialismo, apesar de possuir uma linhagem teórica muito distinta. Hobson foi um escritor e jornalista que cunhou o termo “Imperialismo” em 1902, moldando grande parte do debate marxista nas décadas seguintes. Primeiramente, cunha o termo de monopólio capitalista, em que o sistema passa de um estágio “competitivo” para um estágio de alta concentração. Retoma também a ideia de “*underconsumption*” de Malthus e Sismondi, em que haveria a contradição entre crescimento da produção e crescimento do salário, o que diminuiria o consumo. Essa combinação de concentração com “*underconsumption*” leva a uma necessidade permanente de exportação do capital como forma de solução da crise. Dessa forma, o imperialismo aparece como a força dos controladores das indústrias em levarem seu capital excedente para os outros países, dado haver uma dificuldade de aplicá-los localmente (Hobson, 2005). Esse quadro cria também os rentistas, que transformam suas poupanças em ativos financeiros, que podem ser transacionados tanto nos mercados domésticos, gerando instabilidade, quanto nos mercados

⁶¹ Segunda edição histórico-crítica da *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA-2)

internacionais. É dessa construção teórica que os Estados ditos desenvolvidos se transformam em Estados rentistas, se aproveitando do déficit dos países subdesenvolvidos, como foi explorado por Lenin e Bukharin.

Essa construção de Hobson (2005) reduz o fenômeno do Imperialismo à crise capitalista, similarmente ao que acontece com análises marxistas, tornando o imperialismo apenas uma sub-instância da discussão de crise capitalista. Hobson (2005) também irá submeter a esfera política (Estado) à esfera econômica (o processo de acumulação de capital), ou seja, o comportamento político do Estado é completamente dependente das contradições que permeiam a economia. Ainda diferencia imperialismo de colonialismo, por esse último ser uma suposta forma de levar a industrialização e a vida civilizada para as regiões temperadas. Por fim, o imperialismo, na sua concepção, torna-se uma estrutura global, ou uma disputa global de hegemonia pressupondo um grupo de desenvolvidos e um outro grupo de subdesenvolvidos, o que leva a uma lógica ininterrupta de continuidade global.

A tese de Rosa Luxemburgo com referência ao capitalismo global diz muito mais respeito às relações entre sistemas capitalistas e não capitalistas do que às relações entre os Estados-nação no sistema capitalista.

At this point we should revise the conceptions of internal and external markets which were so important in the controversy about accumulation. (...) The internal market is the capitalist market, production itself buying its own products and supplying its own elements of production. The external market is the non-capitalist social environment which absorbs the products of capitalist production. Thus, from the point of view of economics, Germany and England traffic in commodities chiefly on an internal, capitalist market, whilst the give and take between German industry and German peasants is transacted on an external market as far as German capital is concerned (Luxemburgo, 1971, p. 288).

Na concepção de Luxemburgo (1985), a formação do capital se dá em uma relação interna, a qual não necessariamente está na concepção do Estado, estando a questão externa ligada a relações não propriamente capitalistas, as quais nos momentos de crise seriam expropriadas pela expansão dessa relação capitalista.

Bukharin por sua vez irá salientar com mais ênfase a questão nacional propriamente dita, mostrando como cada economia nacional, no conjunto polarizadas entre economias industriais e economias agrárias, está subsumida à economia global, o que constitui a divisão do trabalho capitalista global. *“The cleavage between town and country, as well as the development of this cleavage, formerly confined to one country only, are now being reproduced on a tremendously enlarged basis. Viewed from this standpoint, entire countries appear as towns, namely the industrial countries, whereas entire agrarian territories appear to be countries”* (Bukharin, 1972, p. 21). Assim, estende a concorrência entre os grupos capitalistas nacionais com seus interesses contraditórios para a divisão do mais-valor criado em escala mundial.

Production is of a social nature; [...] Acquisition, however, assumes the character of ‘national’ (state) acquisition [...] Under such conditions there inevitably arises a conflict, which, given the existence of capitalism, is settled through extending the state frontiers in bloody struggles, a settlement which holds the prospect of new and more grandiose conflicts (Bukharin, 1972, p. 106).

Em Bukharin (1972) fica evidente o peso muito maior dado à contradição entre “capitalismo global” e a “apropriação nacional” do produto excedente.

Lenin (2008), de certa forma, irá provocar uma importante ruptura dentro dos autores clássicos do imperialismo (Sotiropoulos et al., 2009). Autores como Bukharin e Luxemburgo atestavam a importância da escala mundial dada a concepção do capitalismo global, ao passo que vertentes posteriormente colocadas por Lenin defendiam a importância da autodeterminação do Estado, dos capitais particulares e da concorrência entre eles. A internacionalização do capital e a criação do mercado internacional vinculou as diferentes formações sociais capitalistas, gerando conexões desiguais entre eles, o que deu molde para uma singular “cadeia imperialista” (Sotiropoulos et al., 2009).

Lenin (2008) colocou em questão a nova problemática de opor a estrutura econômica do capitalismo global à ideia da cadeia imperialista, na qual os “elos” não são as economias nacionais – como coloca Bukharin (1972) –, mas os Estados, dando evidência para ao caráter não somente econômico, mas também militar, político e ideológico. Outra implicação dessa mudança de perspectiva posta por Lenin é a virada para o processo revolucionário não nos “elos” mais desenvolvidos, mas justamente ao contrário, por ser nos Estados mais “atrasados” que as contradições, tanto domésticas, quanto internacionais, se colocam de forma mais exacerbada. A formação do capital na forma do Estado se coloca de maneira competitiva e conflitiva nos movimentos imperialistas, o que implica em uma maior fragilidade para as relações capitalistas nos países ditos atrasados.

A tese de Lenin possui grande influência do trabalho de Hilferding (1981), que em realidade será uma fonte comum de todos os autores no debate sobre o imperialismo. Hilferding (1981) apresenta uma mudança no capitalismo para a predominância de monopólios não apenas dentro da classe burguesa, mas sobre a sociedade como um todo. Essa predominância se deve à “fusão” do capital bancário com o capital industrial que, com a dominância do primeiro, forma uma nova dominação de fração do capital, denominada capital financeiro. Desta forma, o imperialismo e o colonialismo nada mais são do que consequências da competição internacional entre esses capitais financeiros dos diferentes países centrais. Assim fica claro, em certo sentido, a rendição do Estado aos capitais monopolizados, pois em paralelo com a predominância dos monopólios teria o fim da livre concorrência, o que torna possível a subordinação do estado aos interesses das oligarquias monopolistas⁶².

⁶² “Finance capital does not want freedom, but domination [...] But in order to achieve these ends, and to maintain and enhance its predominant position, it needs the state [...] It needs a politically powerful state [...] which can intervene in every corner of the globe and transform the whole world into a sphere of investment of its own financial capital. Finally, finance capital needs a state which is strong enough to pursue expansionist policy and the annexation of new colonies. [...] Capital becomes the conqueror of the world, and with every new country that it conquers there are new frontiers to be crossed” (Hilferding, 1981, p. 334-5).

A abordagem de Hilferding (1981) será incorporada por Bukharin com a predominância dos monopólios em sua concepção de economia capitalista global, o que dará forma para a polarização entre os Estados desenvolvidos e industrializados em oposição aos Estados periféricos e subdesenvolvidos com um sistema econômica agrário. Assim fica clara a permanência da ideia de um império global do capital que imporá seu interesse. Apesar de Lenin (2008) partir de uma visão bem próxima de Hilferding e do final da livre competição para a fase de monopólios no imperialismo, o revolucionário russo partirá do ponto de Hobson (2005) quanto à importância da divisão e re-divisão do mundo dentro do capitalismo (Sotiropoulos et al., 2009), tendo como primazia desse movimento uma disputa entre os países desenvolvidos pelas posições de extração de excedente dos países subdesenvolvidos e de suas colônias. Essa importância da extração de excedentes colocaria os países imperialistas menos baseados na sua produção e mais dependentes da exploração, o que implicaria nos interesses das classes dominantes se concentrarem na expansão da exploração para os países periféricos (“comprando” o consenso com uma aristocracia operária), tendo por sua vez, nos países desenvolvidos, o momento de decadência do capitalismo.

A tese de Lenin sobre o imperialismo não terá, portanto, um entendimento de que a exportação de capital se deve a um excesso de capital ou uma falta de oportunidades de investimento, mas sim à competição entre os capitalistas individuais pela sua procura por lucros extras, os quais se consolidam de forma monopolista materializados no Estado. A concepção da expansão imperialista do capital por concorrência difere das abordagens focadas na necessidade de expansão devido às crises ou incapacidades da acumulação, como na abordagem de Rosa Luxemburgo. A concepção da concorrência como sendo ponto de partida para a transferência de valor, dentro do quadro do imperialismo, terá grande importância para os debates recentes, tendo diversas implicações práticas e teóricas, como pode-se ver na América Latina em diversas situações e abordagens, como no caso da teoria da dependência.

As teorias da dependência possuem certa tradição das análises marxistas das teorias do imperialismo, partindo de um resgate do desenvolvimento do capitalismo, tanto do seu nível “interno” de desenvolvimento, quanto do seu desenvolvimento desigual nas diferentes partes do mundo. Entretanto, a *forma* que cada abordagem dará a essa teoria do imperialismo aplicada à América Latina terá diversas divergências teóricas⁶³. Com o pós-guerra, o fenômeno do imperialismo como se apresentava no começo do século XX se altera, tendo uma forma muito mais mercantil, em que a polarização centro-periferia passa a ser muito mais centrada na circulação de mercadorias pelo comércio internacional. Dentro desse quadro que se coloca nos anos de 1960 e 1970, os marxistas da chamada escola da dependência se apresentam como no comércio de mercadorias internacional, envolvendo capitais com distintos níveis de produtividade, surgindo uma relação equivalente a uma relação imperialista, à qual se denominou de “troca desigual”.

Boa parte do debate da categoria da troca desigual se coloca quanto à especificação teórica do conteúdo dessa “troca” como mecanismo de extração de mais-valor. O termo, no trabalho pioneiro de Emmanuel (1990), possuía um alto caráter *ricardiano* (Shaikh, 1990), baseado na lei dos custos comparativos, em que o movimento de desigualdade nos termos de troca dos preços médios das mercadorias se colocaria em favor dos países ditos desenvolvidos. Em Mandel (1985) é feita uma análise crítica dessa concepção da “troca desigual” nos ditos clássicos da dependência (Frank (1980), Amin (1974) e Emmanuel (1990)), em que a era do imperialismo seria substituída pela era do “capitalismo tardio”, tendo um acirramento na “transferência líquida de valor” pelo “agravamento da troca desigual” (Mandel, 1985, p. 44). Em Mandel (1985), a transferência de valor não se vincula mais aos diferenciais de custos, mas

⁶³ O objetivo do estudo das teorias da dependência nesse trabalho não é de analisar em profundidade cada um dos diferentes autores e autoras, mas apresentar o debate a partir de uma perspectiva crítica, mostrando a importância das categorias como processos reais de abstrações, retirando o peso da naturalização da transferência de valor, para evidenciar a sua ligação interna com a constituição do antagonismo de classe no mercado mundial. Para uma análise aprofundada das teorias da dependência em suas distintas vertentes ver: Leite (2017).

às diferenças de composição orgânica (diferenciais de produtividade), tendo, portanto, origem na forma de produção, não na mercadoria produzida em si. Ao invés da posição de Emmanuel (1990) dos baixos salários nos países dependentes como causa da troca desigual, em Mandel (1985) será essa forma de troca a origem das condições salariais nos países na periferia. Contudo, Mandel (1985) ainda permanece contrário à formação de uma taxa geral de lucro no mercado mundial para o estabelecimento dos diferenciais de produtividade e de transferência de mais valor.

Será na obra de Marini (2005) que a versão “mais acabada” da teoria da dependência será exposta, com a elaboração da categoria de superexploração do trabalho nos países dependentes. A troca desigual deve ser entendida, portanto, como um processo de transferência de valor de capitais com composição orgânica distinta dentro do comércio internacional, sendo uma extração de mais-valor dos capitais com menor composição orgânica para os com maior composição (Carcanholo, 2013).

Será por essa compreensão da troca desigual que Marini (2005) irá apresentar o fenômeno da superexploração como remuneração por salário inferior ao seu valor de força de trabalho nos países dependentes. Nos países ditos subdesenvolvidos haveria, por causa das trocas desiguais, uma necessidade de remunerar a força de trabalho abaixo do seu valor, o que se constituiria como a superexploração da mão de obra. Assim, Marini (2005) sustenta que a troca desigual, via transferência de mais-valor dada pela esfera da circulação, implica na necessidade de uma extração maior e mais intensiva de mais-valor na esfera da produção.

Nos desenvolvimentos teóricos mais recentes, com grande influência das teorias do imperialismo e da dependência, há uma certa tentativa de complementariedade entre as formas de extração de valor em expropriação direta (troca desigual) e expansão do capitalismo pela intensificação da lógica financeira. Em outros termos, como decorrência dos processos iniciados na década de 1980, as abordagens recentes buscam abranger tanto a expansão

financeira, como forma de apropriação de mais-valor em um contexto de crise, como os novos processos de expropriação em meio às políticas ditas neoliberais.

O acirramento da disputa pela apropriação do mais-valor no mercado mundial torna-se, dentro das abordagens recentes com influência das teorias sobre o imperialismo, uma marca da crise que se inicia nos anos de 1970, seja pela intensificação na forma de um “capital-imperialista⁶⁴” (Fontes, 2010), seja por um processo de “acumulação por expropriação⁶⁵” (Harvey, 2003). Ao invés da centralidade da dependência e do caráter subordinado do pós-guerra, as análises de cunho imperialista após os anos de 1990 possuem uma maior ênfase no processo de descentralização, intensificação e expropriação para a constituição das transferências de mais-valor⁶⁶. O desenvolvimento das relações capitalistas, em concomitância com crises financeiras recorrentes, coloca em primeira instância a alta competitividade dos capitais financeiros no mercado internacional, o que leva as análises recentes com recorte imperialista dar maior ênfase à intensificação da exploração e expropriação num quadro de acirramento do conflito entre capitais com a expansão financeira.

Num recorte imperialista, o mercado mundial como realização da totalidade da sociabilidade capitalista perde seu espaço para se tornar o espaço de concorrência e conflito dos

⁶⁴ “O período que medeia do final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1980 foi marcado por uma situação histórica única, na qual a divisão do mundo entre países pós-revolucionários e países capitalistas impôs modificações substantivas no ritmo, na extensão e na forma da expansão do imperialismo, e trouxe uma sobrecarga retórica e ideológica que dificulta a percepção real das transformações então em curso. Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou por exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica” (Fontes, 2010, p. 149).

⁶⁵ “A extração de mais-valor é, acima de tudo, uma forma específica de acumulação por espoliação, já que ela não é nada mais que alienação, apropriação e despossessão da capacidade dos trabalhadores para produzir valor no processo de trabalho” (Harvey, 2010, p. 311).

⁶⁶ Importante frisar aqui a diferenciação dessas perspectivas sobre o imperialismo que emergem nesse período. Enquanto Fontes (2010) constrói uma análise de maior integração em unidade das formas de expropriação e exploração, Harvey (2003) eleva a expropriação direta como categoria motriz, subordinando a exploração na categoria valor, como apresentado anteriormente.

capitais já constituídos⁶⁷. Os movimentos imperialistas nas relações sociais capitalistas não devem ser descartados, muito menos ignorados. Contudo, necessitam ser compreendidos como momentos da constituição do antagonismo do trabalho como capital, não a partir de sua autonomização. A essência do mercado mundial não está na transferência de valor, mas na constituição da totalidade da relação capitalista, na qual a transferência é um momento desse processo. Partir da transferência de mais-valor como essência do mercado mundial implica em partir dos capitais e de seus interesses como fenômenos já constituídos, o que acaba por apagar a relação interna entre esses processos de transferência de valor com a totalidade do mercado mundial.

A redução autonomizante do imperialismo e da dependência à transferência de valor retira o lugar lógico desses fenômenos capitalistas na totalidade social, naturalizando a transferência de valor no conflito de capitais já constituído. Imperialismo, dependência, superexploração e transferência de valor são fenômenos sociais capitalistas reais, porém não autônomos, mas ligados internamente na constituição da totalidade da sociabilidade capitalista. O mercado mundial reduzido em transferência de valor coloca, como já apresentado em Lenin (2008), a concorrência como seu lugar teórico, perdendo (fetichizando) a própria construção social em que se baseia essa concorrência. Os interesses de capitais em conflito no mercado mundial não são um fenômeno dado, mas socialmente construídos em processo de luta.

“Só é possível uma análise científica da concorrência depois que se apreende a natureza interna do capital, assim como o movimento aparente dos corpos celestes só pode ser

⁶⁷ Callinicos (2014) define as relações capitalistas com duas essências, a que opõe o trabalho assalariado ao capital e a que opõe os diversos capitais entre si. A primeira seria destinada à produção de mais valor, enquanto a segunda à distribuição. Essa distinção entre as lógicas do capital pode ser vista também na concepção do imperialismo do autor. Callinicos (2009) apresenta a concepção de lógicas distintas para interpretar o movimento do imperialismo, considerando na intersecção entre economia e geopolítica. “*The thought is, then, that capitalist imperialism is constituted by the intersection of two forms of competition, namely economic and geopolitical. Economic competition we have already encountered as one of the two interconnected relations constitutive of capital. Geopolitical competition compromises the rivalries among states over security, territory, influence, and the like*” (Callinicos, 2009, p. 15).

compreendido por quem conhece seu movimento real, apesar de sensorialmente imperceptível” (Marx, 2013, p. 391). Partir da concorrência como plano teórico da essência – do conflito dos capitais como lógica autônoma – é partir do movimento aparente dos corpos celestes.

O mercado mundial como relação social posta em totalidade deve ser compreendido na constituição do valor que guarda a luta do antagonismo de classe, no qual a transferência se coloca como um dos seus momentos. Por isso a importância de entender o mercado mundial no processo de constituição da totalidade das relações sociais capitalistas.

Mercado Mundial e o antagonismo de classe em totalidade

Se o trabalho excedente ou mais-valia se configurasse apenas em produto excedente nacional, o aumento do valor pelo valor e em consequência a extorsão de trabalho excedente encontrariam um limite na estreiteza, no reduzido elenco de valores de uso em que se apresenta o valor do trabalho nacional. Mas é o comércio exterior que desenvolve a verdadeira natureza do produto excedente como valor, ao fazer o trabalho nele contido como trabalho social configurar-se numa série ilimitada de diferentes valores de uso, e ao dar realmente sentido à riqueza abstrata. [...] Mas só o comércio exterior, a transformação do mercado em mercado mundial, faz o dinheiro evolver para dinheiro mundial e o *trabalho abstrato* para trabalho social. A riqueza abstrata, valor, dinheiro, e em consequência o *trabalho abstrato* desenvolvem-se na medida em que o trabalho concreto se torna uma totalidade – que abrange o mercado mundial – de maneiras diferentes de trabalho. A produção capitalista assenta no *valor* ou na conversão do trabalho contido no produto, em trabalho social. Mas isso só é possível na base do comércio exterior e do mercado mundial. E constitui pressuposto e ao mesmo tempo resultado da produção capitalista (Marx, 1980, p. 1302-1303).

A revisão das obras completas de Marx (MEGA2) colocou em evidência o caráter de totalidade do mercado mundial, como realização do antagonismo de classe fundante entre capital e trabalho. “A tendência de criar o *mercado mundial* está imediatamente dada no próprio conceito do capital” (Marx, 2011, p. 540). O mercado mundial é a categoria analítica em que

se valida o trabalho abstrato como valor⁶⁸, somente a partir da compreensão do movimento das relações sociais no nível do mercado mundial pode-se ter em mente a concepção da crítica da mistificação das categorias econômicas como movimento naturais e naturalizantes. As formas aparentes da sociabilidade capitalista, como categorias fetichizantes que escondem a construção social por meio da relação de coisas, só podem ser compreendidas a partir da sua constituição interna, ou seja, de como processos de constituição do antagonismo de classe se estabelecem em formas aparentemente autônomas (capitais em conflito, Estados em concorrência etc.).

A história da relação capitalista é a história do conflito social para a imposição da forma valor sobre as condições das formas de vida, a qual se realiza na totalidade do mercado mundial. *“The world market constitutes a mode of existence of the presence of labour within capital. The conditions of life are thereby subordinate to the richest concrete development of the antagonistic tendency of capital and labour”* (Bonefeld, 1992, p.170). A formação da sociedade capitalista como forma social específica se dá pela imposição do trabalho abstrato como produtor de valor em forma universal, validada socialmente em totalidade.

Marx, em “O Capital”, partindo dessa concepção do mercado mundial em totalidade, apresenta logo no primeiro capítulo como na constituição do trabalho abstrato como totalidade universal se constituem relações sociais fetichizantes, as quais acabam por esconder a sua gênese por meio da relação entre coisas. Depois dessa apresentação das relações sociais capitalistas como relações sociais fetichizantes partindo da totalidade do mercado mundial, Marx passa a apresentar como emergem os vários fenômenos e formas sociais aparentes em relação interna. O mercado mundial deve ser compreendido como o plano categorial de

⁶⁸ Apesar da maior aceitação e número de pesquisa do mercado mundial como totalidade do capital ter acontecido apenas recentemente com a maior divulgação das obras completas de Marx pela MEGA2, as abordagens conhecidas como “nova leitura” e “marxismo aberto” já traziam essa concepção desde o final dos anos de 1970. *“To determine the essence of things from their most fully developed form of appearance thus means that the nation state as a particular form should no longer be taken as the level on which the movement of capital is to be analysed; this should be the world market as a totality”* (von Braunmuhl, 1978, p. 170).

constituição, realização e validação do antagonismo do capital sobre o trabalho como imposição da lei do valor sobre as condições de vida⁶⁹.

A contradição essencial da sociabilidade capitalista não está na contradição entre produção e troca ou entre a distribuição do seu excedente, mas na contradição da constituição da relação de classe nas formas de capital e trabalho. Como apontado nas primeiras seções deste estudo, o trabalho abstrato como produtor de valor socialmente aceito compreende a homogeneização do tempo e do ser humano como uma realidade do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário no mercado mundial. Na constituição do trabalho abstrato no mercado mundial como formador de valor socialmente válido, ao mesmo tempo em que vai se homogeneizando o ser humano, também o separa tanto dos seus meios de vida, quanto da sua possibilidade de compreensão social, consolidando, portanto, o antagonismo de classe.

O processo social autocontraditório de constituição do valor compreende diferentes momentos para sua constituição, já que são ao mesmo tempo conflitivos e complementares, por isso se apresentam como distintos mesmo que em unidade da formação social. A existência autocontraditória da relação de capital sobre a vida humana é temporariamente “normalizada” pela luta de classes sobre a recomposição do processo de produção, em que se coloca em formas sociais concretas. Esses diferentes momentos para a constituição do antagonismo de classe no mercado mundial implicam nas diferentes formas e aparências dos fenômenos sociais concretos como momentos concretos de fetichização, separação, expropriação e dominação. A imposição no mercado mundial das relações sociais capitalistas como realidade social dentro e por meio de sua valorização, ao invés de ser um fato consumado, é um processo de contradição na e através da própria luta de classes. O mercado mundial como nível da validação do valor é completamente distinto do debate da globalização, em que o capital seria uma força doméstica

⁶⁹ “É, em primeiro lugar, uma falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalistamente, como sendo um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais” (Marx, 1983, p. 293).

que responderia às restrições e às preponderâncias das estruturas globais como defendido em *Império* de Negri e Hardt (2001). O mercado mundial como totalidade não retira a importância e relevância das formas Estado para as determinações concretas, mas as coloca em relação, sendo o Estado a forma política da realização no plano mais concreto da totalidade da sociabilidade capitalista. Portanto, o deslocamento e a constituição precisam ser vistos como momentos de um processo, em que “cada momento pressupõe o outro, enquanto cada momento é, ao mesmo tempo, o resultado do outro – a unidade como contradição” (Bonefeld, 1992, p. 103).

A compreensão da constituição do antagonismo de classe no mercado mundial como totalidade nos impõem duas perspectivas primordiais: i) a articulação orgânica dos fenômenos sociais a partir dessa constituição do mercado mundial, não mais da redução do conflito constituído entre capitais; e ii) essa constituição de classe em totalidade como um fenômeno social em totalidade, ou seja, não como uma classe “econômica” em sentido estrito, mas como uma classificação do ser humano fetichizada e separada dos seus meios de vida, o que compreende todos os aspectos da constituição do ser humano.

Os processos de transferência de valor, formações de centro e periferia devem ser compreendidos, portanto, como formas aparentes e necessárias para a constituição do antagonismo de classe dentro do momento histórico de constituição do mercado mundial. Assim como os processos de exclusão, segregação, racismo etc. devem ser compreendidos em um processo de constituição de classe no mercado mundial. A constituição da classe não é uma constituição de uma estrutura econômica, mas uma constituição social do ser humano em separado, o que envolve território, raça, cultura, gênero, ideologia, simbologia etc.⁷⁰ As lógicas

⁷⁰ O racismo, portanto, deve ser entendido como ponto central e essencial, como elemento fundante da classe. O racismo hoje só pode ser compreendido dentro das relações capitalistas, da necessidade da constituição de classe, ou seja, da separação do ser humano mesmo que em unidade social. A constituição do racismo e da segregação no capitalismo é a constituição da relação de classe capitalista (Dalla Costa, 1995), a qual se dá a partir da sua totalidade no mercado mundial.

de realização da sociabilidade capitalista (mesmo econômicas e territoriais) não são distintas ou autônomas, mas formas em momentos distintos da mesma unidade de constituição social.

Se o mercado mundial é considerado o *locus* geral onde a exposição do capital se desenvolve (Pradella, 2015), então as formas dos Estados, das relações de transferência de valor, de segregação, de desenvolvimento e subdesenvolvimento etc., só podem ser compreendidas a partir desse nível. À luz do fato que a constituição do antagonismo de classe como luta para imposição da lei do valor ocorre na totalidade do mercado mundial, as organizações políticas e econômicas de complexos separados de reprodução, tanto em capitais específicos quanto em Estados-nação, não podem ser derivadas das dimensões meramente internas de uma sociedade de classes produtiva (Braunmühl, 1978, p. 167). As formas de aparência do imperialismo contemporâneo, de dependência com centros e periferias, assim como as próprias questões da “autonomia” dos Estados para exercerem suas políticas, devem ser compreendidas como formas da mesma unidade, as quais se colocam dentro de momentos históricos específicos.

As formações dos Estado-nação e dos processos de transferência de mais-valor devem ser compreendidos, portanto, em seu momento histórico específico de constituição das relações sociais capitalistas no mercado mundial. A forma que cada Estado toma, assim como seus processos internos de exploração e dominação, devem ser compreendidos de acordo com as necessidades históricas concretas para a realização do antagonismo de classe em sua totalidade. Uma forma de *superexploração*, seja por vias da escravidão ou por *trocas-desiguais*, não deve ser compreendida da dinâmica daquela unidade social em separado, mas num quadro de constituição global, ou seja, de como aquela forma de dominação se insere na totalidade do antagonismo de classe⁷¹.

⁷¹ A totalidade do antagonismo de classe se opõe, desta forma, tanto à visão liberal que parte dos conflitos entre os indivíduos e entre os Estados, como esferas positivizadas, quanto às abordagens pós-estruturalistas, as quais se fixam em microprocessos e em relações autonomizadas para compreender os fenômenos de dominação e exploração.

As formas concretas da constituição de classe só podem ser apresentadas corretamente em seus momentos de necessidades concretas, por isso a maneira mais adequada para alcançar o esclarecimento conceitual se dá pela análise histórica, em que cada fenômeno se revela no seu “desenvolvimento concreto mais rico possível”. A constituição de classe, em suas distintas formas em unidade, existe historicamente e deve ser analisada de forma histórica. A inter-relação lógica e histórica “como regra, nas abstrações mais gerais surgem apenas no meio do desenvolvimento concreto mais rico possível, onde uma coisa parece comum a muitos, a todos. Então, deixa de ser pensável apenas sob uma forma particular” (Marx, 1973, p. 104). O mercado mundial como a pré-condição, "a base e o elemento vital" do capital (Marx, 1973, p. 110) e, portanto, “logicamente inseparável do conceito de capital, depende do desdobramento concreto histórico das relações de produção capitalistas” (Braunmühl, 1978, p. 173).

A concretização do Estado-nação particular e sua forma econômica deve ser explicada em termos das circunstâncias e precondições históricas particulares em que as relações capitalistas em totalidade se desenvolvem. A forma Estado-nação se constitui tanto da perspectiva do momento histórico da relação capitalista, quanto do seu momento interno no mercado mundial. Dessa forma, essa concretude possui, ao mesmo tempo, tanto uma contingência da essencialidade da constituição do antagonismo de classe na relação capitalista, quanto os efeitos históricos particulares para essa realização. Esse antagonismo entre a essência e as particularidades históricas pode ser visto nas diferentes formas de constituição de classe entre os diferentes Estados-nação, colocando-os ao mesmo tempo dentro das particularidades históricas e dentro das necessidades da realização no mercado mundial. A formação de classe com alto cunho “indígena” no México e “escravocrata” no Brasil, ao mesmo tempo em que se

contingenciam por suas particularidades históricas, também se ligam internamente (complementar e conflitantemente) na constituição de classe no mercado mundial⁷².

Karl Marx em seus trabalhos sobre as formas coloniais e sua inserção no sistema capitalista já deixava explícito essa relação interna das formas concretas particulares das relações capitalistas com a totalidade da realização social no mercado mundial⁷³. Nos artigos sobre a Guerra Civil norte-americana, Marx mostra a conexão entre a indústria britânica, a Irlanda e os estados do sul dos EUA, tratando-os como partes de um único sistema econômico (Marx, 1984).

Nos textos sobre os processos de colonização, como nos casos da Irlanda e da Inglaterra, Marx enfoca a relação interna entre esses processos com a constituição da relação capitalista como um todo. A exploração das colônias, mais do que extração de valor, se tornou um processo necessário da luta de classes para a constituição da relação capitalista também nos ditos países centrais. A transferência de valor não aparece como um fim, como a essência do mercado mundial, mas como parte da constituição do antagonismo de classe, do processo de divisão e de separação do ser humano, tanto dos seus meios de vida, quanto da compreensão de sua totalidade social.

*Owing to the constantly increasing concentration of leaseholds, Ireland constantly sends her own surplus to the English labour market, and thus forces down wages and lowers the material and moral position of the English working class. And most important of all! Every industrial and commercial centre in England now possesses a working class divided into two **hostile** camps, English proletarians and Irish proletarians. The ordinary English worker hates the Irish worker as a competitor who lowers his standard of life. In relation to the Irish worker he regards himself as a member of the **ruling** nation and consequently he becomes a tool of the English aristocrats and capitalists against Ireland, thus strengthening their domination **over himself** [...] The Irishman pays him back with interest in his own money. He sees in the English worker both the accomplice and the stupid tool of the **English rulers in Ireland** [...] **This antagonism** is the secret of the **impotence of the English working class**, despite its organisation. It is the secret by which the*

⁷² “The particular pre-existing territorial features of the pre-capitalist system of reproduction and the structure of its administrative apparatus of rule are similarly of central importance” (Braunmühl, 1978, p. 167).

⁷³ Um estudo aprofundado sobre os textos de Marx sobre as formações coloniais e sua inserção no sistema capitalista, assim como os efeitos para o país “imperialista” em questão, podem ser visto em: Pradella (2013, 2015). Losurdo (2015) também traz importante contribuição sobre uma leitura dos textos sobre a colonização de Marx, com maior aprofundamento para especificidades das formas de luta de classe nos casos coloniais.

capitalist class maintains its power. And the latter is quite aware of this”
(Marx and Engels, 1988, p. 473).

Nesses textos sobre a colonização dentro da relação capitalista no mercado mundial, Marx identifica o processo de constituição de classe como sua essência, apresentando tanto a organicidade da exploração em unidade nos seus diferentes momentos, como a classe em sua totalidade social, ou seja, não só a classe do ponto de vista econômico, mas também a própria gênese do racismo, do exército industrial de reserva e da separação do ser social como momento da relação capitalista. As formações sociais, mesmo com as particularidades de um Estado-nação, se mostram ligadas internamente dentro da materialização da totalidade da relação capitalista. As formas nacionais particulares de exploração e dominação, como o racismo e o subdesenvolvimento, por exemplo, também necessitam ser compreendidas dentro da totalidade capitalista, a qual tem no seu desenrolar histórico as suas necessidades e realizações concretas.

A relação dos povos pelo mercado mundial capitalista passa a ocorrer de uma forma fetichizada e fetichizante, em que se perde o caráter de unidade de constituição social, para o brilho único das formas aparentes de concorrência e de disputa por excedente. As várias formas de dominação subjetivas e diretas já estão inseridas dentro da forma mais abstrata de relação capitalista no mercado mundial. A necessidade de separação do ser humano dos seus meios de vida, assim como de constituição de um exército industrial de reserva para garantir a acumulação, não deve ser separada apenas em sua nacionalidade, mas como esse se forma a partir do mercado mundial. É por meio totalidade do mercado mundial que se gera as formas necessárias para a realização concreta da sociabilidade capitalista.

A formação de classe aparentemente sem conflitos em determinado território possui, como necessidade constituinte, formas violentas em outros territórios distantes, seja de maneira mais direta em expropriações ou nas constituições de imensas massas de exército industrial de reserva. As contradições, antagonismos e necessidades das relações capitalistas não devem ser reduzidas as suas partes aparentes, mas em sua unidade como totalidade social.

No plano concreto das relações sociais, os elementos ditos internos a uma determinada forma social necessitam ser desvendados em suas formas mistificadoras, em que sua essência é apagada. A formação do Estado-nação e as suas distintas particularidades só podem ser compreendidas como momentos específicos de uma mesma unidade. O mercado mundial não deve ser compreendido como uma força externa. Pelo contrário, a acumulação de capital internacional deve ser vista como uma força interna ao Estado nacional, como parte do mercado mundial. Assim como a separação da política com a economia é uma aparência advinda da mistificação do movimento do capital, o mercado mundial com o Estado nacional também se apresentam distintos, como se tivessem lógicas independentes, as quais se influenciariam e se determinariam externamente. O que cabe fazer como investigador não é naturalizar essas formas e lhes dar movimentos autônomos, mas entendê-las como uma unidade orgânica. Por isso a acumulação de capital internacional não impacta as economias nacionais, dado que a própria economia nacional está produzindo essa acumulação de capital internacional, sendo o processo internacional também construído nacionalmente (Braunmühl, 1978, p. 162).

O mercado mundial como a base e o alcance integral do modo de produção capitalista tem no Estado-nação burguês também a sua base, dado ser historicamente e conceitualmente parte das relações sociais capitalistas. O Estado burguês, como a forma política das relações capitalistas, exerce concretamente a realização do exercício da força de dominação ou exploração, ou seja, na constituição da política como esfera objetificada e separada da constituição social em sua totalidade (Braunmühl, 1978). A constituição de classe é garantida e garantidora na própria materialização do Estado-nação como forma de relação política capitalista, na qual coloca de forma universal a validação social da separação do ser humano. A existência de um aparelho de Estado é, por si só, a admissão por uma esfera social de que a sua reprodução é organizada ao longo da dimensão da dominação, sendo uma sociedade de classe (Engels, 2012).

O mercado mundial aqui analisado não é tratado apenas no nível de trocas comerciais, mas como a própria condição para um sistema inter-nacional. O mercado mundial condensa as histórias sociais da sociedade capitalista, sendo tanto a base para o modo de produção, como dado pelo próprio conceito de capital. O comércio e a indústria dentro e entre nações se coloca, portanto, no nível do mercado mundial. A produtividade, o preço, a moeda, as relações comerciais e o trabalho doméstico adquirem seu modo de vida no e pelas relações do mercado mundial como valor em processo. Logo, é somente no e pelo mercado mundial que a valorização doméstica se concretiza (confirma e se contradiz), somente no mercado mundial que o valor expandido adquire validade de valor (Bonfeld, 2014).

O mercado mundial, como momento da totalidade da constituição do antagonismo de classe, não deve ser entendido como similar à esfera internacional, como um espaço em separado do nacional. O nacional é uma forma do internacional, um momento da realização concreta da constituição da lei do valor com substância no trabalho abstrato. Marx, em seus manuscritos econômicos (*Grundrisse*), apresenta como o mercado mundial seria elemento de totalidade da relação do capital, o que já nos mostra a distinção do mercado mundial com a relação inter-nacional de produção. O mercado mundial não deve ser compreendido como uma força externa, pelo contrário, a acumulação de capital internacional deve ser compreendida como uma força interna ao Estado nacional.

Apesar do mercado mundial e das economias nacionais aparecerem como esferas distintas com movimentos autônomos, é importante entender como o nacional e o internacional se formam em uma unidade na realização de valor no sistema capitalista. Ao invés da investigação ser centrada nos conflitos a partir dos capitais nacionais e nas suas fusões em escala mundial, a atenção deve ser voltada para especificar as condições em que a relação capitalista – universal em sua essência – é particularizada e objetificada em capitais nacionais, com sua organização política delimitada no Estado nacional (Braunmühl, 1978, p. 171).

Desde o período colonial, é impossível pensar a produção industrial na Inglaterra sem as colônias na América e na Ásia, o que simplesmente se intensificou e se ampliou com o desenvolvimento das relações capitalistas. A realização do valor ocorre no mercado mundial, sendo impossível separar da sua unidade no trabalho abstrato as mercadorias e as classes constituídas nos diferentes países. A acumulação de capital internacional não impacta nas economias nacionais, dado que a própria “economia nacional” produz essa acumulação de “capital internacional”. Obviamente as formas de realização da acumulação de capital são diferentes nos distintos momentos de realização da relação de produção capitalista no mercado mundial, contudo não como partes separadas, dadas serem uma mesma unidade que tem nas suas particularidades um momento necessário do todo. “O mercado mundial, portanto, constitui ao mesmo tempo o pressuposto e o portador da totalidade” (Marx, 2011, p. 254).

Para a produção nos países desenvolvidos se realizar de uma determinada maneira, há uma relação intrínseca no modo como esses recursos naturais são realizados, o que envolve não apenas a produção em si desses produtos, mas a própria forma em que eles são produzidos, da qual novamente depende seu grau de exploração e de taxas de lucro. É dentro desse quadro de retroalimentação que devem ser entendidas as mudanças nas formas econômicas dos Estados-nação, tanto a partir das novas bases ditas internas, quanto das novas bases em que se reestrutura o capitalismo no mercado mundial.

5. Brasil como uma forma social capitalista ou para uma crítica da economia política brasileira

Muitas obras e teorias sobre o Brasil partem do conceito de nação já pronto, ou seja, naturalizam a própria ideia de Estado-nação brasileiro por alguma característica externamente escolhida (sociedade do *jeitinho*, desigualdade exacerbada, dependência, autoritarismo, conservadorismo das classes médias, inexistência de uma burguesia nacional, heterogeneidade estrutural etc.), da qual determinam todo o movimento dessa sociedade. Mesmo que essa redução da sociedade brasileira esteja baseada em conceitos como classe ou dependência, ao reduzi-la, retiram-se os processos sociais pelos quais a própria categoria Brasil é construída. Mesmo categorias como classe e imperialismo são noções que escondem o processo de abstração real na qual a sociedade capitalista promove sua dominação, pois ao objetificar um processo de luta social essas teorias acabam por positivar o movimento dessas suas próprias categorias (classe ou império) que foram construídas pela luta de classe. A sociedade passa a não mais ser entendida pela luta fundante da relação capitalista sobre o trabalho, mas sim a partir da naturalização ou positivação dos “interesses” dessas categorias objetificadas.

O processo de desumanização do fazer humano com a imposição do trabalho abstrato que perpassa todas as sociedades capitalistas desaparece para restar apenas o brilho de alguma fração de classe (ou “elite”) ou de algum Estado Imperialista. O que nos é importante nesse momento é buscar compreender como a própria categoria Brasil é construída nas relações capitalistas de produção e expropriação, o que implica não em fazer uma nova teoria sobre a sociedade brasileira, mas em uma crítica ao próprio conceito de Brasil e, portanto, a um grande número de teorias existentes. Em síntese, o que se busca aqui é entender a gênese do desenvolvimento como subdesenvolvimento, ou de como a escravidão continua, mesmo que de forma superior (“superada” [*aufhebung*]), sendo forma intrínseca aos processos de dominação no Brasil, o que nos leva a entender a gênese da constituição das formas de segregação brasileira

(do “jeitinho” à “elite do atraso”) dentro de uma ideia de *sentido* da constituição de classe no Brasil na totalidade do mercado mundial.

Compreender como a própria categoria de Estado-nação brasileiro é construída não significa simplesmente um percurso histórico, mas uma unidade lógica temporal imposta pelo próprio objeto, ou seja, imposto pelo próprio movimento de constante reprodução das relações capitalistas. A compreensão das relações capitalistas como algo dado, como um objeto concreto já pronto, é extremamente problemática em termos de como se compreende o próprio movimento dessa sociedade. Pois ao se compreender esse Estado como um dado objetivado, os seus elementos constituintes se tornam coisificados, ou seja, os seus próprios elementos se tornam os determinantes de todos os movimentos dessa sociedade, sem compreender como esses próprios elementos são produzidos e reproduzidos dentro dessa sociedade. Os elementos dessa categoria, assim como essa própria categoria, devem ser entendidos como momentos do processo de reprodução capitalista e não ao contrário. Por isso, compreender a categoria de Estado-nação brasileiro é compreender como as relações capitalistas se reproduzem desde o processo de separação básica entre o ser humano e seu meio de reprodução, o que implica em entender como as principais lutas sociais se vinculam dentro da valorização do capital em território brasileiro. Por sua vez, como esse processo se institucionaliza econômica, política, social, cultural e simbolicamente etc., perpassando a sociedade em sua totalidade, não reduzida em esferas autonomizadas que determinariam o movimento social. Por isso, entender a essência das formas de dominação social e racial no Brasil, assim como as de subdesenvolvimento econômico, é compreender como a constituição do antagonismo de classe ocorre no Brasil em relação interna com a constituição do antagonismo de classe no mercado mundial.

Para uma reinterpretação do sentido da colonização como constituição de classe a partir do mercado mundial

A importância do trabalho de Prado Júnior está em não olhar as características do Brasil a partir simplesmente de elementos particulares do seu processo de formação, mas de como esse processo está vinculado com o próprio sistema capitalista e como dessa inserção em um novo modo de produção terá características fundantes, não apenas do ponto de vista histórico, mas também da própria lógica de reordenação do país a partir dessa formação característica. Os “sentidos da colonização”, como Caio Prado Jr. cunhou em sua tese sobre a formação do Brasil, irá perpassar toda a sua obra teórica e historiográfica, apresentando em distintos momentos como esse sentido acaba por moldar o presente do País, tanto da perspectiva do seu atraso, quanto das suas modernizações e revoluções. O sentido, ao qual se refere Prado Jr., será um marco do pensamento brasileiro, incorporando elementos dinâmicos da própria trajetória econômica e social para a compreensão da trajetória da recente nação⁷⁴.

Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo ‘sentido’. [...] Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação” (Prado Jr., 2011, p. 15).

O sentido como essência ou totalidade da nação brasileira irá se diferenciar dos outros autores clássicos como Gilberto Freyre e Sergio Buarque, pois não parte de uma particularidade (formação da família ou do *ethos* do aventureiro) da colônia, mas do seu sentido de totalidade, do qual pode, por exemplo, ser retirado essas particularidades. A formação do Brasil, na visão de Caio Prado (2011), será dominada por esse fenômeno caracterizado pela colonização europeia, no caso a portuguesa, o que diferirá da tradição do Partido Comunista,

⁷⁴ Como abordaremos ao longo deste trabalho, a noção do sentido da colonização exposto pelo autor não deve ser vista como uma categoria *economicista* ou teleológica como sugere muito de seus críticos. A ideia do econômico e do *devir* não se coloca como imutabilidade ou inevitabilidade, mas pelo contrário, se insere na percepção da totalidade de um processo que se apresenta de diferentes formas e que impõe uma necessidade de determinadas mudanças estruturais para transformar essa trajetória, no caso, advinda do passado colonial.

que seguindo a segunda e terceira internacional consideravam a revolução inglesa e francesa como padrão. Como mostra Prado Jr., no caso brasileiro a superação para o capitalismo não ocorreu em relação ao feudal, mas do colonial, por isso as bases e formas que as transformações ocorrem são muito distintas, o que remete à necessidade de uma superação pela constituição de uma nação que rompesse com seu passado colonial.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é umas das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (Prado Jr, 2011, p. 28).

A colonização brasileira não é vista como um fato isolado de uma aventura casual da nação portuguesa, ao contrário, é compreendida como desdobramento da expansão marítima dos países europeus, que depois do século XV são impulsionados pelo capital comercial. A procura pela expansão comercial é vista na preferência pelas rotas comerciais do Oriente, com os produtos da Índia e da China, o que fez a América em um primeiro momento ser vista como não rentável para as metrópoles europeias. Somente com a implantação das empresas comerciais nos trópicos que as colônias das Américas passam a ser incorporadas no sistema comercial europeu que se formava. Assim toda a lógica das colônias rege-se pela dinâmica da Europa temperada, a qual tinha forte demanda por produtos tropicais a preços acessíveis e em grandes quantidades.

Essa necessidade e procura comercial por produtos tropicais, coloca Prado Jr (2011)., pode ser vista na distinção entre as colônias de exploração no Sul e de povoamento no norte das Américas. As colônias de povoamento, como o caso principal da Nova Inglaterra, terão uma lógica totalmente distinta das colônias de exploração de produtos primários. Essas regiões de clima temperado receberam uma população não vinculada com os objetivos comerciais europeus, mas sim frutos das guerras e perseguições (religiosas, étnicas e políticas) durante e

por volta do século VXII, que deslocaram grandes massas populacionais para terras distantes de clima similar para se instalarem e se reconstruírem.

A colonização da América tropical, por sua vez, terá a lógica da exploração. É dessa forma que surge nos trópicos a grande propriedade destinada à exploração comercial. Os colonos dessas empresas comerciais só viriam, portanto, atraídos pela produção de gêneros de grande valor comercial, com o incentivo de se tornarem dirigentes e empresários de uma grande exploração com um grande número de trabalhadores.⁷⁵

Os trópicos formarão uma grande propriedade com uma mão de obra dependente, muito diferente da formação por pequenas propriedades das regiões temperadas. Contudo, Portugal, assim como todo país Europeu, não contava com população suficiente para abastecer sua colônia de mão de obra, além do fato, já mencionado, de um colono europeu dificilmente emigrar para os trópicos com o objetivo de ser trabalhador no campo. Por isso, argumenta Prado Jr. (2011), a escravidão tornou-se uma necessidade, a qual solução se desenvolveu de forma semelhante em todas as colônias tropicais e subtropicais da América. O trabalho escravo, dessa forma, irá se constituir como a forma de trabalho nos trópicos, o que dará forma a toda relação social aí estabelecida⁷⁶.

⁷⁵ “A grande exploração agrária – o *engenho*, a fazenda – é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer” (Prado Jr., 2011, p. 124).

⁷⁶ A diferença com os outros “interpretes” clássicos do Brasil pode ser visto nessa construção social apresentada por Caio Prado Jr., em que a enorme desigualdade e patriarcalismo se forma a partir da solidificação da base econômica monocultural para exportação e escravista e não de elementos sociais particulares. “Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. [...] O clã patriarcal, na forma em que se apresenta, é algo de específico da nossa organização. É do regime econômico que ele brota, deste grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais. [...] De simples unidade produtiva, [o grande domínio] torna-se desde logo célula orgânica da sociedade colonial; mais um passo, e será o berço do nosso ‘clã’, da grande família patriarcal brasileira” (Prado Jr., 2011, p. 304-305). Por isso, a utilização do conceito de sentido no trabalho aqui exposto não deve ser entendido dentro de um determinismo economicistas, mas vendo como através da totalidade das relações sociais se entende as demais formas particulares, em que o trabalho escravo se torna um elemento central da constituição de classe brasileira, juntamente com a produção de recursos naturais. A intenção do trabalho aqui exposto não se trata de uma defesa incontestada da obra de Caio Prado, pelo contrário, dado os seus equívocos com a questão racial e da forma que se coloca a transformação do Estado-nação brasileiro.

A lógica ou sentido da colônia irá caracterizar a produção, o trabalho e a concentração no País, por meio da exportação de produtos tropicais com mão de obra escrava em grandes latifúndios, sendo ainda voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Esse sentido exposto pelo intelectual paulista possui ainda um ponto importante e fundamental que estará presente em sua obra posterior, assim como nos intelectuais que seguirão seu caminho. A noção de sentido exposto por Caio Prado (2011) não se refere apenas ao momento específico da colônia, mas também à ideia de trajetória da nação que se ergue a partir dessa lógica colonial.⁷⁷ “Tanto não era apenas o regime de colônia que artificialmente mantinha tal situação que, abolido ele com a independência, vemo-la perpetuar-se. O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial a outros respeito, e em que o ‘sete de setembro’ não tocou” (Prado Jr., 2011, p. 131).

A pretensão da retomada das ideias seminais de Caio Prado Jr. não é de avaliar toda sua obra e todas as construções históricas e lógicas do seu pensamento, dada suas lacunas e equívocos, assim como vários problemas da sua construção da dinâmica colonial⁷⁸. O único objetivo aqui é resgatar a ideia de sentido da colonização para poder compreender como os elementos ainda presentes da sociedade escravocrata se reproduzem como essência da sociedade brasileira em sua totalidade. Dessa forma, é importante também incorporar trabalhos

⁷⁷ “Reduzindo o Brasil à simples situação de produtor de alguns gêneros destinados ao comércio internacional, acabou por se identificar a tal ponto com a sua vida, que já não se apoiava unicamente em nossa subordinação de colônia, já não derivava apenas da administração do reino. Orientada em tal sentido desde o início da colonização, determinada por fatores mais profundos que simplesmente a política deliberada do reino e que vão condicionar a formação e toda evolução da economia brasileira, esta última assim se organiza e tal se tornara, no fim da era colonial, a natureza íntima de sua estrutura” (Prado Jr., 2011, p. 131).

⁷⁸ A construção da dinâmica interna da colônia tratada por Caio Prado Jr. possui vários equívocos, como mostrará a historiografia posterior. Apesar da importância das análises, as particularidades da dinâmica colonial fogem do escopo deste trabalho, dada a intenção de analisar como alguns desses elementos ainda persistem como essência da relação capitalista brasileira. Dentre os trabalhos críticos a tese central de Caio Prado Júnior se destacam os trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso (1988) e Jacob Gorender (1980, 1985) nos anos 1970 e 1980, os quais defendem a centralidade da dinâmica interna do colônia, que constituiria um modo de produção colonial. Nos anos de 1990 novos estudos partem por essa mesma linha de dar maior centralidade para os aspectos internos, tendo uma vasta e competente bibliografia, como as importantes contribuições de Costa (1985, 1995) e Costa e Pires (1994) tentando analisar esses novos dados dessa historiografia mais recente com os aspectos de dependência trazido pelo sistema colonial, assim como as análises de Moura (1995) sobre a lacuna em torno da historiografia brasileira acerca da história do trabalho no Brasil e de Fragoso e Florentino (2001) com a noção de formação econômico-social em detrimento do modo de produção, conferindo autonomia ainda maior à colônia.

e abordagens que expandem a tese de Caio Prado Júnior, principalmente por uma melhor elaboração do ponto de vista categorial teórico, mas também através da conceituação mais precisa do “sentido” dentro do sistema capitalista. Destacaremos aqui o trabalho de Fernando Novais (1979, 1969) pela sua importante contribuição com relação ao sistema colonial e a Carlos Nelson Coutinho (2000, 1988), com sua instigante comparação das teses de Caio Prado em relação as categorias clássicas marxistas até então desconhecidas para o intelectual paulista, como “via prussiana” de Lenin e “revolução passiva” de Antônio Gramsci (2005).

Fernando Novais em sua trajetória intelectual irá seguir o caminho aberto por Caio Prado Junior, buscando compreender a colonização pela perspectiva de sua natureza mais geral como momento histórico fundante, não pelas suas especificidades e detalhes laterais, como se faz em grande parte das análises sobre esse período. No grande quadro construído por sua longa pesquisa, iremos explorar com mais detalhes as considerações realizadas por Novais com relação ao enquadramento da colonização brasileira dentro do processo de acumulação primitiva e de seu vínculo com as políticas mercantilistas dentro da lógica do capital comercial.

Novais afirma enfaticamente a importância reveladora do trabalho de Caio Prado Júnior de mostrar a formação do Brasil e da colônia dentro do processo histórico de constituição do capitalismo moderno. Contudo, devido a seu pioneirismo e a tradição da historiografia brasileira menos voltada para as vinculações da história do Brasil com a história geral da civilização ocidental, Novais (1969) argumenta a necessidade de seguir adiante na análise sobre os sentidos da colonização, ligando-a com o processo de acumulação primitiva e de formação do capitalismo moderno.

Efetivamente, inserida no contexto mais geral do Antigo Regime – isto é, no contexto da política mercantilista do capitalismo comercial executada pelo estado absolutista - a colonização da época moderna revela nos traços essenciais seu caráter mercantil e capitalista. [...] A aceleração da acumulação primitiva configura, pois, o sentido último da colonização moderna; [...] mais ainda, a colonização fica indissoluvelmente ligada ao processo histórico de formação do capitalismo moderno, à transição do capitalismo comercial para o industrial (capitalismo pleno). [...] De fato, ela [colonização] se apresenta

agora como uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação originária, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno Europeu (Novais, 1969, p.259).

Ao conectar o processo de colonização com a acumulação primitiva, Novais categoriza a constituição de um sistema colonial, que seria integrado funcionalmente ao Antigo Regime, como mecanismo intensificador das políticas mercantilistas. Nessa análise a acumulação primitiva seria o processo de acumulação de capital predominantemente na esfera da circulação, ou seja, incorporando um excedente econômico gerado fora do sistema, mas sendo um pré-requisito para a formação e expansão das relações capitalistas. Será por esse prisma que defende a compreensão da ligação entre as colônias e as metrópoles do Antigo Regime, as quais com suas políticas mercantis preconizavam uma balança comercial favorável, abertura de novos mercados e preservação monopolista, o que sintetiza essa acumulação de capital originária.

A colonização das Américas, portanto, ocorre de uma forma específica dentro da história da humanidade, ou seja, não mais ligado a um caráter conquistador de territórios com vias imperiais ou de dominação, mas guiados pela ótica da expansão do capital comercial. A força dos estados metropolitanos em erguer esse sistema colonial estava em promover o comércio dos produtos tropicais, indo de certa forma além da pura esfera comercial, desdobrando para a própria produção econômica no ultramar. Fernando Novais (1979) e João Manuel Cardoso de Mello (1987) darão contribuições importantes ao analisar a formação e a transformação da colônia dentro das mudanças do sistema capitalista, não pela primazia de uma esfera, mas pela possibilidade de um entendimento de totalidade sistêmica.

A formação do capitalismo, ainda em traços comerciais, deu luz ao sistema colonial como forma de sua expansão e fortalecimento na transição do capitalismo industrial. A produção durante a colônia, como nos mostraria Marx⁷⁹, deve ser visto a partir do capitalismo

⁷⁹ “Na segunda classe de colônias – as plantações, que foram, desde seu nascimento, especulação comercial, centros de produção para o mercado mundial – existe um modo de produção capitalista se bem que somente de

formal, em que apesar da inexistência da mão de obra livre, essa se constitui como uma mercadoria, a qual é determinada, assim como a produção de monocultura em larga escala, pela lógica mercantil.

Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório (Mello, 1987, p. 43).

A produção da colônia, que já possuía traços ou uma lógica do capital, ainda se encontrava em uma feição comercial e de acumulação primitiva, ou seja, em um sistema de relações sociais que, apesar da lógica já totalizante do capital, ainda prevalecia com relações coercitivas diretas, exteriores à lógica “autônoma” que se caracteriza no capitalismo industrial. Tanto do ponto de vista das relações entre estados, como das relações sociais internas, a coerção é imposta diretamente no sistema colonial, seja pela força dos canhões da metrópole, seja pelos açoites dos senhores. A realização dessa produção com o único objetivo de atender as necessidades de acumulação do capitalismo industrial nascente europeu se consolida pela utilização direta da força, tanto do ponto de vista das relações comerciais, quanto de trabalho. Somente com a constituição do capitalismo industrial pode significar também a constituição de formas de dominação e de coerção não mais diretamente, exteriores à produção e comercialização, mas agora internamente pela própria compulsão econômica do Estado e dos indivíduos, na qual, contudo, a essência dos processos escravocratas, tanto produtivos, quanto sociais, permanece.

A transformação da coerção direta em uma dominação “velada” pelas relações capitalistas não destituiu **a essência dos países americanos** no seu momento de determinação em relação ao mercado mundial, não reduzido em um ponto econômico, mas na constituição de

maneira formal, dado que a escravidão entre os negros exclui o assalariado livre, que é a base sobre a qual a produção capitalista repousa. Entretanto, os que se dedicam ao comércio de escravos são capitalistas. O sistema de produção introduzido por eles não se origina na escravidão, senão que é introduzido dentro dela. Neste caso, o capitalista e o senhor são a mesma pessoa” (Marx, 1980, p. 332-333).

classe como totalidade social. Contudo não mais uma acumulação comercial, já que com a independência passava-se a lógica do capital industrial e como pretendemos mostrar ao longo dessa tese, também dentro de uma lógica financeirizada.

Carlos Nelson Coutinho (1988), destacando essa importância da obra de Prado Jr., compara as teses do autor paulista com as categorias teóricas elaboradas por Gramsci e Lenin ao tratar das transformações ditas *tardias* para o capitalismo, respectivamente na Itália e na Rússia. Por comparação, Coutinho permite expandir as teses de Prado Jr. e compreender melhor o seu sentido, assim como as transformações ocorridas em solo brasileiro.

Coutinho (1988) apresenta Caio Prado Jr. como um autor que trata da passagem ou formação de uma sociedade capitalista por “vias alternativas”, mas sem recorrer aos conceitos clássicos de “via prussiana” de Lenin e de “revolução passiva” de Gramsci. Coutinho (1988) apresenta Caio Prado Jr. com um conhecimento da teoria marxista relativamente reduzido, tendo várias lacunas em conceitos e categorias teóricas importantes⁸⁰. Entretanto, Coutinho salienta a importância pioneira e criativa de Caio Prado para traçar uma análise marxista da história brasileira, recorrendo à criação de vários conceitos próprios e particulares.

A passagem para o capitalismo desenvolvido possui uma íntima relação com a questão agrária, em que as formas de produção, assim como a separação da mão de obra com os meios de produção, são os elementos centrais. A importância dessa transformação do campo já fora descrita brilhantemente por Marx no capítulo sobre a “acumulação primitiva”, em que apresenta a separação dos camponeses das terras pelo processo de “cercamentos” na Inglaterra. Lenin ao

⁸⁰ Carlos Nelson destaca como problemas da análise de Caio Prado Jr. a questão da categorização do período colonial mais próximo do capitalismo, o que conectaria de forma errônea, na sua visão, o senhor de engenho como um capitalista. Coutinho ainda apresenta a posição do que seria algo mais acertado de Florestan Fernandes, ao salientar o caráter “patriarcal” dessa sociedade ao invés de uma lógica do capital. Apesar de essa discussão perpassar o escopo deste trabalho de modo transversal, é importante salientar a importância da compreensão do capital dentro da colônia como tratado anteriormente, ou seja, de um capitalismo formal dado à construção desse modo de produção colonial via uma lógica do capital comercial, a qual adquire em sua fase de uma acumulação primitiva relações de coerção direta, como o trabalho compulsório e relações patriarcais. A *forma* que essa acumulação primitiva, portanto capitalista, adquire no sistema colonial passa por uma dominação patriarcal e com trabalho escravo.

buscar entender essa formação ou passagem para o capitalismo desenvolvido pela questão agrária irá divergir do marxismo evolucionista e linear da Segunda Internacional, apresentando trajetórias diferentes ou alternativas em outros países.

Lenin compara os processos de transformação no campo dos EUA com a Prússia, ao que indica a existência de suas vias principais, uma “clássica” (ou “americana”) em detrimento de uma “alternativa” (ou “prussiana”). No livro “O Programa Agrário”, Lenin apresenta o processo violento e direto de transformação do latifúndio dos EUA em pequenas propriedades, desfazendo as antigas classes existentes, tanto dos dominados, como dos dominantes, o que encadeia uma profunda reformulação nessa sociedade. Em oposição ao caso caracterizado como clássico, a via prussiana ocorre por mudanças graduais, em que as grandes propriedades com trabalho compulsório passam a introduzir as relações capitalistas lentamente, com vários processos de adaptação da rotina, da tradição, da propriedade e do trabalho aos modos capitalistas de produção.

A via prussiana não provoca de imediato o desaparecimento das relações de trabalho pré-capitalistas (com coerção direta ou extra econômica ao trabalhador), muito menos uma erradicação da antiga classe rural dominante. Dessa forma essa transformação possibilita a conservação (ou até mesmo expansão) do poder político e econômico das antigas classes dominantes, as quais mantêm em muitos casos formas de coerção diretas sobre “seus” trabalhadores.

Essa questão de vias alternativas para a transformação do campo (com manutenção de antigos elementos) liga-se ainda com a transformação da própria nação como um todo, dado o caráter de ligação do político com o econômico que se estabelece das mudanças no modo de produção com certa continuidade das relações de classe anteriores. A percepção desse caráter político na formação do capitalismo em vias alternativas também será apresentada por Lenin, mas terá sua forma mais acabada na categoria de “revolução passiva” exposta por Gramsci nos

seus Cadernos do Cárcere. Gramsci (2002) irá cunhar o termo “revolução passiva” para designar a transformação ocorrida na Itália durante seu processo de unificação e instalação do capitalismo, o qual foi nominada na historiografia como *Risorgimento*.

A unificação na Itália e transição para o capitalismo ocorrerá de modo distinto em relação aos casos clássicos da Inglaterra e França. Pela liderança de Piemonte construiu-se uma série de “arranjos políticos” entre as demais classes dominantes das diferentes regiões para a obtenção da unificação, sem contar, portanto, com uma participação determinante das classes populares. Essa transformação “pelo alto” tem como consequência uma alteração muito menor da antiga estrutura social do que em relação aos processos considerados clássicos, em que há uma participação popular muito mais intensa que culmina com a destituição da antiga ordem. Contudo, é importante salientar nesse processo social denominado por Gramsci de “revolução passiva” não apenas seu caráter conservador, mas também seu aspecto revolucionário. Como observa Coutinho, a revolução passiva significa transformações efetivas na ordem social para contornar as necessidades do “progresso” do sistema capitalista, mas o faz no quadro da conservação de importantes elementos sociais, políticos e econômicos da velha ordem (Coutinho, 1988, p. 11).

A descrição de Caio Prado (2011) do processo de independência do Brasil e de introdução do capitalismo não deixa de ser uma apresentação de um caso de revolução passiva, em que as transformações ocorrem com base em arranjos políticos das classes dominantes, que sem a participação das classes populares conseguem conservar elementos relevantes da antiga ordem. “A forma pela qual se operou a emancipação do Brasil *tem o* caráter de 'arranjo político' [...], de manobras de bastidores, em que a luta se desenrola exclusivamente em torno do príncipe-regente. [...] A Independência brasileira é fruto mais de uma classe do que de nação tomada em seu conjunto” (Prado Jr. 2011, p. 49-50).

Apesar da categoria da revolução passiva ser em vários trabalhos atrelada a processos puramente políticos, como se decorresse de uma primazia total das classes dominantes, é importante salientar o aspecto econômico e social em sua totalidade, imbrincado nessa transformação, não de forma determinística, mas como formas distintas de um mesmo movimento.

De modo a buscar ir além, propomos entender o “sentido da colonização” de Caio Prado Jr. e de revolução passiva em Gramsci dentro de uma perspectiva mais alargada, na qual se introduz o conceito de “*Aufhebung*” em Marx, como apresentado nas seções anteriores. Essa ideia de superação [*Aufhebung*], que de modo dialético possui noções contraditórias de superação, manutenção, revogação e anulação, nos permite compreender como uma forma histórica, por exemplo a colonização, é expandida para um novo nível onde as suas formas originais e sua existência independente é eliminada (ou cancelada), ao mesmo tempo em que a sua substância ou essência (*Wesenhaftigkeit*) é mantida em uma nova forma.

Importante ter em mente o significado dessa essência na constituição de classe no mercado mundial. Diferentemente de qualquer absolutização, ou posição imutável, a essência em Marx, assim como sua ideia de tendência, guarda os mecanismos necessários para a realização de determinadas relações sociais. Contudo, como se tem argumentado ao longo desse trabalho, essas necessidades das relações capitalistas e sua imposição sobre o ser humano, não é externo, mas uma construção social na forma de luta. A formação dessa essência é em si um processo de luta pela manutenção das necessidades da concretização da relação social capitalista no mercado mundial, a qual possui no Brasil um momento dessas especificidades necessárias.

Dessa maneira, mesmo na constituição da nação, da indústria e de uma produção agrícola moderna permaneceria a essência do processo que daria sentido ao Brasil, mantendo sua essência escravocrata e colonial em sua totalidade, ou seja, tanto do ponto de vista

econômico (como nos mostram as *teorias da dependência*), como do ponto de vista social e simbólico (como nos mostra Souza (2015, 2017) e Cardoso (2008), por exemplo). Obviamente esse processo de superação com anulação e manutenção adquire formas diferentes, em que se constrói uma nova aparência para em essência o mesmo processo.

Além da perspectiva estritamente “material” (“recursos naturais”, matéria prima e alimentos) da constituição de classe dentro do mercado mundial, temos como obrigação acrescentar todos os mecanismos sociais de dominação e exploração vindos da escravidão como geração de um exército industrial de reserva ou operariado precarizado, para a manutenção da essência brasileira no processo de constituição do antagonismo de classe no mercado mundial. Para a constituição do antagonismo de classe no mercado mundial, ou seja, em sua totalidade concreta, como já nos evidenciaria Marx e apresentado nas seções anteriores, existe a necessidade da transformação constante de bens naturais como recursos naturais (transformação da natureza em mercadoria) e de reprodução constante de uma classe superexplorada a qual se constitui, muitas vezes, na forma de um exército industrial de reserva. A separação do ser humano dos seus meios de vida no mercado mundial perpassa internamente e necessariamente a constituição da transformação da natureza como mercadoria e da constituição de uma classe precarizada, como forma de promover a separação e constituição de classe de forma universal. As necessidades da concretização da relação social capitalista no mercado mundial perpassa internamente as necessidades de constituição de classe no Brasil. As formas de relação capitalista sempre em desenvolvimento irão no Brasil ser intercortadas internamente pelas particularidades essenciais.

Como mostrado nas seções anteriores, a realização da constituição do antagonismo de classe necessita um processo de acumulação primitiva permanente em totalidade no mercado mundial, em que a própria constituição da relação social capitalista possui uma necessidade intrínseca de separação constante e crescente do ser humano da autonomia dos seus meios de

vida. Para a ocorrência dessa acumulação primitiva permanente, no plano concreto, se estabelecem formas de maior exploração (como exército industrial de reserva) que se ligam internamente de forma orgânica com a constituição social capitalista como um todo, o que coloca as particularidades das formas de superexploração internamente ligadas com as especificidades da constituição de classe capitalista em sua totalidade.

A acumulação primitiva de forma permanente se coloca no mercado mundial, portanto, como forma de garantir, mesmo que por vias ditas “extra-econômicas” ou “extra-capitalistas”, essa transformação da natureza e esse rebaixamento de parte da população como ralé (Jessé, 2009), precarizada (Braga, 2012) e superexplorada (Marini, 2005).

A forma como se dará tanto a constituição dessa transformação da natureza, como da constituição dessa classe como formadora de um exército industrial de reserva mundial dependerá dos distintos elementos que configuram o momento histórico específico de constituição do antagonismo de classe no mercado mundial. Aqui está a importância de entender como a escravidão e a lógica comercial da produção colonial são formas superadas para novas formas de dominação e exploração na constituição de classe brasileira dentro da lógica industrial, mas com a manutenção da mesma essência do processo social anterior. Da passagem das lógicas comercial para industrial e mais recentemente financeirizada, a essência de constituição de classe brasileira, no mercado mundial, se coloca presente, tanto do ponto de vista da transformação da natureza em mercadoria, quanto da constituição de uma classe trabalhadora superexplorada, o que perpassa uma série de formas sociais, simbólicas e ideológicas em um de seus momentos históricos específicos.

A constituição das formas de dominação e exploração de classe no Brasil se constituem, portanto, tanto dentro das suas particularidades essenciais, quanto das especificidades históricas da constituição de classe no mercado mundial. As realizações dessas formas brasileiras no plano concreto perpassam tanto o plano econômico, como é evidente, como também a forma-estado,

a forma-social, simbólica, racial e ideológica. A constituição da totalidade de classe brasileira se coloca em gênese interna com a constituição de classe no mercado mundial, seja em lógica comercial, industrial ou financeirizada, tendo, contudo, as particularidades do seu sentido nessa constituição, o que leva, além da estrutura econômica, a uma forma Estado, de dominação simbólica e cultural específica.

Constituição de classe no Brasil na totalidade do mercado mundial

A especificação da constituição do capitalismo no Brasil não deve ser vista devido a um capitalismo teoricamente tardio. As formas da exploração escravistas já estavam inseridas no processo de constituição de classe capitalista no mercado mundial. As formas particulares do capitalismo devem ser compreendidas pelo processo de constituição permanente do antagonismo de classe na constituição da totalidade social capitalista, como já nos revelara Marx. O que faz das formas capitalistas particulares é seu momento no processo de constituição universal do antagonismo de classe, ou seja, nas formas específicas que cada momento se constitui organicamente na totalidade, o que depende tanto das singularidades específicas, quanto do seu momento histórico. A constituição de classe brasileira, assim como da sua forma de Estado-nação, se insere nesse processo de relação interna com a constituição no mercado mundial e antagônica entre as suas singularidades fundantes e suas particularidades históricas (Braunmühl, 1978).

Os processos de transferência de valor, de dependência, superexploração e formação de um exército industrial de reserva mundial como apresentados anteriormente são primordiais para a compreensão das realizações do Estado-nação e da constituição de classe em seu plano concreto. Contudo, essas formas de relação capitalistas devem ser vistas a partir da totalidade do antagonismo de classe no mercado mundial e não da objetificação da extração de valor. A própria extração de valor se liga com as necessidades da constituição de classe como totalidade

social no mercado mundial, o que no caso brasileiro se realiza não só em uma especificação da produção vinculada com a produção de natureza como mercadoria, como também na constituição de uma classe superexplorada com formação de um grande exército industrial de reserva combinada com os momentos específicos do mercado mundial. A especificidade do sentido dessa constituição de classe não é reduzida a uma relação econômica, mas ao contrário, como uma totalidade social. A própria constituição dessa especificidade dependente do econômico está ligada internamente com toda a constelação social que se coloca por detrás (Tischler, 2001), a qual aparece apenas de forma fetichizada e naturalizada.

A inserção produtiva sempre dependente, com ciclos de expansão e retração, tão bem descritos pelos teóricos cepalinos, como Prebisch (1982) e Furtado (2009), não pode cair nem em um mito da dualidade entre atraso e moderno (Oliveira, 2003), nem ficar reduzida à mera questão econômica. Não apenas essa construção econômica dependente e subdesenvolvida está atrelada a uma construção social ampla, como essa própria constituição social específica também faz parte das necessidades do mercado mundial. A constituição de classe em território brasileiro não apenas se liga internamente às especificidades do seu sistema produtivo, tanto nos produtos, quanto na forma de produção, como também se liga internamente à própria constituição de classe no mercado mundial, o que cria um antagonismo entre necessidades e contingências específico. Tanto na passagem de uma lógica capitalista comercial para industrial, quanto dessa para uma financeirizada, há tanto uma relação interna na constituição social em sua totalidade com mudanças econômicas-produtivas, quanto com a sociabilidade no mercado mundial, o que confere, por fim, o caráter de organicidade da totalidade social. A constituição de classe no plano concreto brasileiro deve ser vista por esses antagonismos fundantes da sua essência, da sua contingência histórica e das suas diferentes formas de aparência nos diferentes momentos sociais.

A relação capitalista é a geração sempre renovada da classe como processo sempre renovado de classificação das pessoas. Como apontado nas seções anteriores, a constituição de classe e separação do sujeito e do objeto, como:

es la diaria repetición de una separación violenta del objeto respecto del sujeto, el diario arrebatado del objeto-creación-producto al sujeto-creador-productor, la diaria confiscación respecto del sujeto no sólo de su creación, sino también de su acto de creación, de su creatividad, de su subjetividad, de su humanidad (Holloway, 1999, p. 77).

Essa constituição de classe como totalidade do ser social se realiza no plano concreto e específico brasileiro dentro de uma classificação específica da classe na totalidade do mercado mundial. A própria constituição da subjetividade e do simbólico, na classe brasileira, terão suas particularidades, pois “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (Marx, 1987, p. 263). A classificação do dominado no Brasil passa, portanto, por processos singulares de sua constituição, o que em grande medida ocorre por um processo de superação (no sentido dialético de *Aufhebung*, ou seja, da mudança da forma com manutenção da essência) da relação escravista. O Brasil como momento constituinte específico da relação de classe no mercado mundial necessita ter uma classe específica, sobre a qual impera a produção de natureza como recursos naturais e a formação de um exército industrial de reserva.

A forma pela qual ocorre a constituição de classe no Brasil se dá por uma forma superior da relação escravocrata em sua essência, em que a constituição de classe passa internamente por processos raciais, não mais na forma *direta* da escravidão, mas pela coisificação da sua “subjetividade, da sua humanidade”. A constituição de classe brasileira adquire, devido as suas necessidades particulares na totalidade social do capitalismo, um elemento intrinsecamente racial. Por isso o racismo, em sua forma capitalista brasileira, deve ser visto ligado internamente à relação de constituição de classe. A luta de classes não pode ser desvinculada da luta racial,

assim como a luta racial não pode ser desvinculada da luta de classe, dado serem formas do mesmo processo social de classificação e separação do ser humano na relação capitalista.

Franz Fanon, em seu livro de 1952, “Pele Negra, Máscaras Brancas”, possui uma contribuição essencial para a compreensão do racismo em seus aspectos subjetivos na sociedade capitalista⁸¹. Fanon (2008) apresenta o racismo não como uma concepção reduzida em termos discriminatórios que nasceriam de uma cultura de classe social, de um grupo ou de um povo, mas como um elemento estrutural profundo, que envolveria as esferas econômicas, sociais e psicológicas (Fanon, 2008, p. 85). Nesta concepção construída por Fanon, uma sociedade é racista em sua totalidade, não dependendo de setores específicos em que a discriminação surja com maior eminência. As atitudes de racismo direto são, portanto, sintomas ou formas das relações sociais racistas capitalistas de totalidade. A ideia de racismo estrutural de Fanon se constrói em sua concepção das formas subjetivas de formação da sociedade e do indivíduo.

A concepção de racismo em Fanon está estabelecida no que ele chama de um “complexo de autoridade” (Fanon, 2008), o qual se constrói no “subjetivo social relações hierárquicas de classificação dos seres humanos em raças e etnias” (Fanon, 2008, p. 90) A partir da criação desse complexo de classificação, cria-se a concepção do negro como inferior. O racismo, portanto, além da sua forma *direta* de segregação, se constitui como um fenômeno social de inferiorização subjetiva e simbólica na classificação de parte da sociedade, em que não só se realizam processos subjetivos e simbólicos de inferiorização, como o próprio agredido passa a se constituir subjetivamente e simbolicamente como inferior.

O pensamento de Fanon (2008) é construído, principalmente, por uma base teórica do existencialismo de Sartre e da psicanálise de Lacan, tendo forte influência para as construções das ligações desse complexo de inferioridade mais no processo de subjetivação da relação direta

⁸¹ A obra de Fanon terá grande influência nas obras de importantes intelectuais brasileiros como Paulo Freire (1974), e Abdias do Nascimento (1976, 1978), como mostra Gordon (2008).

entre os indivíduos do que na própria construção social como um todo. Achille Mbembe em seu livro “Crítica da Razão Negra – Ensaio sobre o racismo contemporâneo”, de 2013, irá construir, em forte debate com a obra de Fanon, uma apresentação da evolução do pensamento racial no capitalismo e suas formas (máscaras) utilizadas para a manutenção de sua invisibilidade. Mbembe (2016) constrói de forma indissociável a “subjugação” do negro e a exploração capitalista, descrevendo como, desde a plantação à colônia, o conceito de escravo se acaba por fundir com o de “Negro”, até estes se tornarem sobreponíveis. Dessa maneira, pela constituição das relações capitalistas, o “Negro” passa de homem-metal (exploração mineira na África) a homem-mercadoria (tráfico negreiro de escravos) e, daí, a homem-moeda (como produto de troca no capitalismo)⁸². O racismo se constitui, assim, como modelo legitimador da opressão e da exploração ao serviço do capitalismo (Mbembe, 2016, p. 26), o qual tinha como necessidade pressupostos raciais para validar uma superexploração.

Importante salientar como o tratamento da questão racial como elemento central da constituição de classe no Brasil difere do pensamento construído por Souza (2015 e 2017). Em Souza (2017), a questão racial se coloca como uma forma discriminatória de grupos, em que uma elite branca construiria a ideia da inferioridade cultural para formação de uma *ralé*, que por elementos simbólicos seria impedida de ascender socialmente. Essa visão parte de uma naturalização da sociedade capitalista, na qual não existe o processo de luta e de constituição de classe, dado já partir das classes como categorias autônomas e naturalizadas, como estabelecido nos pensamentos de Bourdieu, Foucault e Charles Taylor, os principais teóricos sociais referenciados nos trabalhos de Souza⁸³.

⁸² Em Robinson (2000) há também uma interessante análise teórica sobre a compreensão do racismo em termos marxistas, colocando a importância da segregação racista como ponto totalitário da sociedade na geração do trabalho abstrato e consequente constituição de classe, o que permite entender raça e classe como formas de uma mesma unidade social.

⁸³ No último capítulo deste trabalho voltamos a tratar da obra recente de Jessé de Souza (2012, 2015 e 2017) para podermos compreender melhor as particularidades do processo de constituição de classe atualmente no Brasil.

Souza (2017), apesar de ter como centro de suas questões a questão simbólica, apenas as têm para alcance das questões econômicas. O simbólico só existe para Souza como forma de distinção econômica, não tendo valor nenhum no simbólico⁸⁴. Essa posição de Souza (2017) está no fato de naturalizar completamente o capitalismo. O racismo, o simbólico e a constituição social são completamente naturalizados nas relações capitalistas. Não há nenhuma consideração de como o processo de constituição social perpassa a constituição do ser humano em separado, como necessariamente a constituição social tem que se dar como agrupamentos de pessoas distintas, mesmo que livres, sendo que umas possuem os meios de produção e outras não. Para Souza (2017), o racismo é o mesmo em qualquer sociedade e a questão de ser capitalista já lhe está naturalizada. As relações de diferenciação social são vistas como processos já estabelecidos de discriminação, em que existe aqueles esclarecidos e os não esclarecidos, tanto dominados, quanto dominadores. Por isso o intelectual esclarecido assume um papel central em sua obra, apagando completamente a importância das construções e lutas sociais dos explorados, tendo como única solução a tomada do Estado por esse intelectual detentor da verdade⁸⁵.

A obra e o pensamento de Jessé de Souza, desde seus importantes trabalhos sociológicos de compreensão das classes oprimidas brasileiras (Souza, 2009, 2012) até suas concepções mais teóricas do Brasil, possuem o mérito de conceber e apresentar para um grande público a importância dos aspectos simbólicos e subjetivos no processo de discriminação e desigualdade no Brasil. A história dos movimentos raciais no Brasil nos mostra claramente, desde os anos de

⁸⁴ “é preciso não priorizar a dimensão da proteção de (pretensas) ‘identidades étnicas’ como um valor em si mesmo e geralmente oposto aos valores do ambiente urbano circundante. [...]. Além disso, deve-se reconhecer que há diversas formas de o negro buscar fontes de autoestima para enfrentar o preconceito racial na sociedade. Uma delas é o próprio sucesso no mercado de trabalho urbano. [...] O discurso que enfatiza a política de promoção da diversidade cultural, que defende a etnicidade como a dimensão da promoção moral dessas populações negras parece esquecer-se do fato de que a própria prosperidade econômica na sociedade possui uma dimensão moral: ela é fonte de autoestima e de autoconfiança” (Souza, 2012, p. 261-262).

⁸⁵ Apesar de todo seu simbolismo e de suas construções sociológicas sobre os aspectos do racismo brasileiro para a diferenciação social, a sua construção analítica não passa de uma fundamentação para um certo “desenvolvimentista simbólico”, em que se pretende construir via intervenções do Estado mudanças em aspectos sociais simbólicos para um pretense alcance de uma sociedade desenvolvida. A ideia do “desenvolvimentismo simbólico” é apresentada com mais detalhes no último capítulo deste trabalho.

1980 – Nascimento (1976, 1978), Gonzalez (1983, 1988) – tanto o lado subjetivo e simbólico do racismo, quanto a importância das lutas da população negra para geração de laços de rompimentos com as formações sociais de inferioridade e segregação⁸⁶. Por isso se coloca como fundamental a construção de como o simbólico se constrói na luta da classificação do povo negro para a formação de classes em território nacional.

Florestan Fernandes (2008) em seu clássico “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” de 1964, apresenta a relação do negro no Brasil com a formação de classe. Fernandes (2008), analisando o processo de formação da classe operário brasileira, principalmente no período entre 1880 e 1930, traz como o negro foi colocado em uma posição segregada, não incluído no mercado de trabalho, com a forte inserção da mão de obra europeia branca, principalmente italiana. O ex-escravo é introduzido na sociedade capitalista jogado na “ordem social competitiva” (Fernandes, 2008, p. 119) sem nenhum preparo anterior, se estabelecendo nas funções e segmentos mais degradados da sociedade urbana industrial que emergia na época. “Se lembrarmos que o ‘elemento negro’ saía da escravidão sem formas de vida social organizada, temos aí um sistema de referência suficientemente amplo para indicar o que iria ser, para ele, a vida na cidade” (Fernandes, 2008, p. 83)

O processo de “abandono” da população negra dentro da nova sociedade que emergia, cria uma posição de “homem livre” sem trabalho, o que os leva a uma condição extremamente violenta como estigmatizados como trabalho manual desqualificado, sendo “animalizados” como “tração muscular”. Esse processo de abandono e de ódio social serão para Fernandes (2008) a pior “herança social da escravidão”, em que “sai da escravidão física para entrar na

⁸⁶ Gonzales (1983, 1988) e Carneiro (2005) apontam a centralidade da luta da mulher negra em oposição à construção da segregação, opressão e exploração do Brasil, em que se forma através desse processo uma grande massa de mão de obra para ser superexplorada, tanto nas fábricas, quanto nos interiores das casas das ditas classes média e alta. Movimento semelhante tem se dado por feministas negras na América Latina, como Anzaldúa (2000, 2005 e 2009), que mostram a essência da inferiorização e segregação da mulher negra nos contextos de exploração na América Latina.

escravidão moral”, constituindo o que denomina da “escravidão que ficou dentro dos homens” (Fernandes, 2008, p.111).

Apesar da análise profunda e rica das expressões sociológicas da relação entre o negro, a escravidão e a formação de classe no Brasil, a abordagem de Florestan Fernandes ainda ficou refém de uma visão de “resíduos da herança sociocultural pré-capitalista” (Fernandes, 2008, p. 300). Não há em Fernandes (2008) a compreensão da constituição de classe ligada com a questão racial como forma permanente e em superação, mas apenas como um resquício do passado escravocrata brasileiro. A não consideração de um processo de acumulação primitiva *permanente*, com a dominação com base racial em essência como fenômeno *permanente* da constituição de classe brasileira, implica em uma visão de certa forma liberal, em que os mecanismos de exclusão e segregação desapareceriam com a evolução da “ordem social competitiva”. Florestan não percebeu que a luta antirracista é necessariamente uma luta anticapitalista, portanto, será pela via da mobilização do movimento negro e não pelos mecanismos de inclusão do sistema capitalista que a exclusão como dominação findará. Os mecanismos de exclusão e segregação de raça na constituição de classes no Brasil podem até desaparecer, mas será pela luta do povo negro, não pelos mecanismos capitalistas de competição.

Os trabalhos “sociológicos sobre a permanência de traços estruturais do passado escravista no processo de construção da sociabilidade capitalista no país”, são fundamentais para a percepção dos processos sociais da construção da dominação com base racial, como uma percepção rebaixada do trabalho manual, uma imagem depreciativa do negro e mesmo “do elemento nacional como trabalhadores” (Cardoso, 2008, p. 70). Contudo, é preponderante a perspectiva de como esses aspectos sociológicos da questão racial no Brasil não se constituem como impeditivos à relação capitalista brasileira, pelo contrário, dada as formas de dominação racial passarem a ser um elemento constituinte na essência da formação de classes do País. A

formação de um grande exército industrial de reserva brasileiro no mercado mundial se consolida e se reproduz via essa dominação com base racial.

A questão racial deve ser vista como um fenômeno central na sociabilidade brasileira, mas não como uma forma discriminatória de grupos específicos (mesmo que em aspectos simbólicos e subjetivos) ou como resquícios da ordem escravista. A segregação e exploração com base racial devem ser vistas por meio de um quadro de constituição de classe, em que a essência da escravidão negra, como superexploração, se reproduz de forma totalizante na sociedade. O racismo, sob o ponto de vista das relações sociais capitalistas brasileiras, é constituído em simbiose com o antagonismo de classe, sendo ambas formas distintas de uma mesma unidade social, sendo essa a constituição de classe superexplorada no Brasil como momento necessário da constituição do antagonismo de classe no mercado mundial.

Parte 2

Acumulação Primitiva Permanente e Mercado Mundial na virada para o sec. XXI

As relações capitalistas ao longo da década de 1970, com seu auge nos anos de 1990, vão construir uma forma de exploração e dominação centrada no financeiro. Isso não significa que a geração de mais valor ocorra nos giros financeiros, muito menos que ocorra em oposição à produção, mas que a sua lógica se instale como a forma de dominação capitalista. A própria subjetivação das relações capitalistas agora passa por essa esfera financeira, em que todos se tornam ativos financeiros. Assim, o trabalhador modelo sindicalizado de boa conduta fordista dá lugar ao homem de negócios como a formação de uma espécie de um “indivíduo capitalista” como “empresa de si mesmo”, sempre competitivo e se transformando em sua própria marca de sucesso e de crescimento pessoal.

As desapropriações e expropriações também não diminuem, ao contrário, atingem novas escalas e novas formas. Não há mais centralidade na expropriação. As desapropriações através dos mega-projetos e das guerras necessárias ficam abertas para a realização das grandes empresas, tendo o desenvolvimento e o mercado como os grandes reguladores. Novas formas de estado, de potências, de mecanismos financeiros, de instituições políticas e jurídicas surgem como formas de controle dessas novas formas de relação capitalista, que têm a lógica financeira como a unidade entre as desapropriações e as novas subjetivações, o que garantem a reprodução das relações capitalistas com os seres humanos separados dos seus meios de vida.

De maneira evidente, tal processo se encontrou e se encontra tomado de contradições, que como toda hegemonia não pode apagar os antagonismos inerentes da imposição do capital sobre o trabalho. Essas contradições se exacerbam em vários pontos da cadeia de dominação que se materializa pelo mercado mundial. A figura abstrata do indivíduo capitalista como empresa de si mesmo que se impõe sobre o “cidadão fordista” é acompanhada de uma

necessidade crescente de uma produção simbólica e financeira cada dia mais vinculada com a cultura do espetáculo e com suas formas financeirizadas sobre toda a produção e toda forma de vida. A descontinuidade desse processo de expansão da dominação se materializa nas formas das crises atuais, que como período de transição se coloca como momento em aberto das relações sociais em luta por sua realização.

Nesse sentido, a segunda parte desta tese tem como objetivo apresentar as formas capitalistas que emergiram por um processo de luta por constituição de classe no mercado mundial a partir da década de 1970, tendo a financeirização como uma de suas principais particularidades, contudo, não entendida como um processo em oposição a acumulação capitalista. As finanças são vistas com uma característica inerente à acumulação capitalista (Hilferding, 1981), sendo a financeirização uma relação específica de objetificação na constituição do próprio indivíduo capitalista (Sotiropoulos et al., 2013).

Para tanto, discute-se no capítulo 6 as principais formas das relações capitalistas que emergem das crises dos anos de 1970, apresentando o debate sobre a financeirização como suas formas de dominação e exploração, tanto na produção, quanto na constituição do ser social em sua totalidade. No capítulo 7 é analisado o momento de crise dessa sociabilidade dita neoliberal, apresentando os principais elementos da luta atual para a constituição de classe no mercado mundial.

6. Neoliberalismo e financeirização como novas formas de controle e separação das relações sociais

Desde a crise do sistema capitalista do pós-guerra, no final dos anos de 1960 e começo de 1970, o neoliberalismo e seus sintomas foram amplamente descritos e analisados, tendo uma ampla e vasta biografia sobre esse período (como será apresentado ao longo deste capítulo). Contudo, grande parte desse referencial bibliográfico fica restrito às construções sociais objetivadas desse período, em que fenômenos como globalização, financeirização, guerras, políticas de austeridade, desregulação, informatização etc. são concebidos como processos autônomos, como se sua força motora se devesse a interesses particulares ou a processos externos às próprias relações sociais como um todo, o que acaba por apagar o real processo de formação desses fenômenos sociais. Dessa forma a intenção desse capítulo é apresentar o neoliberalismo e suas formas de financeirização, como formas historicamente singulares assumidas pelos antagonismos e contradições imanentes às relações sociais capitalistas. É importante ter em mente que a concretização das formas capitalistas ditas neoliberais, não é algo absoluto, mas um processo em forma de luta pela consolidação de novas formas de exploração e dominação capitalista, o que gera uma miríade de formações específicas e particulares, o que veremos por exemplo no próximo capítulo para o caso do Brasil. A descrição nesse capítulo dessas novas formas das relações capitalistas é feita no sentido de apresentar suas principais tendências e conflitos para sua imposição, o que não significa a implantação dessas relações como algo absoluto, dado serem relações que se impõe (ou não) através de lutas de classe.

Mais do que uma contradição entre produção e finanças, entre globalização e Estados Nacionais, entre desenvolvimentismo e neoliberalismo, a importância desses debates está em compreender essas próprias contradições como novas formas do antagonismo entre capital e trabalho, em que se apresentam novos mecanismos de controle e dominação. O imperialismo

norte americano, o crescimento expansivo e intensivo das finanças, as desarticulações dos Estados Nacionais, não devem ser compreendidos, portanto, como processos autônomos, mas como formas da própria dominação e controle das relações capitalistas em totalidade sobre o trabalho e a vida.

A expressão “financeirização” que utilizaremos neste trabalho não significará um deslocamento da geração de valor das indústrias para finanças, em que teria a consolidação de uma nova fração de classe financeira no controle de um capitalismo globalizado sobre a égide do “super império” norte americano. Financeirização, como será exposta neste trabalho, se refere a uma nova forma de dominação e controle social, a qual passa também por novas maneiras de produção e de política-Estado. Após o período de transição durante a década de 1970 até meados dos anos de 1980, as relações capitalistas sob a forma neoliberal passam a se consolidar e se expandir de forma continuada, o que mesmo com suas crises recorrentes, passam a ser compreendidas como um novo momento ou período das relações sociais capitalistas⁸⁷. Ao invés de compreender o momento atual como uma crise continuada desde os anos de 1970⁸⁸ é importante ter em mente suas modificações e expansões, como a que ocorre a partir de 1982, com o estabelecimento de uma nova fase expansiva (McNally, 2011). A financeirização como

⁸⁷ O debate sobre periodização do sistema capitalista é amplo e complexo, contudo “*The periodisation of the capitalist mode of production is an attempt to find a middle way between empiricism, which stresses historical contingency in order to legitimate a political opportunism, and reductionism, which stresses the unchanging laws of motion of the capitalist mode of production in order to legitimate a dogmatic fundamentalism. The 'periodisation' of the capitalist mode of production is supposed to provide a way of defining 'intermediate structures' which determine the regularities and systematic features pertaining in a particular historical epoch so as to provide scientific foundations for a political strategy which can engage with the current conjuncture*” (ver: Simon Clarke, 1992).

⁸⁸ O argumento da “longa recessão” (“the long downturn”) é bem conhecido pelos trabalhos de Robert Brenner, *The Boom and the Bubble: The US in the World Economy* (London: Verso, 2002) and *The Economics of Global Turbulence: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945–2005* (London: Verso, 2006). Essa visão pode ser contrastada mesmo em termos empíricos pelas taxas de crescimento econômico, dado ser uma das principais características levantadas nesse debate para apresentar o neoliberalismo como uma crise estendida. Claramente os níveis de crescimento econômico são inferiores, mas se tomados em consideração os países asiáticos, principalmente a China, esse níveis se tornam muito mais próximos. Segundo dados de “Angus Maddison, *The World Economy: Historical Statistics* (Paris: OECD, 2003) o crescimento mundial médio foi de 2,11% por ano de 1870-1913, de 1,82% de 193-1950, de 4,9% de 1950-1973 e de 3,05 em 1973-2001. Uma resposta crítica e aprofundada da visão de Brenner pode ser vista em: Ben Fine, Costas Lapavistas, and Dimitris Milonakis, “Addressing the World Economy: Two Steps Back,” *Capital and Class* 67 (1999): 47–90”.

forma de controle e dominação social será construída dentro das lutas das classes sociais, o que impõe um constante processo de reprodução e de novas formas, assim como sua intensificação e extensão. No restante desse capítulo será apresentado algumas das formas essenciais desse momento ‘neoliberal’ das relações capitalistas, como: i) o crédito e o consumo financeirizado como forma de dominação e ii) a transformação da natureza em mercadoria em sua forma financeirizada como meio de sustentação da reprodução capitalista), o que será feito no restante desse capítulo após uma breve descrição da concretização desse momento neoliberal.

Neoliberalismo como forma de dominação da contradição capital-trabalho

Durante o pós-guerra se estabeleceu uma forma de reprodução das relações capitalistas singular, em que taxas de crescimento econômico, dos salários e dos lucros se encontravam altas. Contudo, como enfatiza McNally (2011), esse período não pode ser utilizado como o parâmetro médio da sociedade capitalista, como se tudo diferente significasse um momento de crise. Os termos keynesiano e fordismo em certa medida escondem o que estava por trás desse período histórico. O pós-guerra, como já está explícito, possui a grande peculiaridade de vir após um período de grande destruição, tanto de vidas quanto de meios de “produção e reprodução”. A contradição fundante entre capital-trabalho pode se estabelecer de um modo único. Retirar essa particularidade de sua centralidade é um grande erro amplamente cometido, em grande parte por desenvolvimentistas e keynesianos, que compreendem o crescimento econômico com altos salários nos anos de 1950 e 1960 apenas ao conjunto das políticas governamentais, sem colocar em evidência como o antagonismo entre capital e trabalho se encontravam em um momento muito particular.

A reprodução das relações capitalistas demanda a reprodução da separação dos seres humanos dos seus meios de vida, mas ao mesmo tempo demanda que esses seres humanos, agora em condições de trabalhadores, consumam de maneira crescente as mercadorias por eles

produzidas. E isso se manifesta em uma das formas da contradição antagônica na reprodução das relações capitalistas, em que o aumento do consumo dos trabalhadores e a exploração de seu trabalho são ao mesmo tempo opostas e complementares.

Após a devastação de praticamente toda a Europa, todo o Japão e grande parte da Rússia e da Ásia Central, o que inclui a morte de quase uma centena de milhões de pessoas (o que do ponto de vista capitalista, significa apenas trabalhadores e consumidores), a relação antagônica entre capital e trabalho pode ser “contornada” de uma forma bem particular. Quando tudo está destruído e grande parte da mão de obra foi exterminada é possível manter um consumo crescente ao mesmo tempo em que se impõem as relações de separação do ser humano dos seus meios de vida para a ocorrência da exploração do trabalho. A questão que se coloca depois do pós-guerra é como “resolver” essa contradição quando as regiões destruídas já estão completamente renovadas, assim como sua mão de obra, o que impõe uma forma de controle e dominação distinta do que a centrada na expansão via salários do “fordismo-keynesianismo”.

O que se denomina usualmente como neoliberalismo a partir dos anos de 1970 é exatamente essa forma de resolução da contradição fundante do capitalismo, mas dentro das novas especificidades históricas que se constituíram após o período dito “fordista-keynesiano”. Como é da natureza das relações capitalistas, as crises como formas de manifestação dessa contradição passam a se impor de modo recorrente (ver: Grespan, 2012), o que viabiliza tanto processos de desapropriação e expropriação, quanto de regimes de austeridade compatíveis ao crescimento do consumo via crédito. O consumo não se expande mais via salário, mas via crédito, o que pela “legalidade” do cumprimento das dívidas se força a extração de mais valor. Se essa expansão via crédito necessita uma maior preponderância financeira, o que acarreta em crises recorrentes, ao invés do pânico aparente, apenas se encontra um novo momento, em que a implantação de programas de austeridade com garantia de maior extração de valor se torna uma necessidade urgente.

Grande parte das análises sobre esse período, mesmo as mais críticas, ao invés de buscar revelar os processos em que se constituíam as novas formas de lutas da contradição capital trabalho, ficam restritas a descrição do movimento dessas formas⁸⁹. Durante a década de 1970, logo após o descolamento do dólar em relação ao ouro, imposto pelo governo de Richard Nixon, e depois no final da década com as políticas monetaristas de aumento da taxa de juros dos EUA, a maior parte dos analistas (principalmente “economistas heterodoxos” e marxistas “estruturalistas” e “ortodoxos”) enfatizavam a supremacia dos interesses financeiros, sugerindo que as políticas do governo dos EUA teriam o intuito de privilegiar essa fração de classe. O aumento da taxa de juros, o controle da inflação, o desmonte dos sistemas de proteção social, o enfraquecimento dos sindicatos, passam a ser entendidos a partir de uma oposição dos interesses das finanças em relação aos interesses industriais.

Durante os anos de 1980 e 1990 com uma certa continuidade de crises e baixo crescimento econômico, muitos autores críticos, principalmente de linhagem “pós-keynesianas” e “marxistas ortodoxa” defenderam a preponderância dos interesses financeiros em detrimento dos antigos interesses industriais ligados ao que foi denominado como “fordismo-keynesianismo”. Mesmo autores com profunda raiz marxista defendem a concepção do processo de financeirização como um caráter parasitário da produção. François Chesnais (1996, 2000), apesar de ter retomado suas teses sobre “financeirização” e “mundialização” em trabalhos posteriores a partir de uma perspectiva mais rigorosa (Chesnais, 2010), se tornou representante da ideia do capital financeiro com um mal maior porque ele parasita o capital industrial e rebaixa as perspectivas de crescimento da economia capitalista. A “mundialização financeira” teria ocorrido em virtude das decisões estratégicas das grandes potências e de suas

⁸⁹ O objetivo do estudo das “teorias da financeirização”, que será apresentado neste trabalho, não é de analisar em profundidade cada um dos diferentes autores e autoras, mas apresentar o debate a partir de uma perspectiva crítica, mostrando a importância das categorias como processos reais de abstração, retirando o peso de naturalização da autonomização das finanças para evidenciar a sua ligação com a constituição do antagonismo de classe no mercado mundial.

frações de classe hegemônicas com o interesse de controlar a circulação internacional em seu proveito, sendo para isso “necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento dos capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros” (Chesnais, 2005, p. 35).

Chesnais (2005) parte de uma distinção entre acumulação financeira (que ocorre fora da produção de bens e serviços) e acumulação industrial (que ocorre na produção de mercadorias correntes, com base na produção de mais valor), o que lhe permite realizar uma forte divisão no interior das classes dominantes, com a oposição entre duas frações burguesas. A fração financeira, se valendo de “uma configuração específica de propriedade capitalista, a saber, a propriedade patrimonial” (Chesnais, 2005, p.48), poderia impor todos os seus interesses sobre as frações industriais. As frações financeiras tendo uma posição de exterioridade em relação à produção, por serem proprietários de ações, títulos do governo, derivativos em geral etc., imporiam os seus interesses de forma parasitária aos setores industriais. “Os capitalistas financeiros partilham com os proprietários fundiários, que não cultivam, mas confiam a gestão de suas terras a fazendeiros, o traço rentista que consiste em se pôr em posição de exterioridade à produção” (Chesnais, 2005, p.53). Essa visão seminal apresentada por Chesnais irá abrir espaço para muitas análises sobre a determinação dos interesses das classes financeiras na sociedade atual, tendo na escola marxista francesa uma das suas principais vertentes, como os influentes trabalhos de Duménil e Lévy (2010, 2011).

Os economistas políticos franceses Gérard Duménil e Dominique Lévy escreveram durante muitas décadas sobre o neoliberalismo e suas crises, tendo como ponto de partida a compreensão desse período como uma recuperação das classes capitalistas em relação ao que prevalecera na socialdemocracia com o keynesianismo. Com a crise geral dos anos de 1970, as classes capitalistas teriam aproveitado para se reapropriarem da sua hegemonia. O neoliberalismo, na visão dos autores, “expressou a estratégia das classes capitalistas em aliança

com a fração superior da gerência, especialmente com os gerentes financeiros, para reforçar a sua hegemonia e para expandi-la globalmente” (Duménil e Lévy, 2011, p. 1). A visão dos autores se baseia em uma concepção do desenvolvimento do capitalismo centrada na divisão das rendas entre as classes sociais, dado estar na luta por essa divisão a formação dos condicionantes estruturais. A finanças seriam compostas por uma classe parasitária⁹⁰, que teria no neoliberalismo sua fase hegemônica, sendo “uma ordem social que visa a geração de rendimentos para as classes superiores de renda e não os investimentos na produção e, menos ainda, o progresso social. Assim, nos países do centro, a acumulação de capital foi sacrificada em favor de uma redistribuição da renda que beneficiou as classes altas” (Duménil e Lévy, 2011, p. 22).

As visões sobre a formação de uma fração de classe financeira que com o neoliberalismo teria conseguido impor seus interesses em um mundo globalizado é visto em um amplo aspecto teórico. Uma das vertentes importantes desse debate se apresenta na visão neo-gramsciana, muito ligados ao “estruturalismo marxista”, mas tendo como característica particular a defesa de um novo momento do capitalismo, em que a escala trans-nacional ganha preponderância com a formação de uma nova classe. Os livros de Carrol (2010) e Birch e al (2010) se destacam dentro desse debate justamente por especificar o que seria essa nova fração de classe transnacional financeira.

Outra abordagem, que também terá muita influência, será a da “escola da regulação”⁹¹, propondo uma grande mescla de correntes teóricas

⁹⁰ Duménil e Lévy defendem veementemente as finanças como um “setor parasita”, como “desvios” da sociedade capitalista. A análise desses dois teóricos franceses da financeirização nega as atividades financeiras como intrinsecamente ligada à totalidade das relações capitalistas, tendo papel essencial na reprodução da acumulação capitalista. “Ainda que essas funções do setor financeiro ocupem uma posição central na análise de Marx sobre o funcionamento do capitalismo ele sublinha também, de maneira muito vigorosa, os danos potenciais desses mecanismos. Podemos agrupar essas críticas em torno de dois termos, parasitismo e fragilidade. O mundo financeiro é, para Marx, o local de todos os desvios, quase “orgias” (Duménil e Lévy, 2010, p. 279-281).

⁹¹ Apesar da grande riqueza de contribuições e certas divergências entre os autores relacionados com a “escola da regulação”, é possível claramente construir uma unidade dentro dessa abordagem, a qual tem na obra de Michel Aglietta, “*Régulation et crises du capitalisme*” (1976), como fundadora desta corrente, que conta ainda com os importantes trabalhos de André Orléan, Robert Boyer, Benjamin Coriat e Alain Lipietz.

(keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales) para compreender como, a partir das mudanças do modo de produção, se criaria todo um sistema social de regulação, tendo como ponto central a manutenção das taxas de lucro e de realização do valor. Apesar de suas importantes contribuições para o debate da época, a sua compreensão da sociedade capitalista cai em um grande determinismo economicista, na medida em que pressupõe a total adequação funcional dos sistemas políticos e sociais às modificações na estrutura produtiva econômica.

Ao invés de centrar as modificações sociais nas lutas de constituição de classe como forma das relações capitalistas sobre o trabalho, as quais em sua contradição fundam novas formas sociais, os teóricos da regulação acabam por apagar a luta de classe desse processo⁹², ressaltando os aspectos econômicos para a **realização** das taxas de lucro. Como já mostrado nos capítulos anteriores, esse desaparecimento da luta de classes se deve à consideração objetificada das categorias capitalistas, as quais são compreendidas a partir de suas formas autonomizadas, como fica claro para a escola da regulação no total separação entre o econômico em contraste com o político-social⁹³.

Fine (2010) e Lapavitsas (2009, 2008) partem de um debate teórico mais denso para caracterizar a questão das finanças e da financeirização na atualidade, contudo “*the same notion of finance as a predatory social process is dominant*” (Sotiropoulos et al., 2013). Na visão de

⁹² Como argumenta Lipietz (1997), uma crise econômica mostra que determinado modo de regulação não é mais adequado para certo regime de acumulação, tanto pela emergência de um novo regime dentro do antigo, quanto pela exaustão desse. Dessa maneira, a crise é dada pela contradição das inovações no modo de produção com a superestrutura política e social, o que já deixa claro o desaparecimento da luta de classes desse processo com a consequente ruptura entre duas esferas distintas, o econômico produtivo em contraste com o político-social.

⁹³ O reducionismo determinista que se estabelece pela separação da sociedade em esferas ou estruturas sociais, também pode ser visto nas abordagens neo-gramscianas, que partem de frações de classes internas em intermediações com as externas para estabelecer aparelhos privados de hegemonia e blocos de poder que dariam sustentação a um determinado momento de acumulação. Contudo, mesmo dentre os mais sofisticados neo-gramscianos como Bob Jessop, essa fragmentação objetificada da sociedade implica em um forte funcionalismo das estruturas sociais com determinismo dos processos produtivos de acumulação, o que, por sua vez, desaparece com a luta de classes. “*In this form, Jessop’s thesis appears determinist and monocausal and to suffer from the defects of structural functionalism (admittedly he does term his analysis, a ‘thought experiment’). State form is derived from the ‘needs’ of the accumulation regime and identifying the way in which these needs are met apparently constitutes an explanation of social change and new institutional arrangements*” (Burnham, 1996, p. 12). Ver também: Holloway e Picciotto (1978); Burnham (1991).

Fine (2010), o momento neoliberal, tendo como forte característica uma expansão das finanças “into ever more areas of economic and social reproduction”, se traduz como um regime capitalista que atribui grande importância “financial-speculative activities as opposed to industrial investment as an increasingly important source of profit” (Fine, 2010, 112-3)⁹⁴. Lapavitsas (2009) apresenta a financeirização como um desenvolvimento que ocorreu como consequência das baixas taxas de acumulação real desde os anos de 1970. As classes capitalistas financeiras começam um processo de “*squeeze the borrower and extract usurious returns*” (Lapavitsas, 2008, p. 15), como forma de obter uma fonte de lucro que se origina na esfera da circulação (Lapavitsas, 2009, p. 126-131).

Sotiropoulos et al. (2013) apresentam uma visão radicalmente distinta, em que o capital financeiro e o capital industrial não devem ser concebidos como se fossem duas esferas autônomas, que se conectariam de formas opostas, sendo um na direção do desenvolvimento econômico e o outro uma espécie de predador do excedente social. Como temos argumentado ao longo deste trabalho, “ambos têm de ser compreendidos como momentos da totalidade social constituída pelo próprio capital” (Prado, 2014, p. 21). Nas próximas páginas desta seção será apresentada uma ideia distinta com relação à financeirização, a qual não passa por uma externalidade com relação as outras supostas esferas da sociedade, mas como parte do processo de dominação da relação capitalista em totalidade. As finanças são um elemento intrínseco da própria relação capitalista como forma de “objetificação do futuro” (Sotiropoulos et al., 2013), tendo na ideia de financeirização o momento de expansão desse mecanismo de dominação, atingindo não apenas as forma-Estado e empresa, como também na própria constituição do ser social em “indivíduo capitalista”, sendo parte do próprio processo de constituição da forma-valor.

⁹⁴ “financialisation is underpinned by the quantitative expansion of interest bearing capital and its extension across the economy at the expense of restructuring of industrial capital both directly and indirectly through the broader modes of neoliberal impact upon economic and social reproduction” (Fine, 2010, 113).

A relação entre aspectos econômicos, políticos e sociais não ocorre de modo externo, como se uma esfera autônoma interagisse com a outra, em movimentos denominados co-evolucionários e co-determinados. A relação é interna, econômico e político pertencem à mesma unidade de relação social, a qual adquire formas distintas, mas não autônomas, dado serem formas de instanciação do mesmo processo. O pós-guerra, costumeiramente denominado de fordismo-keynesianismo, não deve ser reduzido a uma primazia de uma ideologia política dando suporte para uma produção de massa com maiores benefícios sociais. Reducionismo esse que exatamente apaga a luta de classe, para colocar a primazia na capacidade das políticas governamentais em propiciar um determinado modo de produção, sem que esse estivesse ligado internamente às próprias contradições das relações capitalistas com o trabalho.

Pelo quadro histórico do pós-guerra, esse momento fordista-keynesiano irá reformular a luta de classes em torno dos salários através dos sindicatos, mas de uma maneira a intensificar a expansão das relações capitalistas (Panitch e Gindin, 2013), estando imbricada internamente a política com a economia⁹⁵. O poder de trabalho passa a ser reconhecido como forma da demanda efetiva, o que coloca a administração dessa demanda como a meta principal das políticas governamentais. *“Lo que necesita enfatizarse, sin embargo, no es solamente la naturaleza opresiva de la producción fordista, sino que el contrato fordista fue un reconocimiento de la dependencia del capital respecto del trabajo y un intento de reformular el poder del trabajo (en última instancia el poder de no trabajar) como demanda monetaria de mercancías”* (Holloway, 1996, p. 45). O reconhecimento dos sindicatos se torna o núcleo central do Estado de Bem-estar keynesiano, em que a forma de relação entre Estado e mercado passa a se dar por um controle salarial, contudo, não mais como uma ameaça aos lucros, mas

⁹⁵ *“De manera particular, nos interesa la idea de que el proceso de reificación implica una lucha que se cristaliza en su negación, o que las formas de existencia reificadas no son formas puras, sino formas definidas por la lucha entre capital y trabajo. En tal clave, se podría proponer que el sindicato y los partidos políticos ligados a la figura histórica del proletariado fueron producto de la lucha de clases; pero, llegado un punto, se fueron transformando en formas de existencia reificada de la clase”* (Tischler, 2001, p. 173).

como uma demanda potencial por mercadorias, o que leva a uma expansão das relações capitalistas ao mesmo tempo em que se expande o consumo e o salário⁹⁶.

A forma como se estabeleceu o poder de dominação capitalista no pós-guerra pela centralidade dos salários provocou uma expansão do crédito como modo de manutenção da estabilidade social, o que era agravado pela expansão das relações capitalistas na Europa e no Japão sob o controle dessa dominação tutelada pelos Estados Unidos. O amansamento do trabalho pelos acordos salariais expansivos colocou em questão uma instabilidade monetária latente, em que a administração da demanda pelo financiamento deficitário passava a significar a criação de direitos monetários sobre um mais valor ainda inexistente. No final dos anos de 1960, as contradições de controle sobre o trabalho por meio da centralidade salarial se tornaram cada vez mais claras, dada a impossibilidade de expansão salarial frente a intensificação da exploração, o que impunha um custo (tanto do trabalhador, quanto de máquinas e novas tecnologias) crescente para a exploração do trabalho⁹⁷. A chamada crise do fordismo-keynesianismo na virada dos anos de 1960 para 1970 se apresenta pelos enormes conflitos sociais e expansão creditícia como modo de reagir aos crescentes déficits orçamentários.

Os custos para controlar o trabalho aumentavam, ao mesmo tempo que sua efetividade diminuía com a formação de um grande exército industrial de reserva, tanto por se tornar insuficiente em detrimento da sua opressão, quanto por não ser capaz de incluir em suas “benesses” grande parte da população. *“En la misma forma en que el salario se volvía cada vez menos efectivo como medio para canalizar la rebeldía en contra del trabajo, el Estado se volvía cada vez menos efectivo como medio de canalizar el descontento social. [...] La rebeldía*

⁹⁶ “La producción fordista descansaba en un intercambio entre un alto grado de alienación en el trabajo y un consumo creciente después del trabajo: el descontento fue transformado en la demanda y regulado a través de los contratos salariales anuales” (Holloway, 1996, p. 59).

⁹⁷ “La ‘crisis del keynesianismo’, como se le denomina frecuentemente, no es simplemente una crisis de la teoría económica, o de una forma de hacer políticas económicas: estas son manifestaciones de una crisis en la relación entre el capital y el trabajo, una crisis en el patrón particular de contención del poder del trabajo” (Holloway, 1996, p. 59).

en contra del trabajo fue complementada por una rebeldía contra el Estado” (Holloway, 1996, p. 63). As intensas manifestações no final dos anos de 1960 em todo o mundo são a mais clara demonstração desse processo⁹⁸.

A incapacidade do fordismo-keynesianismo em controlar ou impor a dominação do capital sobre o trabalho por meio dos mecanismos de aumento salarial e pleno emprego se tornaram cada vez mais evidentes na virada dos anos de 1960 para 1970, tendo como grandes sintomas os déficits dos EUA e a explosão de crédito por meio dos títulos de sua dívida. A incapacidade de controlar a luta de classe pela centralidade do salário, colocou o crédito como um modo de postergar essa crise inerente. A administração da demanda, que anteriormente era feita por salários, pelo emprego e benefícios sociais, passou a ocorrer via crédito (financiamento deficitário), o que significa a criação de direitos monetários sobre o mais valor ainda não existente. A relação entre o dinheiro e o valor existente passou a se constituir por um divórcio crescente, como um desacoplamento entre a acumulação monetária e a acumulação real (Bonefeld, 1995).

A desvinculação do dólar em relação ao ouro significou a forma maior de intensificação desse desacoplamento⁹⁹, em que a crise da imposição do capital sobre o trabalho pudesse ser postergada por meio de uma explosão do crédito, que possibilitou o crescimento econômico durante os anos de 1970¹⁰⁰. A incapacidade do dólar de cumprir com suas obrigações em ouro

⁹⁸ “*Casi todo los movimientos populares del período 1945-1975, incluso, quizá, los movimientos revolucionarios, pueden verse como peticiones de inclusión: peticiones de igualdad política que asumían que esa igualdad no significaba nada sin un cierto nivel de seguridad económica. Esto era así no tan sólo en los movimientos de minorías de los países del Atlántico Norte, los primeros en formar parte del trato (minorías como aquellas de las que hablaba King), sino que se los pasó a llamar ‘movimientos de liberación nacional’ desde Argelia hasta Chile o finalmente, quizá de manera más dramática, el feminismo en las décadas de 1960 y 1970. En algún momento, durante los años 70, las cosas llegaron a su punto de ruptura*” (Graeber, 2012, p. 494).

⁹⁹ “*The establishment of an inconvertible monetary system by Nixon in August 1971 presented challenges to analyses of the monetary crisis. We have said that the crisis, as a crisis of the money form of capital, exploded because international capitalist organization was no longer able to contain the dynamics of the class struggle. Thus, the inconvertibility of the dollar cannot, as is often done, be examined simply in terms of the US refusal to meet its commitments to the other capitalist nations, a refusal to cover with gold all the dollars accumulated in the central banks of Europe and Japan*” (Marazzi, 1996, p. 75).

¹⁰⁰ “*Unintentionally, then, the breaking of dollar-gold convertibility and the move to floating exchange rates—the development of the so-called “floating non-system”—had tremendously financialized late capitalism*” (McNally, 2011, p. 97).

não deve ser visto simplesmente como uma decisão política do governo dos EUA, mas como a própria incapacidade das relações capitalistas de se impor na luta de classes¹⁰¹. O crédito durante os anos de 1970 se tornou uma forma de conexão entre a insuficiência das relações capitalistas de controlar o trabalho como uma promessa de aumento na exploração no futuro. “*The increasing use of such credit indicated the difficulty of turning credit into effective command over labour, a command which guarantees credit growth through the surplus value extorted from the worker*” (Bonefeld, 1996, p. 44). A expansão monetária provocada pelo dólar e impulsionada pela formação dos mercados de petrodólares e eurodólares, como será visto de forma detalhada na última seção deste capítulo, se tornou uma maneira de evitar uma confrontação direta com o trabalho no presente, para procurar uma solução no futuro (Bonefeld, 1995). A enorme expansão da oferta de crédito por meio do dólar impôs uma enorme reivindicação para uma exploração futura do trabalho¹⁰².

A crise do período fordista-keynesiano não ocorreu em si com a explosão do crédito e a passagem do dólar-dólar como padrão monetário internacional, mas com a agudização desse processo e a emergência de uma nova forma de controle do capital sobre a exploração do trabalho, o que irá ocorrer no começo dos anos de 1980¹⁰³.

Para a forma do Estado de “bem-estar keynesiano” ou “desenvolvimentista” a crise e a expansão do crédito se manifestaram por meio da forma dos efeitos adversos das flutuações das taxas de câmbio. O abandono do sistema de Bretton Woods significou um abandono das relações cambiais fixas para um novo período de desregulação, o que implicará em uma enorme

¹⁰¹ “*The transfer of debt to the United States was a response not to the possible collapse of international credit relations **simpliciter**, but to the crisis of capitalist domination over the productive power of labour that made itself felt in the possible collapse of international credit relations*” (Bonefeld, 1996, p. 49).

¹⁰² “*Growing indebtedness which is not matched by an expansive exploitation of labour, i.e. capital growth, sooner or later becomes intolerable as interest charges absorb a growing proportion of the surplus value and make productive investment increasingly unprofitable*” (Bonefeld, 1996, p. 40).

¹⁰³ “*financial speculation as innate to the development of capitalism, without accepting the mainstream line of reasoning. If capitalism is a system based on labor exploitation and financial speculation is a legitimate development within it, then the real question to be addressed concerns the nature of the linkage between speculation and capitalist exploitation*” (Sotiropoulos et al., 2013, p. 62).

volatilidade das taxas cambiais a partir de então. Durante a década de 1970 as taxas de câmbio se tornaram em torno de três vezes mais voláteis do que foram no período de Bretton Woods, o que tornou o “comércio cambial” rapidamente o maior mercado mundial, sendo de longe o mercado com maior transação monetária e de títulos (McNally, 2011)¹⁰⁴. O mercado cambial durante os anos de 1970 se tornará uma das grandes fontes de lucratividade para os imensos fundos de dólar formados no pós-guerra, o que perpassará tanto o enorme fluxo de capitais para os países do “terceiro mundo”, como a maior necessidade de divisas para controlar essas variações cambiais¹⁰⁵. A grande transação do dólar que se impulsionou durante os anos de 1970, tornou os bancos internacionais ávidos pelos mercados do “terceiro mundo”, carentes de divisas para a compra do petróleo muito mais caro.

Durante o final dos anos 1970 e começo dos 1980 se expandiu o crédito de reciclagem, ou seja, aquele destinado não para a acumulação expansiva, mas como meio de liquidez para evitar a falência de produtores e Estados endividados. Do aumento do endividamento que decorre dessa política expansionista advém um caráter inflacionário que se relaciona com mudanças na relação do poder monetário, nas taxas de lucro e nos balanços de pagamentos¹⁰⁶. O choque da taxa de juros provocado pelo presidente do FED, Paul Volker, em 1979, durante o governo Reagan, irá simbolizar a materialização da nova forma de controle monetário, tendo na crise da dívida, principalmente dos países da América Latina, seu grande exemplo. A situação financeira delicada dos estados durante os anos de 1980 mostrou a dificuldade das políticas expansionistas em responder à “questão do trabalho”, o que impossibilitou os governos

¹⁰⁴ “*The extraordinary growth of foreign exchange trading thus drove the financialization of late capitalism. And here derivatives figure prominently*” (McNally, 2011, p. 95).

¹⁰⁵ “*This meant that national authorities needed larger, not smaller, reserves to defend floating currencies, while the latitude to pursue domestic policies independently of external considerations was reduced, not increased*” (Clarke, 1988, p. 344).

¹⁰⁶ “*Not only has the real, effective appearance of sterling and then the dollar displaced gold as the 'money of all monies,' but international power has increasingly determined the 'value' of all currencies in the last instance*” (Marazzi, 1996, p. 73).

resistirem às pressões para desregular as garantias existentes sobre a renda, emprego e estado de bem-estar.

A expansão do dólar por meio de sua desregulação e da criação de novos mecanismos financeiros, como os derivativos e securitizações, irá integrar os mercados nacionais em uma forma mais profunda do mercado mundial. As relações de crédito desreguladas no mercado mundial transformam o Estado de um distribuidor de renda em última instância, como no keynesianismo, para um prestador em última instância no monetarismo (neoliberalismo financeirizado). A balança de pagamentos e os déficits se tornaram pontos cruciais para os Estados Nacionais como formas de paridade cambial no mercado mundial. O enorme crescimento dos preços das *commodities* (como será apresentado na última seção deste capítulo) e o crédito internacional desregulado passaram a redefinir o “poder do dinheiro”, dado o novo movimento dos fluxos internacionais de capitais integrar os estados nacionais por meio de uma sincronização das taxas de lucros, das balanças de pagamentos, das taxas de lucros e dos ciclos produtivos (Bonefeld, 1996).

O capital especulativo passa a funcionar como um “policia internacional” para a questão do trabalho e das políticas expansivas. Essa pressão restringe a autoridade nacional sobre a moeda e sobre a expansão creditícia, subordinando as políticas nacionais ao “terrorismo internacional da moeda” (Bonefeld, 1996). Sem divisas internacionais, um país não tem como acessar os bens produzidos no mercado mundial e, como a divisa é o dólar, os países são sujeitos a terem enormes reservas de dólar. Se um país toma uma atitude que desagrade a esse arranjo financeiro, os grandes fundos retiram os seus capitais, o que provoca uma forte saída de dólar e uma dolorosa crise interna.

As crises, ao invés de serem entendidas por alguma irracionalidade especulativa, ou dentro de algum processo invisível de ajuste do mercado, devem ser compreendidas numa nova forma de poder da financeirização, em que os Estados Nacionais passam a ser coagidos para

promoverem as políticas de austeridade para o aumento das taxas de exploração. Os EUA e o dólar se tornaram elementos ainda mais centrais para a forma de dominação do capital sobre o trabalho caracterizada no neoliberalismo financeirizado. O dinheiro, por meio do dólar norte americano, passa a funcionar como um poder disciplinatório e normatizador. Assim, pelo “comando mundial”, pode reorganizar as relações capitalistas para a realização da sua reprodução¹⁰⁷. Muitas crises financeiras e cambiais são manifestações dessa forma de dominação, em que os Estados-nação se encontram coagidos a aumentar as formas de exploração em seu território para se estabelecerem no mercado mundial. Fluxos de expansão creditícia, endividamento e fuga de capitais se tornam recorrentes no processo de aumento da exploração do trabalho, o que se traduz por políticas de austeridade e flexibilização do trabalho entremeadas de expansão creditícia e endividamento.

A financeirização e o neoliberalismo não devem ser compreendidos como uma crise de 40 anos do capitalismo, como se não houvesse acumulação capitalista e crescimento econômico¹⁰⁸. O consumo obteve um aumento incrível durante os anos de 1990 e 2000, tanto pela incorporação de novas tecnologias, quanto pela expansão creditícia. As finanças não se colocam em oposição à produção material, pelo contrário: se tornam uma forma de mecanismo de dominação, o que revela a contradição interna do capital sobre o trabalho. Através das formas financeirizadas também se expande o consumo via crédito, conseqüentemente, a produção industrial, assim como os mecanismos de aumento da exploração do trabalho por meio da forma neoliberal dos Estados.

¹⁰⁷ “The United States redefined its leading role by imposing on the rest of the world a new kind of forced self-discipline in which the ultimate sanction is money as world command, that is, determined and regulated politically and hence freed from any commodity limits. In other words, inconvertibility can only be understood in political terms; it set the strategic framework for reorganization of capital by means of the crisis - a planned crisis against the global working class through the manipulation of money” (Marazzi, 1996, p. 76).

¹⁰⁸ “Todo esto no quiere decir que a los habitantes del mundo no se les ofreciera algo: tan sólo que, como ya he dicho, los términos habían cambiado. En el nuevo modelo, los salários de los trabajadores no subirían, pero se los animaba a comprar um trozo del nuevo capitalismo. En lugar de practicar la eutanásia a los rentistas, ahora **todo el mundo** iba a convertirse en rentista [...] com una infinita variedad de manera de animar a los ciudadanos a jugar en el mercado, pero, al mismo tempo, animarles a pedir prestamos” (Graeber, 2012, p. 497).

Em sua grande maioria, as críticas ao neoliberalismo se resumem a críticas às privatizações, políticas de austeridade e de flexibilização do trabalho, tendo as finanças um caráter predatório (como apresentado anteriormente), sem compreender como esse período representa novas formas de relações sociais capitalistas, com novas formas de controle, tanto diretamente e fisicamente, como subjetivamente nas novas formas de ser social. A intensificação da subordinação dos trabalhadores assalariados às pulsões das relações capitalistas se dá não apenas por cortes salariais e de benefícios, mas também pela própria forma como as pessoas se redefinem em sociedade. Na passagem do fordismo-keynesianismo para o neoliberalismo financeirizado houve uma enorme intensificação da exploração do trabalho, tanto externa, como interna ao indivíduo, ao que se coloca internamente uma espécie de recompensa crescente do consumo de novos produtos tecnológicos no capitalismo, os quais são garantidos não mais pelos salários, mas pelo crédito (McNally, 2011; Graeber, 2012). Obviamente essa relação de dominação não é unidimensional, mas um processo de luta, como será apresentado no próximo capítulo.

O poder das finanças desreguladas em alterar as formas dos Estados Nacionais durante as décadas de 1980 e 1990 será, em realidade, uma das formas desse novo modo de controle do capital sobre o trabalho, o que mostra como em realidade o Estado é uma forma do poder das relações capitalistas¹⁰⁹. A força das finanças desreguladas como um “policial” (Bonefeld, 1992) no mercado mundial, em realidade significa o crédito e as finanças como a nova forma de controle sobre o trabalho, o que será construído por alteração dos próprios Estados Nacionais¹¹⁰,

¹⁰⁹ “*The form of the state is thus to be seen as a distinct mode of existence of exploitation in that the state internalizes in its historic development the preservation of the substance of value (living labour); the state mediates capital’s dependence on the reproduction of labour power within the limits of capital. The state attains historical existence in the dialectical process of these functions arrogated by the state. The development of the state needs to be seen as one in which the contradictory unity of surplus value production is processed in a political form, as a moment of the same process of class struggle: social reproduction as, and in and against, domination*” (Bonefeld, 1992, p. 119).

¹¹⁰ “*processes of international restructuring are undertaken by national states in an attempt to reimpose tighter labour discipline and recompose the labour/capital relationship. Global capitalism is still structured as an antagonistic state system and many of the changes that characterize the global political economy are introduced by states in an attempt to solve problems that have their roots in labour/capital conflict*” (Burnham, 1996, p.10).

como introdutores das suas desregulações, privatizações e destruições dos programas de bem-estar social. O neoliberalismo não é uma teoria falha da sociedade capitalista como querem ver muitos críticos das políticas monetaristas¹¹¹. Mais do que isso: é um momento singular de um período histórico, devendo ser compreendido a partir das formas de exploração e dominação no sistema capitalista.

Por meio da financeirização com o crédito internacional desregulado se modificaram as formas dos Estados capitalistas, não mais com o papel de garantidor dos salários, pleno emprego e bem-estar social, mas como garantidor da expansão do crédito (e, conseqüentemente, da dívida) interno, assim como das transformações do trabalho para aumento da exploração¹¹². Por meio das finanças como forma de dominação do Estados dentro do mercado mundial ocorre também a dominação sobre os seres humanos, implantando novas formas de exploração das relações capitalistas sobre o trabalho.

Na próxima seção será tratada de maneira mais detalhada as particularidades da financeirização como forma de dominação das relações capitalistas sobre o trabalho, enfatizando as formas particulares (em relação aos modelos fordistas-keynesianos) de resolução desse conflito. Em seguida, na última seção deste capítulo, serão apresentados certos desdobramentos da financeirização como dominação, os quais foram gestados tanto na consolidação do neoliberalismo, quanto em seus desenlaces ao longo das últimas décadas.

¹¹¹ “The point for neoliberalism is not to make a model that is more adequate to the real world, but to make the real world more adequate to its model” (Clarke, 2005, p. 58).

¹¹² “Finance, in its modern sophisticated version, is something much more than accumulated liabilities and increased indebtedness. It presupposes a great amount of investment in mainstream research and financial innovation and it is based on major institutional developments, economic strategies, and state regulations within capitalist societies, which all have their own unique history, institutional pace, and temporality. In this sense, the history of finance can by no means be reduced to a mere reflection of the historical pattern of the profit rate. The authors, who see finance as so “flexible” that it can nicely and immediately fill the gaps caused by underconsumption if and when they arise, fail, in fact, to understand the true nature of finance in capitalism” (Sotiropoulos et al., 2013, p. 139).

Finanças, crédito e subjetivação: novas formas de dominação das relações capitalistas no neoliberalismo.

As críticas atualmente dirigidas às abordagens pós-estruturalistas (pejorativamente pós-modernas) contém um significado análogo à crítica da economia política cunhado por Marx no século XIX. O objetivo de Marx com a crítica da Economia Política era, exatamente como diz o seu título, realizar uma crítica. Entretanto, não nos mesmos termos dessas teorias. No *Capital*, Marx não pretende desenvolver as categorias e argumentos de David Ricardo (e os demais economistas políticos) nos mesmos marcos teóricos. Pelo contrário: busca apresentar como essas categorias são formas objetificadas (fetichizadas e fetichizantes) da sociedade capitalista¹¹³.

A partir dos anos de 1970 e 1980 as teorias ditas pós-estruturalistas, assim como a emergência de uma visão de mundo “pós-estruturalista” passam a deter um papel de destaque dentro das ciências e das lutas sociais. Contudo, além da importância de compreender essas teorias em si e suas descrições das novas formas de dominação social, há uma grande necessidade em entender a própria emergência dessa teoria social como visão de mundo, assim como os processos de objetificação das lutas de classes no interior das relações capitalistas, uma vez que partem de uma descrição autonomizante das formas de poder. Assim como o conflito distributivo é um fenômeno objetivo, porém objetificado nas categorias econômicas, como nos mostrou Marx, um fenômeno análogo ocorre com a categoria biopolítica de Foucault,

¹¹³ Entender a complexidade do debate sobre a moeda, a taxa de juros, o trabalho, o excedente e o valor nos economistas políticos clássicos era para Marx compreender as formas da contradição da realidade social, as quais mascaravam as formas de contradição da dominação. “*It is for this reason that Marxism is neither a theory of oppression/domination nor an economic theory, but a theory of the contradictions of social reality and, as such, a theory of the historical movement of the contradiction of domination*” (Bonefeld, 1992, pg. 104). Longe de construir um sistema ou esquema de compreensão do movimento dessas categorias, o *Capital* de Marx nos ensina como a autonomização aparente do movimento do capital (e de suas formas categoriais) é em si um processo de dominação da contradição da forma capital-trabalho. A própria descrição dos movimentos das taxas de juros e dos fluxos de capitais estaria escondendo a sua contradição motora, o que em outras palavras significa dizer estar escondendo o próprio processo da contradição de exploração que move essas categorias.

Deleuze e Gattari¹¹⁴. Durante e após os anos 1970 o processo de normatização contido na categoria de biopolítica de Foucault se tornará, em suas novas formas, muito mais explícito. O estudo da categoria de biopolítica não deve ser no sentido nem de sua negação como realidade objetificada, nem da sua derivação como processo autônomo. Em termos de teoria crítica, como concebida por Marx, deve ser compreendido uma crítica da biopolítica¹¹⁵, em que, como categoria objetificada, esconde e apaga o antagonismo fundante entre capital e trabalho nas relações sociais capitalistas¹¹⁶, mas ao mesmo tempo também nos revela as novas formas de dominação do capital sobre a vida humana.

Desde seu livro “Vigiar e Punir” de 1975, o pensamento de Michael Foucault passa por uma guinada, em que sobressai a sua intenção de compreender as novas formas de dominação, “tecnologias de poder”, que surgem na virada do século XVIII, como novas formas de uma “soberania política sobre a sociedade como um todo” (Collier, 2011). A partir de 1976, Foucault passa a desenvolver o conceito de biopolítica¹¹⁷, pelo qual o Estado e a dominação social em totalidade passam a ter uma maior centralidade. Nas primeiras elaborações Foucault desenvolve a ideia de como, a partir do século XVIII, se construiu uma nova forma de poder e controle

¹¹⁴ Para uma boa introdução a obra desses autores, assim como ao conceito de “biopolítica”, ver Deleuze (1986), Foucault (2008) e Giorgi e Rodríguez (2009), com uma coletânea de artigos sobre as categorias de “biopolítica” e “governamentalidade”.

¹¹⁵ Como argumentaremos ao longo deste capítulo, as categorias de Foucault de biopolítica e governamentalidade não serão trazidas aqui em seu mesmo sentido ou tentando aprofundá-las, mas buscando compreender como se constrói objetificadamente essas categorias a partir da contradição entre capital e trabalho, por isso a leitura aqui apresentada terá divergências mesmo com as concepções marxistas da obra de Foucault, como os trabalhos de Balibar (1997) e Althusser e Balibar (1997), que intentam transladar a normatização do indivíduo dentro das estruturas de dominação capitalista. A intenção aqui é compreender a partir das lutas, da contradição entre as relações sociais capitalistas, como essas categorias se solidificam em novas estruturas de dominação, por isso a objetividade dessas categorias não podem ser simplesmente pressupostas, tendo movimentos autônomos.

¹¹⁶ “*No one working within Foucault’s analytical paradigm could ignore this type of question. (...) The social totality (even in the case that it is superficially approached as a sum of disciplined bodies) does not have a center, a heart, a universal spirit: if one cuts through it with a “knife” they will not discover any essence*” (Sotiropoulos et al., 2013, p. 164). A forte posição de Foucault em assinalar uma não existência de uma essência na sociedade capitalista o impede de compreender os processos de dominação que descreve como formas da contradição capital-trabalho, perdendo o sentido da totalidade das relações capitalistas.

¹¹⁷ “Segundo uma interpretação dominante, com a introdução da biopolítica em 1976, Foucault simplesmente deslocou seus já existentes instrumentos para o estudo de um novo objeto: o Estado. Nessa perspectiva, as conferências de 1978 (*Segurança, território e população*) e 1979 (*Nascimento da biopolítica*) serviram para estender seu projeto, fornecendo uma genealogia da biopolítica e uma análise do governo político utilizando as ferramentas do esquema anterior de ‘conhecimento poder’” (Collier, 2011, p. 246).

social, agora não mais sobre o “corpo”, mas sobre a “alma” do indivíduo, em como ele próprio se constitui como ser humano¹¹⁸. A passagem dos anos de 1970 e 1980, em que grande parte dessa abordagem foi constituída, significou um grande avanço dessas novas formas de poder, em que esse controle não mais sobre o corpo, mas sobre a constituição da própria vida, se tornou um elemento central.

A “biopolítica” em Foucault como forma de “governamentalidade” coloca a formação emergente de um controle que se dá pela multiplicidade dos homens, não mais como corpos individuais, mas ao contrário, como membros de uma população, em que a dominação passa a ser exercida pela própria forma como as pessoas se constituem como ser humano. Contudo, apesar da importância dessa descrição da emergência de novas formas de dominação, a abordagem foucaultiana se restringe a descrever as diferenças do processo de dominação social¹¹⁹, sem buscar compreender como se fundam em uma relação interna contraditória entre as formas antagônicas da sociedade capitalista. Ao realizar essa construção categórica que prima pela diferenciação das formas normatizantes de poder social¹²⁰, acaba por apagar a contradição de luta existente nessas categorias. O desenvolvimento das formas de dominação social deve ser visto dentro da sociedade capitalista, em que partem das formas de contradição da relação entre a acumulação e reprodução das relações capitalistas em forma de biopolítica¹²¹ (Osório, 2006).

¹¹⁸ “Now I think we see something new emerging [...]: **a new technology of power, but this time it is not disciplinary**. This technology of power does not exclude the former, does not exclude disciplinary technology, but it does dovetail into it, integrate it, modify it to some extent, and above all, use it by sort of infiltrating it, embedding itself in existing disciplinary techniques. [...] Unlike discipline, which is addressed to bodies, the new nondisciplinary power is applied not to man-as-body but to the living man, to man as-living-being; ultimately, if you like, to man-as-species” (Foucault, 2003, p. 242-243).

¹¹⁹ “In order to liberate difference we need at thinking without contradiction, without dialectics, without negation: a thinking that says ‘yes’ to difference, an affirmative thought that uses disjunction as a tool; a thinking of the multiple – of the dispersed and nomadic multiplicity which does not limit nor regroup any of the coactions of that which is the same” (Foucault, 1999, p. 32-33).

¹²⁰ O perigo da liberalização da diferença, por sua vez, também se coloca, dado a coexistência não-antagônica (não negativa) das diferenças em multiplicidade, o que leva a um liberalismo, a uma “*beautiful soul*”. Para uma defesa da importância da dialética negativa como necessidade ontológica da sociedade contraditória e antagônica capitalista, ao invés de uma “liberalização da diferença” por métodos descritivos. Ver: Bonnet, 2009.

¹²¹ “Desde esta perspectiva, el pequeño paréntesis de reapropiación del trabajador de su existencia deja de ser tal, para convertirse en un tiempo de reposición que reclama el propio capital. Es en estas coordenadas donde se

A formação dessa normatização social pela biopolítica em suas distinções do pós-guerra para o denominado período neoliberal não devem ser reduzidas à diferenciações dada por uma espécie de fricção entre *microprocessos*, mas na própria contradição da luta entre as relações capitalistas sobre o trabalho, como mostrado na seção anterior com a crise do período denominado fordismo-keynesianismo. A capacidade das relações capitalistas de se imporem sobre o trabalho por um controle via salários e benesses sociais para uma elite operária desmoronou no começo dos anos de 1970. A normatização do ser social capitalista como operário padrão sindicalizado da grande indústria se dissolve com as revoltas culturais do final dos anos de 1960 e 1970. A incorporação de uma massa populacional crescente ao reino do consumo massificado, assim como seu controle em aumento de níveis de exploração, impôs às relações capitalistas novas formas de normatização do indivíduo, nas quais a financeirização terá um papel crucial com a inserção do indivíduo como uma empresa competidora¹²².

No sistema tipificado como fordismo/taylorista o trabalho era “dominado” pelas relações capitalistas por meio da centralidade do vínculo salarial, em que esse se tornava o ponto nodal como forma de resolução da própria contradição interna desse processo. A todo instante o antagonismo entre capital e trabalho se instanciava, principalmente, por uma “subsunção formal”¹²³, cujo aspecto concreto do trabalho, que nega sua subordinação ao capital, é “vencida” em termos formais salariais. Com a crise dos anos 1970, essa centralidade do salário, ou seja, da “subsunção formal”, passa a dar lugar para uma nova forma de dominação, de subordinação (subsunção) do trabalho antagonico em relação às relações capitalistas.

encuentran los puntos nodales del poder del capital sobre la vida y la base de una teoría del biopoder en el capitalismo. Ellos constituyen, sin embargo, los puntos ciegos de las reflexiones de Foucault y de Agamben, proyectando una sombra que cubre sus discursos, más allá de las virtudes y nuevos horizontes que sus análisis han abierto sobre el tema” (Osório, 2006, p. 81).

¹²² “The Benthamite subject was the calculating figure of the Market and the productive person of industrial organizations. The neoliberal subject is a competitive person, wholly immersed in global competition” (Dardot & Laval, 2010, p. 2).

¹²³ *Subsunção*, dos quais se derivam suas formas “formal” e “real”, é o termo utilizado por Marx no seu “Capítulo VI” do *Capital* para indicar a relação entre o trabalho e o capital, na intenção de ressaltar o antagonismo existente, por isso não apenas subordinado nem contrário, dado o trabalho ao mesmo tempo se submeter e se rebelar contra as relações capitalistas.

A forma disciplinatória externa, que ocorria no período fordista, passa a dar lugar a uma nova forma normatizante. Dentro da fábrica isso pode ser visto pela desarticulação da produção fordista em série e com uma estrutura fixa, para a passagem de uma nova produção mais automatizada, com intensa utilização da robótica e de novas tecnologias computacionais e informacionais, em que a organicidade do trabalho passa a ser um elemento chave. A própria concepção da ideia do trabalho não é vista mais como um elemento externo dentro da fábrica, sendo o trabalhador uma parte orgânica constituinte da produção. Como será mostrado, essa relação externa que constituía a subsunção formal caminha fortemente nas transformações neoliberais dos anos de 1970 e 1980 para uma subsunção real¹²⁴, na qual a força de trabalho passa a ser transformada em capital não mais de forma externa, mas agora internamente em sua própria subjetivação social na formação do indivíduo capitalista neoliberal.

A expansão creditícia que se tornou necessidade nos anos de 1970, nos anos de 1980 adquire a forma de financeirização como forma de dominação das relações capitalistas sobre o trabalho, em que a efetivação do controle do trabalho pelo capital passa a depender cada vez mais das formas financeirizadas assumidas por este último¹²⁵. Na seção anterior, buscou-se explorar como essa dominação ocorre sob a forma Estado, com suas modificações para uma nova lógica dentro das relações capitalistas, agora não mais como garantidor dos salários e do bem-estar social, mas como elemento responsável por manter a expansão creditícia e de um regime de austeridade (manutenção essa cuja motivação imediata de estimular o investimento capitalista pela sustentação de altas taxas de rendimento – e, portanto, de exploração). A nova

¹²⁴ “O que muda é a forma de implicação do *elemento subjetivo* na produção do capital, que, sob o taylorismo/fordismo, ainda era meramente formal e com o toyotismo tende a ser real, com o capital buscando capturar a subjetividade operária de modo integral” (Antunes, 2004, p. 344).

¹²⁵ “*In the West, one of the key mechanisms for promoting individual responsibility has been financialization: the expansion of credit markets enables citizens better to ‘manage risk’, with personal and household debt serving in theory both to liberate citizens from dependency on a retreating state and to discipline the feckless. These same doctrines of individual responsibility and risk management have also been advanced across much of the global South, most prominently by international financial institutions, development agencies and NGOs*” (Lavinias, 2013, p. 7).

forma do Estado, por meio dos processos de normatização do indivíduo, também passa por uma nova forma de subjetivação. Assim, o ser humano, já como indivíduo, não é mais colocado em um aparato disciplinar externo a ele, em que se constitui uma série de instituições e organizações responsáveis por moldar esse indivíduo.¹²⁶

O Estado capitalista, em sua forma neoliberal, adquire ainda mais força para destruir antigas ordens construídas no pós-guerra e erguer novas formas de sociabilidade que se constroem com uma aparência despolitizada, na medida em que parecem se dar meramente pelo mercado. O Estado neoliberal não arca mais diretamente com a geração e formação dos indivíduos, agora passa a garantir os mecanismos para o mercado realizar esse papel, como a privatização de seu aparato social ao mesmo tempo que garante o acesso capitalista desses meios via crédito. Nessa sociedade neoliberal, o indivíduo passa a ser seu próprio realizador, o próprio responsável pela geração das suas especificidades. A disciplinar do pós-guerra, com a importância da família e o respeito a certos códigos e instituições, passa a dar lugar a uma competição desenfreada, em que cada indivíduo passa a ser o gerente de seus “próprios ativos”¹²⁷.

¹²⁶ Embora esse modo particular de subjetividade atinja seu nível máximo de desenvolvimento apenas no momento neoliberal, é importante ter em mente como ele já se constitui como potência da sociedade capitalista desde sua constituição moderna. A normatização do indivíduo, que se transforma com a explosão de suas formas financeirizadas, já está presente como tendência muito antes de Reagan e Thatcher chegarem ao poder (Sotiropoulos et al., 2013). O indivíduo como empresa, tendo o Estado como a forma de *Vitalpolitik* (política da vida não para vida), já estava presente nas discussões do ordoliberalismo alemão que se colocavam críticos a República de Weimar (ver: Bonefeld, 2012). Como nos apresenta Bonefeld (2012), os principais teóricos do ordoliberalismo já defendiam um Estado forte no sentido de possibilitar a coordenação social pela lógica do mercado, em que o trabalhador poderia adquirir fundos disponíveis para se tornar um “pequeno capitalista”. “*The worker must ‘be able to acquire freely disposable funds and become a ‘small capitalist’, possibly by being given the opportunity of acquiring stocks’ or have a ‘share in the profits’ (ibid.) [...] The idea of the worker as a small capitalist, or the stakeholder society, was not to enrich the worker. In fact, it was to allow ‘wage elasticity’ (Röpke, 2009, p. 33), encourage greater enterprising effort, bestow upon workers the values of ‘self-reliance, independence, and responsibility’ (Müller-Armack, 1976, p. 279). With the ownership of private property comes responsibility, and with responsibility comes freedom*” (Bonefeld, 2012, p. 154).

¹²⁷ “*For the neo-subject, the target of the new power is the desire to realize oneself, the project one wishes to pursue, the motivation that inspires the ‘collaborator’ of the enterprise, and, ultimately, desire by whatever name one chooses to call it. For the aim of the new practices for manufacturing and managing the new subject is that individuals should work for enterprises as if they were working for themselves, thereby abolishing any sense of alienation and even any distance between individuals and the enterprises employing them. [...] Neo-management is not ‘anti-bureaucratic.’ It corresponds to a new, more sophisticated, more ‘individualized’, more ‘competitive’ phase of bureaucratic rationalization*” (Dardot & Laval, 2010, p. 3).

Os altos custos do pós-guerra em controle dos seres humanos para garantir as formas capitalistas de relação social se diluem com a normatização do “indivíduo como empresa de si mesmo”¹²⁸. A forma de emprego dito “fordista”, com estabilidade institucional e garantias de crescimentos salariais constantes, é rompida, para o estabelecimento de novos instrumentos de concorrência, o que demanda uma constante “auto melhora” ou “auto capacitação”. A racionalização do desejo e do esforço se torna centro no processo de transformação do *empresariamento* pessoal.

O “indivíduo capitalista” se constitui a partir do consumo de forma ainda mais intensificada do que no período dito fordista. O indivíduo como empresa “não possui mais saciedade”¹²⁹, dentro do *espetáculo* diário das novas tecnologias sociais¹³⁰, a nova subjetivação é posta para produzir e consumir sempre mais. As barreiras ao consumo existentes na sociedade ditadas pelo fordismo-keynesianismo passam a ser retiradas de forma intensificadas¹³¹. A centralidade do “salário keynesiano” como forma do consumo recompensar o “trabalho fordista” é cada vez mais diminuído da sociedade neoliberal. Com o indivíduo como uma empresa, o consumo passa a ser seu fim último, em que o espetáculo das tecnologias sociais

¹²⁸ “*The main innovation of neoliberal technology precisely consists in directly connecting the way a person ‘is governed from without’ to the way that ‘he governs himself from within. [...] In the new world of the ‘developing society’, individuals must no longer regard themselves as workers, but as enterprises that sell a service in the market*” (Dardot & Laval, 2010, p. 4, 5).

¹²⁹ Não há aqui uma defesa estoica da existência de uma necessidade humana natural, mas ao contrário, ou seja, como a necessidade é construída socialmente dentro de cada momento histórico.

¹³⁰ A noção de espetáculo é aqui baseada na obra de Guy Debord (1997), o qual deve ser compreendido como uma nova forma de fetichismo que se concretiza na sociedade capitalista contemporânea. “*In contrast to the first stage of the historical development of alienation, which may be described as a downgrading of ‘being’ into ‘having’, the spectacle is characterized by a subsequent downgrading of ‘having’ into ‘appearing’*” (Jappe, 1999, p. 6). A análise de Debord, portanto, é baseado no empobrecimento cotidiano da experiência da vida, em que a sua fragmentação em um nível crescente de esferas, com o desaparecimento de qualquer noção de sociedade, terá sua reunificação justamente no espetáculo, contudo uma unificação no nível das imagens. A sociedade se desfaz na sua aparência concreta para a emergência do indivíduo dentro do espetáculo. Contudo, esse espetáculo, não é a totalidade da sociedade, mas uma parte distorcida, a qual se apresenta como totalidade, passando a ter, portanto, o domínio sobre o todo. Esse espetáculo não refletirá a sociedade, muito menos a organizará em sua unidade, essa reunificação com nova organização se dará com a dominação da parte pelo todo. Portanto, com uma subordinação de tudo para os seus próprios requerimentos, ocorrendo uma falsificação “real”, no sentido de se materializar na vida concreta, tornando o indivíduo espetacular uma imagem a sempre ser buscada.

¹³¹ “*capitalism uses families, schools, the media, and criminal justice to inculcate the cultural practices and norms that keep the system ticking over. In important measure, neoliberalism was a response to a perceived weakening of all these mechanisms—economic, social, and cultural—meant to impose and inculcate market discipline*” (McNally, 2011, p. 115)

transforma em uma espécie de “mais consumo”¹³². Os limites da “elite operária fordista”, ao menos em sua aparência espetacular, são retirados da reprodução capitalista, abrindo pela expansão creditícia a subjetivação da aparência da possibilidade da inclusão meritocrática de toda a população, mesmo sendo um negro do Missouri nos EUA ou um indígena *chiapaneco* no México.

O “indivíduo” não possui mais o ideal de um cálculo de utilidade em que encontraria uma oposição entre prazer e dever. Agora, a busca pelo mais é constantemente crescente. O reconhecimento da psique se torna central, tornando passível o processo de auto melhora e de busca por uma transformação e aperfeiçoamento constante, o que pode ser exemplificado pela ideia de autoajuda. A própria personalidade e o “fator humano” se transformam em um ativo econômico, passivo de ser transformado e “trabalhado” para um “melhor” rendimento¹³³.

A imagem espetacular que se forma é de uma sociedade em que não há perdas, em que a pobreza não é castradora da liberdade, ao contrário, a dificuldade financeira se torna um estímulo competitivo para um maior desenvolvimento do indivíduo. O “indivíduo neoliberal”

¹³² A incorporação de novas tecnologias na sociedade é um elemento crucial desse processo. Como mostrado na seção anterior, a incorporação das novas tecnologias é um fator importante na própria motivação interna de novos investimentos produtivos, as quais se incorporam dentro da lógica concorrencial pela participação no mais valor social. Contudo, essas novas tecnologias, além de revitalizarem a reprodução das relações capitalistas na busca por valorização do capital, também passam a exercer papel importante nas novas formas de controle e dominação, em que a própria subsunção do trabalho se torna cada vez mais intermediada por essas tecnologias. Desde o *peão* de fábrica que passa a ser gestor operacional de máquinas sofisticadas, até os trabalhadores 24 horas por dia disponíveis em setores de serviços por meio das novas formas de comunicação, as novas tecnologias se tornam um espaço central de intermediação social. Diferentemente das ideologias dominantes, estas tecnologias não podem ser compreendidas como um elemento aleatório escolhido ao acaso pelas “forças invisíveis” do mercado. Elas podem até serem invisíveis em sua forma social, mas como já nos mostrou Marx e temos sustentado ao longo deste trabalho, essas forças estão longe de serem inexistentes, sendo em realidade formas da contradição antagônica do capital sobre o trabalho. Dessa forma, o próprio desenvolvimento das novas tecnologias, como o caso claro das novas formas de comunicação e das “tecnologias de vestir”, estão inseridas nesse processo de subsunção crescente do ser humano às relações capitalistas.

¹³³ “Como ideologia, implica que no sólo los mercados, sino el capitalismo (he de recordar continuamente al lector que no son la misma cosa) se convierten en el principio organizativo de casi todo. Deberíamos pensar, cada uno de nosotros, en nosotros mismos como en minúsculas corporaciones, organizadas en torno a la misma relación entre inversor y ejecutivo: entre la fría y calculadora matemática del banquero y el guerrero que, endeudado, ha abandonado cualquier noción personal de honor para convertirse en una especie de máquina desgraciada.” (Graeber 2012, p. 498).

não pode perder, pois sendo uma empresa, acumula capital para os detentores de ativos usufruírem na forma de mais consumo.

O indivíduo neoliberal, como uma empresa, não mais como um operário fordista sindicalizado e com benefícios sociais keynesianos, passa a conceber suas decisões como algo estritamente privado, constituído em meio a uma aparente total individualização das decisões e dos ganhos. Essas decisões estritamente privadas (“aparentemente”) colocam o indivíduo, como qualquer empresa no capitalismo, em meio a um constante risco. A incerteza, sendo inerente ao futuro do ser humano, assume na sociedade capitalista a forma do risco; e essa forma é indissociável da responsabilidade social. A incerteza só assume a forma do risco quando os eventos futuros são concebidos como consequências das ações tomadas por “indivíduos livres” (Luhmann, 2005). Assim a “risquicidade” (*riskness*), ao contrário da incerteza, não é um atributo do mundo, mas um atributo do curso de ação que o sujeito da “vontade autônoma” “decidiu” seguir. Quando a incerteza assume a forma de risco, o indivíduo se torna o responsável por gerir esse risco. O risco da sociedade capitalista, antes restrito às empresas, passa agora a fazer parte da normatização da conduta do próprio indivíduo.

A expansão creditícia, em sua forma financeirizada, levou à criação de uma série de novos “produtos financeiros”, os quais possibilitaram um novo adensamento das relações sociais capitalistas. A formação dos enormes mercados de derivativos¹³⁴ e de securitização¹³⁵ possibilitaram novos processos de dominação via normatização, o que se configuram internamente como uma nova forma de construção do ser social. No neoliberalismo o

¹³⁴ Como descrito na seção anterior, o mercado de derivativos explode com o descolamento do dólar do padrão ouro e a enorme volatilização dos mercados cambiais, o que impulsiona os agentes financeiros a criar mecanismos de proteção contra as variações futuras dos preços das moedas. Esses mecanismos financeiros de precificação e proteção futura, quanto as variações, constituirão os chamados derivativos.

¹³⁵ De forma sucinta, securitização consiste em pegar todas as formas de débitos possíveis (hipotecas, dívidas corporativas, no cartão de crédito, estudantis, no projeto “minha casa minha vida”, nos carnês das casas Bahia, “dívida-não-importa-qual”) e reempacotar como um título securitizado, com novos prazos de vencimento e novos riscos de não pagamento, o quais podem ser comprados e transacionados livremente.

gerenciamento do risco sai do estado social para o indivíduo por meio da formação de novos produtos e empresas que disponibilizam mecanismos para o gerenciamento individual¹³⁶.

A financeirização terá um papel central no processo da nova normatização do sujeito capitalista como uma empresa envolta em riscos, o qual coloca de forma clara a relação das finanças com a exploração. Como já nos ensinava Hilferding (1981), a finanças é uma característica inerente às relações capitalistas, não sendo nem uma distorção das reais formas de produção de valor, nem um movimento autônomo externo às formas de produção de mais valor. Pelo contrário: as finanças se configuram como o próprio processo de mercantilização do futuro do qual decorre a imposição das relações capitalistas sobre a vida. A importância não está em ter o preço correto do futuro, mas de poder realizar um cálculo objetivando a incerteza em forma de risco futuro, criando dessa forma a possibilidade de objetificar o futuro em diversas opções de compras distintas¹³⁷.

As finanças não devem ser compreendidas como uma forma parasita, como em Veblen (1980), ou simplesmente rentista (como no “keynesianismo”) das relações capitalistas de produção¹³⁸. As finanças possuem um papel crucial em construir uma objetificação do futuro, ou seja, por meio da fetichização das relações sociais futuras, já criam base para a reprodução das formas de exploração no presente¹³⁹. Os preços financeiros reproduzem, “eficientemente”

¹³⁶ “What is involved is the social and political manufacture of individualized risks, such that they can be managed not by the social and political manufacture of individualized risks, such that they can be managed not by the social state, but by those increasingly numerous and powerful enterprises which offer strictly individual ‘risk management’ services” (Dardot & Larval, 2010, p. 7).

¹³⁷ “Hence, the crucial role of finance is not only to channel savings into investment; even more importantly, its role is to measure the efficiency of capital when the future is not known.” (Sotiropoulos & All 2013, p. 89).

¹³⁸ Fixados na aparência do processo financeiro, muitas abordagens (como as pós-keynesianas) ‘percebem’ as finanças como uma contradição entre a esfera real da produção e uma disfunção que possibilitaria um ganho sem investimento produtivo. A compreensão dessa aparência esconde ver que mesmo o ‘capital fictício’ para se valorizar necessita passar pela criação de valor e mais valor, contudo para sua realização precisa dialogar com a prospecção do futuro, por isso como já enfatizava Hilferding, as finanças são uma característica intrínseca do próprio sistema capitalista.

¹³⁹ Fetichização aqui assinalada, como já apresentado anteriormente, não significa algum tipo de fenômeno social subjetivo baseado em ilusões e superstições, ao contrário, representa uma construção social real a qual acaba por apagar ou esconder como foi construída, tendo a aparência de um fenômeno natural. No caso a cima assinalado, a fetichização estaria na construção das relações sociais futuras como relações capitalistas como algo naturalizado através das finanças, apagando a construção de luta pela qual essa realidade é construída. “It is “fictitious,” not in the sense of imaginary detachment from real conditions of production, as is usually suggested, but “fictitious” in

ou não, as próprias relações sociais capitalistas tendo, portanto, uma função ativa dentro da organização da exploração capitalistas (Sotiropoulos et al., 2013).

A partir dos anos de 1980, com a intensificação do processo que aqui denominamos de financeirização, as finanças passarão a ter nova forma para a dominação da relação capitalista sobre o trabalho. Por meio dos mecanismos de derivativos e securitizações, elas saem apenas da relação entre Estados e entre empresas, para entrar dentro das casas, para não mais normatizar apenas as escolhas das empresas e dos Estados, mas também para reproduzir de forma objetificada o futuro dos “indivíduos empresa” do neoliberalismo, em que o controle não ocorre essencialmente de forma externa, mas interiorizada pelo próprio indivíduo (“governamentalidade”).

A reificação das relações sociais como produtos financeiros as coloca como experiências já quantificáveis nos contextos de falsa representação da positivização do comportamento humano. A financeirização da vida constrói uma imagem objetificada como se todos os atos individuais fossem passíveis de cálculos por meio das finanças. Da educação dos filhos até a graduação e pós-graduação, do casamento até a casa própria, do plano de saúde até a viagem de final de ano em família, o determinante principal se tornou o risco financeiro envolvido com o parcelamento desses *planos de vida*. Todo cálculo financeiro e de estimação, por sua vez, da forma e objetifica a realidade das relações sociais futuras, impondo para os indivíduos uma maneira de agir e pensar o futuro já naturalizando as relações de exploração e de consumo.

the sense that it reifies the capitalist production relations. (...) Marx introduces the concept of fictitious capital, and speaks of fetishism, when he gives an account of the social nature of financial markets. He wants to underline the fact that capital assets are the reified forms of the appearance of the social relation of capital, and so their valuation is associated with a particular organic representation of capitalist relations. They are objectified perceptions, which obscure the class nature of capitalist societies and call forth the proper mode of behavior required for the effective reproduction of capitalist power relations.” (Sotiropoulos & All 2013, p. 150).

A financeirização, portanto, impõe aos indivíduos uma determinada forma de consciência e de comportamento, o que a configura como uma nova forma de dominação e exploração, agora autogerida pelo indivíduo e de maneira a se intensificar nas projeções futuras. Por meio da financeirização como tecnologia de poder¹⁴⁰, a imposição do capital sobre o trabalho ganha uma nova escala, em que o indivíduo não se entende mais como operário, agora como *empresa* sua própria forma de luta de classe é aparentemente apagada pela incorporação de seus novos ativos financeiros como forma de vida.

As transformações das formas de dominação capitalista as quais se tornam mais extensas e intensas, por serem intrinsicamente dependentes do “trabalho concreto” nunca são totais, o que impõe as contradições e conflitos antagônicos¹⁴¹. O próprio processo de transformação social com a formação dessas novas formas de sociabilidade capitalista se constrói sobre uma série de contradições e limites, os quais se originam da própria luta contra a imposição do capital. A luta contra a imposição capitalista se dá tanto nos aparatos sociais para construção das novas formas de dominação social, quanto na própria luta contra a capitalização da vida, como forma do “fazer humano” contra a imposição do trabalho abstrato (Holloway, 2002).

O indivíduo capitalista, como descrito nessa seção, não passa de uma aparência objetificada da relação capitalista, a qual tem por característica esconder a “constelação social”

¹⁴⁰ “The risk profile of a wage earner depends heavily on his or her docility in the face of the reality of labor relations. It seems reasonable to argue then, that normalization on the basis of risk **does not impose disciplinary roles but rather tests and reinforces compliance with them**. In this fashion, normalization on the basis of risk is innate in the workings of financial markets and amounts to a specific technology of power imposed upon market participants for the purposes of organizing the workings of capitalist social power relations, to make their functioning more efficient and well-targeted” (Sotiropoulos et al., 2013, p. 168).

¹⁴¹ Obviamente esse processo de subjetivação, coisificação, fetichização e alienação nunca é total, ao contrário, sempre ocorre marcado pela luta antagônica entre as relações capitalistas e a vida como trabalho, o que irá impor não só os limites para essas formas de dominação capitalistas quanto suas próprias crises, como mostraremos com maiores detalhes no próximo capítulo. “When capitalist market relations become widely normalized, states do not regularly have to behave in such blatantly brutal ways to keep their work forces in line. Much can be left to the quiet violence of the capitalist economy in which dispossession (owning no productive assets except for one’s ability to work) compels people to submit to the unyielding disciplinary regimes of wage-labor. But while much can be left to market discipline, not everything can. That is why law, police, prisons, and direct force remain omnipresent.” (McNally, 2011, p. 117)

formada pelos momentos aparentemente autônomos que se ergue por detrás desse “indivíduo” (Tischler, 2001). Por mais que haja a intensificação da dominação do trabalho abstrato sobre a vida, o indivíduo capitalista é sempre dependente de seu “fazer humano”, o qual se coloca de forma antagônica com o capital, pois ao mesmo tempo em que se subordina, também se rebela e se opõe. A forma capitalista de subjetividade, como forma de dominação do trabalho abstrato sobre o fazer humano, nunca vai se impor plenamente sobre a individualidade efetiva.

A própria existência de trabalho abstrato depende da reprodução do trabalho concreto, o que coloca intrinsecamente uma contradição para sua reprodução, que em muitos casos, principalmente em que a esfera financeira, possui um papel importante e adquire a forma de crise financeira. Por isso é importante salientar, como será visto de forma mais detalhada no próximo capítulo, que a crise financeira é apenas uma das formas dessa contradição inerente ao processo de reprodução das relações sociais. Contudo, antes de entrar nos limites dessa forma neoliberal do capitalismo e de suas contradições imposta pela luta de classe, na próxima seção será explorado um pouco mais as formas constituintes desse momento neoliberal, para nos auxiliar na compreensão e desenvolvimento do processo de crise capitalista na segunda década do século XXI.

Guerras e recursos naturais no neoliberalismo como forma de acumulação primitiva permanente

Durante os anos 1980 e 1990, a dívida tornou-se uma séria questão política e social em algumas regiões do mundo. Isto é verdade tanto a nível pessoal, quanto ao nível público. Contudo, a dívida é apenas um aspecto da mudança na percepção do dinheiro. Durante os anos 1980, em todo o mundo a tentativa de controlar a despesa pública, de baixar os salários, de expandir o trabalho a tempo parcial etc., significou uma subordinação mais direta de todos os aspectos da vida ao dinheiro. No contexto de um ataque concertado contra as disposições

coletivas, o acesso à medicina, à habitação, à educação, aos transportes etc. dependem muito mais diretamente da quantidade de dinheiro que possuímos. A reprodução dessa forma de controle social via dívida ocorreu pelo o que temos denominado, neste trabalho, de financeirização. Entretanto, essa nova forma das relações sociais capitalistas irá encadear uma série de transformações e requisitos para sua imposição como processo social orgânico e totalizante, o que compreende novas formas da categoria política Estado, assim como a forma de inserção de vários mercados, como as *commodities*, principalmente o petróleo.

O controle via financeirização precisa de um lastro e de um “veículo” para se propagar e impor sua lógica sobre as formas de relações sociais capitalistas. As próprias formas da reprodução das relações capitalistas se darão pelas formas financeirizadas, contudo essa expansão e intensificação dependerá de processos que sustentem a implantação dessa nova forma. Ao invés de naturalizarmos a emergência de processos econômicos como meros frutos da auto-organização das relações pautadas pelo mercado, a intenção desta seção é justamente tentar compreender as transformações no mercado mundial capitalista que estão por trás do que temos chamado de financeirização para visualizarmos as bases das novas formas políticas, estatais, sociais e subjetivas das relações capitalistas nessa virada de século, as quais já apresentam claramente seus limites e seu momento de crise, como será explorado no próximo capítulo.

No começo dos anos de 1970, o mundo ocidental se encontrava em um momento extremamente complicado dada a crise crescente do modelo instaurado no pós-guerra, tendo como marca maiores benefícios aos trabalhadores e o crescimento de um consumo de massa, que ficaram conhecidas como “keynesianismo” e “fordismo”. Os EUA em especial enfrentavam uma situação mais delicada, pois tendo sua moeda lastreada em ouro viam suas contas se deteriorarem com o dólar supervalorizado, o que se contrapunha aos avanços econômicos de países como Alemanha e Japão. Contas essas que já eram criticadas pelos gastos com a

fracassada guerra do Vietnam e com os custos da Guerra Fria com a URSS. Mais do que a crise que se instala nesse período, a sua solução será determinante para o período atual.

Em 1971, Richard Nixon pressionado para dar uma solução à crise que vinha enfrentando, resolveu retirar o padrão dólar-ouro, deixando as taxas de câmbio variarem livremente e tornar o dólar o padrão financeiro internacional lastreado simplesmente em sua própria “credibilidade”. Obviamente, essa medida não é algo trivial, impondo transformações profundas na economia mundial. Até a Primeira Guerra Mundial (1914), vigorou o padrão monetário internacional baseado no ouro e na libra inglesa, em que os países realizavam suas transações em uma proporção fixa entre ouro e libra. Assim, conforme os saldos comerciais (superavitário ou deficitário), os países se compensavam em ouro, de modo a buscar uma regulação cambial. No entre-guerras, esse padrão foi rompido, sem um acordo internacional amplo até o final da Segunda Guerra Mundial.

Em 1944, com a “Conferência de Bretton Woods”, definiu-se muito das diretrizes a serem seguidas pela economia mundial, como o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Gatt (Acordo Geral sobre tarifas Aduaneiras e Comércio) e o novo sistema monetário internacional, que ficou conhecido como padrão dólar-ouro. Com a supremacia norte-americana no pós-guerra, esse país impôs a sua moeda como o padrão em que o ouro se fixaria, ou seja, as relações internacionais ainda seriam atreladas ao ouro, mas em uma proporção com o dólar. Esse padrão se sustentou até 1971, quando os EUA, em uma decisão unilateral, abandonaram a relação do dólar com o ouro. Com a continuidade do dólar como padrão monetário, agora sem lastro em ouro, na prática, a moeda internacional passou a ser controlada totalmente por apenas um Estado. Dessa forma o padrão monetário “dólar-dólar” possibilita aos EUA, pelo estabelecimento dos títulos do seu governo e dos seus juros, impactar nas taxas cambiais de todo o mundo, dado os seus títulos se tornarem tão “líquidos” quanto o próprio padrão monetário internacional. Por fim, os Estados Unidos são libertados de qualquer

restrição externa, impondo-a aos demais países do mundo. A abundância de liquidez que acompanha a liberalização e a financeirização, ao invés de aliviar o balanço de pagamentos dos países ditos periféricos, amplia o espaço para especulação e arbitragem com os diferenciais das taxas de juros (Medeiros e Serrano, 1999).

A tendência de uma ligação mais profunda entre as economias nacionais já estava implantada nas relações do mercado mundial capitalistas desde o século XIX, sendo exatamente um dos fatores de sua crise que desaguaram no período das grandes guerras mundiais. A emergência dos EUA como grande potência do pós-guerra se configura exatamente nesse quadro de necessidade de uma nova forma de unidade do mercado mundial, em que a moeda na sua forma capital se torna cada vez mais o intermediador social geral. O dólar como padrão monetário universal, em realidade, será uma forma da moeda como capital dentro do mercado mundial. Tanto o dólar como moeda universal, assim como os EUA como poder hegemônico, são formas das relações capitalistas monetárias e políticas, respectivamente, que se configuram no decorrer do século XX (Bonfeld, 1995).

Visualizar os EUA como Estado-nação hegemônica, da qual as ações políticas e econômicas irradiariam as novas formações sociais capitalistas no mercado mundial, é um reducionismo político, em que se encarcera o Estado como uma esfera autônoma, sem compreender seu caráter político como uma forma capitalista de relações sociais¹⁴². O Estado, assim como as guerras e formas políticas atuais, não devem ser naturalizados e objetificados, mas compreendidos como construções sociais históricas. Para determinar a essência das coisas

¹⁴² Muitas das análises que caem nessa primazia dos Estados como os configuradores das relações expansivas são tomados por um certo conservadorismo naturalizante das relações de poder, em que consideram as formas de poder e dominação como algo natural da relação social, tendo por isso o Estado e a guerra a preponderância da totalização da sociedade. Dentro desse quadro de radicalização das relações de poder de Max Weber, a crise do dólar nos anos de 1970 seria “um objetivo buscado de forma consciente e estratégica pela política econômica internacional do governo norte-americano” (Fiori, 2004). A autonomização das formas de poder contidas nessas análises acaba por apagar todas as relações existentes por trás desse processo, em que se perde como os próprios Estados-nacionais e as guerras se configuram numa relação social determinada historicamente. Os Estados em busca de poder se formam pela guerra e para a guerra, caindo em uma relação circular em que o próprio estado de guerra se torna algo natural e ahistoricizante, perdendo a própria perspectiva de como as formas do Estado e da guerra se alteram na história das relações sociais – ver: Tilly (1996) e Fiori (2004, 2009).

em sua forma mais desenvolvida de aparência, significa, assim, que o Estado-nação como uma forma particular não deve mais ser tomado como o nível sobre o qual o movimento de capital deve ser analisado. Isso precisa ser feito por meio da análise do mercado mundial como uma totalidade (Braunmühl,1978), mas sem perder de vista o papel das formas Estado para a realização do valor no plano das aparências.

A crise do início dos anos de 1970 significou uma incapacidade de reprodução das relações capitalistas nos termos como se desenvolvia no pós-guerra, tendo os salários e o controle estatal como pontos centrais. A crise de reprodução capitalista tomou a forma de impossibilidade de manutenção das taxas de lucro das empresas e de uma explosão da dívida norte-americana, ao deixar de ter excedente de produção, dado ser através da fixação da sua moeda com o ouro que as taxas cambiais internacionais eram controladas. O descolamento do dólar em 1971 não pode ser explicado exclusivamente como uma política pensada ou programada do governo Nixon em buscar mais poder. O abandono do acordo de Bretton Woods significou o enorme descolamento do capital monetário das formas de exploração do trabalho¹⁴³. Como apontado nas seções anteriores, o descolamento do dólar e sua financeirização significou, em um primeiro momento, uma postergação da exploração do trabalho para o futuro, dada a sua incapacidade momentânea de realização da acumulação de capital.

O rompimento do dólar com os acordos de Bretton Woods provocou um aumento imediato na oferta de moeda internacional, tendo como efeito uma política expansiva com desregulação do mercado financeiro e aprofundamento do processo inflacionário com a desvalorização do dólar. Nesse contexto de inflação com o dólar se desvalorizando e a crescente demanda especulativa, os mercados de *commodities*, um após o outro (cobre, café, ferro,

¹⁴³ “As long as the US maintained a large trade balance, the dollar functioned as credit that was supplied to other countries as a means of Exchange for US-produced commodities. [...] As long as the US maintained a large trade balance, the dollar functioned as credit that was supplied to other countries as a means of Exchange for US-produced commodities” (Bonfeld, 1996, p. 36).

borracha etc.) passaram a aumentar drasticamente os seus preços. Até os maiores países produtores de petróleo se organizarem para triplicarem o valor do petróleo. Assim, contrário das correntes do *mainstream*, o choque do petróleo não foi o causador do processo inflacionário, mas sim aconteceu como resposta a isso e à desvalorização do dólar¹⁴⁴.

Dessa forma, o choque do petróleo em 1973 levou a um profundo casamento entre o dólar como moeda “desmercantilizada” (ou seja, sem nenhuma ligação a alguma mercadoria como lastro) e o petróleo. Desde o começo dos anos de 1970, o dólar se mantém em grande parte devido ao fato de ser a única divisa empregada para compra e venda do petróleo¹⁴⁵. Obviamente, uma posição que não foi conquistada pelas leis do livre mercado e a qual terá profundas implicações no estabelecimento do neoliberalismo como nova forma das relações capitalistas.

Na prática, a *Organization of Petroleum Exporting Countries* (OPEC) foi autorizada a fazer significativos aumentos no preço do petróleo, ao fim de 1972, para compensar a desvalorização do dólar [...]. O custo da energia tornou-se dramático e transformou o Oriente Médio em importante elemento do emergente sistema econômico transnacional, dado que provinham de suas reservas cerca de 60% do petróleo que abastecia os países ocidentais. Petróleo, política internacional e interesses geoestratégicos se entrelaçaram ainda mais. O Oriente Médio configurou-se de igual ou maior importância do que o extremo oriente ou mesmo a Europa ocidental para os interesses dos Estados Unidos. E a Arábia Saudita, entre outros países árabes, passou a integrar o FMI, o Banco Mundial e a *International Finance Corporation*. A maior parte da receita gerada pelas vendas da OPEC foi depositada em dólar nos bancos da Europa Ocidental, e essa prática manteve o dólar forte e contribuiu para a enorme expansão do sistema financeiro transnacional durante a década de 1970 (Bandeira, 2014, p. 301).

Os aumentos do preço do petróleo e sua transação em dólar garantiram a formação de enormes fundos monetários, os conhecidos petrodólares, ávidos por valorização

¹⁴⁴ Sobre essa discussão da inflação e do petróleo no começo dos anos de 1970 ver: Koopmann (1984) e Schulmeister (2000).

¹⁴⁵ “*Es más: el estatus global del dólar se mantiene, en gran parte, por el hecho de que, de nuevo desde 1971, es la única divisa empleada para comprar y vender petróleo. Todo intento, por parte de países de la OPEP, de comenzar a comerciar en otras divisas se ha visto tenazmente frenado por Arabia Saudí y Kuwait, también protectorados militares estadounidenses*” (Graeber, 2012, p. 485).

com a desregulação financeira internacional e a livre flutuação das taxas de câmbio. De fato, a desregulação trouxe uma enorme possibilidade de ganho financeiro por meio da especulação com as variações das taxas de câmbio, o que possibilitou a entrada maciça de capitais nos países dito em desenvolvimento, os quais estavam justamente necessitados de divisas para a compra do petróleo, agora mais caro. Durante os anos de 1970, portanto, o endividamento dos países em desenvolvimento foi possibilitado pelos bancos internacionais, que reciclavam os petrodólares e ofereciam créditos fáceis, a taxas significativamente baixas, encorajadas pelos governos das potências industriais, Estados Unidos à frente, e endossados pelo FMI. E assim os países ricos, os Estados Unidos e outras potências industriais, consumidoras de petróleo, passaram a transferir seus déficits para os países pobres, por meio da reciclagem dos petrodólares (Bandeira, 2014).

Durante os anos de 1970, e principalmente durante os anos de 1980, construiu-se uma simbiose entre as finanças, as variações cambiais vinculadas à taxa de juros norte-americana e ao mercado de petróleo. A disponibilidade de crédito, com a desregulação dos anos de 1970, não passou mais a depender da renda efetiva, tanto para os Estados, quanto para as empresas e os consumidores. Por meio desse descolamento das finanças, o setor financeiro, seja pela compra direta ou pela participação do capital da empresa, passou a impor sua lógica. O título de propriedade adquirido pelo financiador da produção garantiu para ele uma parte da geração desse mais-valor da produção, que por sua vez aumentou de acordo com a sempre maior importância do financiamento, o que implicou na importância da projeção da demanda realizada pelos mercados financeiros para a determinação dos preços (Grespan, 2009, p. 15). Por meio da criação de mercados globalizados em dólar para a transação das *commodities*, os preços passaram a depender de suas expectativas futuras realizados pelo mercado financeiro, que por

sua vez, também investiram nas empresas e ativos produtores dessas *commodities*¹⁴⁶, o que juntamente com a especulação nas taxas cambiais passaram a deter um enorme papel de controle sobre as empresas e os Estados nacionais.

A criação desse controle financeirizado, portanto, passou de forma profunda pelos mercados de *commodities*, com grande primazia do petróleo, tanto por: i) ser utilizado como mecanismo de especulação e de pressão financeira, como por ii) garantir o dólar atrelado ao maior setor mundial de mercadorias físicas. *“El estatus global del dólar se mantiene, en gran parte, por el hecho de que, de nuevo desde 1971, es la única divisa empleada para comprar y vender petróleo. Todo intento, por parte de países de la OPEP, de comenzar a comerciar en otras divisas se ha visto tenazmente frenado por Arabia Saudí y Kuwait, también protectorados militares estadounidenses”* (Graeber, 2012, p. 485).

A necessidade do controle do mercado de petróleo para a realização da financeirização como forma de controle político e social ficará evidente com o crescimento do endividamento atrelado ao petróleo durante os anos de 1970 e o total controle desses mercados durante os anos de 1980 que propiciam a continuidade de processos de valorização e desvalorização atrelados aos recursos naturais. As políticas implantadas pelo governo de Ronald Reagan (de 1981 a 1989) serão fundamentais, e a escalada militar (tendo como desculpa a Guerra Fria) pode ser vista em concomitância com a nova forma de controle financeiro.

Em seu primeiro termo como presidente dos Estados Unidos, Reagan pressionou por aumentos ao setor militar de até 10% ao ano. O crescimento em gastos militares americanos atingiu cerca de US\$ 1,6 trilhão em cinco anos. Com o argumento da necessidade de acirrar a Guerra Fria, expandiu-se de forma espetacular os gastos militares calcados em estratégias que evitassem o risco das guerras em grande escala. Assim, ampliou-se de forma única o número

¹⁴⁶ “Daí que no contexto atual, para além da demanda efetiva das *“commodities”* na economia mundial, em especial pela enorme necessidade chinesa, o preço delas seja estabelecido em função de expectativas e permita a especulação comandada pelos principais titulares de sua propriedade, os capitalistas financeiros. Como as projeções sobre a demanda futura mudam a todo momento, mudam também os preços” (Grespan, 2009, p. 15).

de bases norte-americanas em todo o mundo, principalmente em áreas estratégicas, como o Oriente Médio e Sudeste Asiático. Mesmo em outros períodos de forte poder hegemônico, como o do império inglês, nunca se ergueu uma estrutura tão densa de protetorados e bases militares em territórios estrangeiros. Para regiões como América Latina e África, desenvolveu-se uma estratégia de apoiar movimentos anti-insurgentes, ou de intervir em conflitos de baixa intensidade.

Por esse quadro das finanças e do petróleo, o controle do Oriente Médio pelos EUA será fundamental, tendo a Arábia Saudita como um pivô central¹⁴⁷. O preço do petróleo, assim como a decisão de ser transacionado em dólar, a partir dos anos de 1980, terá como determinante principal a Arábia Saudita, que a partir de uma “guerra de preços”, que submeteu seus parceiros da OPEP e seus concorrentes independentes – URSS, Noruega, México – ao novo sistema de preços flexíveis. O gerenciamento de curto prazo – *fine tuning* – é feito por meio de um sistema, estabelecido por pressão dos EUA, de cotas de produção e de banda de preços administrado pela OPEP. Obviamente, essa relação umbilical entre os Estados Unidos e Arábia Saudita foi estabelecida por muitos acordos financeiros e comerciais, além da instalação de uma enorme rede de base militares¹⁴⁸.

A mudança no padrão monetário para o chamado dólar-dólar permitiu uma explosão do endividamento e uma expansão enorme nos gastos, praticamente eliminando as barreiras ao

¹⁴⁷ É relevante a melhor compreensão da histórica relação entre a Arábia Saudita e os EUA não só para analisar esse período de consolidação do neoliberalismo, como também os seus desenvolvimentos recentes que se acirram com sua crise, como pode ser visto pelas bruscas alterações recentes do preço do petróleo, como abordaremos no próximo capítulo.

¹⁴⁸ “Desde que os Estados Unidos, no início dos anos de 1970, deixaram de ter excedente de produção [...], a Arábia Saudita tornou-se vital para a sua economia (petróleo e armamentos). E a significação estratégica e geopolítica que ela adquirira, que entrançava com sua importância econômica, levou o general Paul X. Kelley, comandante do Marine Corps, a declarar, em 1981, que ela era ‘quite likely second to no other nation on the face of the Earth in its importance to the future wellbeing of the free world.’ [...] O modelo das relações dos Estados Unidos com a Arábia Saudita foi sempre na base de dinheiro e armas para a família real em troca das concessões de petróleo e bases militares para os americanos. E a *jointe venture Arabian American Oil Company* (Aramco), formada pelas companhias petrolíferas Social e Texaco, tornou-se o canal dos rendimentos para a família real. [...] O dinheiro pago pelo petróleo voltava assim para a economia dos Estados Unidos, dos quais a Arábia Saudita se tornou o maior consumidor de armamentos e sistemas bélicos avançados, inclusive de reconhecimento eletrônico, depois da revolução xiita no Irã, ao mesmo tempo em que a família Sa’ud cada vez mais enriquecia” (Bandeira 2014, p. 507-509).

endividamento norte-americano. O déficit disparou, levando a um enorme endividamento dos EUA coberto com títulos vendidos ao exterior, que fizeram o país passar em apenas alguns anos do maior credor mundial para a nação mais endividada do mundo. Para possibilitar esse enorme endividamento, o governo Reagan, além da já citada expansão militar, promoveu grandes aumentos na taxa de juros (chegando na casa dos 20% nos primeiros anos de governo), agora possíveis dado seu controle total do padrão monetário internacional, o que levou a toda uma reestruturação do sistema financeiro ao impor processos de reestruturação neoliberal para os países ditos em desenvolvimento.

Com os choques de aumento dos juros dos EUA comandados pelo presidente do FED, Paul Vocker, durante o governo Reagan, ocorreu um novo momento de consolidação do processo de financeirização, sendo sacramentada uma “arma de despossessão” e de intensificação das relações capitalistas dentro de moldes neoliberais. Apesar da extrema força com que isso aconteceu nos países “subdesenvolvidos”, é importante ter em mente que processo análogo de intensificação da exploração do trabalho e de despossessão também ocorreu no EUA e nos países europeus¹⁴⁹. A alteração das formas das relações capitalistas não se resume a uma imposição de Estados nacionais “centrais” sobre Estados “periféricos”, ainda que o capital dependa da forma Estado como expressão política e das assimetrias para sua realização. Ao contrário, o sistema capitalista deve ser compreendido como uma unidade que possui o mercado mundial como uma de suas precondições, a partir do momento que a forma capital se configura pela reprodução do trabalho abstrato com sua aparência de universal. Por isso, o processo de acumulação primitiva permanente, ou seja, intensificação e expansão das relações capitalistas

¹⁴⁹ *“In August 1981, two years into Volcker’s term at the Fed, President Ronald Reagan broke a national strike by air traffic controllers, firing all of them and crushing their union in the process. The shock of mass unemployment was thus joined to the trauma of union busting. And Volcker left no doubt as to the strategic importance of destroying the union: “the most important single action of the administration in helping the anti-inflation fight was defeating the air traffic controllers’ strike,” he later commented. The reason for this is simple. It is an axiom of capitalism that “fear is the best motivator,” as the author of Profits Aren’t Everything, They’re the Only Thing puts it”* (McNally, 2011, p. 35).

através da separação dos seres humanos dos seus meios de vida, que é intensificado durante os anos de 1980, tem no mercado mundial capitalista seu ponto central ao articular em uma mesma unidade os processos de exploração e transformação do trabalho abstrato humano.

A acumulação primitiva, como mostrado nos capítulos iniciais, não deve ser compreendida simplesmente como um processo histórico que teria dado origem ao capitalismo. O próprio processo de acumulação e reprodução das relações capitalistas contém a acumulação primitiva, a qual aqui é chamado de permanente, mas de maneira superada, no sentido de possuir sua essência mesmo que de outras formas. Acumulação primitiva, portanto, não é algo externo ao processo de acumulação, que seria necessária em momentos de crise ou de incapacidade de realização, mas algo intrínseco à acumulação, na medida que a própria reprodução das relações capitalistas recoloca a separação dos seres humanos de seus meios de vida. Contudo, a acumulação e reprodução das relações capitalistas impõe uma valorização, uma intensificação dessas relações, o que leva a momentos complementares e contraditórios, por isso antagônicos, mas não exteriores ou autônomos.

A forma como as relações capitalistas se reproduz a partir dos anos de 1980 se altera no sentido de possuir agora uma lógica financeirizada. Contudo, isso não implica em dizer que a essência dessa reprodução seja alterada, dado permanecer a totalidade das relações sociais com a separação do ser humano de seus meios de vida ao passo que se cria universalização do seu trabalho como abstrato. Dentro da universalização do trabalho abstrato no mercado mundial, a produção de recursos naturais, como transformação da natureza em mercadoria, sempre teve um papel central na acumulação sobre a forma de acumulação primitiva, como foi apresentado nos primeiros capítulos deste trabalho. A transformação da “natureza”, ou das áreas comuns, em mercadoria é a forma por excelência da separação do ser humano das suas condições e meios para viver, ao mesmo tempo que garante a formação de um exército industrial de reserva e os meios para a reprodução das mercadorias sobre a forma de capital. No momento neoliberal do

capitalismo, a acumulação primitiva permanente continua com essa essência, contudo em uma forma superada, a qual adquire uma lógica financeirizada, que além dos processos já assinalados também passa a compor a reprodução das relações capitalistas por meio da sustentação dos mecanismos financeiros de controle da acumulação capitalista.

Durante os anos de 1980 e 1990, com o controle dos principais mercados de recursos naturais, como mostrado com o petróleo, os preços das *commodities* obtiveram níveis historicamente baixos, levando a um imenso processo de transformação das áreas não urbanas dos países ditos em desenvolvimento, obviamente com um intenso processo de expropriação e despossessão juntamente com uma série de regulações que propiciaram a mercantilização das “áreas naturais”, como será mostrado de maneira mais aprofundada para o caso brasileiro no sexto capítulo. *Pari passu* esse processo de desvalorização e expropriação aos recursos naturais, as áreas urbanas se desenvolveram rapidamente de modo a incorporar uma enorme massa populacional na forma de trabalhadores “livres”¹⁵⁰. Apesar de ser um processo de escala mundial, o caso chinês obteve de longe uma escala singular¹⁵¹. Trata-se de um caso de migração histórico, considerado um dos maiores da história da humanidade, com cerca de 300 milhões de pessoas saindo do campo para as cidades para trabalhar em situações de extrema exploração, provocando uma das grandes transformações do sistema capitalista recente, como exploraremos no próximo capítulo.

Durante duas décadas, houve um intenso processo de desvalorização dos recursos naturais, através dos baixos preços das *commodities* liderados pelo petróleo, com a

¹⁵⁰ “The sad saga of Third World privatization is a reminder that debt is being used here as a weapon of dispossession. Across Latin America, public oil and mining companies and their huge mineral and oil and gas deposits have been turned over to foreign capitalists, as have electricity and water companies, railroads, airlines, and even hospitals—all as part of generating revenues to repay debts contracted by dictators and antidemocratic politicians. Repeatedly, poor workers, peasants and indigenous peoples in the Global South have been compelled to sacrifice for the borrowing of these despots—by way of job loss, reduced wages, cuts to healthcare, education, and social assistance, and the human suffering that comes with them” (McNally, 2011, p. 131).

¹⁵¹ “What we are witnessing in China, in other words, is the most gigantic process of ‘primitive accumulation’ in world history. Dispossessed peasants, driven from the land, are being transformed into urban proletarians on an unprecedented scale—literally in the hundreds of millions, massively exceeding the scale of the earliest process of original accumulation in Britain” (McNally, 2011p. 134).

transformação dos Estados e aparatos políticos para uma forma financeirizada das relações de trabalho e de mercantilização da natureza. No final dos anos de 1990, já estava consolidada uma nova forma de relação capitalista, em que a lógica do mercado passou a ser ditada pela previsão dos riscos futuros no mercado financeiro, sendo esses mesmos os detentores desses títulos. Essa lógica financeirizada de controle das relações capitalistas se aplicará tanto para os preços das *commodities*, quanto para os títulos dos Estados e os salários dos trabalhadores. Contudo, assim como no final dos anos de 1960 e começo dos anos de 1970 os limites do “fordismo-keynesianos” ficaram explícitos, no final dos anos de 1990 e começo dos anos 2000, o neoliberalismo já irá expor sua crise, tendo como marco desse processo as crises financeiras-cambiais do final da década de 1990 até culminar na grande crise financeira de 2008. Mais uma vez tem-se ao longo dessa década de crise uma forte pressão entre as taxas cambiais, as finanças e os preços das *commodities* ditados pelo petróleo, mas agora com a China desempenhando um novo peso fundamental para a consolidação dessa relação capitalista que depende de uma moeda universal como o capital em geral. No próximo capítulo, será tratado justamente dos limites do neoliberalismo e suas implicações para as novas formas das relações sociais capitalistas.

7. A *forma* da crise na *forma* neoliberal do capitalismo

A crise atual do sistema capitalista não deve ser compreendida a partir de uma perspectiva unívoca; uma de suas principais características é ter várias formas de “aparência”, o que decorre do processo de acumulação invadir as várias esferas de nossa sociabilidade. Obviamente, o caráter ensandecido que os mecanismos financeiros adquiriram nos últimos anos se apresenta como o principal fenômeno da crise atual, mas ela pode ser vista em outras bases de nossa sociedade que também sustentam o nosso sistema, como o meio ambiente, as fontes de recursos naturais e energéticas, as relações entre Estados e populações e as diferentes formas de controle e dominação social. Nesse capítulo serão apresentados alguns aspectos da crise atual para compreendermos posteriormente como esses elementos se desdobram para a realização da constituição de classe no Brasil.

Crise das relações sociais capitalistas

Nossa sociedade está em crise. Nossa? O capitalismo é a nossa sociedade? Se essa pergunta já parece bastante polêmica, ainda nos cabe indagar: Crise? Crise de quem ou de quê? Estas perguntas são fundamentais, não só para entender os supostos jogos financeiros e seus mau-caratismos inerentes como tem sido apresentado pelas dezenas de produções hollywoodianas sobre a crise financeira de 2008, que em seu rompante keynesiano defendem um capitalismo baseado na moral e nos bons costumes de alguma imagem utópica de uma sociedade capitalista justa e livre. Mesmo Marx não deixou uma teoria da crise completamente acabada. Desde que *O Capital* foi publicado, os debates sobre as teorias da crise têm se acirrado. Dentro da tradição marxista existem sérias divergências em torno da teoria das crises: entre a teoria da desproporcionalidade, do subconsumo, da sobreacumulação etc.¹⁵² No entanto, o que

¹⁵² Uma análise minuciosa desse debate pode ser vista em: Grespan (2012).

está em jogo em qualquer controvérsia sobre a crise é como a instabilidade capitalista é entendida. A própria ideia de “fase” – ou “período” – do capitalismo sugere que, de fato, há um salto qualitativo, uma quebra na trajetória esperada de desenvolvimento, uma ruptura no próprio processo considerado normal de mudança social. Um salto qualitativo, uma ruptura no processo normal de mudança, é uma crise (Holloway, 1990). As crises no capitalismo representam o processo de transição das formas de sociabilidade capitalistas, portanto, não o fim da sociabilidade capitalista, mas de suas formas particulares de dominação e exploração dentro de determinado momento histórico.

“As crises são a indicação universal para além do pressuposto e o impulso para a adoção de uma nova configuração histórica” (Marx, 2011, p. 254). Falar de crise é falar dos limites da reprodução da sociedade capitalista atual, portanto, não apenas de suas crises financeiras, mas de suas crises ambientais (aquecimento global), de seus acirramentos identitários (lutas raciais, de gênero, étnicos), de seus radicalismos políticos, que vão desde o crescimento de ataques anarquistas até eleições de partidos e candidatos fascistas (como Le Pen, Trump, Bolsonaro etc.). Contudo, não apenas de seus perigos e acirramentos, isso é o que as relações capitalistas dominantes nos querem mostrar para se reconstruir. Mais importante do que entender todas as questões acima, é enxergar a possibilidade de transformação radical da nossa sociedade. Obviamente, essa transformação radical para uma nova sociedade imaginada não é uma ocorrência certa e inerente ao momento de crise. Pelo contrário, se coloca como uma possibilidade a qual depende de nossa luta e nossa oposição a retomada da reprodução capitalista, assim como nossa luta contra suas formas ainda mais perversas e monstruosas (Holloway, 2014). A nova configuração que advém da crise não se refere necessariamente ao fim da relação capitalista, mas à imposição de novas formas de relação social capitalista que se dão pelo processo de *“lucha por clasificar y contra ser clasificado al mismo tiempo que, inseparablemente, la lucha entre clases constituídas”* (Holloway, 1999, 115).

A crise da sociedade capitalista não é uma crise externa a nós. Essa é justamente a ideia implantada como fruto das relações capitalistas, em que são indivíduos separados e relacionados exteriormente. A esse processo de coisificação e de compreensão da nossa identidade social como externa, Marx chamou de fetichização. Fetichização e não fetiche, pois não é algo coisificado, objetificado, que ocorre por meio de estruturas fossilizadas (Holloway, 1999, p. 74). O processo de dominação e de coisificação do ser humano na sociedade capitalista é constantemente reproduzido e expandido, por isso a crise se coloca exatamente como uma dificuldade na continuação dessa reprodução interna e não da contradição externa entre estruturas fixas.

Os sujeitos na sociedade capitalista são marcados por um antagonismo intrínseco, que os caracterizam como indivíduos capitalistas. Ao mesmo tempo que promovem um trabalho abstrato, subsumido as relações capitalistas e sobre sua lógica mercantil e fetichizante, o sujeito também é realizador de trabalho concreto em oposição a lógica capitalista, o qual busca a criatividade, busca viver independente de amarras, ordens e disciplinas (Holloway, 2014). A dominação da relação capitalista nunca é total e o ser humano em sua forma de indivíduo capitalista nunca é puro. Mesmo o seu chefe mais escroque possui em algum sentido ou algum nível um lado humano, um lado não coisificado, exatamente o lado que se rebela e que pode dar esperança para uma nova transformação. É esse limite e são essas barreiras impostas às relações capitalistas que tomam a forma de crise, ou seja, é a incapacidade da sociabilidade capitalista de dominar tudo que está internamente no próprio ser humano que coloca as dificuldades para a reprodução e expansão do capital. A relação, portanto, é interna, não externa. Não são grupos ou fração de classe específicas dentro dos grandes bancos, nas grandes mídias e nos principais cargos de governo que tomaram decisões equivocadas que levaram a crise, isso é apenas uma forma, uma aparência que a crise da sociabilidade capitalista adquire na luta pela sua superação.

A reprodução da sociabilidade capitalista é baseada exatamente nesse antagonismo, em que se por um lado nunca consegue transformar tudo em trabalho abstrato, em dominação, por outro, é exatamente essa busca pela valorização constante, pela exploração em escala aumentada, que faz com que as relações capitalistas se reproduzam. Em outras palavras, o impulso das relações capitalistas é sua própria incapacidade de dominar completamente a vida humana (Holloway, 2014). A “doença” da sociedade capitalista de busca contínua por exploração do trabalho só acontece pela própria característica antagônica da impossibilidade de dominação total. A teoria do valor de Marx trata da dependência do capital em relação ao trabalho, sendo este não apenas o *fazer* humano, mas aquele trabalho que produz valor no mercado-trabalho abstrato (Postone, 2014). A dependência do capital pelo trabalho é dupla, tanto da capacidade de transformar esse fazer humano em trabalho abstrato para ser mercantilizado, como de intensificar esse trabalho para produzir um mais valor que seja suficiente para ser apropriado como lucro. Essa dependência do capital em relação ao trabalho não molda somente as formas de trabalhar, mas implica em uma subordinação da própria forma de se viver (Holloway, 2002). Por isso um momento de crise não se apresenta apenas na produção, mas em todas as formas de viver.

O ser humano, tendo sempre um elemento contrário a essa sociabilidade de produção de mais valor, impõe um limite à relação capitalista. Contudo, trata-se de um limite contraditório e antagônico, pois ao mesmo tempo que impõe barreiras à expansão total (tanto territorialmente, quanto individualmente) das formas capitalista, também faz com que essa forma de sociabilidade se expanda em sua busca infinita por mais dominação e exploração. A crise, sendo um momento interno da relação social capitalista, guarda dentro de si tanto uma possibilidade de transformação para um novo mundo, quanto sua volta superada, em formas mais abruptas e intensivas de exploração e dominação. Um momento de crise pode se transformar desde políticas de austeridade com governos golpistas ou políticas fascistas com governos populistas

e carismáticos, até novas formas de sociabilidade em que o viver e o lado criativo do ser humano se sobreponha sobre as relações capitalistas. Entender essa contradição antagônica é fundamental para compreender tanto o nosso momento atual, quanto os processos de transformação que se abrem diante de nós.

A percepção desse antagonismo da crise capitalista, que em realidade guarda a própria contradição formadora da relação capitalista, não é algo trivial, como pode ser visto por sua positividade, em que se toma uma forma pelo todo, dentro das próprias concepções marxistas tradicionais. Dentro dessa tradição teórica, as crises se tornam tendências mecânicas, em que as leis de movimento do capital entram em conflito com elas mesmas, em uma “*keynesização*” da teoria marxista. As formas de dominação se tornam incapazes de reproduzir sua exploração por seus próprios erros e contradições, apagando toda a luta de classes e antagonismos contra o fazer humano e a vida existente nas relações capitalistas. Mercados desregulados, episódios particulares de corrupção, incapacidade dos políticos e capitalistas promoverem o consumo através da demanda efetiva, disputas entre as grandes potências internacionais, tudo se torna o centro promovedor das crises, sem perceber como em realidade são formas, aparências do processo inerente de luta da nossa sociedade.

Obviamente, as crises são resultados da superprodução de capital (superacumulação) e da redução da taxa de lucro, mas esses processos devem ser entendidos não pelo capital como uma coisa, por meio de tendências mecânicas de uma produção em excesso. A divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação), não podem ser reduzidas a tendências mecânicas de uma “falha” no modo de produção capitalista, em que haveria uma superprodução e um subconsumo como um mau cálculo do sistema produtivo¹⁵³. A contradição entre a produção e a realização está na “divergência entre o caráter social de uma e o caráter

¹⁵³ “a *superprodução geral* teria lugar não porque relativamente *muito pouco* [teria sido consumido] das mercadorias destinadas aos trabalhadores ou das destinadas aos capitalistas, mas porque *ambas* teriam sido produzidas em excesso – em excesso *não para o consumo*, mas para *manter a proporção adequada entre consumo e valorização*; em *excesso para a valorização*” (Marx, 2011, p.354, itálicos originais).

privado da outra” (Carcanholo, 1996, p. 181), o que também pode ser lido como o antagonismo do trabalho abstrato sobre o trabalho concreto.

A reprodução das relações capitalistas possui uma tendência ao aumento da exploração como decorrência de sua concorrência e da busca por aumento nas taxas de lucro, contudo esbarra em um limite para a realização da valorização de novos investimentos com aumento da exploração. A produção de mais valor é um processo dinâmico de aceleração constante, o qual exige uma subordinação cada vez mais intensiva e extensiva do trabalho ao capital, da atividade humana à disciplina das forças produtivas do capital. Aos limites da intensificação da exploração são incorporadas mais maquinarias, tecnologias, subjetivações nas formas do indivíduo capitalista, mais controle do mercado mundial, mais mecanismos financeiros de controle do futuro. Contudo, essas formas de fugir da dependência do trabalho são apenas provisórias, dado que a verdadeira dependência da relação capitalista está em aumentar a exploração para valorização de mais valor¹⁵⁴. É no momento de rompimento dessa reprodução social que as crises capitalistas obtêm seus momentos mais evidentes, em que as relações capitalistas exigem mudanças mais radicais para resgatarem a continuidade da sua expansão¹⁵⁵.

Crise das relações sociais capitalistas na sua forma neoliberal

A crise financeira de 2008 não é mais nada do que uma forma da contradição antagônica das relações capitalistas, que a partir da crise dos anos de 1970 logrou se superar através dos

¹⁵⁴ “a subordinação do trabalho como fonte produtora de valor dá ao capital os meios de se autovalorizar, mas também o obriga a sempre fazê-lo: sendo ‘valor que se valoriza’, ele não pode deixar de se valorizar, de acumular valor e riqueza, sob pena de deixar de ser capital. Não por acaso, Marx emprega a metáfora do “tormento de Sísifo” para descrever esse traço constitutivo da autonomia e autorreferência do capital” (Grespan, 2009, p. 13).

¹⁵⁵ “Desta forma, a crise, ao mesmo tempo em que é o momento de irrupção da contradição, significa, dialeticamente, o restabelecimento de sua unidade (na totalidade do modo de produção de capitalista. [...] Com efeito, o processo de acumulação de capital, em sua totalidade, tende a uma produção ilimitada de valor-capital, ao desenvolvimento de um consumo (capacidade de realização desse valor-capital) abundante, e ao estabelecimento de barreiras para que essa realização efetive-se. Este é precisamente o conteúdo das crises no capitalismo: (1) produção ilimitada de mercadorias; (2) consumo abundante, e (3) barreiras/limites para que o consumo realize o valor-capital produzido” (Carcanholo & Medeiros, 2015, p. 290).

processos de financeirização, como temos apresentado neste trabalho. Desde a crise das tulipas holandesas no século XVII, as crises de especulação do sistema capitalista possuem uma trajetória semelhante, em que determinados ativos se tornam fontes de uma enorme especulação, com preços crescentes, como reflexo da perda de materialidade e de lucratividade do capital. A crise financeira de 2008 não foge em termos gerais desse processo, contudo tendo como elemento de notabilidade o maior enraizamento das finanças na sociedade. Os efeitos da crise não ficaram restritos apenas aos pequenos investidores, mas também aos grandes Bancos e Estados-Nacionais¹⁵⁶, escancarando a financeirização como traço constituinte da sociedade capitalista atual.

As formas de superação encontradas pelas relações capitalistas à crise do período conhecido como fordismo-keynesianismo ocorreram por meio de uma intensificação da exploração e da dominação pelo processo de financeirização, em que a superação do trabalho abstrato sobre o concreto ocorreu pela centralidade das esferas financeirizadas. Não por coincidência, a grande crise desse período atual ocorre como oriundo de uma enorme bolha financeira, a qual se propaga e se alastra via intermediações financeiras sem precedentes. Como apontado no capítulo anterior, as finanças são uma característica intrínseca às relações capitalistas, dadas as suas necessidades de coisificar o futuro em termos de risco para dar previsibilidade às expectativas como forma de assegurar a manutenção da reprodução capitalista. Contudo, no momento atual, a finanças foram estendidas no que tem sido chamado de sua forma financeirizada, em que passa a ter características particulares, tendo uma

¹⁵⁶ “*The phenomena described thus far do not yet constitute anything unusual in the history of capital. The current crisis is notable because of the role the banks have played in it. In stock market crises, the losers are frequently the many small investors who put their nest eggs into stocks and who find themselves holding worthless paper after a crash or who are even in debt because they financed their stock purchases with loans. In the case of the American real estate crisis, the aggrieved parties are the banks and speculative hedge funds that bought the real estate loans (or bonds covered by the loans) from the issuing banks. Many insolvent homeowners have lost their savings, which they put into their homes, as a result of foreclosures. But at least the easy credit offered by the banks permitted a higher level of consumption over the years. This time, it wasn't small savers putting their meagre capital into flybynight stocks, but rather banks financing the purchase of overpriced real estate and the consumption expenditures of homeowners*” (Heinrich, 2008, p. 3).

centralidade nova dentro da história do capitalismo, em que as próprias formas de exploração do indivíduo capitalistas passam por processos financeiros. É da crise dessa forma de contradição capital trabalho sobre a égide da financeirização que se trata a crise atual.

O emprego generalizado de computadores; a rapidez na transmissão de dados associada ao controle de informações; as novas tecnologias financeiras; o controle do mercado mundial sobre uma hegemonia sem precedentes; e a subjetivação do indivíduo como empresa como nova forma de dominação, normalização e controle social não são mais suficientes como formas de superação das contradições das relações capitalistas. A nossa sociedade em crise é uma representação da incapacidade das relações capitalistas se reproduzirem na forma conquistada nas últimas décadas. Mesmo o indivíduo como uma empresa possui limites para exploração do ser humano. Mesmo o mundo tendo uma hegemonia como os EUA no século XXI possui barreiras para a expansão do controle sobre o ser humano. A crise atual é a representação da incapacidade das relações capitalistas em sua forma financeirizada atual em realizar a valorização do capital em sua reprodução.

De forma análoga com que os aumentos salariais e o pleno emprego se tornaram insustentáveis como forma de dominação e imposição do trabalho abstrato (em sua forma repetitiva e disciplinadora do fordismo), o aumento do consumo abundante via crédito, desde “novos produtos básicos” até “novas tecnologias futuristas”, também tem se tornado ineficaz em relação à intensificação da opressão provocada pela inserção cotidiana das novas tecnologias de trabalho na vida cotidiana. Mesmo o indivíduo capitalista em sua forma empresa possui limites para sua auto normatização do trabalho e da exploração. A intensificação do uso de novas tecnologias na produção e a construção de toda uma rede social global de controle *espetacular* tem se tornado cada vez mais inviável como relação social¹⁵⁷. O aumento da

¹⁵⁷ “El movimineto como tal, separado de su nexu social y de su meta humana, se transforma en mera apariencia de movimiento, en infinitud mala de la reiteración mecánica. La elevación del progreso a la categoría de ideal supremo deja de lado el carácter contradictorio de cualquier progreso, aun cuando éste tenga lugar dentro de una sociedad dinámica. [...] La circunstancia de que el desarrollo ciego de la técnica acentúe la opresión y la

composição orgânica do capital não deve ser visto apenas como a incorporação de mais uma “*spinning jenny*” na linha de produção. É fundamental compreender a composição orgânica também em termos do aparato social tecnológico envolvido na transformação do fazer humano em trabalho abstrato. A incorporação crescente de tecnologia (aumento da composição orgânica) que se apresenta como resultado natural do progresso social também possui sua facção de luta por constituição de classe, na medida que a definição da própria tecnologia empregada reflete uma luta entre a formação de um exército industrial de reserva e a possibilidade de emancipação humana.

A incapacidade do capital em sua forma neoliberal de promover a abstração do trabalho é cada vez mais latente. As relações capitalistas neoliberais possuem cada vez mais dificuldade de controlar a produção como uma finalidade em si mesma, em que a exploração se reproduza como o seu próprio fim. As formas de controle atuais, com suas novas tecnologias cotidianas e a incorporação do trabalho em todos os momentos, têm elevado as barreiras de dominação da vida humana, o que impõe os próprios limites para a reprodução capitalista. A valorização contínua do trabalho e o consumo infinito passam a perder sua forma de dominação e encanto social. E o trabalho concreto como fazer humano passa a impor os seus limites. “A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente” (Marx, 1988, p.180). O trabalho concreto como produção para a vida e não para o capital impõe, mesmo que de forma distante, o seu limite. Por mais que a subsunção tenda a ser real no período neoliberal, em que se dá internamente a subjetivização do indivíduo capitalista, ela nunca é total nem pura.

explotación social amenaza con invertir, en cada etapa, al progreso en su contrario, la plena barbarie.” (Horkheimer, 1947 [2007], p. 132).

A incapacidade da dominação e exploração das relações capitalistas se imporem em sua forma neoliberal se torna clara nos momentos atuais de conflitos sociais. O mercado capitalista (sim, mercado pode ser outra coisa) mais do que um sistema de troca é um sistema disciplinar. Não é por ser invisível que não existe. Por meio do impedimento ao acesso dos seres humanos dos seus meios de vida, a forma dinheiro e mercado criam as bases para o sistema disciplinar atual¹⁵⁸. As formas mais diretas desse controle podem ser vistas em suas variáveis econômicas como desemprego, pobreza e desigualdade, mas também em outros aspectos sociais, como insegurança, problemas de saúde, estresse etc. Em realidade, isso nada mais é do que dizer que as relações capitalistas não envolvem apenas mecanismos conceituados como econômicos, mas também as relações sociais como sua totalidade. Por isso, nada mais “natural” do que seu aspecto econômico (financeiro também) ser apenas uma das formas, tendo toda uma outra gama de conflitos sociais no bojo dessa crise.

O fortalecimento dos conflitos sociais e raciais, como foi muito destacado durante os anos de 1960 e 1970 e voltaram à tona nas primeiras décadas dos anos 2000, não são contraditórios à luta de classes, apenas uma de suas formas¹⁵⁹. Sendo a dominação realizada sobre a vida em sua totalidade, tem se como um corolário os conflitos se darem em todos os aspectos que englobem a nossa constituição social. O aumento nessa virada de século XXI dos conflitos raciais e de gênero são um grande exemplo dessa forma de luta de classe, em que o ser humano se rebela contra as formas dominantes de sua individualização homogeneizadora

¹⁵⁸ “*The very process of work is also an alienated one - controlled, dictated, and regulated by managers, supervisors, and foremen working for the owners. [...] Such a system of social relations also involves certain cultural forms of life - habits and behaviors that must be instilled in people in order to reproduce these alienated social relations. From an early age, workers are taught discipline and obedience. Consider, for instance, that the two main social institutions regulated by the sound of bells are factories and schools*” (McNally, 2011, p. 114).

¹⁵⁹ “*Como el ciclo 1945-1975, este nuevo ciclo ha culminado con una crisis de inclusión. Se há demostrado que convertir a todas las personas del mundo en ‘microcorporaciones’, o que ‘democratizar el crédito’ de tal manera que toda familia que quisiera pudiera comprar una casa es tan imposible como permitir que todos los trabajadores estén sindicados, tengan pensiones y asistencia sanitaria. El capitalismo no funciona así. Se trata, en definitiva, de un sistema de poder y exclusión, y cuando llega su punto crítico los síntomas reaparecen, como ocurrió en los años 70: disturbios por falta de alimentos, crisis petrolera, crisis financeira, la repentina toma de consciencia de que el rumbo era insostenible, escenarios apocalípticos de todo tipo*” (Graeber, 2012, p. 503).

capitalista. A constituição de classe como ato de classificação humana perpassa a própria compreensão que temos de raça e gênero nas relações capitalistas, que se utilizam da totalidade social para sua realização. A própria formação das classes mais baixas em novos termos, como o símbolo do “indivíduo empresa financeirizado”, rompe as velhas formas de segregação, o que abre “rachaduras nas relações capitalistas” (Holloway, 2010) com potencialidade para novas lutas sociais.

A formação de um exército industrial de reserva no plano concreto, como necessidade da reprodução contínua da classificação do ser humano como trabalhador separado dos seus meios de vida, perpassa muitas vezes as esferas subjetivas de gênero e raça, como abordado na primeira parte deste trabalho para o caso brasileiro. Com o desenvolvimento das formas de dominação capitalista calcadas no que aqui denominamos de financeirização, com a expansão e intensificação das relações capitalistas na forma de um “indivíduo empresa”, a constituição das classes mais baixas por meio dos processos de segregação racial começa a ser rompida. A constituição do novo indivíduo capitalista perpassa a formação de uma identificação com sua possibilidade de conquistas crescentes, o que vai exatamente ao encontro dos processos de inferiorização para criação de um exército industrial de reserva.

Durante os anos 2000 explodiu em todo o mundo uma série de protestos, revoltas e lutas. Negros no Brasil e nos EUA, indígenas em grande parte da América Latina, árabes na Europa etc., passaram a lutar cada vez mais para romper com as velhas amarras que lhes classificavam como seres excluídos. A relação capitalista com constituição de novas formas de dominação cria o seu próprio antagonismo ao romper com as velhas formas, o que abre fissuras para o crescimento das lutas e da transformação social. O aumento das lutas passa impor limites e mostrar as fragilidades das formas de dominação capitalista recente. Sob a égide da dominação financeirizada, o dólar dos EUA se constitui como um dos pilares centrais, que tem no abalo da

sua viabilidade como padrão universal no mercado mundial uma fissura muito maior para as formas atuais de dominação das relações capitalistas.

A crise atual da relação capitalista também deve ser vista na sua dificuldade crescente de controle do mercado mundial via financeirização (como veremos de forma detalhada na próxima seção), que por depender do padrão dólar para se tornar viável impõe aos EUA uma questão geopolítica antagônica entre a manutenção e expansão desse controle em detrimento de seu próprio crescimento. Os fortalecimentos de forças hegemônicas opositoras e mesmo movimentos internos, como a eleição de Donald Trump e os inúmeros movimentos de conflitos sociais internos, ilustram esse processo. O dólar como forma-valor universal não é algo que ocorreu naturalmente, como a mera consequência do progresso social. A construção desse padrão internacional colocou em jogo uma série de conquistas políticas, militares e produtivas, as quais a sua própria manutenção é uma grande questão para a reprodução dessa forma de dominação imposta pela financeirização.

A forma de controle das relações sociais capitalistas, apesar de depender do dólar como moeda em sua forma capital universal no mercado mundial – capital-imperialismo (Fontes, 2010) – e consequentemente dos EUA como grande “império hegemônico”, não deve ser entendida como determinada pelos interesses de um Estado-Nação e de um certo bloco de capitalistas específicos. O próprio Estado-Nação, assim como seus interesses específicos, devem ser compreendidos pelo processo de luta para constituição de classe no mercado mundial, o qual nesse momento específico passa pelo dólar e pelos EUA como formas de controle. A importância está em entender como se configura a constituição de classe e consequente acumulação no quadro do mercado mundial, tendo certos estados formas determinantes para a realização dessa reprodução social. Como será visto na próxima seção, a lógica por trás dessa forma política do neoliberalismo, apesar da importância dos EUA, não se

concentra nos interesses desse país em específico, mas na reprodução da relação capitalista, o que necessariamente recai em contradições e crise¹⁶⁰.

Assim como na década de 1970 o fordismo-keynesianismo se tornou incapaz de colocar como forma social-política-econômica de reprodução das relações capitalistas, o mesmo acontece com o neoliberalismo como forma capitalista, não como regime implantado por um Estado-Nação em específico. Durante os anos de 1970 ficou clara a incapacidade de se controlar as contradições entre produção e realização pela forma de controle social existente, o que ocorre novamente com a incapacidade dos mecanismos da “globalização”, da financeirização e do “indivíduo-empresa” garantirem a reprodução social, o que evidentemente passa pela própria incapacidade do dólar por meio dos EUA funcionar como a moeda universal na forma de capital.

A crise da relação capitalista atual, apesar de já estar claramente exposta, ainda não revela as suas conclusões, colocando em aberto para lutas o seu desfecho final. Socialismo ou barbárie como apontam alguns teóricos¹⁶¹, indicando a existência de um limite interno para

¹⁶⁰ “*However significant they are as points of concentration within the system, nationstates are not the fundamental units of analysis in critical political economy. Capitalism, after all, is a global system, and it is only at the level of world economy that all of its dynamics come into play. [...] This should serve as a reminder that any serious assessment of the global economy needs to focus on the process of worldwide accumulation. [...] Capital does not invest in order to boost gross domestic product (GDP), national income, or aggregate national employment, or to maintain the highest possible rate of business spending. It invests in order to expand itself via the capture of shares of global profits (or surplus value). But the capture of surplus value can— and does—happen in circumstances that are not optimal from the standpoint of the macroeconomic performance of national economies*” (McNally, 2011, p. 37).

¹⁶¹ Robert Kurz e seu grupo *Krisis*, com destaque para Anselm Jappe e Roswitha Scholz, defendem que a crise atual mais do que um processo recorrente da dinâmica capitalista é fruto de uma “dissociação-valor”, em que “com a terceira revolução industrial, este o argumento com referência às novas condições da valorização do valor postas pelo desenvolvimento das forças produtivas, a autocontradição central passa o seu ponto culminante e a substância do trabalho diminui em termos absolutos pela primeira vez. Assim o processo de valorização perde a sua condição de possibilidade e, após um período de incubação por meio da circulação no mercado mundial, chega definitivamente ao fim” (Kurz, 2010, p. 8). A controvérsia sobre essa crítica marxista da “dissociação-valor” de Kurz sobre a crise atual ocorreu sobre as fortes críticas de Michal Heinrich. Este acusava um castastrofismo das crises capitalistas por não considerar, no caso da crise atual, as novas formas do trabalho, o qual tem em diversas formas de serviço como totalmente funcional para a dominação do capital sobre o trabalho, de forma semelhante a qual defende Ricardo Antunes em seu “Sentidos do Trabalho”. Kurz, ao indagar sobre o fim da substância trabalho, também revela o seu *eurocentrismo* incapaz de perceber as formas de realização de valor no mercado mundial, como acontece com a intensa produção de recursos naturais na América Latina, Ásia e África, assim como uma produção industrial com uma enorme incorporação de mão de obra intensamente explorada no leste asiático, o qual tem o caso chinês como “paradigmático”.

relação capitalistas, é de certa forma precipitado dizer. Contudo a existência desses dois polos de possibilidades sociais devem ser considerados como elementos internos ao momento de crise. A saída, se por socialismo, barbárie ou manutenção e expansão do capitalismo, só dependerá das lutas de classe que já acontecem e acontecerão na nossa sociedade em crise. O que está dado é o momento de crise das formas atuais das relações capitalistas, em que a luta de classe é travada para a (não) imposição de novas formas de dominação, exploração e classificação do ser humano.

Os limites da financeirização em sua forma chinesa

A formação de gigantescos fundos de investimentos em dólar nos anos de 1970, impulsionados pelas crises do petróleo, foram assegurados durante as polêmicas políticas dos anos de 1980, com intensa militarização e liberalização financeira. Os fundos especulativos que explodiram nessa época, ávidos por investimentos nas novas tecnologias e com baixos níveis salariais, encontraram nos países asiáticos seu destino perfeito. Por meio da (não recente) simbiose entre guerra e finanças, bases militares, empresas e bancos norte-americanos se instalaram nesses países construindo o que seria o novo espaço de expansão do capitalismo. As imensas massas populacionais do leste asiático, sem direitos trabalhistas e ainda vinculados a um passado rural recente, se transformaram rapidamente na nova mão de obra da sociedade global (McNally, 2011).

Territórios e países como Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Singapura adquiriram status especial para as políticas dos EUA, obtendo inúmeros privilégios financeiros e comerciais que possibilitaram um rápido desenvolvimento nos anos de 1980. Em função ainda de um comportamento muito favorável do “centro cíclico regional” por conta das transformações e rupturas no capitalismo japonês na mesma década, esse conjunto de tigres asiáticos se encontrou em uma posição de ponta na cadeia produtiva durante a expansão dos

anos de 1990. Mas para muito além desses países de um tamanho relativo muito pequeno e, em alguns casos, quase protetorados norte-americanos devido às inúmeras bases militares, a China também participou dessa remodelação promovida pela expansão financeira na Ásia. Entretanto, diferentemente dos demais países asiáticos, a China, em função de inúmeras particularidades históricas e revolucionárias da sua formação social, pôde negar-se retumbantemente a participar do protetorado militar norte-americano. O país lançou mão de um projeto não apenas modernizante-nacionalista como também autônomo-associado em relação aos preceitos do capitalismo financeirizado sob hegemonia do dólar. Uma primeira característica determinante da forma Estado chinesa, evidente desde o início da sua incorporação ao mercado mundial nos anos de 1980 até os dias de hoje, foi seu elevado grau de controle sobre o capital financeiro externo. Tal controle continua evidente seja na forma de: 1) controle sobre a conta de capitais e elevados impedimentos à entrada e saída de investimentos em portfólio; 2) meticulosa regulação de longo prazo sobre o investimento estrangeiro direto; e 3) manutenção de um sistema bancário majoritariamente doméstico. Isso significa dizer que o discurso liberal de que a China passa a se desenvolver quando *se abre* ao capital externo, sendo o seu desenvolvimento produto da vontade das multinacionais que ali se instalaram, é absolutamente falacioso (Nogueira, 2018). Com isso, não queremos negar sua estreita vinculação com a dinâmica de acumulação do mercado mundial e com as altas taxas de lucro que as empresas multinacionais irão encontrar em um país com elevadíssima exploração do trabalho. Mas significa apontar para a particular forma Estado que se constitui e que garante à China um papel absolutamente protagônico na reformulação da dinâmica de acumulação no mercado mundial.

Ao longo dos anos de 1980, tal autonomia começa a ser desenhada por uma estratégia que ampliou as fronteiras da acumulação para os rincões de um país que era essencialmente agrário (80% da população). Isso se deu via o sistema de responsabilidade familiar, que assegurou um regime agrário relativamente inclusivo em um país periférico, e por meio das

empresas de vila e município, que garantiram emprego na manufatura em larguíssima escala para uma mão de obra de baixa qualificação. O fundamental a destacar aqui é que as transformações nos 14 anos iniciais de reformas chinesas garantiram um tecido social de produção alargado *antes* da entrada do investimento estrangeiro direto. Quando o IED chegou, a partir de 1992, ele foi estritamente controlado nas zonas econômicas especiais, sobretudo via obrigatoriedade para ter parceiro local (*joint ventures*), cotas para geração de emprego, cotas para exportação (para proteger a indústria local e garantir entrada de dólares), e via localização geográfica determinada pelo Partido-Estado.

A política comercial chinesa será marcada por um forte protecionismo e planejamento, os quais podem ser sintetizados em duas esferas principais, uma marcada pelo desenvolvimento do mercado interno e outra pela promoção de exportações. Os principais mecanismos para essas duas linhas de políticas comerciais são as taxas de câmbio desvalorizadas e as fortes tarifas e impostos elaborados de modo a privilegiar a formação de uma indústria chinesa estratégica, ou seja, tarifas elevadas (cerca de 43% nos anos 80) mais isenção para produtos específicos, assim como a isenção de impostos para a exportação (Medeiros, 1999).

A maior autonomia chinesa se mostrará um enorme diferencial em relação aos demais países asiáticos. Sem necessitar se submeter aos desmandos dos EUA como os seus vizinhos, a China com um mercado financeiro regulado e “obscuro” e com uma mistura de políticas intervencionistas passa cada vez mais a desafiar e complementar a economia americana.

A ampliação das ZEE (Zonas Econômicas Especiais de produção) nos anos de 1990 levou a grandes aportes financeiros internacionais. Apesar da forte pressão do governo dos EUA para a contenção do dinamismo chinês, a pressão das empresas norte-americanas, japonesas e europeias instaladas na China, assim como dos grandes importadores e exportadores, prevaleceram. É assim que nos anos de 1990 a dinâmica de crescimento puxada pelas exportações e investimentos usualmente atribuídos à China será constituída. Com esse já

espetacular crescimento econômico, a China passa a acumular uma imensa reserva de divisas, tendo uma balança extremamente superavitária com os EUA.

O resultado social dessas transformações, para a população chinesa, é contraditório. De um lado, a China reduz a pobreza de maneira radical, com pelo menos 400 milhões de pessoas saindo da linha de pobreza estilizada de US\$ 1,25 dólar por dia em função do crescimento exponencial da produtividade agrícola e do emprego rural e urbano. E a condição de vida mesmo do primeiro decil da distribuição melhora de maneira consistente. De outro lado, a desigualdade dispara. É formada uma massa de trabalhadores migrantes sem registro que se transforma em cidadãos de segunda classe nas cidades, sem nenhum tipo de direito social ou trabalhista até final dos anos 2000¹⁶². Da mesma forma, o país dispara em número de bilionários e se transforma em uma distopia consumista similar a outras sociedades capitalistas altamente segregadas.

No final dos anos de 1990, os ventos financeiros começam a soprar em outra direção na Ásia. Com o aumento dos déficits dos EUA e a promoção de políticas sociais e de desenvolvimento nos países do leste asiático, o capital financeiro começa a se retirar desses países e a cobrar suas famosas políticas de reestruturação e ajuste para se “adequar” ao compromisso de não correr riscos que dificultassem honrar com seus compromissos. As relações capitalistas necessitam se reproduzir, ou seja, o trabalhador precisa ser incansavelmente separado de seus meios de vida, ao mesmo tempo em que expande seu consumo de mercadorias. Atualmente, o controle dessa reprodução dual se dá pela forma das

¹⁶² Ao longo da década de 1990, as rigorosas leis do mercado de trabalho e da locomoção interna serão relaxadas, alterando profundamente a estrutura social e produtiva do país. As empresas estatais serão privatizadas ou reestruturadas, colocando-as mais próximas das empresas ocidentais, o que levará a demissões em massa nos primeiros anos. O relaxamento do registro de domicílios (“*hukou*”) permitiu uma grande mobilidade regional, mas sem garantias trabalhistas. De acordo com o censo dos anos 2000 cerca de 130 milhões de pessoas estavam residindo fora do seu domicílio de registro, o que gerou uma imensa oferta de mão de obra em um nível em dólar extremamente baixo. Com um dos maiores processos migratórios da história e sem mecanismos de proteção social, a desigualdade na China dispara, por meio de uma intensa exploração dessa mão de obra nas novas fábricas instaladas em sua costa.

finanças como policial internacional em que volta a impor suas leis de austeridade, privatização e desregulação.

Em 1997, várias economias do leste e sudeste asiático (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul), exportadores de produtos tecnológicos, passaram por um forte processo de crises financeiras. Após fortes ondas especulativas, esses países passaram por bruscas desvalorizações em relação ao dólar, o que levou a uma queda substancial nos preços de ativos em seus mercados acionários. Altamente conectados com os mercados internacionais e com políticas neoliberais, essas economias ficaram extremamente expostas às especulações financeiras, o que se reflete nas fortes saídas de capital em menos de um ano, com correspondente redução das reservas internacionais.¹⁶³

A China, diferentemente dos seus vizinhos e de várias outras economias em desenvolvimento, não passou por crises cambiais graças a sua capacidade singular de controle sobre as saídas de divisas. A China, mesmo nos intensos anos do neoliberalismo, sempre praticou taxas cambiais desvalorizadas e intenso controle sobre a conta de capitais. Com a sua forte exportação durante toda a década de 1990 e com os grandes volumes de investimentos diretos externos, o país pôde acumular grandes reservas cambiais, o que propiciou a manutenção da moeda chinesa estável, se tornando uma referência regional. A sustentação da taxa nominal do yuan a partir de 1997 (uma decisão política do Partido-Estado) foi viabilizada pelo controle de capitais e se transformou em um fator crucial para a superação da crise asiática ao evitar uma corrida cambial e por afirmar a estabilidade de uma moeda regional (Fondad, 2003).

O desempenho chinês durante a crise cambial terá um papel central para o processo de remodelação na produção asiática em específico e mundial em geral. Com essa nova

¹⁶³ De acordo com dados do Banco Mundial, em 1996 a Ásia recebeu um ingresso de US\$ 96 bilhões, o que em 1997 passou para uma saída de capitais de US\$ 12 bilhões, representando uma alteração de US\$ 108 bilhões nos fluxos de capitais internacionais.

centralidade conseguida pela estabilidade da sua moeda e da sua economia, intensifica-se o processo de inversão dos investimentos e capitais financeiros internacionais dos países asiáticos para a China. A crescente produção de bens na área de TI (Tecnologia de Informação), que explode no final dos anos de 1990 e, principalmente, dos anos 2000, se integra de maneira vertiginosa com o território chinês. Essa explosão produtiva e industrial será acompanhada por um vertiginoso crescimento do investimento em infraestrutura e urbanização que se transforma no motor central do crescimento chinês na última década.

Nos anos 2000 consolida-se uma nova divisão do trabalho mundial, com a China tendo um duplo papel, tanto pelas suas importações, quanto exportações (Medeiros, 2006). Para o mercado asiático, apesar de ter “roubado” a primazia na montagem de bens com relativa intensidade tecnológica, esse processo foi contrabalanceado pela forte importação de peças, partes, equipamentos e serviços. No mercado mundial em geral, por um lado a China obteve fortes superávits com os EUA, dada a exportação de produtos intensivos em tecnologia e as novas rodadas de investimento, ao passo que apresentou déficits com países da América Latina (por *commodities*) e do leste e sudeste asiáticos (por peças e maquinários).

A China, como produtor mundial de produtos de TI e de bens de consumo industriais para os mercados ocidentais (o primeiro polo), deslocou produtores asiáticos, enquanto seu grande mercado interno em expansão (o segundo polo) tornou-se o principal magneto para o desenvolvimento asiático. Graças à manutenção de um extraordinário crescimento econômico, a China, que se afirmou como um exportador líquido para os EUA e o Japão, transformou-se, simultaneamente, num importador líquido para a Ásia (Medeiros, 2006). Esta mudança no comércio regional começou por alterar a dinâmica do crescimento asiático centrada nos EUA como mercado final e fez da China uma máquina do crescimento global e de sua estabilização.

O crescimento chinês e sua preponderância estratégica com intenso controle financeiro não ficou circunscrito a sua economia interna ou à dinâmica global de importações e

exportações. Outra característica importante, principalmente a partir dos anos 2000, foi a guinada chinesa para investimentos diretos no exterior (Colombini, 2016). Esses investimentos podem ser sintetizados em duas linhas. A primeira referente a sua expansão comercial e financeira, sendo caracterizada pela instalação de empresas chinesas em outros países, tanto de produtos eletroeletrônicos, quanto de automóveis e máquinas e equipamentos. A segunda linha de investimentos diretos pode ser configurada dentro de planos estratégicos, tanto do ponto de vista da economia mundial, quanto do ponto de vista interno chinês, dado o país possuir uma grande desigualdade de renda e uma enorme carência de recursos naturais, tanto em matérias-primas, quanto em alimentos.

A China possui uma profunda carência em recursos naturais em relação ao seu tamanho continental e de sua população, o que se agravou nas últimas décadas com a migração histórica de quase 200 milhões de pessoas do campo para as cidades. A importação de alimentos, como soja e proteínas animais, transformou-se em uma prioridade, assim como ferro e petróleo para a construção da infraestrutura necessária para a urbanização. Cerca de 70% da matriz energética da China é baseada em carvão mineral, o que provoca grandes danos ambientais, levando Pequim e Xangai a níveis de condição do ar alarmantes. Por esse quadro, a própria realização de valor através da acumulação dentro do território chinês transformou o acesso a recursos naturais em uma prioridade para o país. Em meados dos anos 2000, como não poderia ser diferente, a vigia policial do sistema financeiro se aproveitou desse momento, disparando os preços das *commodities*, os quais são determinados nos principais centros financeiros mundiais.

A alta dos preços das *commodities* estabelecida pelo sistema financeiro de certa forma se coloca como um entrave para a realização de valor em solo chinês, dada a impossibilidade de manutenção de sua mão de obra. Mais uma vez a “polícia financeira” se coloca no sentido de impactar as suas transações comerciais e aumentar a dependência de reservas em dólar para manter esse comércio vital para o país, como será tratado de maneira mais aprofundada nas

duas próximas seções. Contudo durante as últimas décadas a China acumulou uma reserva de dólares de cerca de US\$ 3,5 trilhões em 2013, chegando a US\$ 4 trilhões em meados de 2014, segundo dados do Banco Mundial, o que correspondia a quase 35% das reservas mundiais disponíveis. Essa situação chinesa lhe facilitou manter a estabilidade em meio aos ataques especulativos. A questão aqui não é de “vilão e mocinho”, mas de como a realização da acumulação acontece atualmente em torno da centralidade de duas economias nacionais gigantescas, tendo como elementos díspares mecanismos financeiros e incorporação crescente de mão de obra. O resultado não é um paradigma melhor do que o outro, mas o acirramento e expansão da exploração do trabalho e da especulação financeira em escala mundial. Grande parte dos investimentos em grandes projetos de infraestrutura feitos pela China sofrem acusações de infringirem regras e normas internacionais, trazendo graves danos ambientais e impactos para as populações locais¹⁶⁴.

No final da década de 1990, a China consolida a formação de um sistema bancário e financeiro que irá lhe permitir uma atuação em infraestrutura na escala que sua demanda necessita. Em 1994, o Conselho de Estado chinês cria um conjunto de bancos de desenvolvimento, com maior importância do BDC (Banco de Desenvolvimento da China), o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China, e o Banco Exim da China. Enquanto os dois últimos ficaram acanhados até 2002, o BDC já realizava desembolsos acima dos US\$ 100 bilhões em 1999, atingindo em 2012 o valor de US\$ 1,03 trilhão. Os principais setores de atuação estão nas áreas de infraestrutura (56% em 2012) e setores estratégicos, principalmente, para exportação (como os 17% apenas para telecomunicação).

Por meio dos seus bancos de investimentos e de suas empresas estatais, a China passou a fazer grandes projetos de infraestrutura, principalmente na área de energia (petróleo e gás),

¹⁶⁴ Para trabalhos referentes as normas e procedimentos utilizados por empresas e bancos chineses, assim como casos de violação e danos socioambientais ver: Garzón (2015); Lam e Zhu (2009); Yunnan (2010), Gallagher et al (2013a, 2013b), Friends of Earth (2012).

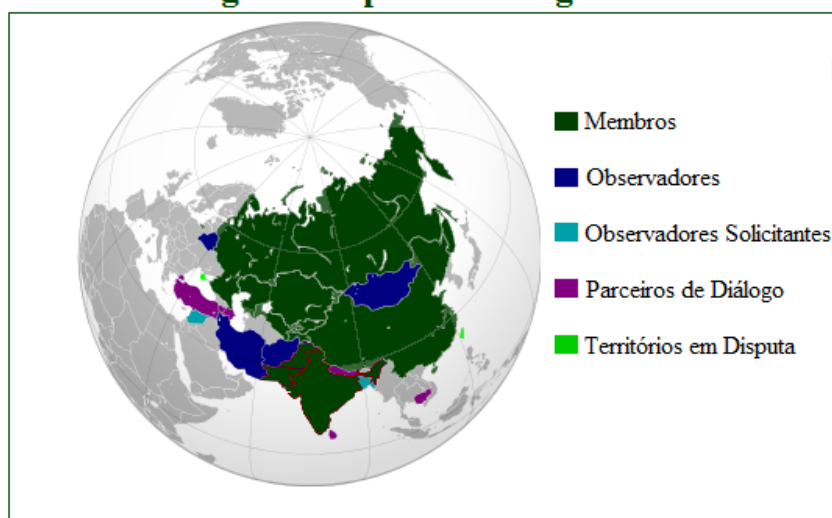
mineração e agricultura para exportação, tanto nos países asiáticos de seu entorno, quanto nos países da América Latina e África. O BDC realizou em 2012 financiamentos internacionais de US\$ 224,5 bilhões. Outro banco chinês relevante nos investimentos internacionais é o Banco Exim da China, que somente na área de exportação realizou desembolsos de US\$ 35 bilhões em 2012.

A China tem construído recentemente nos países da Ásia Central, antigamente pertencentes à URSS (além do novo acordo com a própria Rússia que analisaremos mais detalhadamente na próxima seção), uma extensa rede de gasodutos que pretende revolucionar o sistema energético chinês. O gás natural, muito menos poluente que o carvão mineral, é projetado pelos relatórios do Partido Comunista Chinês para ser a nova principal fonte energética, o que aliviaria a problemática situação ambiental do país e o colocaria em conformidade com os recentes protocolos internacionais por ele assinados.

A produção de petróleo da China, a partir de suas ações de capital no exterior e aquisições, cresceu significativamente nos últimos anos, passando de 1.360 mil bbl/d em 2010 para uma estimativa de 2,1 milhões de bbl/ d em 2013, segundo a EIA, 2015 (*Energy Information Administration*). Atualmente, as empresas chinesas de petróleo estão em atividades em 42 países, e metade da produção de petróleo no exterior decorre do Oriente Médio e África. O Iraque é um país-chave, onde todas as três grandes petroleiras chinesas possuem grandes investimento. Cerca de 26% da produção de petróleo da China no exterior em 2013 foi proveniente do Iraque. Cazaquistão, Sudão e Sudão do Sul são outros países que contribuíram para porções consideráveis de produção no exterior da China. Nos últimos anos, a China tem diversificado suas aquisições no exterior para incluir novas áreas de exploração de petróleo no Brasil e na América do Norte. As empresas petroleiras: CNPC, Sinopec e Sinochem, compraram participações em campos produtores no Canadá, Estados Unidos e no Brasil.

A China também tem concedido empréstimos em troca de importações de petróleo e gás a preços pré-estabelecidos aos países que necessitam de capital para extrair as suas reservas e construir a infraestrutura necessária. Segundo a EIA (2015), até o final de 2013 as grandes corporações chinesas já haviam garantido com vários países ofertas bilaterais de petróleo-por-empréstimo em um montante de quase US\$ 150 bilhões. As operações de petróleo-por-empréstimo ocorreram com a Rússia, Cazaquistão, Venezuela¹⁶⁵, Brasil, Equador, Bolívia, Angola e Gana e há um grande acordo de gás-por-empréstimo com o Turquemenistão.

Shanghai Cooperation Organization



fonte: elaboração própria com base em www.sectsc.org

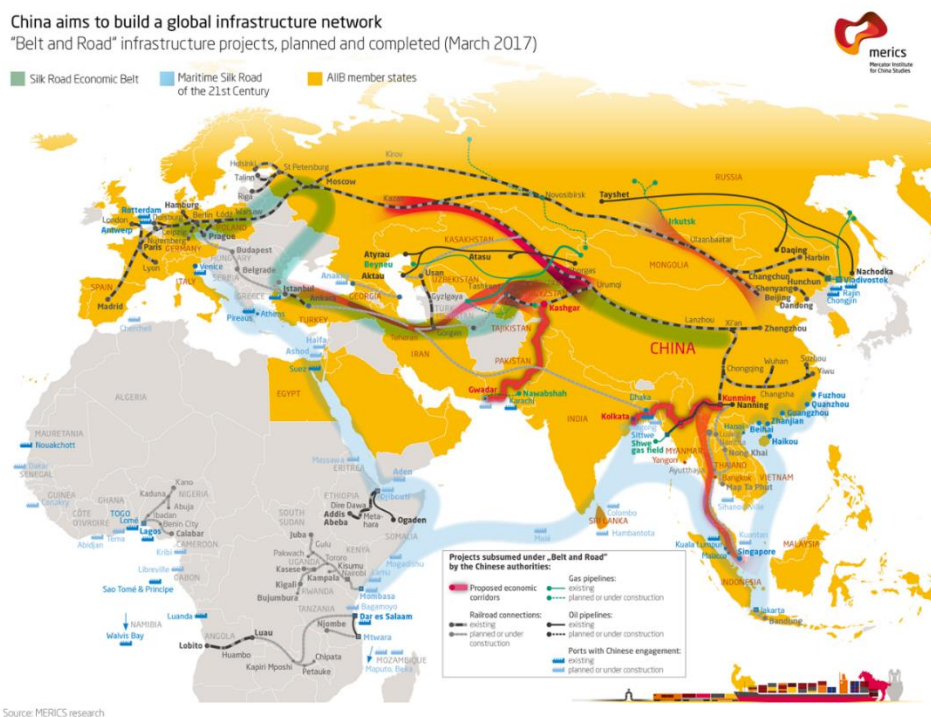
Diante da sua política de investimentos expansiva, a China também se colocará de forma estratégica na arquitetura do novo sistema de segurança e finanças global. Em 2001 a China, junto com Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, e Uzbequistão fundou a SCO (*Shanghai Cooperation Organisation*), que apesar de relativamente pouco conhecida possui um significado extremamente importante na geopolítica mundial. Tendo incluído Índia e Paquistão em janeiro de 2016, a SCO é o primeiro acordo de segurança mundial realizado sem a presença dos países europeus e dos EUA. De forma a se confrontar com a OTAN, a SCO é um importante

¹⁶⁵ Venezuela e China assinaram vários acordos para mais de US\$ 45 bilhões em troca de 600.000 bbl /d de petróleo bruto e produtos.

passo no processo de integração asiática e do Oriente Médio. Mas o mais ambicioso projeto de poder chinês, que integra braços de infraestrutura, geoestratégia, financeiro, segurança energética, diplomacia e controle regional, foi anunciado em 2013 pelo atual presidente Xi Jinping. Trata-se da Nova Rota da Seda (nome oficial é *Belt and Road Initiative*), um projeto com investimentos previstos para a casa de US\$ 4 trilhões envolvendo 60 países da Eurásia. A iniciativa já teve início por meio do anúncio (e efetivação) de construção de seis corredores de infraestrutura que englobam rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia elétrica, parques eólicos e solares, gasodutos e oleodutos por vias terrestres e marítimas. Seu braço financeiro, o AIIB (*Asian Infrastructure Investment Bank*), foi criado no final de 2015 com o intuito de apoiar, como o nome já diz, o investimento em infraestrutura na região da Ásia-Pacífico. Também na tentativa de construção de um novo espaço asiático com menor interferência ocidental, a criação desse banco foi amplamente discutida e divulgada por rivalizar diretamente com o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático, os quais foram criados sob a égide norte-americana.

Ainda numa perspectiva global, a China também encabeçou um projeto com os outros considerados países emergentes (BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na criação de duas importantes e simbólicas instituições financeiras globais. Depois de longos anos de estreitamento das relações, o grupo dos BRICS anunciou, em 2014, as linhas definitivas do NBD (Novo Banco de Desenvolvimento), o qual pretende ser também uma alternativa às instituições internacionais financeiras sobre a égide norte-americana: Banco Mundial, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BAD (Banco Africano de Desenvolvimento). Outro acordo estabelecido por esses países, e também anunciado em seu formato definitivo no encontro de Fortaleza em 2014, foi o ACR (Arranjo Contingente de Reservas) em que cada um dos países irá disponibilizar um determinado montante de divisas para, em um caso de crise cambial, esse novo fundo possa atuar na contenção de potenciais ataques especulativos.

Nova Rota da Seda: seis corredores de infraestrutura terrestres, rotas marítimas e países-membro do Banco de Desenvolvimento Asiático (até março de 2017)



Fonte: Merics Research

Um banco de desenvolvimento é algo que os países dos BRICS já tinham, inclusive, como sendo um dos grandes elementos constitutivos do crescimento desse bloco na última década. A criação desse grupo estava muito além de motivos de investimento ou comerciais, tendo um peso nessa união muito maior na intenção de se opor aos mecanismos de controle neoliberais. Esse sim foi o grande motivo da criação rápida e sem grandes alardes de um fundo de estabilização do câmbio. As reservas internacionais dos países dos BRICS representavam 41% do total das reservas mundiais (em 09/2013), com reservas chinesas de US\$ 3,5 trilhões (em 06/2013), russa de US\$ 509 bilhões (em 08/2013), brasileira de US\$ 367 bilhões (em 08/2013), indiana de US\$ 262 bilhões (em 09/2013) e sul africana de US\$ 48 bilhões (em 07/2013).

Os EUA, em 2012, iniciaram uma política de ajuste monetário, com efeitos profundos e difíceis de prever. Com a volta do crescimento econômico nos EUA, o Fed (banco central

norte-americano) passou a reduzir as compras de ativos que estimulavam a economia, o que levou a uma queda nos preços dos títulos (e correspondente alta de rendimentos). Em linhas gerais, essa política levou a um aumento dos juros pagos pelos títulos norte-americanos, o que implicou em uma reversão dos fluxos internacionais de capitais que estavam nos países emergentes.

As saídas de capital dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) de 22 de maio até 22 de agosto de 2012 foram equivalentes a cerca de um terço do capital sob administração dos fundos que existiam nesses países. Durante todo o ano de 2012, a moeda brasileira e, principalmente, a rupia indiana, sofreram grandes ataques especulativos, os quais levaram a uma forte desvalorização cambial, com déficit na balança de pagamentos e necessidade de “queima” das reservas para frear esse processo. Tanto Índia, quanto Brasil se pronunciaram fortemente contra as medidas norte-americanas, acusando de extremamente nocivas e prejudiciais para a economia mundial.

Logo após a crise financeira de 2008, a China se colocou veementemente contra a imposição do dólar com padrão monetário internacional. Com um fundo de reservas internacionais gigantesco e intenso controle de capitais, é o único país do bloco que pratica um regime cambial altamente administrado, diferentemente de países como Brasil e Rússia, que possuem regimes com flutuação administrada, sendo mais sensíveis às variações. Todavia, mais alarmante ainda é o caso indiano, que opera em um regime próximo da livre flutuação, o que impõe graves choques cambiais. Um pouco antes da conferência dos BRICS em Durban, o Ministro das Finanças russo escreveu uma carta um tanto quanto incisiva quanto à necessidade de alteração no sistema monetário internacional, na qual defendia o bloco dos BRICS como uma das principais ferramentas para esse processo. Contudo, como a história nos conta, a atuação das formas financeirizadas de controle no mercado mundial pareceu pesar sob os BRICS, tendo grande retrocesso a partir de 2015, como veremos adiante.

Junto ao acordo para formação do ACR, também avançou em termos comerciais para a transação entre esses países em suas próprias moedas, tendo como base o RMB (renminbi) chinês, sem necessitar do intermédio do dólar. De acordo com a Swift (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*) – associação internacional detentora de um sistema que possibilita a transferência eletrônica global de recursos entre instituições financeiras –, em 2010, o renminbi ocupava um modesto 35º lugar entre as moedas mais utilizadas em pagamentos comerciais no mundo. Em 2017 já é a terceira colocada da lista, atrás apenas do dólar e do euro, já a frente até mesmo do iene e da libra esterlina. Dentro da cesta do FMI, a qual o RMB entrou somente em outubro de 2016, a quota-parte é de 10,92%, superior ao da libra esterlina (8,09%) e do iene (8,33%), sendo o primeiro lugar ocupado pelo dólar (41,73%), e o segundo pelo euro (30,93%). Em outubro de 2015, a China lançou o CIPS (*Cross-Border Interbank Payment System*) para obter um sistema de pagamentos que possibilitasse a transação em RMB, sendo o sistema também conhecido como *China Interbank Payment System*. Em março de 2016, o CIPS e o Swift realizaram um acordo em que celebravam as transações de RMB via CIPS através do Swift, o que garantiu grande impulso para a moeda chinesa.

Em dezembro de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Estado chinês a criação de um “mercado doméstico de contratos de comércio futuro” de petróleo. O “*Shanghai International Energy Exchange*”, conhecido pelo acrônimo INE, uma unidade da “*Shanghai Futures Exchange*”, permitirá a partir de janeiro de 2018 que os compradores chineses fechem os preços do petróleo e paguem em moeda local (Park, 2018). Além disso, os comerciantes estrangeiros terão permissão para investir, pois a troca está registrada na zona de livre comércio de Xangai, um regime especial dado o controle de capitais no restante da economia. O plano é criar operações de futuros de petróleo no yuan, que serão totalmente conversíveis em ouro nos mercados cambiais de Xangai e Hong Kong, o que criará os petroyuans em concorrência os petrodólares (Escobar, 2017). Atualmente, o mercado futuro de petróleo é transacionado apenas

em dois mercados, com dois pontos de referência chave: WTI (*West Texas Intermediate*), que negocia na “*New York Mercantile Exchange*”, e o “*Brent crude*”, que negocia com a “ICE Futures Europe” em Londres. O mercado futuro de petróleo é o mercado de *commodities* mais ativo existente, tendo um grande peso na sustentação das moedas internacionais, como o dólar. Como será visto em seguida, a formação no futuro dos petroyuans representam uma grande mudança no mercado mundial, podendo causar impactos profundo nas relações capitalistas futuras.

Os altos preços das *commodities*, os vultuosos investimentos em recursos naturais e os elevados empréstimos chineses fizeram com que um novo e emergente fluxo financeiro acontecesse com centralidade na China, tanto no leste asiático, como o novo centro produtor, principalmente de bens de várias intensidades tecnológicas, como com o “Sul Global”, rico em recursos naturais. O enorme superávit chinês ao longo das últimas décadas, seu consequente acúmulo de enorme reserva em dólares e títulos norte-americanos, e a autonomia do Partido-Estado que mantém rígido controle de capitais em meio a um mundo liberalizado possibilitaram à China manter suas políticas e ter maior estabilidade face aos ataques especulativos. Como é evidente, todos esses elementos caminham para uma maior contradição com o arranjo financeiro de acumulação das últimas décadas. Nos últimos anos, as disputas pelo controle do petróleo e do padrão monetário têm se tornado cada vez mais claras, provocando instabilidades mundiais, que de modo temerário vão muito além das questões meramente econômicas.

Preços commodities: demanda ou especulação?

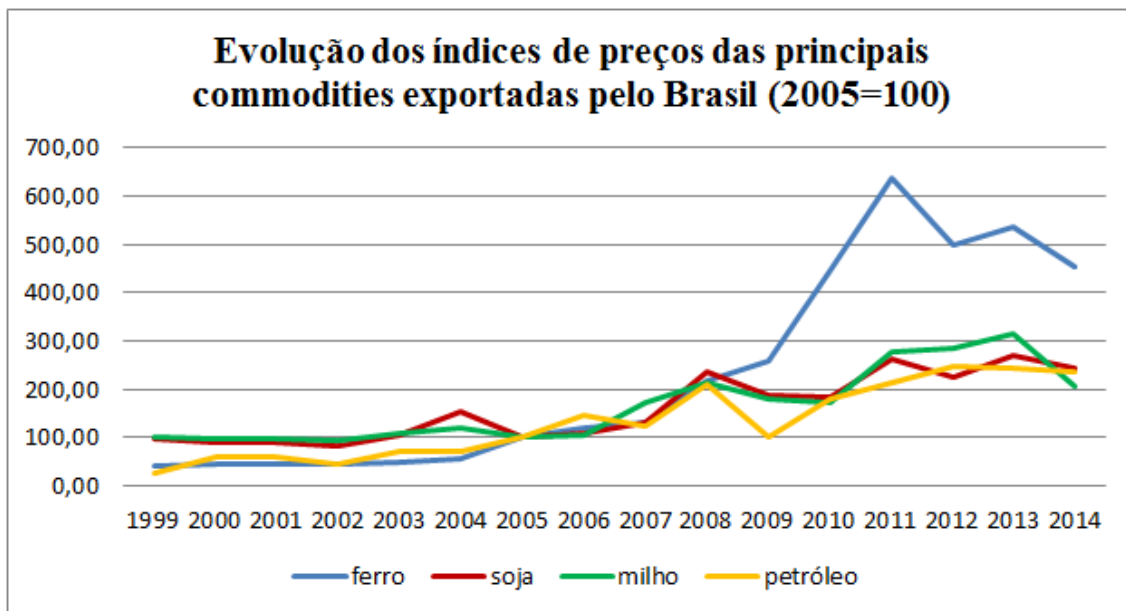
Quando vamos analisar os investimentos em um determinado país consideramos logo de saída os interesses evidentes, como os benefícios que tais projetos e produtos proporcionariam ao investidor. Contudo, em nossa sociedade, a finalidade ou utilidade do produto não é necessariamente o que determina sua produção, mas sim a sua rentabilidade, a

qual depende não só de sua utilidade, como também de outras condições que perpassam o mercado e o sistema capitalista. Por isso quando nos propomos a entender um investimento devemos compreender não apenas a importância de um determinado bem, mas o que está por trás da determinação do valor desse produto.

Em meados dos anos 2000 os preços das *commodities* sofreram um crescimento histórico em nossa sociedade, o que foi considerado por grande parte dos analistas na conta do efeito China em que, juntamente com o incrível crescimento econômico, estaria um forte crescimento da demanda por recursos naturais, tanto matérias-primas, quanto alimentos. Grande parte das transformações dos países da América Latina nos últimos anos é considerada como atrelada a esse processo. Sem sombra de dúvidas a China possui um papel central no jogo das *commodities* dos últimos anos. Contudo, se analisado com mais cuidado, através somente do aumento de demanda da China por recursos naturais é difícil explicar totalmente o aumento desses preços na escala em que aconteceu (Serrano, 2013). O mercado financeiro-especulativo também desempenha um papel central. Passada essa fase do *boom* de crescimento e aumento da demanda, os preços das *commodities* sofreram uma queda brusca a partir de 2014, o que novamente é difícil de ser explicado totalmente pela queda do crescimento e da demanda.

A questão central do “jogo das *commodities*” está em entender o que está por detrás do mero movimento de mercadorias. O controle dos mercados de recursos naturais, com grande exemplo do petróleo, perpassa a própria constituição das relações capitalistas no mercado mundial atualmente. A imposição dos controles financeirizadas encontram como barreiras as próprias formas de desenvolvimento capitalista, como o caso exemplar do desenvolvimento chinês mostrado na seção anterior. Os mercados não devem ser vistos como formas naturais de oferta e demanda, dada existência de uma luta contra as formas de controle. O desenvolvimento chinês, juntamente com as mudanças produtivas e seus efeitos no aumento da demanda de recursos naturais, deve ser visto em um processo contraditório e articulado com as formas

financeiras. A dimensão da demanda chinesa é um aspecto essencial no processo de determinação dos mercados, contudo não pode ser separado dos processos antagônicos impostos pelos mercados financeirizados.



fonte: elaboração própria com base nos dados do FMI.

Os preços das *commodities*, em geral, alcançaram níveis históricos extremamente baixos em 1999, com destaque para os preços do petróleo (Ferreira, 2012). O petróleo já tem uma alta em 1999, mas a partir de 2003, juntamente com os preços dos metais, verifica-se uma forte elevação (os metais passam a crescer ainda mais rápido do que o petróleo). Por sua parte, os alimentos possuem um crescimento mais lento, que só acelera a partir de 2007, apesar de se observar que em todo o período também possuem um crescimento significativo. Durante os anos de 2008 e 2009 os preços de todas as *commodities* caem drasticamente como consequência da crise internacional, mas já se recuperam em 2010, tendo o seu pico em 2011.

De acordo com dados do FMI, os preços dos metais cresceram cerca de 200% de 2003 a 2013 e o preço do petróleo em cerca de 260%. Entretanto, o preço do petróleo (que permaneceu alto ainda em 2013) se alterou completamente durante o ano de 2014, tendo incríveis quedas. Os alimentos, por sua vez, tiveram crescimento mais acanhado quando comparado com essas outras duas *commodities*, mas também apresentaram um crescimento

expressivo de cerca de 100%. No caso dos alimentos, há ainda uma questão de grande disparidade, pois existem alguns alimentos específicos com um crescimento muito mais elevado na década.

Apesar do aumento do consumo chinês ter sido alto, no caso dos alimentos, parte de um patamar muito baixo, o que reflete em um efeito na demanda mundial pequeno¹⁶⁶. Mesmo para a soja, com uma importância maior da demanda chinesa. Alimentos como café, açúcar e banana obtiveram um crescimento de 2002 a 2007 no consumo chinês de 32,3%, 30,6% e 25%, respectivamente, mas o efeito da demanda chinesa no crescimento da demanda mundial foi de apenas 1%, 1,5% e 0,6%, respectivamente. Mesmo a soja, que apresenta um aumento no consumo chinês de 116% de 2003 a 2013, em relação aos 37% do crescimento do consumo mundial, representou um efeito da demanda chinesa no crescimento da demanda mundial de apenas 12%.

O efeito chinês para o petróleo possui níveis bem mais baixos. Apesar do forte crescimento do consumo e da importação chinesa, ainda impacta relativamente pouco o aumento da demanda mundial. Assim, de 2003 a 2013, o consumo chinês de petróleo aumentou 81%, contra 13% de aumento da demanda mundial, de forma que o efeito chinês na última década não passou de 4%, sendo menor ainda na primeira fase de crescimento dos preços de 2002 a 2007, onde o aumento do consumo chinês foi de 48,7% com um efeito de apenas 2,7% sobre a demanda global.

¹⁶⁶ O efeito na demanda mundial é medido através do quanto mais alta foi a demanda mundial do que teria sido se a demanda de um determinado país, no caso a China, houvesse crescido ao mesmo ritmo do que o resto do mundo no período analisado. Em outras palavras, esse dado compara o crescimento da demanda mundial de um produto com o caso hipotético da demanda desse produto por um país específico ser considerada a mesma que a média mundial sem ele, para assim poder obter o impacto da demanda desse país dentro do mercado mundial. Dessa forma, se torna possível visualizar alterações de um país em escala mundial, como o caso chinês, que apesar do crescimento da demanda de muitos produtos alimentícios ter sido enorme, dentro do mercado mundial sua participação é relativamente pequena. Mesmo com um enorme aumento no consumo de carnes na China, por exemplo, o seu crescimento é muito pequeno se comparado com os países da Europa e dos EUA.

Quando comparamos o efeito da demanda chinesa e seu peso no consumo mundial com o aumento dos preços fica evidente uma diferença de escala dessas mudanças. Realmente é difícil colocar toda a transformação da demanda, preços e investimentos por recursos naturais dos últimos anos no “efeito China”, quando comparamos uma mudança de 2003 a 2013 nos preços da soja e do milho de 152% e 186%, respectivamente, com efeitos China da ordem de 12% e 3% respectivamente. O caso do petróleo também reflete muito essa contradição do efeito China nas *commodities*, tendo um aumento de preço de 260% e um efeito China de apenas 2,7%.

A determinação dos preços e dos investimentos está muito longe de acontecer em uma simples redução de oferta e demanda. Apesar da sua aparência, ela não pode ser naturalizada. O desenvolvimento das forças produtivas que impactam na demanda e na oferta se colocam antagonicamente com os processos de constituição de classe, que têm na financeirização um dos seus pontos centrais do momento atual do capitalismo.

Um novo dilema: uma “guerra híbrida”?

O aumento dos preços das *commodities*, principalmente da energia, como mostrado na seção anterior, foi alavancado pelo mercado financeiro se aproveitando da carência chinesa e de sua necessidade de realizar novos investimentos. Com a alta da demanda e dos preços dos recursos naturais, uma infinidade de projetos antes inviáveis se transformou na nova frente de expansão do capitalismo, tanto do ponto de vista da acumulação, quanto da exploração e despossessão, o que foi impulsionado pela desregulação financeira e seu processo de desvalorização e valorização numa lógica interna de reprodução. Lideradas pelos chineses, gigantescas operações se estabeleceram em países da África, da América Latina e da Eurásia, principalmente nas áreas de energia e de mineração (Colombini, 2016).

A forte entrada de capitais nos países do “Sul Global” gerou uma situação favorável na balança de pagamentos, possibilitando arcar com a dívida e acumular divisas. Não por acaso, encabeçada pela China, uma série de acordos e instituições foram criadas em direção oposta ao dólar, com a clara intenção de utilizar desse novo eixo econômico, produtos tecnológicos asiáticos e recursos naturais do “Sul Global”, para emergir um novo padrão financeiro internacional. Contudo, como buscou-se apresentar neste trabalho, tanto o petróleo, quanto o sistema financeiro não representam apenas ganhos monetários comerciais, mas funcionam como a base de sustentação do sistema capitalista das últimas décadas: expansão do consumo via crédito juntamente com imposição de austeridade com cortes salariais e sociais. Para essa engrenagem capitalista atual funcionar é necessário o dólar como padrão monetário inquestionável, o que passa pelas transações mundiais de *commodities* serem realizadas nessa moeda. Também não por mera causalidade, dois dos maiores produtores de *commodities* mundiais que realizaram grande aproximação com os chineses nos últimos anos, Brasil e Rússia, passam atualmente por severos ataques especulativos com graves crises políticas, como será apresentado mais a frente.

A Eurásia tem sido o palco mais quente dessas novas tensões, com a sua integração cada vez mais eminente. Os EUA têm se colocado de forma contundente, não apenas com seu poderio financeiro, mas também com novos acordos comerciais e novas posturas políticas (tanto declaradas, quanto pelos “bastidores”). As recentes questões políticas na Ucrânia, no Irã e na Síria explicitaram de vez esse processo, aproximando Rússia e China em oposição aos EUA e seus protetorados. Como apresenta Pepe Escobar no seu livro “*Empire of Chaos*”, de 2014, o momento atual é marcado por um acirramento tão forte que deve ser considerado dentro de um novo quadro de guerra, como denominado pelo próprio autor, de uma **guerra híbrida**, a qual se apresenta de distintas formas conforme o campo de disputa, como pode ser visto desde

o petróleo do Oriente Médio, até os mercados produtores emergentes asiáticos e a fonte “inesgotável” de recursos naturais da América do Sul.

Desde o começo dos anos 2000, quando Vladimir Putin assume a presidência, a Rússia passa a ter um posicionamento completamente oposto ao seu dismantelamento dos anos de 1990. Entre as inúmeras medidas protecionistas e expansivas do governo russo se destaca a ofensiva das estatais de petróleo e gás natural sobre o mercado europeu, tornando-se a grande fonte energética para o “velho continente”. Acompanhando esse movimento, as maiores bolsas de *commodities* da Rússia cortejam ativamente os comerciantes de petróleo internacionais para se juntarem a seu mercado futuro emergente. Os objetivos dessa política são claros: desconectar os mecanismos de fixação de preços de referência ao petróleo *Brent*¹⁶⁷, o que leva a um afastamento dos petrodólares. Contudo, a realização dessa quebra da supremacia dos petrodólares passa pela construção de uma complicada rede de oleodutos, tanto na ligação da Rússia e Eurásia com a Europa, quanto do Oriente Médio com a China. Novamente, Ucrânia, Síria, Irã e Iraque se tornam peças estratégicas dentro desse tabuleiro.

Os distúrbios e conflitos nessa região estão longe de ser uma novidade, contudo é espantosa a escalada bélica observada a partir dos anos 2000. A conexão dos grandes produtores de petróleo do Oriente Médio com a Índia e a China possuem três caminhos principais. O mais direto atravessaria todo o Afeganistão, o que possui grandes dificuldades devido ao acirramento do conflito interno e a grande presença norte-americana em guerra contínua desde os anos de 2001, a qual se iniciou com o “revelador” governo de George W. Bush¹⁶⁸. A China está

¹⁶⁷ *Brent* é a principal referência de preço global para os óleos brutos da bacia do Atlântico. Ele é usado para fixar o preço de dois terços dos fornecimentos de petróleo bruto negociados no mercado internacional do mundo. “Brent Crude” é extraído do Mar do Norte e compreende Brent Blend, Forties Blend, Oseberg e Ekofisk crudes (também conhecido como a cotação BFOE). O marcador de petróleo bruto Brent também é conhecido como Brent Blend, London Brent e Brent de petróleo.

¹⁶⁸ George W. Bush, assim como o seu pai, possuem um longo vínculo com as grandes empresas de petróleo. Não apenas com fundos para campanha, como sendo eles mesmos grandes investidores. Logo no começo de seu governo uma das suas primeiras medidas foi a constituição de um grupo de trabalho para a formulação de uma “nova política energética”, contando com a participação de seu vice-presidente Dick Cheney, ex-presidente da Halliburton (uma das maiores empresas de prestação de serviços para a indústria de petróleo), e com a assessoria das grandes companhias transnacionais de petróleo. Diferentemente do que se esperava de uma nova política

contornando esses desafios com o ambicioso projeto da “Nova Rota da Seda”, que inclui um corredor específico pelo Paquistão e que reduziria o trajeto para o transporte do petróleo que vem do Oriente Médio em 10 mil quilômetros. Estimado em US\$ 62 bilhões, o corredor econômico China-Paquistão também evitaria o conhecido Estreito de Málaca, um dos principais desafios geoestratégicos para a China e para vários países asiáticos.

Os dois grandes produtores atuais de petróleo, Iraque e Kuwait, desde o final dos anos de 1970 são dois grandes protetorados norte-americanos, com forte influência militar e política do país na região. Dessa forma, os outros grandes produtores da região passam a ter destaque nessa geopolítica do petróleo, sendo exatamente o grande foco atual da delicada situação política da Síria, Iraque e Irã. Em 2003, os EUA começam uma controversa guerra contra o Iraque; mesmo sem nenhuma relação encontrada entre Saddam Hussein e os grupos terroristas, o governo Bush declara a existência de produção de armas de destruição em massa e inicia uma guerra com o apoio da OTAN. “Coincidentemente” nos anos 2000 Saddam Hussein começa a vender o petróleo iraquiano em euros, estimulando os demais países exportadores.

A guerra do Iraque, contudo, se estendeu até 2011, sendo amplamente criticada pela sua má resolução dada pelos EUA, que dizimou as bases sociais e políticas do país. A ingovernabilidade no Iraque dará origem ao Estado Islâmico, que passa ocupar um grande território no centro do Iraque e grande parte da Síria, tendo consequências sociais profundas para as populações locais. A Síria, historicamente aliada à Rússia, mesmo passando por severos ataques do Estado Islâmico a sua população, não sofreu interferência norte-americana e de seus aliados. Ao contrário, a Rússia se colocando mais uma vez contra a OTAN, estreitou alianças com o ditador sírio, Bashar al-Assad, no combate ao Estado Islâmico.

energética nos anos 2000 ser voltada para fontes alternativas com menos danos ambientais, foi elaborado um plano para maximização interna do petróleo e garantia das fontes internacionais.

O posicionamento russo na Síria só veio a catalisar o acirramento já explícito com os Estados Unidos, o qual se agravou de forma profunda e com infundáveis repercussões a partir do conflito na Ucrânia e Crimeia. A Ucrânia recebe parte do gás natural proveniente da Rússia como pagamento pela passagem do gás natural, que é exportado da Rússia para a Europa. A outra parte deve ser comprada diretamente da Rússia, o que tem gerado conflitos entre a Gazprom e o governo ucraniano. Uma vez que da Ucrânia é cobrado o valor integral, sem o desconto garantido pela passagem do gás em seu próprio território, este país se apropria do gás que vai para a Europa, abalando a boa relação entre os dois países. Em 2013, a Ucrânia intensificou as negociações para um acordo de associação com a União Europeia, o que se opunha completamente aos planos russos de integração da Eurásia e de sua supremacia na passagem do gás para a Europa. Contudo, em novembro de 2013, o presidente ucraniano se opôs ao plano europeu, apresentando um redirecionamento para maior integração com a Rússia. Esse processo deu início a uma violenta onda de manifestações na Ucrânia, com diversas acusações de participação, tanto de agentes norte-americanos, quanto russos. O acirramento consequente levou a uma maior participação do exército russo, que culminou com a anexação da Crimeia. Vários protestos e conflitos no sul da Ucrânia para integração com o território russo continuam até o presente momento.

O posicionamento russo no conflito ucraniano foi veementemente criticado pela OTAN, sendo recebido com duras medidas do governo norte-americano, que durante 2014 impôs uma série de restrições ao governo russo, desde congelamento de contas e investimentos de empresas russas como embargos comerciais e financeiros ao país. O ano de 2014 pode ser visto como a intensificação de uma nova guinada da estratégia da política externa norte-americana para se recolocar na nova economia ditada pela maior centralidade asiática, como foi expresso no documento/programa “*America’s Pacific Century*” de Hillary Clinton em 2011 na revista “*Foreign Policy*”. Essas novas políticas perpassam tanto o plano comercial, quanto o financeiro

e o energético. Os inúmeros esforços do governo Obama para a formação de novos acordos comerciais com os países do Pacífico e, mais recentemente com a União Europeia, podem ser vistos dentro desse quadro de intensificação política.

Como tem sido apresentada por vários especialistas em geopolítica do petróleo¹⁶⁹, a queda recente dos preços das *commodities* puxada pelo petróleo não se deve a uma proteção de mercado pela Arábia Saudita contra a produção de gás de xisto, como muitos querem argumentar. Ao contrário, a queda abrupta dos preços do petróleo deve-se a um novo acordo entre os EUA e a “Casa de Sa’ud” (como é conhecida a família real da Arábia Saudita), com a clara intenção dos norte-americanos de atacar as contas da Rússia e de frear os novos investimentos em energia no “Sul Global” liderados pela China (Engdahl, 2016). A queda dos preços do petróleo como oposição a produção de gás de xisto norte-americano, segundo especialistas críticos na geopolítica do Oriente Médio, não passa de mais um falso argumento na direção de mascarar os interesses da expansão dos petrodólares (Escobar, 2014).

A forte queda do preço do petróleo obteve efeitos profundos nos países que basearam grande parte de seu crescimento na exportação de recursos naturais. Muitas das políticas promovidas pelos países da América Latina dependiam dos elevados preços das *commodities* para sua sustentação. Além, evidentemente, da continuação dos projetos voltados para a exploração de novas fontes de recursos naturais. Muitos investimentos, tanto em gasodutos e oleodutos, como em novas áreas de exploração energética e de mineração, se tornaram inviáveis com os preços baixos das *commodities*. Os investimentos e a produção de gás de xisto nos EUA, muitas vezes acusados de ser o grande elemento de disputa para o aumento da produção saudita, em realidade possui um custo muito elevado, o que em condições “normais” de mercado já teria sido inviabilizado. Contudo, devido ao posicionamento estratégico para a questão energética

¹⁶⁹ Uma importante leitura sobre a geopolítica do petróleo recente pode ser vista em Escobar (2014), Engdahl (2014) e Hudson (2016).

norte-americana e de suas empresas, essa produção tem sido altamente subsidiada, de modo a garantir a continuidade e o estabelecimento do gás de xisto em um momento em que grande parte dos investimentos em novas áreas de extração estão sendo desestimulados pelas “forças” do mercado.

Os preços baixos do petróleo têm sido acompanhados por uma imensa saída de capitais dos países ditos emergentes, com amplo destaque para Rússia, Brasil e China. Desde 2014 os EUA têm indicado o começo de uma política de aumento de juros, o que se iniciou de forma efetiva em dezembro de 2015, o que promove uma retirada de enormes volumes de capitais dos países considerados de maior “risco” de investimento. A última elevação dos juros tinha ocorrido em junho de 2006. Depois de várias ameaças desde 2014, efetivamente houve aumento de 0,5% no final de 2015, com continuadas notas do FED sinalizando a continuação dessa política.

Outra medida de grande impacto encabeçado pelos EUA foi a alteração das políticas do Banco Mundial e do FMI, que a partir de agora podem conceder novos empréstimos a países devedores a depender a quem se origina essa dívida. Nas últimas décadas o FMI tem funcionado como um sistema de controle creditício internacional, punindo os países que não arcassem com suas dívidas por meio do bloqueio a novos empréstimos em divisas internacionais, o que forçaria os países devedores a novas rodadas de austeridade. Com a nova regra do Banco Mundial e do FMI, essas instituições podem conceder novos créditos, mesmo em caso de não cumprimento das dívidas. Como apresentou Hudson (2015), essa alteração das regras é claramente uma forma de incentivar o não pagamento das dívidas contraídas pelos países com novos investimentos em mega-projetos, principalmente financiados pela China, mas também pela Rússia e pelo Brasil.

A Rússia tem enfrentado o mais forte desses ataques especulativos, já tendo praticamente zerado suas reservas de divisas internacionais acumuladas durante o período de

alta das *commodities*. O ano de 2016 também foi marcado por fortes saídas de capitais da China, em uma clara tentativa de desvalorização do yuan. Mas assim como durante a crise asiática de 1997, a China parece conseguir passar pelos ataques especulativos. Através de queima de parte das suas reservas em dólar o PCC consegue manter sua moeda valorizada e seguir com sua forte política intervencionista. Mesmo com a queima de uma grande quantidade de reservas em dólares desde 2015, a China continuou e continua (janeiro de 2018) com reservas de mais de US\$ 3 trilhões.

Ao contrário do que a mídia global tenta vender, a China não parece estar passando por uma “convulsão em seus mercados financeiros” com a aproximação de um “crash inevitável” (Escobar, 2016). Aqui parece estar um dos grandes diferenciais chineses. A imbricação da China com o dólar e com a dívida norte-americana é tão elevada que uma crise cambial chinesa não pode ser suportada pelos próprios norte-americanos, em realidade pelo próprio mercado mundial. Cada vez mais a posição conquistada pelo Estado chinês parece o colocar em uma posição privilegiada dentro do sistema financeiro atual, dada a sua capacidade de resistir aos ataques especulativos, sendo difícil saber se a posse de títulos do tesouro dos EUA pelos chineses são uma espécie de “tributo” ou de formação de um “clientelismo”¹⁷⁰.

Esses vários ataques que marcam essa guerra financeira também possuem seu lado inverso, ou seja, a contrarreação da Rússia e China e seus novos aliados. Um dos grandes marcos de nova polarização foi o enorme acordo energético entre a Rússia e a China no final de 2014, logo após o embargo norte-americano. Esse acordo não ficou restrito apenas à venda de gás natural. Entre os vários termos assinados está a construção de amplas redes de gasodutos

¹⁷⁰ “Nunca ha quedado muy claro si el dinero inyectado desde Asisa para pagar la maquinaria bélica estadounidense se puede ver como ‘préstamos’ o como ‘tributo’. Aun así, el súbito advenimiento de China como el mayor poseedor de bonos del tesoro estadounidense ha alterado claramente la dinámica. (...) Pero la aparición de China en el juego añadió un nuevo elemento. Existen todas las razones para pensar que, desde el punto de vista de China, se trata de la primera fase de un largo proceso para convertir a Estados Unidos en algo parecido a un tradicional Estado cliente de China. Y como es evidente, los gobernantes chinos no están motivados (no más que los de cualquier otro imperio) por un sentido de la benevolencia. Siempre hay un coste político, y lo que señala el titular de la noticia son quizá los primeros indicios de cuál puede ser, finalmente, ese coste.” (Graeber 2012, p. 490).

na Eurásia (tanto por uma via “oriental” quanto “ocidental”) e vários acordos comerciais com a ênfase na transação em yuan entre os dois países, para já o ano de 2015 atingir uma troca bilateral equivalente a US\$ 100 bilhões anuais.

As relações da China no Oriente Médio, desde o ponto de vista dos interesses energéticos, também cresceram significativamente nos últimos anos. O Irã, antigo opositor dos EUA, tem se tornado cada vez mais um grande parceiro comercial chinês, justamente em um período em que os iranianos têm se esforçado para aumentar suas relações comerciais com o Ocidente. Tanto o Iraque, quanto a Síria, também tem sido alvo dos investimentos russo e chinês. Devastadas pela política norte-americana, em ambas as nações os chineses têm promovido vários planos de investimentos, o que acontece sobre a tutela russa, com maior proximidade como o caso do Estado Sírio.

O fortalecimento recente desses países no Oriente Médio tem também aumentado a pressão para o rompimento dos grandes fluxos de petrodólar. Assim como a Rússia tem pressionado os comerciantes de petróleo a romperem com a referência em óleo Brent, a China tem pressionado os países produtores de petróleo, principalmente a Arábia Saudita, para romperem com o petrodólar como condição de uma continuação das elevadas compras chinesas. A situação da Arábia Saudita, em realidade, está cada vez mais delicada, e a condição de protetorado norte-americano é mais custosa para o país com as maiores reservas de petróleo do mundo. Nos últimos anos, assistiu-se ao surgimento de novas fontes energéticas, tanto como consequência de novos investimentos em petróleo, quanto com a introdução de padrões energéticos alternativos, como energia solar e eólica. Devido ao último acordo com os EUA de inundar o mundo com petróleo para baixar o seu preço, a Arábia Saudita tem sofrido um grande rombo em seu orçamento. Para muitos analistas, a sua situação com a continuação dessa política se tornará inviável dentro de pouco tempo, o que possibilitaria o rompimento de suas transações de petróleo em dólar.

Em novembro de 2017, intensificou-se na Arábia Saudita um processo de mudança política sem precedentes. O príncipe MBS (Mohammed bin Salman) consolidou o seu poder com o anúncio de uma drástica política de repressão à corrupção, prendendo vários príncipes de outras dinastias sauditas e alguns dos ministros do governo comandado por seu pai. Rompendo com o arranjo político de trocas sucessórias entre as famílias reais da Casa de Saud, MBS se tornou o homem forte do país, iniciando uma intensa política de reformas. Ligado a setores ditos “progressistas”, mais próximos ao mercado financeiro internacional, o quadro definitivo dessas mudanças ainda se encontra em aberto. O que há de concreto é o agravamento da disputa entre a Arábia Saudita e o Irã pela liderança na região, o que intensifica as articulações em torno dos EUA, da Rússia e da China.

Apesar da manutenção do petróleo a um preço muito baixo ser uma política extremamente custosa para a maioria dos países, tanto para seus praticantes (EUA e Arábia Saudita), quanto para os demais produtores-alvos (Rússia, América Latina e África), para os chineses essa política é extremamente positiva. Com o baixo preço do petróleo e dos recursos naturais em geral, a China se beneficia para a realização de seus investimentos, muitos dos quais já em andamento. Com a desvalorização de muitos empreendimentos e empresas, o Estado chinês tem se colocado em uma posição ofensiva para compra desses ativos. Como apresentado pela agência energética norte-americana, a China nos últimos anos tem formado uma enorme reserva de petróleo, já prevendo a provável subida nos preços. De forma semelhante tem expandido de maneira agressiva os seus investimentos e compras de empresas em recursos naturais nos últimos dois anos, como será visto no próximo capítulo com o caso brasileiro.

A América Latina se encontra em uma situação singular. Nos últimos anos tem claramente apresentado um processo de reversão das suas políticas anteriores, passando por um forte agravamento da situação econômica e social vivida a partir dos anos 2000. Os últimos

dois anos têm sido marcados pela entrada de novos governos de linhagem liberal, mais alinhados com as políticas norte-americanas e com os “compromissos” de credibilidade exigidos pelas “boas práticas” financeiras. Contudo, os investimentos chineses continuam, como o extenso pacote de acordos comerciais assinados pelo primeiro ministro chinês. No começo de 2015, o presidente chinês Xi Jinping anunciou um grande pacote de investimentos diretos para América Latina na ordem de US\$ 250 bilhões em dez anos, logo antes do encontro em Pequim com líderes da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), um bloco de 33 países na região que exclui os Estados Unidos e o Canadá. Grande parte dos investimentos traçados nesse pacote já começaram a se materializar com os acordos assinados com a vinda do primeiro ministro chinês para América Latina em agosto de 2015, momento em que foram assinados acordos abrangendo projetos em vários setores com os países da região.

A situação de impasse na América Latina, em realidade, não deve ser entendida como simplesmente uma situação pontual de uma região dependente, mas principalmente como oriundo de um impasse do próprio sistema capitalista em crise. A forma de exploração e expropriação capitalista neoliberal das últimas décadas apresenta sua situação de crise em diferentes perspectivas, colocando toda a sociedade global à beira de um colapso monetário, social e ambiental sem precedentes. Se, por um lado, a crise em forma de “tormenta” está cada vez mais clara, a outra perspectiva de exploração e expropriação representada pela China não parece estar madura suficiente para se transformar em um novo paradigma mundial. Enquanto o dilema capitalista continua em aberto, o que se acompanha é um acirramento da exploração sem precedentes, em que vigora uma polícia financeira internacional em oposição à voracidade dos investimentos sustentados por uma enorme incorporação recente de mão de obra.

Parte 3

Novas formas das relações capitalistas no Brasil

O Brasil em 2010 foi apontado como uma das grandes potências emergentes, em que se bradava um processo histórico de crescimento com diminuição da desigualdade e inclusão de uma grande massa trabalhadora nos mercados formais. No final de 2016 a realidade da economia política do País se encontrava completamente invertida. As transformações sociais recentes do Brasil em sua aparência mais superficial já refletem o que temos chamado nesse trabalho de enigma Brasil, em que muitas formas sociais são alteradas para a manutenção da sua essência. Como estamos tratando da essência de um processo de transformação social não podemos nos dar ao luxo de ficarmos em sua aparência, nas concepções das classes já constituídas, como se seus interesses, agrupamentos e classificações fossem relações *naturais*. As relações sociais capitalistas com suas especificidades brasileiras nos desafiam a entrar em seus processos constitutivos, para romper com as visões reificantes que nos impede de ver as novas possibilidades de luta para a construção de uma outra sociedade.

No primeiro capítulo dessa parte (o oitavo deste trabalho), procuramos apresentar as formas de constituição de classe no Brasil nos anos 2000, centralizando a incorporação da financeirização no processo de formação do “indivíduo capitalista”, assim como suas contradições inerentes. Na primeira parte deste oitavo capítulo, na seção 8.1, discute-se algumas das principais formas aparentes da realização da sociedade brasileira nos anos 2000, tentando compreender, como apesar de reais, essas narrativas se constituem em processos de reificação da realidade. As seções 8.2 e 8.3 têm como objetivo a apresentação das formas concretas de realização da constituição de classe recente no Brasil, tanto da perspectiva da objetificação das classes, quanto dos processos de luta. Primeiramente, na seção 8,2, discute-se a formação de classe no País a partir da questão do campo, da moradia e da cidade, para na última seção desse

oitavo capítulo (8.3), apresentar a constituição de classe em sua totalidade. Nesse sentido, a seção 8.3 apresenta como as formas de crescimento econômico e de consumo se compõe com os aspectos simbólicos, tecnológicos, de identidade etc. para formar um processo de unidade na luta de classe, da qual o Estado aparece como sua forma política e os principais movimentos de contestação como seu antagonismo inerente.

No nono e último capítulo deste trabalho, com certo tom conclusivo, busca-se apresentar uma reflexão sobre as “constelações sociais” brasileiras que desencadearam no “golpe de Estado” de 2016. Tendo como ponto de partida a crise atual das relações capitalistas no mercado mundial, nesse último capítulo há uma tentativa de compreensão das principais contradições e antagonismos da constituição de classe no Brasil nesse começo de século XXI.

8. Constituição de classe no Brasil dos anos 2000

8.1. “Neoextrativismo”, “Neodesenvolvimentismo” e “Lulismo” como formas políticas aparentes

O processo político e econômico que se iniciou na América Latina no começo dos anos 2000 já apresenta de forma clara os sinais de seu retrocesso ou de fim desse ciclo, tanto pelas consecutivas eleições e golpes Estado com uma agenda tipicamente voltada a “ajustes de austeridade”, quanto já concretamente nos retrocessos nas políticas com um viés mais socializante em detrimento de agendas “neoliberais”.

Grande parte das análises desse período se concentraram apenas nas formas políticas *aparentes* desse processo ainda que dando diferentes nuances de críticas e de participação no estabelecimento desses governos. Uma das linhas mais críticas colocou como grande centralidade desse processo a extração de bens naturais, ao que chamou de “neoextrativismo” ou “acumulação por expropriação”, devido ao grande aumento da produção e exportação de recursos naturais, que levou a uma melhor situação financeira com possibilidade de uma expansão do consumo doméstico. Uma outra vertente, bem menos crítica e muito mais alinhada com a gestão das políticas, centrava suas análises nas importâncias macroeconômicas, que possibilitavam a expansão das exportações e, principalmente, a expansão do consumo interno das famílias de mais baixa renda. Por fim, uma terceira corrente pode ser vista como um meio termo entre a crítica e a gestão das políticas, tendo como foco a compreensão das classes que davam sustentabilidade a esses governos, o que ficou conhecido dentro do debate brasileiro como “lulismo”.

Será apresentado sucintamente essas três correntes para analisarmos como elas reluzem as formas aparentes do processo de constituição de classe no Brasil nos anos 2000, tanto do ponto de vista da manutenção da essência dessa constituição, quanto das suas particularidades

históricas. Uma das intenções deste trabalho é buscar compreender como as formas políticas recentes na América Latina em geral e, especificamente no Brasil, não são processos externos ligados a frações de classes particulares ou Estados imperialistas na disputa pela extração do capital (como se fosse algo meramente físico), mas sim uma forma do movimento de reprodução das relações capitalistas dentro do mercado mundial. Dessa forma, será evidenciado como, dentro deste mercado, as relações capitalistas em território brasileiro se constroem em formas específicas, as quais se constituem em aparatos e instituições políticas.

“Neoextrativismo” e constituição da natureza em commodities em escala financeirizada

Uma parte das críticas a respeito do debate acadêmico sobre os limites do crescimento na América Latina nos anos 2000 pode ser sintetizada em torno das noções de “acumulação por expropriação” e “neoextrativismo”, sendo que ambas possuem em comum a percepção de uma extração de riqueza dos povos tradicionais e das classes mais baixas. A primeira noção frisa a necessidade de uma violência direta (seja por expropriação, espoliação ou coação) como necessidade desse momento do capitalismo, tendo, portanto, uma expansão de formas “diretamente violentas” para acumulação de capital. O segundo conceito, por sua vez, salienta o fortalecimento do setor primário exportador como centro dinâmico econômico desses países, tendo como centro das extrações de riqueza os recursos naturais, o que levaria aos antigos dilemas e inequidades do continente.

Na visão do neoextrativismo, o processo de crescimento econômico na América Latina nos anos 2000 não ocorreu tendo como principal razão a promoção de uma nova burguesia interna ligada a setores mais desenvolvidos e com nova reinserção das classes trabalhadoras. Ao contrário, o elemento dinamizador da acumulação de capital, a partir dessas análises, se daria pela extração e exportação de produtos primários, o que, dadas a suas novas características, foi denominado de neoextrativismo (Gudynas, 2009, 2012; Acosta, 2011;

Svampa, 2011; Loureiro, 2015). No modelo econômico dos países da América Latina durante essa última década, “*persiste la importância de los sectores extractivistas como un pilar relevante de los estilos de desarrollo*” (Gudynas, 2009). Diferentemente da fase extrativista anterior, muito ligada ao liberalismo, nesse momento teria ocorrido uma intervenção maior do Estado sobre os recursos naturais e sua extração em uma visão crítica à extração via transnacionais, mas não à ampliação do extrativismo per se.

Esse modelo neoextrativista pode ser visto como um consenso das *commodities* (Svampa, 2011; Veltmeyer, 2013) na América Latina, que, a partir do *boom* das importações chinesas, remodelaram os Estados em formas nacionais compensatórias (Gudynas, 2009, 2012), nas quais o Estado passa a desempenhar a função de coordenar a expansão extrativa por meio da utilização de parte dessa renda para a promoção das classes populares. “*El Estado capta (o intenta captar) una mayor proporción del excedente generado por los sectores extractivos [...] parte de esos recursos financian importantes y massivos programas sociales, con lo que se aseguran nuevas fuentes de legitimación social. Y de esta manera el extractivismo assoma como indispensable para combatir la pobreza y promover el desarrollo*” (Gudynas, 2009, p. 221).

Apesar dos autores inseridos nesses marcos teóricos do neoextrativismo e da acumulação por expropriação possuírem um viés crítico, essas concepções escondem o caráter de reprodução da constituição da sociabilidade capitalista dentro desses governos de começo de século XXI na América Latina, revelando uma visão centrada no político como algo externo, que por meio do poder Estatal provocaria expropriação dos recursos naturais e das populações mais pobres.

Na nossa perspectiva, o neoextrativismo não é algo externo à sociedade capitalista, como se fosse um interesse externo (de uma fração de classe ou de um Estado) em se apoderar de uma riqueza natural para uma acumulação primitiva. O mesmo ocorre com as análises sobre a “acumulação por desapropriação”, em que a desapropriação e espoliação de populações nas

periferias das cidades ou de povos tradicionais seria uma maneira de acumulação forçada que possibilitaria o socorro ao capitalismo em crise. A desapropriação, espoliação e extrativismos devem ser entendidos como formas das próprias relações sociais capitalistas em reprodução, em que a separação do ser humano dos seus meios de vida é o elemento central¹⁷¹.

A questão do processo recente na América Latina não está em um neoextrativismo ou uma exploração por desapropriação, mas na forma da acumulação primitiva permanente, ou seja, nas formas de reprodução da relação capitalista. Essa perspectiva nos que possibilita compreender essas relações em movimento e não como objetificações de processos sociais, os quais se positivam e escondem a verdadeira luta de classe em seu interior. Mais do que **descrever** a expropriação e espoliação, é importante compreender como esses processos são **formas da reprodução social** no plano concreto do território que possuem ligações internas com a constituição de classe no mercado mundial. Não se trata simplesmente de uma relação centro-periferia, dependente e imperialista, mas de como a própria acumulação primitiva permanente é algo constituinte das relações sociais capitalistas em reprodução no mercado mundial, o que coloca o Estado-nação não como algo objetificado e naturalizado, mas como uma relação dialética permanente de sua própria construção social.

A própria concepção de autonomia nacional, tão rica para muitas teorias críticas, é um elemento essencial para a reprodução das relações capitalistas, como também nos mostrou Marx sobre o caso da Inglaterra em seu capítulo sobre “Acumulação Primitiva”. Contudo, é fundamental ter em mente que essa acumulação primitiva não se trata de capital como objeto, como se fosse um processo de roubo de terras e ovelhas no caso da Inglaterra ou de minerais e

¹⁷¹ “that enclosures of commons are a necessary process of capitalist development and that they are a continuous and recurrent feature of political economies centered on capital’s growth and corresponding social relations. It is not just that accumulation may occur as “accumulation by dispossession,” as in David Harvey’s (2003) formulation. It is that the dispossession of life-time (i.e., labor exploitation), operated by capital through its systemic feedback loops pitting workers against others, can sustain itself only through periodically dispossessing alternative means of social reproduction and destruction/decomposition of corresponding communities” (de Angelis, 2014, p. 299).

açúcar por toda a América Latina. O que está em jogo é a formação das próprias relações sociais em separação do homem com seus meios de vida, em que a formação de mais-valor passa a ser o fenômeno que dá totalidade como sentido para essa sociedade. Compreender a acumulação primitiva como uma relação de extração material (acumulação de capital como algo material) e não como uma relação social é um reducionismo que limita a compreensão ao passo que objetifica esse movimento, impedindo de entender como esses próprios processos se alteram.

As expropriações, espoliações dos povos tradicionais e das classes mais baixas, assim como extrações violentas e inconsequentes das riquezas naturais, não são episódios esporádicos derivados de momentos específicos ou de interesses particulares. Ao contrário, se configuram como formas da própria geração de mais-valor, as quais, por sua vez, dependem do processo de luta de classes contra essas relações capitalistas no mercado mundial e que tem os Estados nacionais como momentos de realização. Por isso, certos processos que se apresentam como particulares, em realidade, são uma expressão de uma forma mais geral da exploração e reprodução capitalista. Compreender os processos recentes como apenas uma extração material e dependente é um reducionismo que limita o diagnóstico e impede a real transformação social.

O conceito de acumulação primitiva como processo permanente é entender exatamente como a separação do ser humano dos seus meios de vida acontece constantemente e de formas superadas, tendo, portanto, a mesma essência da expropriação para constituição de classe, mas com novas formas, como no caso atual da financeirização dos recursos naturais em *commodities* e das novas desapropriações. Ao longo deste capítulo, pretende-se apresentar a exploração da “natureza” e do “espaço urbano” de forma financeirizada no Brasil, como um dos aspectos fundamentais para a constituição de classe dentro das novas formas de exploração capitalista no mercado mundial. Como nos apresenta Rolnik (2015), na linguagem contratual das finanças, os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade

individual é uma condição. Desta forma, entrelaçam-se os processos de expansão da fronteira da financeirização da terra e da moradia com as remoções e deslocamentos forçados (Rolnik, 2015, p.13). É o que será feito na seção “Transformação da natureza e da moradia em *commodities* na forma financeirizada no Brasil nos anos 2000”.

“Neodesenvolvimentismo” como forma aparente de necessidades políticas

O neodesenvolvimentismo seria entendido como “o desenvolvimentismo da era do capitalismo neoliberal” (Boito, 2012), ou seja, das políticas de desenvolvimento econômico que seriam possíveis dentro do modelo neoliberal de capitalismo. Por isso a manutenção das políticas monetárias com aumento da intervenção do Estado apenas em setores específicos e em políticas sociais de combate à pobreza e desigualdade, sem alterar a estrutura econômica e as formas de acesso à renda. Advindos principalmente dos economistas ligados ao crescimento dos “tigres asiáticos” (Chang, 2003; Amsden, 2004), foi rapidamente incorporado no receituário macroestruturalista da América Latina como solução para o desenvolvimento, tendo diversas variações; como mais ênfase nas questões cambiais (De Paula e Michel 2005; Bresser Pereira, 2011, 2012; Oreiro, 2012), nos setores sociais (Mercadante, 2010; Boito, 2012; Boito Jr e Berringer, 2014) ou de crescimento do consumo, da demanda interna e do investimento (Pochmann, 2012; Serrano e Summa, 2012; Medeiros, 2015).

Muito menos crítico do que o neoextrativismo e as derivações da intensificação da acumulação por expropriação, o neodesenvolvimentismo também se tornou uma forte linha teórica e política no Brasil do começo desse século, tendo não só muitas versões, como remodelações devido a sua própria incorporação nos discursos e estratégias governamentais¹⁷².

¹⁷² A expressão dessas abordagens neodesenvolvimentistas como forma de dominação e expansão consolidadas em novas formas de Estado será tratada com maior profundidade nas próximas sub-seções, tendo em vista como o próprio crescimento da economia e do consumo de países ditos subdesenvolvidos são formas da reprodução das relações capitalistas.

É evidente que as políticas macroeconômicas possuem efeito real na sociedade. A questão aqui discutida consiste na falácia de sua capacidade explicativa da sociedade. As políticas governamentais devem ser vistas como formas sociais construídas por processos de luta, não como categorias autônomas que determinam o futuro de um Estado-nação. Por isso, o objeto aqui não está em uma crítica dessas abordagens em si. O que está em questão é a objetificação dessas políticas como determinantes da sociedade. A autonomização aqui descrita não se refere necessariamente às análises macroeconômicas em si, mas ao processo de subjetivação que emerge da sua compreensão como processo de determinação da totalidade social.

O processo de constituição de classe tem como sua forma política a realização de políticas específicas pelos Estados, e discursos específicos são incorporados como forma de legitimidade social no quadro de luta específico daquele momento histórico. A ligação aqui apontada entre os intelectuais não está em sua relação direta com os interesses de classe, mas como no processo de subjetivação social os discursos são incorporados na luta por constituição de classe¹⁷³. Processos que em determinada conjuntura são ganhos da classe trabalhadora podem ser objetificados no sentido de constituírem formas de controle e dominação do processo de lutas, para que se normalize um novo quadro de constituição social¹⁷⁴. Como será apresentado nas próximas seções, para a constituição desse “indivíduo capitalista neoliberal” foi necessária uma série de políticas específicas que levaram ao processo de financeirização do ser social no Brasil.

Nessa concepção neodesenvolvimentista, as categorias macroeconômicas são

¹⁷³ “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (Gramsci, 2000 v. 2, p. 15).

¹⁷⁴ Como temos apresentado ao longo deste trabalho, o processo de reificação implica uma luta que se cristaliza em sua negação, dado as formas de existência não serem puras, mas definidas em um processo de luta permanente. Uma política pode ser em um determinado momento fruto de um processo de luta dos trabalhadores, mas que se transformam em formas reificadas da classe, sendo coisificadas em novas formas de opressão e exploração (Tischler, 2001).

compreendidas como esferas autônomas capazes de explicar os movimentos da sociedade e da forma do Estado. O governo brasileiro, com as ferramentas macroeconômicas “corretas”, poderia vencer as disputas internacionais e os interesses internacionalizantes de algumas frações de classes internas para realizar as políticas que favorecessem um melhor crescimento, principalmente pelo lado da demanda interna, o que teria sido feito por meio do aumento dos salários, dos gastos do governo em infraestrutura, programas sociais e disponibilidade de crédito, pela correta utilização dos fluxos de capitais e aumento das exportações vinculadas com a maior demanda chinesa por recursos naturais. Nessa lógica, o final desse ciclo de “social desenvolvimento” teria sido causado pelo abandono do pacote correto de políticas governamentais. O motivo da alteração dessas políticas, por sua vez, seria causado por algum elemento externo, como o fortalecimento dos interesses financeiros internacionais, ou por algumas frações de classes internas específicas na instauração de um novo programa neoliberal e de austeridade.

Em meados de 2010, o encantamento com a desenvoltura econômica brasileira era generalizado, tanto nacional, como internacionalmente. O Brasil cresceu nos anos do governo Lula de forma consistentemente superior em relação ao governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), mesmo com a crise financeira de 2008. Diferentemente dos países desenvolvidos, a América Latina em geral e o Brasil em específico, passara pelo momento mais drástico da crise financeira de forma relativamente tranquila, dando um aval e até mesmo um incentivo para as políticas de maior intervenção estatal e de expansão da economia. Enquanto os países ditos centrais do sistema capitalista estavam em crise, o Brasil crescia de maneira considerada robusta, com inflação controlada e com melhora na distribuição de renda. O índice de Gini teria melhorado de forma considerável, passando de 0,5957 em 2001 para 0,5304 em 2010. Em estudo pela Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri mostrava que a renda per capita dos 10% mais pobres cresceu 69% entre 2001 e 2009, enquanto entre os 10% mais ricos, o ganho foi de

12,58%. "É como se os pobres vivessem em um país que cresce como a China e os mais ricos em um país estagnado", comparou Neri em entrevista à Revista Veja (Ritto, 2011). Não por acaso, se tornou presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) anos mais tarde. Em novembro de 2009, veio a famosa matéria de capa da revista *The Economist* com o título "Brasil decola" (*Brazil takes off*), com a imagem do Cristo Redentor levantando voo como um foguete. Os elogios à economia brasileira obviamente também foram acompanhados por diversas declarações de vários setores do empresariado brasileiro.

Entretanto, o que mais chama a atenção nesse ápice eufórico do Neodesenvolvimentismo é a adesão de intelectuais de longa tradição política e de atuação fundamental nos movimentos de esquerda, além do grande número de quadros participativos no governo do PT. Em setembro de 2010, Maria da Conceição Tavares defendia de forma veemente esse novo momento brasileiro em entrevista para "*Folha de São Paulo*": "Não tem mais centro e periferia como antes. Há países de desenvolvimento intermediário, entre os quais estamos. [...] Desta vez, acho que a maldição do [Celso] Furtado, que era desenvolvimento junto com subdesenvolvimento, pode terminar." (Antunes, 2010).

Os momentos de crescimento econômico e do consumo das classes trabalhadoras, assim como momentos de aumento da exploração com políticas de austeridade e de precarização do trabalho, não são compreendidos pelas teorias *desenvolvimentistas* como momentos do antagonismo de classe na relação capital-trabalho. Como defendemos nos capítulos anteriores, o próprio crescimento econômico e a expansão do consumo devem ser compreendidos como momentos de reprodução das relações sociais capitalistas, como novas formas de expansão da acumulação de mais-valor e de reprodução da sociedade em sua separação essencial entre o ser humano e seus meios de vida.

As teorias econômicas e políticas ortodoxas se fixam nessas aparências e, a partir delas, passam a explicar todos os movimentos da sociedade, assim como as formas de Estado e as

políticas por ele desempenhadas. Momentos de altas taxas de juros e baixos salários são vistos em oposição (não como forma da própria contradição antagônica da relação capitalista) aos momentos de aumentos dos salários e do consumo, como se pudessem ser evitados por algum processo exógeno de disputa por essas rendas. Depois do apogeu dos intelectuais da expansão econômica, surgem os seus respectivos intelectuais politicólogos para apresentar as virtudes e dificuldades para a formação desse “bloco no poder” que garante esse momento de maior distribuição e aumento de renda.

*Para além*¹⁷⁵ de ver a relação capitalista em sua aparência de categorias econômicas e políticas coisificadas (objetificadas) é importante tentar compreender como essas categorias são elas mesmas construções sociais, ou seja, como os próprios processos neoextrativistas, de acumulação por expropriação e neodesenvolvimentistas são construídos socialmente como formas de acumulação e reprodução das nossas relações sociais capitalistas. Tanto os extrativismos, como os desenvolvimentismos e neoliberalismos não são processos simplesmente externos ou internos aos Estados-nação, mas formas da acumulação primitiva permanente do mercado mundial. Entender o neoextrativismo e o neodesenvolvimentismo brasileiro no século XXI é entender a acumulação primitiva permanente que integra o mercado mundial com suas formas específicas e particulares atuais.

Falar de processos “desiguais e combinados” é redundante quando se considera o capital não como uma coisa material, mas como uma relação social que contém antagonicamente, portanto em unidade e em contradição, o trabalho abstrato e o trabalho concreto.

Desenvolvimento desigual e combinado nada mais é do que uma forma da contradição antagônica do capital. É importante no momento atual do Brasil compreender como esse desenvolvimento desigual e combinado acontece com a expansão da expropriação e da

¹⁷⁵ Referência à expressão “más allá del capital” utilizada por John Holloway (2003) e “para além do capital” de István Mészáros (2002).

mercantilização da natureza juntamente com a expansão do consumo para as classes trabalhadoras, o que ocorre não apenas em território brasileiro, como também dentro da contradição do mercado mundial, como assinalado no capítulo anterior.

A relação entre expropriação e extrativismo com políticas sociais e aumento do consumo das classes trabalhadoras não deve ser visto como uma oposição, muito menos em reducionismos simplistas de populismo ou massa de manobra. Mais uma vez, mesmo com o risco de ser repetitivo, o consumo dos trabalhadores também faz parte da acumulação e reprodução das relações capitalistas. Os dois movimentos, expropriação/extração e consumo/ganhos-sociais, são contraditórios e complementares simultaneamente, um reforçando e reprimindo o outro até o momento da sua superação, em que na forma atual se apresenta como desemprego/perdas-sociais e privatizações/“austeridade”.

A construção da contradição antagônica entre expropriação/extração e consumo/ganhos-sociais se constrói não apenas calcada em objetificações econômicas e políticas, pois, sendo formas de relações sociais, esses movimentos acontecem tanto em momentos objetivos diretos, quanto subjetivos. A luta de classes não é apenas uma luta objetiva direta do trabalhador contra o capitalista, mas também uma luta subjetiva de emancipação das formas de vida não separadas de seus meios, de uma luta de liberação do trabalho concreto contra sua transformação em trabalho abstrato. Essa luta subjetiva também ocorre em oposição e união com suas formas diretas e objetivas de expropriação e exploração, como nos ficará mais claro com a análise do caso brasileiro do consumo e da financeirização da classe trabalhadora nessa virada para o século XXI.

“Lulismo” como forma de expansão do consumo financeirizado dentro das particularidades da constituição de classe brasileira

As análises de classe (com forte viés na teoria de Poulantzas) sobre o momento de crescimento do governo PT com certa distribuição de renda emergiram da discussão que se seguiu aos vários artigos e publicações vinculados ao próprio PT, com grande destaque para “Os Sentidos do Lulismo” de André Singer¹⁷⁶. Primeiramente, esse debate ocorreu em um plano puramente econômico, entre os defensores do novo-desenvolvimentismo e seus críticos, que viam uma falsa noção de desenvolvimento¹⁷⁷, dada a profunda ligação desse modelo político e econômico com o neoliberalismo. Dada a rápida dissolução desse modelo político-econômico, as análises que incorporam elementos de classe ganharam força dentro do debate nacional, compreendendo o atual momento de crise (primeiro ano do governo Dilma) por uma suposta ruptura do pacto social (ou do bloco no poder em algumas análises) previamente existente.

Nessa seção, serão apresentadas estas análises que incorporam a questão de classe a partir de três linhas principais conforme a sua “fração hegemônica”: i) a partir do subproletariado; ii) da burguesia nacional interna; e iii) da fração bancário-financeira. Apesar do debate ser extenso, o foco estará concentrado em alguns trabalhos representativos, principalmente pelo destaque que receberam e por ressaltarem o peso da teoria de Poulantzas em suas análises. O tratamento desses estudos, assim como deste trabalho, ficará centrado nos governos Lula (2003–2011) e no começo do primeiro mandato de Dilma. Contudo, há a intenção de esclarecer o mal entendido atual de como essa “crise” não se deve a um fator

¹⁷⁶ No campo mais propriamente da legitimação das políticas econômicas também pode-se destacar várias defesas desse crescimento ligado ao social, como um programa político vinculado puramente com os interesses sociais. Muitos intelectuais ligados ao PT passaram a defender esses gastos públicos e sociais como um novo modelo econômico, em que teria uma inflexão nas políticas a partir de 2007/2008 (Barbosa e Souza, 2010), tendo um novo padrão de acumulação (Pochmann, 2012) com as novas políticas com um caráter social-desenvolvimentista (Mercadante, 2010).

¹⁷⁷ As análises críticas quanto à própria noção de desenvolvimento, principalmente apontando o caráter das políticas econômicas desenvolvidas, podem ser vistas em uma “infinitude” de exposições, o que foi amplificado pelos vários debates econômicos eleitorais. Entre esses destacam-se: Castelo (2010), Gonçalves (2012, 2014).

puramente político, como se a política fosse uma esfera à parte, o que no caso concreto do Brasil se devesse ao conservadorismo e “rentismo” das elites e classes médias (visão “esquerdista”) ou ao comodismo das nossas classes trabalhadoras (visão “direitista”).

Em novembro de 2009, André Singer publicou seu já clássico artigo “Raízes sociais e ideológicas do lulismo” na revista “*Novos Estudos*”, do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Este texto dará base para o livro “Os Sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador”. Ambos os textos devem ser vistos por um momento de auge de popularidade do presidente Lula, dado pelo também favorável panorama de crescimento com melhor distribuição de renda a despeito de uma grande crise financeira internacional.

A análise de Singer desde o começo intenciona mostrar como o governo PT, marcado pelo *lulismo*, expressa uma representação de uma fração de classe distinta do PT histórico, ou seja, não mais uma classe média operária, mas como expressão das classes mais baixas, o subproletário¹⁷⁸. Sua análise de disputa entre frações de classe se dá no plano eleitoral, evidenciando como nas últimas eleições teve uma polarização entre ricos e pobres¹⁷⁹. Todo o artigo de Singer consiste na comparação das eleições de 2002 e 2006, ao qual mostra uma grande guinada para o eleitorado das frações de classe mais pobre, principalmente no Nordeste. Dessa forma, coloca como fator causal as políticas do “Bolsa Família”, a qual levou a mudanças inegáveis a uma grande massa da população brasileira tradicionalmente conservadora. Aliado ao Bolsa Família, coloca ainda os fortes aumentos no salário mínimo e de créditos aos pequenos produtores e também para consumo.

¹⁷⁸ “Os subproletários são aqueles que oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la, por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. Estão nessa categoria empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos de condições mínimas de participar na luta de classes” (Singer, 2009, p. 98).

¹⁷⁹ “[...] é verdadeira a interpretação de que o Brasil eleitoral se dividiu entre pobres e ricos. A polarização social do pleito deu-se pela implantação de Lula entre os eleitores de baixíssima renda, visível desde o primeiro turno, assim como a de Alckmin, entre os eleitores de renda mais alta (acima de dez salários mínimos de renda familiar mensal)” (Singer, 2009, p. 84)

As políticas sociais desenvolvidas pelo PT funcionariam, na visão de Singer, muito além de uma política distributiva pontual, se tornando propriamente uma política da fração de classe do subproletariado.

Não apenas porque objetivamente foram capazes de aumentar a capacidade de consumo de milhões de pessoas de baixíssima renda, como atesta o acesso em grande escala a ‘classe C’, mas também porque sugerem um caminho a seguir: manutenção da estabilidade com expansão do mercado interno, sobretudo para os setores de baixa renda. Nesse sentido, tais ações colocam Lula *a frente de um projeto*, que é compatível com aspectos de sua biografia (Singer, 2009, p.94).

Nesta perspectiva, essas políticas desempenhadas pelo PT, na figura do presidente Lula, atrairiam esse subproletariado como apoio irrestrito ao governo, o que o colocaria acima das disputas entre as frações de classe dominante. “À medida que passou a ser sustentado pela base subproletária, Lula obteve uma autonomia bonapartista [...]. Com ela, criou um ponto de fuga para as lutas de classes, que começou a ser arbitrada ao sabor da correlação de forças”. Tornou-se, inclusive, um “árbitro acima das classes” (Singer, 2009, p.102).

O governo do PT, incorporado em Lula, seria a própria representação dessa classe, o qual não realizaria um programa mais progressista e radical dado o próprio caráter da sua classe constituinte, i.e., devido ao conservadorismo do subproletariado e ao seu temor de uma instabilidade que lhes trouxesse perdas profundas. Assim, até mesmo a manutenção das políticas neoliberais macroeconômicas é vista dentro da lógica de uma adequação com os interesses do subproletariado. Nesse sentido, a manutenção das linhas macroeconômicas não foi um alinhamento com as classes superiores, mas uma posição política e ideológica de manutenção da ordem e da estabilidade, “com a finalidade de impedir que uma reação do capital, voltada para criar dificuldades a mudança, provocasse instabilidade econômica e atingisse os excluídos das relações econômicas formais” (Singer, 2009, p. 97).

A visão de Singer será amplamente criticada, como será visto em seguida, principalmente pela sua clara defesa das políticas do governo PT por meio de uma total

desconsideração das políticas que afetariam as frações da classe dominante. O trabalho de Armando Boito Júnior pode ser utilizado como uma espécie de síntese de uma análise que considera de forma mais pormenorizada as frações de classe dominante¹⁸⁰, mas compreendendo de uma forma “positiva”, em que no governo do PT, principalmente depois de 2005 (com a crise do “mensalão”) se instauraria uma “nova burguesia nacional”, a qual vinculada com o governo, promoveria uma frente nacional em uma direção desenvolvimentista.

Essa nova burguesia nacional é conceituada por Boito dentro do arcabouço de Poulantzas (1978), ou seja, “nos países dependentes, essa burguesia ocuparia, na análise de Poulantzas, uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países” (Boito, 2012, p. 67). Na visão de Boito, será no governo Lula que ocorrerá a ascensão política dessa fração da burguesia no Brasil. A tese aqui traçada é que essa fração de classe teria obtido maiores vínculos de seus interesses dentro do bloco no poder. “O projeto econômico que expressa essa relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna é o projeto que poderíamos denominar neodesenvolvimentismo. [...] Acreditamos ser possível definir, ainda que provisoriamente, o neodesenvolvimentismo: trata-se do desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico” (Boito, 2012, p. 68-69)¹⁸¹. Dessa forma, o período de crescimento durante o governo do PT

¹⁸⁰ Boito publicou uma série de artigos e trabalhos em que expõe sua tese e sua pesquisa sobre a formação da burguesia nacional a partir de 2005 do governo Lula. Para realização deste trabalho nos deteremos em Boito (2012).

¹⁸¹ O “neo” seria justamente para indicar uma diferença com o desenvolvimentismo clássico, apesar de ambos os períodos “serem adequados aos interesses da grande burguesia interna brasileira e representam, também, o compromisso dessa burguesia com o capital financeiro internacional” (Boito, 2012, p. 69). Assim as principais diferenças seriam: i) menores taxas de crescimento (dada a maior acumulação financeira, grande peso de rolagem da dívida pública e do juro sobre a receita do Estado e sobre o lucro das empresas); ii) o “neo” aceita a especialização regressiva, países dependentes com uma pauta primário exportadora em oposição a fase de desenvolvimento com busca de uma industrialização nas brechas da divisão internacional capitalista do trabalho; iii) quase como corolário da segunda diferença, também aponta para um desenvolvimento muito mais voltado para a exportação.

seria dado pela colocação dessa burguesia interna como fração hegemônica, o que teria trazido o referido dinamismo para a economia.

A hegemonia dessa burguesia interna, entretanto, não seria unânime, muito menos absoluta, dado o forte conflito existente com a fração da burguesia mais ligada ao capital internacional, o que pode ser visto pela própria oposição ao governo PT das frações dominantes. Essa oposição de grande parte da burguesia, para Boito, seria devido a grande parte da burguesia interna ser perfeitamente integrada e subordinada ao capital estrangeiro. Assim, coloca uma disputa no interior do bloco no poder entre essa burguesia subalterna e a nova burguesia nacional, o que refletiria na polarização PT e PSDB. Por isso, ainda na visão de Boito, é da dificuldade de enfrentar essa burguesia compradora e do capital financeiro que a burguesia interna aceitou se integrar em uma frente com o movimento sindical popular.

Vale dizer, o movimento operário e popular não é a força hegemônica da frente, isto é, aquela que define os objetivos da luta, mas é a sua força principal, isto é, aquela de quem mais depende o sucesso da luta. Esse desajuste entre a força hegemônica (burguesa) e a força principal (operária e popular) gera conflitos e instabilidades no interior da frente política neodesenvolvimentista (Boito, 2012, p.72).

Essa frente, com grandes divergências e sem uma consciência da sua importância por parte dos operários, será manejada pelo governo Lula. É por essa perspectiva que se inserem as variadas políticas sociais desempenhadas pelo governo. A burguesia interna, por sua vez, irá criticar essas “benesses”, mesmo com o governo preservando todos os interesses estratégicos dessa fração de classe “superior”.

“Os grandes industriais, setor que, juntamente com o agronegócio, formam o segmento mais importante da grande burguesia interna, mantinham uma relação contraditória com o programa neoliberal” (Boito, 2012, p. 76). Na concepção de Boito, a burguesia interna apoiava a política “social” do neoliberalismo, mas se opunha às políticas econômicas, ou seja, defendiam cortes sociais e trabalhistas, mas não aos seus próprios privilégios econômicos como proteção do mercado e subsídios. Essa burguesia interna possui várias frações (agro, indústria,

finanças), tendo a sua unicidade em uma oposição ao grande capital financeiro internacional¹⁸². Explicitamente, Boito afirma que as diferenças dentro dessa burguesia interna são variadas, mas que se apequenam em comparação ao temor de serem engolidos pelos grandes blocos econômicos internacionais.

A visão de como se configurou esse momento de ascensão do governo PT, com suas políticas econômicas distintas dentro do neoliberalismo, pode ainda ser compreendida dentro de uma terceira linha pela concepção de classes baseado na abordagem de Poulantzas: a fração bancário-financeira. De certa maneira, uma abordagem muito mais crítica ao governo PT e apresentando a hegemonia dessa fração financeira internacional pode ser vista no estudo “Hegemonia às avessas”, de Francisco de Oliveira (2010). Contudo, apresenta uma abordagem muito mais ensaística e traz elementos que fugiriam de uma concepção de classes mais ligada à obra de Poulantzas¹⁸³. Por isso, iremos nos deter, como trabalho síntese do enquadramento desse bloco no poder com a fração de classe bancário-financeira, nos trabalhos de Eduardo Costa Pinto, tanto em sua tese (Pinto, 2010) quanto em Teixeira e Pinto (2012). Pinto apresenta uma tese divergente tanto da hegemonia dessa fração da burguesia nacional interna, como levantado por Boito (2012), quanto de uma primazia do subproletariado, como levantado por Singer (2009).

Durante os governos Lula, haveria uma manutenção da fração de classe bancário-financeira na hegemonia do bloco no poder, cuja instalação vinha dos governos de FHC. Essa continuidade teria sua principal expressão na gestão macroeconômica. “O poder econômico do

¹⁸² Uma das questões de contradição dentro dessa frente neodesenvolvimentista, além das frações operárias e popular, é a oposição entre indústria e setor financeiro nacional. Apesar de ambos se oporem a uma entrada irrestrita do capital internacional, divergem com relação aos juros e as políticas monetárias em geral. Assim, para Boito, a saída do governo foi o BNDES, que ao mesmo tempo em que o Banco Central mantinha sua política de juros, o BNDES aumentava a oferta de crédito a um nível muito menor e subsidiado, privilegiando o interesse da nova burguesia nacional.

¹⁸³ O arcabouço teórico de Francisco de Oliveira, apesar de apresentar uma forte análise de classes e hegemonia, não o faz dentro de um arcabouço ligado a tradição estruturalista, a qual conferiria uma total passagem do conflito de classes da esfera econômica para a esfera política, como veremos com mais detalhes na próxima seção desse capítulo. A tradição mais ligada diretamente a Gramsci de Oliveira o possibilita de fazer uma análise mais acertada quanto as formas tomadas pelo estado nesse momento específico da sociedade brasileira.

segmento bancário-financeira, viabilizado pelo regime de política macroeconômica, foi a expressão de seu poder político no aparelho de Estado, materializado pela independência operacional do Banco Central – principal ‘centro de poder’ do sistema estatal brasileiro – comandado por representantes dos interesses diretos e indiretos dessa fração” (Teixeira e Pinto, 2012, p. 930). Contudo, alega que essa fração de classe não foi incontestada durante desse período, tendo como forte característica e diferenciação dos governos FHC a formação internacional de um novo eixo sino-americano, o qual proporcionou o fortalecimento dos segmentos nacionais da indústria e do comércio.

“A partir de 2006, com o crescimento da economia puxado também pela dinâmica interna, verificou-se certo fortalecimento dos segmentos nacionais da indústria e do comércio que passaram a exercer maior influência sobre os núcleos de poder do Estado brasileiro. As mudanças na posição relativa do bloco no poder não significaram, até a crise internacional, um deslocamento na hegemonia da fração da grande burguesia bancário-financeira, mas sim uma redução do seu poder relativo.” (Teixeira e Pinto 2012, p. 930). Através dos altos ganhos com as exportações e o fortalecimento da economia interna com o eixo sino-americano, teria sido possível um apaziguamento dos interesses distintos desses dois grupos com as políticas macroeconômicas.

A explicação para o fato é dada pela extraordinária dinâmica mundial conduzida pelo eixo sino-americano, já que os efeitos positivos dos preços e do quantum das exportações brasileiras foram bem superiores aos efeitos negativos da valorização cambial. Sem dúvida, existe um conflito latente entre as frações da grande burguesia exportadora e a grande burguesia bancário-financeira no manejo da taxa de juros e do câmbio. Os efeitos, contudo, da expansão do eixo sino-americano sobre as exportações brasileiras reduziram fortemente esse conflito (Teixeira e Pinto 2012, p. 929).

Todos esses movimentos dessas frações de classe (suas continuidades e fortalecimentos) dentro do bloco são analisados diretamente através dos rendimentos e das taxas de lucros desses grupos. Enquanto, por um lado:

a manutenção da hegemonia desse segmento [bancário financeira] durante o governo Lula pode ser evidenciada, no plano econômico, pelo aumento de seu estoque de riqueza e pela elevação dos lucros líquidos e das taxas de lucros que saltaram de 15,5% em 2003 para 25,1% em 2007” (Teixeira e Pinto, 2012, p. 929)

pelo outro lado:

os efeitos dessa dinâmica dos fluxos e estoques de riqueza destaca o aumento relativo do poder da grande burguesia produtora e exportadora de *commodities*. Entre 1995 e 2007, os lucros líquidos reais dos grupos econômicos de tal segmento cresceram 1.705,9% (de R\$ 2,0 bilhões para R\$ 36,1 bilhões) [...] (Teixeira e Pinto, 2012, p. 928).

Entretanto, apesar da importância direta das taxas de lucro para a compreensão dos “lugares” dessas frações de classe no bloco no poder, a dominância da bancária-financeira não é explicada pelos lucros (dado a superioridade nesse quesito da burguesia produtora e exportadora no período), mas pela continuidade da política macroeconômica favorável ao setor financeiro.

Esse bloco no poder que se estrutura nos governos Lula ainda teria a forte particularidade de incorporar as classes populares, mas nesse aspecto muito mais de acordo com Boito do que com Singer, os dominados são entendidos como simples classe de apoio, que dariam maior estabilidade e legitimidade para as políticas adotadas. Nesse quadro, o governo, com destaque para a figura de Lula, teria um papel central, dada a importância da articulação e coordenação dessas frações de classe distintas dentro de um mesmo bloco no poder. Discordando diretamente de Singer, defende uma análise que não se restrinja aos setores de baixo (classes dominadas), mas que também compreenda os realinhamentos nos setores superiores (classes dominantes)¹⁸⁴.

¹⁸⁴ Interessante notar como, apesar de sua crítica a Singer por “desconsiderar que, em determinadas conjunturas históricas, podem existir defasagens entre o lugar de uma classe ou fração no âmbito das práticas políticas (bloco no poder) e da cena política (sistema partidário)” (Teixeira e Pinto, 2012, p. 931) no caso do subproletariado, faz algo semelhante para explicar o realinhamento das camadas superiores, correlacionando diretamente as frações de classe com suas doações em campanhas políticas. “[...] a análise de Singer deixa de lado outro realinhamento, fundamental para compreender a dinâmica do ‘andar de cima’. Analisando-se os valores doados, entre as eleições

O mais plausível é dizer que a manutenção da política macroeconômica de FHC não foi um fator que contribuiu para o realinhamento eleitoral deste grupo, mas sim para o realinhamento das elites hegemônicas do bloco no poder. O apoio do subproletariado ao governo Lula, conseguido com os programas de transferência de renda e o aumento do salário mínimo, ao lado da manutenção da política econômica, possibilitou a manutenção da dominação da fração bancário-financeira no bloco no poder. Mais que isso, completou-se o processo de legitimação uma vez que a hegemonia restrita da fração bancário-financeira, durante o governo FHC, torna-se uma hegemonia ampla, incorporando os segmentos fora do poder (Teixeira e Pinto, 2012, p. 933).

Em comparação entre essas três análises desse momento, deve-se salientar o quadro mais bem estruturado por Costa Pinto (2010) principalmente pelo maior destaque dado à importância do setor bancário financeiro e para as remodelações no sistema capitalista internacional, o que é praticamente negligenciado por Singer e Boito. As únicas observações de Boito diriam respeito a certas particularidades da burguesia financeira nacional, a qual possuiria características distintas e de maior ambiguidade. A análise de Singer, por se ausentar praticamente por completo da análise das frações dominantes, acaba se deixando levar por um certo idealismo programático, o qual pouco se confirma na realidade. Apesar dessas particularidades das análises, o objetivo principal desse estudo é evidenciar o peso das frações de classe como categorias já prontas, em que o processo de luta para sua constituição desaparece da análise.

Nos primeiros capítulos deste trabalho, apresentamos como as análises marxistas-estruturalistas partem dos conflitos entre frações de classe corporificados no Estado para estabelecerem a totalidade da sociedade, objetificando (ou colocando em segundo plano) as lutas da própria constituição dessas classes tanto na forma concreta dentro do Estado quanto na sua totalidade no mercado mundial. Mais uma vez, as formas de fetichização dos seres humanos

de 2002 e de 2006, para a campanha eleitoral de Lula, de acordo com dados de Filgueiras e Gonçalves (2007), vê-se um expressivo aumento dos recursos doados pelo setor financeiro (que passam de R\$ 6.080 milhões para de R\$ 12.705 milhões), pelo setor de construção civil (de R\$ 2.490 milhões para de R\$ 18.028 milhões) e pelo setor primário-exportador e indústria de *commodities* (de R\$ 1.610 milhões para de R\$ 12.511 milhões)” (Teixeira e Pinto, 2012, p. 931 e 932).

são apagadas, em um movimento naturalizante das relações sociais como conflitos de interesses de grupos pelo poder do Estado. A constituição do *ser social* como *indivíduo capitalista* desaparece, sendo a expansão do consumo, do crédito, da exploração da natureza e de todas as formas e meios de vida apenas um corolário das leis objetivas do capital, o que, como nos disse Marx, é o desaparecimento do sujeito social como gênese da sociedade. Por isso, nas próximas duas seções, busca-se uma apresentação de elementos do plano concreto brasileiro recente que levem à compreensão da luta de classe como constituição das formas específicas da sociabilidade capitalista recente.

8.2. Transformação da natureza e da moradia em *commodities* na forma financeirizada no Brasil nos anos 2000

A intenção desta seção é compreender como as desapropriações, ou o que tem sido chamada de acumulação por espoliação baseado no trabalho de David Harvey¹⁸⁵, além de ser algo permanente da sociedade capitalista, deve ser compreendida como algo interno, próprio dessas relações, o que é, portanto, complementar às outras formas de aparência da relação capitalistas, como o desenvolvimento econômico e a expansão do consumo.

As desapropriações e expropriações que envolvem a questão da terra, do campo, assim como do urbano e da moradia, devem ser compreendidas por meio de sua relação com a constituição de classe, tendo em sua concretização as particularidades da configuração brasileira e do seu momento histórico no mercado mundial. Por isso, além da perspectiva que

¹⁸⁵ “The concept of ‘accumulation by dispossession’ was coined by David Harvey in *The New Imperialism*. In some respects, its meaning corresponds with that of Marx’s ‘primitive accumulation’ which pivots on the dispossession of people from the means of life, particularly land. But Harvey subsumes under his concept a variety of ‘parasitic’ practices through which capital profits by seizing assets at little or no cost, including virtual theft. This has produced a tendency in some quarters to see neoliberalism and accumulation by dispossession as fundamentally characterized by theft and extortion, not the expansion of wage-labor. I believe the practices described by Harvey have frequently been means of proletarianizing people, turning them into wage laborers or members of the global reserve army of labor. Accumulation by dispossession is in my analysis thus joined to exploitation of wage-labor, not an alternative to it, as Harvey and others sometimes seem to suggest” (McNally, 2011, p. 218.)

parte da acumulação primitiva permanente (do caráter permanente de separação do ser humano dos seus meios de vida) será importante também ter em mente a nova forma que se inicia a partir dos anos de 1970, onde a transformação da natureza em recursos naturais se tornou um dos meios de sustentação da financeirização como controle da exploração do trabalho. O caso brasileiro adquire ainda as suas especificidades em decorrência do seu momento dentro da realização do mercado mundial. As mudanças e complexificações das relações capitalistas na terra e no urbano passam por novas formas, mas com manutenção do *sentido* brasileiro no antagonismo de classe no mercado mundial como demonstrado nas seções anteriores deste trabalho.

As desapropriações e espoliação não são processos sociais externos às relações capitalistas, que elas utilizam como uma fonte externa para suprir necessidades de acumulação. As desapropriações e espoliações fazem parte do próprio processo de reprodução das relações capitalistas, por isso um fenômeno inerente, interno ao capital. A separação social constituinte das relações capitalistas necessita para sua reprodução formas sistemáticas de desapropriação e espoliação, como formas mesmo da própria separação do ser humano de seus meios de existência. A utilização de formas políticas, como o aparato jurídico, legal e policial, assim como formas de violência não “legais” ou “constitucionais”, não se configuram como elementos externos, mas como formas do próprio movimento de reprodução das relações capitalistas. Os novos processos de desapropriação, espoliação e violência direta no Brasil, a partir do ano 2000, devem ser entendidos, portanto, como uma forma desse movimento constante de reprodução das relações capitalistas, a qual, como toda forma, possui suas particularidades de seu momento histórico.

A recolocação do embate no campo nessa virada de século é algo essencial das relações capitalistas na América Latina, como já planteado nos capítulos anteriores. A centralidade das *commodities* para a lógica financeira e a importância dessa para o controle e reprodução social

são cruciais para a compreensão de nossa sociedade. A disparada do preço do petróleo e das *commodities* em geral no começo de século XXI acontece exatamente pouco após as crises financeiras e cambiais nos países do Sul Global no final da década de 1990, países que acabavam de passar pelas grandes reformas institucionais neoliberais.

A enorme incorporação de uma massa global no consumo de produtos sofisticados, não mais algo restrito a uma elite operária como no período fordista, levou a novos patamares de controle social, pelo qual cada indivíduo se tornou uma empresa com sua própria estrutura de endividamento e de capacitação, como será detalhado na seção seguinte para o caso brasileiro. Contudo, essa centralidade da lógica financeira depende em grande medida dos fluxos de *commodities*, principalmente do petróleo, dada a enorme massa monetária transacionável em torno dessas mercadorias garantir, por meio do seu controle, tanto o manejo dos fluxos financeiros, quanto uma padronização monetária internacional. Mais do que uma mercadoria, as *commodities* ou recursos naturais, como forma capitalista da natureza, são uma forma de controle das relações capitalistas, o que se potencializou de forma exacerbada por meio da sua financeirização nesse final de século XX.¹⁸⁶

As formas financeirizadas da natureza, não simplesmente mercadorias, mas agora ativos financeiros transacionáveis no mercado mundial e utilizadas como formas de controle social, para se realizarem dependem de uma série de processos, não apenas reduzidos nas formas

¹⁸⁶ Apenas para retomar o debate já aprofundado nos capítulos anteriores, vale ressaltar que a compreensão do capital (no caso os recursos naturais) como algo físico-material, impede compreender a relação interna da produção de natureza como mercadoria dentro da acumulação primitiva permanente no mercado mundial, característica essa que se expande a partir da crise dos anos de 1970. Com a crise do padrão keynesiano-fordista, a forma de controle da exploração do trabalho sobre as relações capitalistas passou a ser ditada pelo o que chamamos aqui de ‘financeirização’, contudo isso não se refere à geração de valor através das finanças em oposição aos sistemas produtivos. Financeirização aqui empregado se refere a forma atual de controle, dominação e exploração, o que atende tanto a exploração nas indústrias, da transformação da natureza em mercadoria, da acumulação primitiva permanente, das políticas de austeridade, do aumento do consumo através de endividamento etc. Contudo para a consolidação dessa nova forma de controle social das relações capitalistas, os recursos naturais se tornaram um elemento fundamental. Por garantirem a preponderância de um fluxo monetário internacional específico (no caso o dólar), os recursos naturais se tornaram não apenas importantes como garantidores dessa forma de controle, como também um dos principais elementos de pressão das finanças sobre os Estados-Nacionais. O petróleo, como a principal fonte de energia, se tornou o principal símbolo desse processo.

econômicas de produção, mas em relação a todos os aspectos sociais que englobam a questão da terra. A transformação da terra e da moradia em forma financeirizada se constitui, portanto, em forma de luta pelo território e pela habitação, a qual no Brasil ganha contornos específicos em detrimento da sua configuração e necessidade de superexploração para realização das relações capitalistas no mercado mundial.

Na fase conhecida como “nacional desenvolvimentismo” na América Latina, a natureza em sua forma mercadoria (produtos agrícolas, minerais, água, energia, petróleo etc.) já desempenhava um papel de centralidade na estruturação social do capitalismo nesses territórios, como já ficava claro com o debate sobre a “questão agrária” no Brasil dos anos de 1950 e 1960¹⁸⁷. A forma de controle social, ou estruturação social, se coloca de modo particular para garantir a produção de natureza como mercadoria, o que reproduz a separação social necessária à reprodução da relação capitalista em nível de mercado mundial. Como já indicava Caio Prado Júnior (2011) em seus “sentidos da colonização” (como uma forma da acumulação primitiva em Marx), a produção desses recursos naturais garante o processo de separação dos homens de seus meios de vida em uma escala sistêmica, dado em um mesmo processo expropriar e apropriar a natureza como mercadoria com a expulsão dos seres humanos de seus meios de vida, além de, por meio do mercado mundial, forçar e coagir outros seres humanos a se

¹⁸⁷ Referência aos debates sobre a “questão agrária” que questionavam a necessidade de reformas profundas e estruturais no campo, como a reforma agrária, ou uma intensificação modernizadora. Entre as várias discussões se sobressaiu o debate dentro do Partido Comunista com Caio Prado Júnior, Ignacio Rangel e Alberto Passos Guimarães, em que se tornou clássica a oposição de um forte capitalismo no campo dentro de uma lógica ainda colonial (“sentidos da colonização”) de Caio Prado em relação a visão de Passos Guimarães sobre os resquícios feudais do campo brasileiro. Parte da Igreja Católica, principalmente os setores mais progressistas que dão a origem a Comissão Pastoral da Terra e as Doutrinas Sociais como a Teologia da Libertação, terá um papel importante nesse debate, levando para comunidades de base parte dessa discussão do Partido Comunista. De caráter menos crítico, a CEPAL também se destaca nesse debate com sua teoria sobre a heterogeneidade estrutural, colocando nas desigualdades estruturais dos setores econômicos os determinantes responsáveis pelos impedimentos do desenvolvimento capitalista nos países da América Latina. Por fim e de caráter conservador e reacionário, alguns economistas ligados a USP e liderados por Antônio Delfim Neto terão grande destaque, não tanto pelo brilhantismo de suas teses e trabalhos, mas principalmente pela adesão com o regime militar e a consolidação de suas visões como a política a ser adotada em relação ao campo brasileiro. Delfim Neto, através de modelos econométricos, acreditava provar que a questão agrária no Brasil não era responsável por nenhum entrave macroeconômico, necessitando apenas seu avanço tecnológico e industrial para continuar sua expansão no mercado internacional. Como ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento pode realizar suas teses, o que ficou conhecido no caso do campo brasileiro como a “modernização conservadora”.

separarem de seus meios de vida para produzirem novas mercadorias, como apresentamos no quinto capítulo.

Durante os anos de 1960 e de 1970, esse processo não se modifica de forma significativa, apenas se aprofunda e se intensifica, como ficou conhecido no Brasil com as reformas impostas pelos anos de ditadura pela expressão “modernização conservadora”. A “modernização” imposta nesse período não é colocada como oposição aos modos de produção considerados “tradicionais” ou “atrasados”, como se fossem movimentos autônomos que se chocavam e bloqueavam o desenvolvimento nacional. Como nos mostrou Chico de Oliveira (1973) de forma brilhante em sua “crítica à razão dualista”, a lógica estruturalista cepalina não compreende como esses movimentos são complementares em sua contradição, de forma a promover a reprodução das relações capitalistas desde uma manutenção da lógica capitalista interna, mesmo contendo complexificações sociais e tecnológicas.

O final dos anos de 1970 e, principalmente dos anos de 1980, haverá um período de transição para o movimento de transformação da natureza em mercadoria por conta do processo de financeirização (Delgado, 2012). Contudo, essa alteração na lógica da produção de recursos naturais não significará uma mudança no seu sentido, mas sim uma *superação* (*Aufhebung*) dos seus elementos, em que se mantêm seus aspectos centrais (essenciais), mas dentro de uma nova forma. O caráter de acumulação primitiva permanente do mercado mundial (ver o primeiro capítulo), como essência da produção de recursos naturais, permanecerá em sua forma financeirizada, todavia contendo novos elementos e características. A capacidade de reprodução e separação social em escala mundial permanece, assim como sua lógica interna de manutenção de suas formas sociais nacionais particulares. Entretanto, adquire também uma nova forma advinda de seu caráter agora financeirizado, sendo essa a manutenção e garantia dos fluxos monetários que dão base ao controle das relações capitalistas sob a nova forma. Não apenas a financeirização dependerá dessa garantia dos fluxos monetários dos recursos naturais,

como a sua própria produção também passa a funcionar dentro dessa nova lógica particular, em que seus preços, valorizações e investimentos passam a obedecer essa lógica financeirizada.

A financeirização da produção da natureza como mercadoria vai mais além da aquisição material dos recursos naturais e territórios pelos “capitais internacionais”, os quais os transformam com constantes introduções tecnológicas, agrotóxicos, fertilizantes e sementes modificadas. Essa nova forma de produção da natureza em mercadoria coloca em outra escala a reprodução das relações capitalistas, mas mais do que esse seu alargamento, passa a funcionar também dentro da lógica financeirizada, ou seja, dentro do que é conhecido como **“especulação das *commodities*”**, para exercer uma lógica de controle financeiro no mercado mundial.

Durante os finais dos anos de 1970 até os finais dos anos de 1990, esse processo passou por sua transição, o que pode ser visto pelos baixos preços das *commodities* e pela recolocação da luta pela terra e no campo. Mais uma vez, como nos lembraria Oliveira (2003), o “moderno” e o “atrasado” desempenham um papel contraditório e complementar importante na manutenção das lógicas internas das relações capitalistas. As economias da América Latina, como o caso brasileiro em específico, com forte complexificação das relações de produção (industrialização, expansão dos serviços, novas tecnológicas, difusão do consumo de mercadorias sofisticadas) continuam ou mantêm as mesmas desigualdades vinculadas com a produção da natureza em mercadoria, o que aqui é chamado de lógica interna dessa acumulação primitiva permanente.

O desenvolvimento do capitalismo não significou alterações dos sentidos do capitalismo brasileiro (e latino americano), apenas colocou em nova escala e agora dentro da lógica da financeirização. Como mostrado no sexto capítulo, os fluxos financeiros em uma dimensão financeirizada servem como forma de controle social, tanto das formas Estados-nação, quanto das novas instituições, relações sociais e dos próprios indivíduos em suas subjetivações. A transformação da natureza em mercadoria, agora sobre a lógica da especulação das

commodities, será acoplada nos novos ritmos de reprodução capitalista, ou seja, as variações envolvendo os mercados de recursos naturais serão internamente ligadas à lógica do mercado financeiro, o que significa que as variações dos preços das *commodities*, também como acumulação primitiva permanente, passam agora a exercer controles sociais via financeirização. Não por acaso, as flutuações nos mercados de *commodities*, assim como os ritmos de desapropriação e expropriação, se vinculam com o “policimento financeiro” no mercado mundial, como claramente exemplificado nas: i) crises financeiras-cambiais de final dos anos de 1990 seguidas da incrível alta do preço das *commodities* nos anos 2000 e ii) os recentes fluxos de capitais saindo dos países dos BRICS seguidos da caída dos preços das *commodities* desde 2013-2014. São esses, exatamente, os dois pontos marcantes para a periodização das relações capitalistas no Brasil.

A questão agrária financeirizada e as lutas no campo

A década de 1970 na América Latina ainda foi marcada pelo que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo, mesmo que em sua fase derradeira e já apontando para um novo momento, como foi o caso do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) em 1974, se aproveitando do fluxo de capitais advindo dos petrodólares e iniciando o que viriam a ser as formas financeirizadas. A crise da dívida de 1982, iniciada com a crise no México, ao que se sucedeu uma onda de crises cambiais e da dívida na América Latina, irá marcar essa forma neoliberal dos fluxos de capitais financeirizados de controlar as políticas dos Estados-nação. As novas formas de controle social por meio da financeirização que dependem de um acoplamento dos “recursos naturais” como alicerce aos fluxos de capitais em dólar e a expansão do consumo sofisticado em várias classes sociais se iniciará no Brasil com a crise da dívida no começo dos anos de 1980.

Delgado (2012), em seu livro “Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio”, apresenta como a crise da dívida de 1980 e as crises cambiais de 1999 representam dois períodos chave para a constituição das formas financeirizadas no campo brasileiro. As décadas de 1980 e 1990 representam uma passagem de um setor agropecuário já altamente ligado ao setor financeiro via Estado, para um setor *agropecuário financeirizado* também intermediado pelo Estado, mas agora ligado aos grandes centros e fundos financeiros internacionais. A promoção dessa nova inserção da produção da natureza como mercadorias financeiras dentro do mercado mundial necessitará de uma drástica mudança na forma de produção de recursos naturais, o que consiste em alteração na sua propriedade, em sua forma de gestão, de incorporação tecnológica e de expansão, o que envolve evidentemente mecanismos de desapropriação e expropriação.

Essa reestruturação das relações capitalistas, que se inicia na década de 1980, promoverá, juntamente com suas crises financeiras, uma desvalorização massiva dos “ativos” nacionais de forma a possibilitar a incorporação dentro dos fluxos de capitais agora financeirizados. O processo de desvalorização para incorporação é amplamente conhecido nos mecanismos de privatizações que ocorreram, principalmente, na década de 1990 com as empresas estatais. Algo análogo ocorre com a desvalorização da terra e dos ditos “recursos naturais”, o que passa pela própria forma que o Estado-nação assume em sua relação com a terra, como formas de financiamento e promoção da agricultura.

De 1965 até 1980 o incremento real no preço da terra no Brasil foi de 35,3%, enquanto que na década de 1983 a 1993 esse crescimento foi de apenas 1,9%, tendo ainda nos cinco anos subsequentes, de 1993 a 1999, um decréscimo de 9,1%, o que se opõe ao forte crescimento que se inicia no século XXI, de 6% já nos primeiros três anos, de 2000 a 2003 (Delgado, 2005). Os recursos para crédito rural do Estado brasileiro também exemplificam esse processo, tendo uma forte queda a partir de 1982, com um longo período de baixa até o final dos anos de 1990,

quando com a crise de 1999 volta a ter um forte crescimento, conforme indicado no gráfico abaixo:



fonte: elaboração própria com dados Banco Central do Brasil - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro-DEROP, Registro Comum de Operações Rurais - RECOR

Os movimentos e conflitos sociais no campo também mostram essa transformação da lógica da acumulação primitiva permanente no mercado mundial para uma lógica financeirizada. Ao longo dos anos de 1970, com a extensão forçada da modernização conservadora no campo, os conflitos se intensificam de forma abrupta (Grzybowski, 2013; Stedile, 2013). Na virada para os anos de 1980, os anos de ditadura já sinalizavam claramente seu fim, com o início de aberturas políticas e reestruturação da sociedade nos novos moldes neoliberais. A intensificação da expansão agrícola durante os anos de 1970 impôs severos processos de expropriação para a população rural, o que intensificou de forma brusca os conflitos violentos com latifundiários e com o Estado. Nesse momento da história brasileira a CPT (Comissão da Pastoral da Terra) da igreja católica, criada em 1975, terá um importante destaque, desenvolvendo um trabalho de base com os trabalhadores rurais por todo território brasileiro, sendo um dos principais vetores do fortalecimento da questão agrária no País, que terá como principal elemento de configuração a luta pela reforma agrária.

No final dos anos de 1970, principalmente começo de 1980, o regime militar começa a se abrandar. Do lado dos movimentos sociais a CPT já se expande por uma vasta região do

território com seus movimentos de base, tendo um papel decisivo na gênese do MST (Movimento dos Sem Terra), tanto por seu trabalho de conscientização, como por promover a articulação inicial das lutas empreendidas em diferentes regiões do país (Pacheco, 2013). No início dos anos de 1980, surge no sul do País como identidade de luta o trabalhador rural sem terra. Em 1984, é fundado o MST durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel-PR, tendo representantes de dezesseis estados do País. Contudo, será nos anos de 1990 que o MST alcançará uma projeção nacional, tendo um forte impacto no processo de redemocratização brasileira, incorporando a reforma agrária como pauta nacional.

No quadro fundiário brasileiro, a passagem da década de 1980 para a década de 1990 significa uma grande virada. As políticas dos anos de 1970 consistiam em garantir facilidades aos grandes grupos empresariais para se apropriarem dos territórios nas fronteiras, tendo um forte reconhecimento das ocupações por grilagem. Nos anos de 1990, a ênfase nas políticas passa a ser de um forte viés neoliberal e altamente pactuado com o Banco Mundial, tendo como a “regulação do mercado” de terras o seu ponto central, o que ficou conhecido como a “reforma agrária do mercado” dos anos de 1990 (Graziano, 2013). Grande parte dos acordos com o FMI e o Banco Mundial durante os anos de 1990 envolviam reestruturação do Estado brasileiro, o que no plano agrário a política “sugerida” pelo Banco Mundial consistia em “colocar em ordem a posse da terra” por meio de levantamentos, mapeamentos e cadastramentos, organizando os negócios, reduzindo o caos e fazendo funcionar o mercado de terras (Rosset. 2004, p.18).

Depois de todos os processos de desvalorização das terras que se iniciou nos anos de 1980 e se aprofundou nos anos de 1990, juntamente com a cartilha do FMI e do Banco Mundial, o governo brasileiro introduz um amplo programa de regularização das terras e de formação de um forte mercado, o qual possibilitava não só a introdução de novos grupos empresariais financeiros no campo brasileiro, como retirava da pauta as questões políticas, que se fortaleciam com o MST e a volta dos movimentos para reforma agrária (Umbelino de Oliveira, 2013).

A conjuntura internacional de abundância de capital, transitando pelas economias emergentes, como a brasileira, leva o governo a adotar, a partir do Plano de Estabilização Monetária (Plano Real), uma política neoliberal em matéria de atração de capital externo (Delgado, 2012). Em consequência, abandona-se a política de geração de saldos comerciais, visto que, aparentemente, desaparecera a restrição externa que levava o governo, no período militar, a promover a produção de recursos naturais como forma de angariar divisas. A forma dos fluxos financeiros internacionais nesse momento conduz a uma política de comércio exterior liberalizante, ancorada no tripé – câmbio sobrevalorizado, tarifas ultramitigadas e “desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial, com efeito de desvalorização desses ‘ativos’” (Delgado, 2005, p.12).

A transformação da produção de recursos naturais em uma escala financeirizada se concretiza durante os anos de 1990, desvalorizando as terras, criando um forte mercado fundiário, iniciando políticas pontuais de reforma agrária como forma de conter os movimentos sociais crescentes e regularizando grandes áreas antes pertencentes a povos tradicionais e indígenas, o que possibilitou sua comercialização. Mesmo grandes terras antes desreguladas em posse de povos tradicionais e indígenas passam a ser regularizadas, de acordo com um “multiculturalismo neoliberal” em que se cede cuidadosamente terreno¹⁸⁸, de forma precaucionária, de modo a barrar demandas de maior alcance, definindo os limites do campo em que futuras negociações sobre direitos culturais venham a ter lugar (Hale, 2002, p. 488).

No final do século XX e começo de século XXI a “questão da terra” (ou “questão agrária”) e dos “povos tradicionais”, o que obviamente envolve as desapropriações e

¹⁸⁸ “Primero, recordar que al menos desde principios de la década de los noventa, el lenguaje de los comunes ha sido absorbido y puesto al servicio de la privatización por el Banco Mundial y por la Organización de las Naciones Unidas. Bajo la excusa de proteger la biodiversidad y de conservar los «comunes globales», el Banco Mundial ha transformado las selvas tropicales en reservas ecológicas y ha expulsado con esta excusa a las poblaciones que durante siglos habían extraído su sustento de ellas, a la vez que ha dado acceso a personas que no las necesitan pero que pueden pagar por visitarlas gracias, por ejemplo, al ecoturismo” (Frederici, 2013, p. 246).

espoliações, passou a ser algo central da luta cotidiana dos países da América Latina¹⁸⁹. Durante o pós-guerra grande parte dessa luta se concentrou no embate dos trabalhadores, na formação de seus núcleos sindicais e nos novos processos urbanos que eclodiam com as ondas desenvolvimentistas dos anos de 1960 e 1970. Contudo esse movimento se altera bruscamente a partir dos anos de 1980, se tornando algo mais claro e consolidado a partir dos anos de 1990, como nos indica a expressão “virada territorial” (Offen, 2003). “O conceito de territorialidade tem se colocado como um elemento central na construção política da identidade dos sujeitos. [...] A despeito de diferenças locais, esta nova trama deu lugar à definição de áreas e à devolução de territórios reivindicados por povos indígenas e afrolatinos” (Acsegrad, 2012, p. 14).

Se a crise cambial de 1982 iniciou um processo de desvalorização da terra e a incorporação da transformação da natureza em mercadoria dentro da lógica financeirizada, com seus valores ditados pelos ritos financeiros, na virada do século as novas crises financeiras

¹⁸⁹ Importante salientar que esse processo de fortalecimento da luta no campo e de desapropriação no Brasil na virada para o século XXI não é um processo exclusivo, como tentamos apresentar ao longo deste trabalho, esse movimento se incorpora dentro da nova dinâmica capitalista, com a transformação da natureza em mercadoria de forma financeirizada e a incorporação de uma enorme massa de trabalhadores nas indústrias modernas e no mercado de consumo, o que por outro lado se demonstra em novas formas de lutas sociais, como pode ser visto de forma ilustrativa também na América Latina pelo caso Boliviano (uma apresentação dessa transformação por desposseção e formação de relações capitalistas para o caso paradigmático chinês pode ser visto no quinto capítulo deste trabalho). A história da Bolívia é marcada pela grande preponderância da economia mineradora (prata antigamente e estanho, mais recentemente), o que caracteriza tanto sua dinamicidade econômica, quanto suas relações de classe. Mesmo tendo grande parte da população indígena (62% são falantes nativos de alguma língua indígena de acordo com Banco Mundial, 2008) o protagonismo da sociedade civil estava com os mineiros e na luta pelos seus direitos frente as empresas mineradoras (Postero, 2010). Assim os movimentos sociais ficaram mais atrelados aos sindicatos com forte influência do “marxismo ortodoxo”, como pode ser visto na revolução boliviana de 1952. Com o final da ditadura e o processo de neoliberalismo introduzido já na década de 1980 por Paz Estensoro, as minas são privatizadas em um momento de baixa dos preços dos recursos minerais, com a demissão ou realocação de uma grande massa de mineradores. Esse momento neoliberal com a liberalização do comércio e relaxamento das leis trabalhistas enfraqueceu fortemente os sindicatos, desferindo um duro golpe para essas organizações político-sociais. Esse processo terá profundos efeitos no país, deslocando os trabalhadores e transformando esses antigos operários das indústrias mineiras em trabalhadores agrários, com forte destaque para as plantações de coca, o que leva esses trabalhadores a se organizarem como cocaleiros (Stefanoni e Alto, 2006; Gutierrez e Lorini 2007; Postero, 2010; Cunha Filho, 2011). Com as privatizações e menos espaço para os movimentos sindicais, há um rearranjo nos movimentos sociais bolivianos, que entre outras coisas levou ao enfraquecimento da COB (Central Obrera Boliviana) e fortalecimento do movimentos campesino e indígenas. O grande movimento de operários e mineiros, tanto para as grandes cidades, quanto para novas zonas rurais com enfraquecimento da sua aglutinação social (COB), juntamente com a persistência da pobreza e a descentralização do Estado, fez crescer não só movimentos de autonomia como, principalmente, novos sentidos indígenas de pertencimento e de identificação coletiva.

cambiais demarcam um novo momento¹⁹⁰. Tendo já sido realizada a consolidação dessa nova função da produção de recursos naturais, as *commodities* e a terra supervalorizam iniciando um novo momento de fortes investimentos e mega-projetos, o qual tomará novas formas na luta social, assim como no processo de desapropriação e espoliação no sentido de separar o ser humano de seus meios e o colocar reinserido nas relações capitalistas, agora com possibilidades de alto consumo e endividamentos para todos.

A crise financeira que se iniciou nos países do leste asiático, como tratado no sétimo capítulo, se propaga para os países da América Latina, como no Brasil, em 1999, e de forma ainda mais drástica na Argentina, em 2001. A forma com que os Estados vinham gerindo uma desregulação e desvalorização dos ativos internos se altera novamente de acordo com as novas diretrizes dos “policiais financeiros” do mercado mundial. Com a crise cambial se agravando em finais de 1998 e a mega-desvalorização de 1999, o governo é forçado a resgatar as políticas de valorização do agro com a finalidade de obtenção de divisas. Apesar do processo de fortalecimento da produção de recursos naturais ficar mais nítido ao longo da primeira década do século XXI, sendo normalmente atrelada com os governos ditos “progressistas”, em realidade já se inicia logo em imediato as crises financeiras.¹⁹¹

¹⁹⁰ “*The sad saga of Third World privatization is a reminder that debt is being used here as a weapon of dispossession. Across Latin America, public oil and mining companies and their huge mineral and oil and gas deposits have been turned over to foreign capitalists, as have electricity and water companies, railroads, airlines, and even hospitals—all as part of generating revenues to repay debts contracted by dictators and antidemocratic politicians. Repeatedly, poor workers, peasants and indigenous peoples in the Global South have been compelled to sacrifice for the borrowing of these despots – by way of job loss, reduced wages, cuts to healthcare, education, and social assistance, and the human suffering that comes with them*” (McNally, 2011, p. 131).

¹⁹¹ “O segundo governo Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estruturada – com algumas iniciativas que ao final convergiram: (1) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com ‘eixos de desenvolvimento’, visando a criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; (2) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (3) uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar fora do controle público as ‘terras devolutas’, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das auto-declaradas produtivas; (4) a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio (associação do grande capital com a grande propriedade fundiária – sob mediação estatal), competitivo junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do “ajustamento constrangido” (Delgado, 2005, p. 14).

Além da grande importância do Brasil como um dos maiores produtores de alimentos (carnes, soja, milho e cana de açúcar) e minerais (ferro e bauxita)¹⁹², o País também se tornou nos últimos anos um potencial grande produtor de petróleo. As primeiras previsões para o pré-sal eram de que o Brasil se transformasse do 14º para o quarto maior produtor mundial de petróleo já em 2020. Apesar de essas previsões estarem longe de serem cumpridas, as reservas de petróleo e o potencial energético brasileiro é inquestionável, o que transforma o País em um elemento chave para o processo de realização de valor mundial¹⁹³.

Os setores como petróleo, mineração e agricultura possuem uma forte regulação do Estado, ou uma maior ligação com vínculos e particularidades nacionais, o que se deve a própria relação desses meios de produção com as formas de vida das pessoas, sendo, portanto, um forte momento de luta de classes dentro das relações capitalistas. A existência dessas barreiras e desses impedimentos (nas formas de leis, regras, empresas públicas e políticas governamentais) leva a uma maior dificuldade para as relações capitalistas imporem sua lógica. Muitas vezes essa dificuldade, como no caso do Brasil e da América Latina no começo desse século, é resolvida em complementaridade com as formas estatais. Entretanto, essa intervenção do Estado acontece em sentido oposto ao apresentado pelas abordagens baseadas nas frações de classe, como tratado na seção anterior. Essa intervenção não se deve aos interesses do capital particular, ao contrário, a maior participação do Estado diretamente na economia se relaciona justamente com a dificuldade de prevalecer a lógica das relações capitalistas em geral. A importância das construtoras, mineradoras, grandes empresas agrícolas como fração de classe

¹⁹² Segundo dados do USDA (Departamento de Agricultura dos EUA) de 2015, o Brasil é o maior produtor mundial de soja, laranja, café e cana-de-açúcar, segundo maior produtor de frango e de carne bovina e o terceiro de milho e de algodão. Ainda segundo o Serviço Geológico dos Estados Unidos, o Brasil é o segundo maior produtor de minério de ferro e produção de bauxita (matéria-prima utilizada para fabricação do alumínio) e sexto na produção de estanho.

¹⁹³ O Brasil já se encontra entre os 10 maiores produtores de petróleo mundial, tendo se igualado à produção venezuelana, em 2016. Mesmo ainda muito longe de atingir toda sua capacidade produtiva, somente os campos referentes ao “pre-sal” já são responsáveis por cerca de 1 milhão de barris/dia, para efeito de comparação, o mesmo que toda a produção inglesa e metade da produção norueguesa.

determinante para a consolidação de uma nova forma Estado nesse começo de século no Brasil, em realidade, é apenas uma forma da reprodução capitalista dentro do mercado mundial, sendo essas frações de classe prontamente “descartadas” ou “encarceradas”, se necessário, para a continuidade dessa reprodução.

Os recursos naturais e a infraestrutura foram alavancados não devido à importância dos seus empresários dentro do Estado, mas devido à importância desses setores dentro do processo de acumulação do capital em geral, o qual necessitou do Estado para se impor. A maior participação do Estado brasileiro no processo econômico nesse período é uma necessidade, especialmente pelo seu papel na mobilização de capitais financeiros de longo prazo. As diversas lutas de classe do trabalho contra o capital no campo impõem uma série de inseguranças e incertezas para a consolidação das relações capitalistas dentro do mercado mundial. Através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e de seu espantoso crescimento justamente nas áreas de indústria voltadas à exportação de produtos baseados em recursos naturais e de infraestrutura voltada ao escoamento dessa produção, o Estado brasileiro pôde garantir a supremacia não só dos interesses dos capitais particulares, mas sobretudo das relações capitalistas no mercado mundial, que dependiam do aumento da exploração dos recursos naturais para consolidar suas formas de controle sobre a exploração do trabalho.

O BNDES obteve um extraordinário crescimento na década, passando de US\$ 17 bilhões em 2004 para US\$ 80,3 bilhões em 2013, um crescimento de 378% em menos de uma década. Este banco historicamente opera com parte dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), mas desde 2008 o governo, por meio do Tesouro Nacional, tem injetado recursos diretamente através de títulos públicos com taxas de juros de longo prazo. Em 2012, dos desembolsos totais, 35% foram para infraestrutura, concentrados basicamente em energia e transporte (escoamento da produção). Dos 30% destinados à indústria, 42% foram destinados

aos setores de “alimentos e bebidas”, “papel e celulose”, “indústria extrativa” e “química e petroquímica”¹⁹⁴.

Os investimentos em infraestrutura do BNDES no período analisado se encontram em grande medida vinculados à construção de estradas, portos e aeroportos, com o grande interesse de escoamento da produção para exportação.

A importância da nova forma do Estado brasileiro através do BNDES também pode ser vista com a fusão desse banco com a Petrobras e a mineradora Vale. Até 2013, a Petrobras havia sido a empresa mais beneficiada pelo BNDES, correspondendo a um total de R\$ 11,6 bilhões, muito relacionado com a consolidação da exploração do petróleo do pré-sal. Outra importante fonte de atuação do BNDES é seu braço financeiro, denominado BNDESPAR, tanto com compra de ações, quanto de *debentures*. Do total da carteira de ações do Banco em 2012, 47,4% estavam em petróleo e gás e cerca de 20% em mineração, sendo o BNDES, também em 2012, detentor de 6,7% das ações ordinárias da Vale e de 5,4% das ações do capital total da empresa. A carteira de *debentures* (que compreende simples e conversíveis/permutáveis) alcançou R\$ 18,02 bilhões em 2012, sendo 14% em mineração e 15,2% em petróleo e gás, segundo dados dos relatórios anuais do Banco.

A intenção de apresentar e compreender essa maior intervenção do Estado na transformação da natureza em recursos naturais não consiste em realizar uma crítica a sua suposta intenção de promover os interesses específicos de algumas frações de classe. A crítica aqui exposta é de como essa forma do Estado mais próxima de certos interesses de classe é apenas uma aparência do movimento das relações capitalistas financeirizadas, em que os processos de valorização e desvalorização dos “recursos naturais” servem à lógica de controle

¹⁹⁴ Outros exemplos podem ser dados pelos principais financiamentos do BNDES para operações de fusões, sendo todas em ramos alimentícios ou de insumos básicos: R\$6 bilhões ao grupo JBS para aquisições no Brasil e exterior, tornando-se a maior produtora de carne do mundo; R\$2,4 bilhões para a Votorantim Celulose adquirir a Aracruz Celulose, resultando em uma das maiores produtoras de celulose, a Fibria; mais de R\$1,5 bilhão para a fusão de Sadia com a Perdigão, tornando o grupo Brasil Foods o maior exportador mundial de frango.

do trabalho no mercado mundial. A valorização do petróleo e do minério na década de 2000, que levou à consolidação de um novo desenvolvimento setorial no Brasil, estava vinculada com a necessidade de valorização das *commodities* para controle das finanças, o que de forma análoga, mas inversa, acontecerá com sua forte desvalorização a partir de 2013/2014.

Como mostrado de maneira mais aprofundada no próximo capítulo, de forma análoga em que os interesses das grandes construtoras, mineradoras, empresas do agronegócio foram uma forma da valorização das *commodities* como controle social, os interesses de alguns grupos empresariais financeiros e privatistas relacionados com a nova forma do governo após o golpe de 2016 também será uma forma de controle da exploração do trabalho no mercado mundial, a qual passa pelo controle dos recursos naturais. Não por acaso a crise que levou ao golpe de 2016 se inicia justamente com a desvalorização e implosão da Petrobras.

A consolidação do controle dos recursos naturais brasileiros, algo vital para a financeirização como forma de dominação social, necessitava, primeiramente, de um desenvolvimento dessa produção, a qual passava por uma série de barreiras e restrições dentro da luta de classes no Brasil. Os conflitos políticos surgem como formas desenvolvidas da luta de classe que se constituem desde o nível das relações de produção, o que nos leva a mostrar como várias instituições políticas e semipolíticas se desenvolvem na base do conflito centradas em barreiras específicas para a valorização do capital. Além da forte intervenção do Estado brasileiro a partir dos anos 2000 em investimentos de longo prazo, também houve uma série de reconfigurações e alterações nas leis e regulações envolvendo a gestão dos recursos naturais.

A partir da segunda década dos anos 2000, acompanhando o que ocorrera com o setor elétrico, o Brasil viveu um vasto processo de revisão dos seus códigos (Almeida, 2012). Se o tempo do *neoliberalismo* foi inaugurado com processos de “rerregulação”, o mesmo é seguido do tempo da recodificação. Nesse processo, estão sendo alterados os Códigos Florestal; de Minas; Processo Civil, que, de entre outras coisas, define o papel dos peritos; o Código Penal,

que determina o que vai ser criminalizado (Coletivo brasileiro de pesquisadores da desigualdade ambiental, 2012, p. 174).

O *boom* das *commodities* provocado pela nova dinâmica das relações capitalistas no mercado mundial não é algo separado ou externo à dinâmica nacional, ao contrário, esse processo também é construído a partir da luta de classe que ocorre nos territórios locais. A luta que se dava por uma identidade campesina sem terra, pela defesa do seu direito e da necessidade de uma reforma agrária, passa a uma luta pela defesa do seu território já conquistado, que sobre condições tradicionais ou indígenas já lhe pertenciam. As novas regras do mercado implantadas para a questão agrária passam a legitimar as desapropriações e espoliação como um processo nacional do desenvolvimento econômico e social¹⁹⁵. O próprio governo do Partido dos Trabalhadores legitima o discurso *neodesenvolvimentista*, tomando a forma de fomento das políticas de expansão dessa nova forma de acumulação primitiva permanente, a qual desapropriações e espoliações se legitimam com o aumento do consumo e do endividamento em sua forma desenvolvimentista.

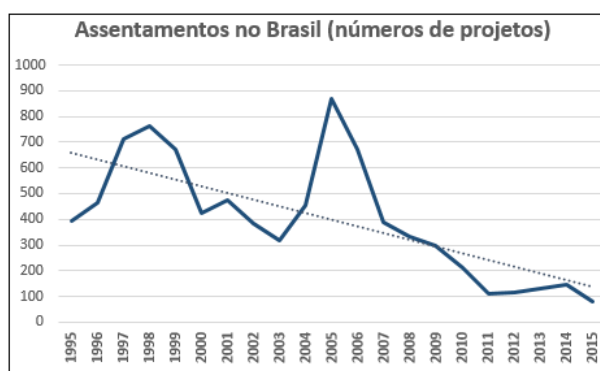


O número de conflitos pela terra dispara no Brasil a partir dos anos 2000, passando de uma média de 528 conflitos durante a década de 1990, para uma média de 1017 nos anos 2000,

¹⁹⁵ “Em toda a gama de ações promovidas em nome do desenvolvimento, o cientificismo e o tecnicismo têm tendido a orientar os meios de legitimação dos projetos, impondo aos diferentes grupos sociais, com os seus ‘ambientes’ próprios, um significado único de ‘meio ambiente’ – aquele requerido para a realização dos negócios” (Coletivo brasileiro de pesquisadores da desigualdade ambiental, 2012, p. 176).

o que representa um crescimento de 92%, o que merece ainda maior atenção dado os fortes vínculos do principal movimento de luta pela terra no País (MST) com o governo nesse período (PT). Além desse forte crescimento, a forma desse conflito também muda drasticamente, como indicado anteriormente. De 2000 até 2007, cerca de 30% dos conflitos eram relacionados com povos tradicionais, passando no período de 2008 a 2015 para cerca de 60%. Nos mesmos períodos os conflitos relacionados com sem-terra caíram de 51% para 24%.

No ano de 2000, do total de 553 conflitos, 475 foram relacionados com “sem terras”, enquanto apenas 23 com povos tradicionais. Em 2008, os motivos “sem terra” e “povos tradicionais” se igualam em cerca de 300 conflitos cada um. Os conflitos por “povos tradicionais” continuaram a aumentar, enquanto os relacionais com “sem terras” a diminuir. No ano de 2015, do total de 741 conflitos, 444 são relacionados com “povos tradicionais”, enquanto 150 com “sem-terra”. Nesse período, a forma do conflito pela terra desde a perspectiva do território local pode ser vista também pela forte queda nos números de assentamentos, mesmo com um governo internamente ligado aos movimentos de reforma agrária e “sem-terra”.



fonte: elaboração própria com dados do INCRA.

O processo de desapropriação e espoliação em sua lógica neoliberal passa da centralidade do Estado para o “livre arbítrio” das decisões do mercado, que com a formação dos mercados institucionalizados permite “alocação correta” das propriedades e de sua finalidade. A incorporação da terra, por essa lógica financeirizada, introduz uma nova dinâmica nas expropriações, ao mesmo tempo que esse movimento é internamente ligado à própria

sustentação dessa dinâmica financeira. Ao transformar a terra e os territórios em mercadorias pela institucionalização em propriedades reguladas, a lógica do mercado e das finanças permite criar uma competição entre esses territórios, em que as grandes corporações passam a exercer um fracionamento entre as sociabilidades e governabilidades existentes, o que leva a novas dinâmicas exploratórias e expropriatórias.¹⁹⁶

Mais importante do que entender esse fenômeno recente como uma acumulação por despossessão, no qual ocorre a transferência de ativos sob o controle das classes populares e tradicionais para outros agentes econômicos, está em compreender como essa despossessão e expropriação ocorre como uma forma da própria reprodução das relações capitalistas, em que o ser humano necessita ser separado dos seus meios de vida na totalidade do mercado mundial. Forma essa que, no momento atual, obtém o caráter de uma lógica financeirizada. Movimento análogo, complementar e contraditório com a questão agrária brasileira no século XXI pode ser visto com a questão urbana. Tanto a terra, quanto a moradia, passam a ser englobadas em uma mesma dinâmica, que dentro da lógica financeira passam a ser criadas as novas formas exploratórias, como os “sem terra”, “sem teto” e “sem cidade” (Rolnik, 2015).

A questão urbana financeirizada e a luta habitacional

Fonte de um grande número de conflitos e protestos nos últimos anos, os grandes projetos urbanísticos nas principais metrópoles brasileiras e a própria forma como tem se constituído a moradia, apesar de possuir contradições em relação à questão da terra, realiza um processo análogo e complementar em relação à questão do campo, passando por uma intensa incorporação em formas financeirizadas. O processo recente de transformação da terra em uma

¹⁹⁶ “A mesma lógica de flexibilização das leis trabalhistas acionada para engendrar a competição entre os trabalhadores do mundo é a que tem operado analogamente com as normas ambientais, de modo a que as regulações dos diferentes territórios sejam submetidas a uma lógica competitiva, que acaba por as nivelar por baixo” (Coletivo brasileiro de pesquisadores da desigualdade ambiental 2012, p. 167).

mercadoria financeira, passível dos *ritos do capital fictício*, também se encontra para o espaço urbano e para a moradia. Importante salientar o processo de constituição da habitação no Brasil em *pari passu* com o processo de constituição das relações capitalistas, não sendo um fenômeno recente ou *novidadesco*, tendo como sua particularidade seu momento financeirizado e de expansão como mercado imobiliário para as classes mais baixas. A constituição do urbano e da moradia devem ser compreendidos pelo processo de constituição de classes no Brasil, ou seja, de que formas as especificidades das relações capitalistas brasileiras se materializam no plano urbano e habitacional¹⁹⁷.

Desde a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), após o Golpe Civil-Militar de 1964, há uma articulação entre o Estado brasileiro e as indústrias de construção, tendo como orientação a “transmissão de todas as funções para a iniciativa privada” (Bolaffi, 1972, p. 139). O BNH, por meio dos recursos públicos do FGTS e do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), destinava os recursos da classe trabalhadora para o setor privado como forma de alimentar os mecanismos de acumulação (Bolaffi, 1972).

A construção do sistema de habitação em geral, assim como o período de vigência do BNH, não pode ser compreendida como um período homogêneo (Royer, 2009, p. 47). A não homogeneidade deve ser entendida tanto do ponto de vista lógico, como histórico, ao que se vincula tanto a constituição de um mercado imobiliário para as classes médias e altas, quanto da instalação da habitação de baixa renda como forma de controle e ordenação da população com a urbanização crescente durante o regime militar (Maricato, 1987, p. 56). O controle é visto não só no espaçamento urbano em centro e periferia, mas também na própria constituição do subjetivo do *indivíduo capitalista*, como bem nos lembra a primeira presidente do BNH,

¹⁹⁷ “de como se dá a produção de uma *riqueza social que não é valor, que não é capital*, mas é posta a serviço do capital, [...] ajuda a decifrar esse enigma – e este é o que é o *especificamente urbano* na expansão capitalista, não como *facies* mas como elemento constitutivo – de como se engendra, a partir e sobre as condições urbanas da expansão capitalista, a formação do proletariado” (Oliveira, 1982, p. 15-16).

Sandra Cavalcanti¹⁹⁸: “a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade” (apud Rolnik, 2015, p. 282).

O SFH permitiu a constituição da habitação como mercadoria a ser produzida e comercializada em moldes estritamente capitalistas (Maricato, 1983, p. 101), tendo, portanto, papel essencial na constituição de classe do Brasil “*desenvolvimentista*”. Pela construção urbana e habitacional durante os anos de grande crescimento (1960-1980) se criou um duplo movimento de constituição das relações capitalistas. Ao mesmo tempo que se criava e fortalecia a grande indústria pesada e as grandes construtoras, também se criava um mercado imobiliário para as classes médias e altas, em que as classes mais baixas ficavam relegadas nas periferias e a sua autoconstrução nos espaços ocupados nos interstícios urbanos.

Concebido primeiramente com o *falso discurso* de resolução da questão habitacional no país (Bolaffi, 1982, p. 42), os financiamentos do SFH foram se alterando conforme suas políticas foram se materializando. Coerente com a política econômica do período, estabeleceu-se o fomento das grandes indústrias nacionais e do mercado de imóveis para as classes mais altas (Maricato, 1983, p. 110). Para as classes mais baixas, foram construídos grandes conjuntos habitacionais nas periferias dos grandes centros urbanos por meio das Cohabs (Companhias de Habitação), que tiveram grandes realizações na construção das novas fronteiras urbanas, mas que aos poucos foram perdendo fôlego em detrimento das grandes obras e dos imóveis para as classes mais altas. A produção da habitação em forma totalmente capitalistas, sem subsídio, inviabilizava a construção de moradias sociais. Segundo Maricato (1987), a construção habitacional nas faixas de até 3 salários mínimos era muito difícil dentro dos limites colocadas pelo BNH, somando-se com o encarecimento dos terrenos no período (Maricato, 1987, p. 46).

¹⁹⁸ Segundo Rolnik (2015), sob a gestão de Sandra Cavalcanti foram feitas remoções em massa de favelas e foram construídos conjuntos habitacionais como a vila Kennedy e a Cidade de Deus, por meio da Cohab-GB (Companhia de Habitação da Guanabara), organizada pelo governo da Guanabara com financiamento da Usaid. A política de construção de casas fazia parte da *Aliança para o Progresso*, nome dado ao programa norte-americano de cooperação com o desenvolvimento e barrar o comunismo, que já havia se instalado em Cuba e ameaçava o continente (Rolnik, 2015, p. 283).

A ação do BNH e do SFH se desloca da declarada intenção de solucionar a questão da moradia popular para transformar-se num mecanismo de “acumulação poderoso” e de constituição da classe operária (Oliveira, 1982). Os mecanismos de instrumentalização do BNH, particularmente o FGTS, mas também o SBPE, são “uma tributação do Estado sobre as classes trabalhadoras que vai, percorrendo vários caminhos, terminar por somar-se ao capital em geral, que, articulado pelo Estado, é a forma mais abstrata de capital”. Não é de se surpreender que essa construção da mercadoria casa se “desloque de sua pretensa intencionalidade para resolver a questão da casa popular, para transformar-se em um poderoso mecanismo de acumulação, cuja realização das mercadorias produzidas somente poderia ser feita encontrando em outras classes sociais de rendas mais altas o seu mercado” (Oliveira, 1982, p. 17).

O estabelecimento dessa produção que tratava a habitação como mercadoria fez com que a construção para a maioria da população ocorresse fora do sistema formal. Aos excluídos do mercado imobiliário formal restou como alternativa apenas a autoconstrução que, embora não estritamente capitalista na produção, era completamente compatível com a constituição de classe no Brasil durante os anos *desenvolvimentistas*. A autoconstrução se coloca como uma válvula de escape para os conflitos sociais, tendo vista grossa para certas regiões e medidas extremamente duras e truculentas nas áreas valorizadas (Maricato, 1983, p. 111). É por meio dos trabalhos nas horas de folga, nos fins de semana, com a ajuda de amigos e parentes que grande parte das habitações populares foram construídas no País.

A autoconstrução como forma habitacional nas décadas de 1960-1980 se coloca como meio de manutenção da constituição de classe com grande desigualdade, em que o Estado se desobriga de prover infraestrutura com a manutenção das diferenças espaciais no mesmo padrão existente. Como apresentado por Oliveira (1982), a autoconstrução da moradia contribui para rebaixar o custo da força de trabalho no contexto de urbanização acelerada, revelando a

própria manutenção da essência da constituição de classe em forma de grande desigualdade, com as classes mais baixas em posição constante de rebaixamento e superexploração.

As formas de constituição do urbano e da moradia como fonte de alimentação para a formação de grandes empresas e de um mercado imobiliário para classes altas, juntamente com a manutenção de uma classe superexplorada, passa a ser alterada durante as décadas de 1980 e 1990, apesar da manutenção da essência da constituição de classe brasileira, como se observa com as novas ondas de construção de habitação popular nos anos 2000. O paradoxo do desenvolvimento das relações capitalistas, de avanços urbanos e produtivos, com a manutenção de uma extrema desigualdade, deve ser visto dentro do seu elemento de constituição do antagonismo de classe, não por meio de um reducionismo nos ganhos materiais particulares. A expansão da habitação e do urbano no Brasil com o desenvolvimento de um mercado imobiliário mais abrangente, não pode ser desvinculada das suas formas de manutenção da segregação e manutenção das classes em posição de rebaixamento e superexploração.

Durante as décadas de 1980 e 1990, as políticas habitacionais e urbanísticas foram desmontadas com a *intenção* de introduzir uma lógica mais calcada no mercado. Ainda durante o governo Sarney, o BNH foi encerrado, seguido de uma série de fragmentações institucionais com sucessivas transferências de chefias e ministérios, sempre na direção de *contornar* os *problemas* inflacionários e de indexação da moradia¹⁹⁹. Se durante os anos de 1980 o processo de desarticulação e novos rearranjos é mais lento e desorganizado, durante os anos de 1990 uma nova forma passa a ser mais claramente delineada. Segundo Arretche (2002), entre 1995 e 2000, 12 das 44 Companhias de Habitação declararam falência ou diversificaram suas atividades, operando como institutos de desenvolvimento urbano e não mais como agências de promoção pública de habitações para baixa renda (Arretche, 2002, p. 440.), o que teria sido uma ação

¹⁹⁹ Para um aprofundamento do desmantelamento do BNH ver Aragão (1990) e Valença (1992).

deliberada do governo federal como forma de desmantelamento das empresas públicas (Arretche, 2002).

Nos anos de 1980 e 1990, ocorreu uma grande diminuição da expansão da produção imobiliária, o que, com os preços baixos e as novas políticas voltadas para o financiamento ao mutuário final, fortaleceu ainda mais o mercado para as classes altas e os grandes grupos empresariais, que passavam a incorporar também investidores financeiros internacionais.

Entre os programas desse período pode-se destacar o Programa Carta de Crédito Individual, o qual, dirigido à população de até 12 salários mínimos, concedia o financiamento diretamente ao mutuário final, para que este adquirisse moradia nova ou usada, construísse ou reformasse sua casa. Entre 1995 e 1998, a rede de empresas públicas de habitação recebeu 28% dos recursos do FGTS e os outros 76% foram destinados majoritariamente à aquisição de imóveis usados (Arretche, 2002, p. 441).

Durante os anos de 1990, são introduzidas várias medidas com o propósito de ampliar a participação do capital financeiro no mercado imobiliário, o que é feito pelo novo marco regulatório que institui o SFI (Sistema Financeiro Imobiliário) em 1997, com a intenção de promover vinculação dos mercados de ativos com o mercado imobiliário, como pode ser visto: i) na criação dos certificados de recebíveis imobiliários (CRI); ii) na criação dos FII (Fundos de Investimento Imobiliário); e iii) na introdução do regime de alienação fiduciária (Royer, 2009, p. 100). Praticamente todas essas medidas, apesar de serem introduzidas no final dos anos de 1990, serão redesenhadas e realmente incorporadas a partir de 2004, como as novas políticas habitacionais e de moradia.

A tentativa de introduzir um *mercado imobiliário financeirizado* não foi um sucesso imediato no Brasil. Este ganharia impulso apenas alguns anos mais tarde, depois de uma primeira rodada de ajustes regulatórios no modelo implementado inicialmente, de mudanças nas

condições macroeconômicas e, sobretudo, de mais incentivos públicos, por meio de isenções fiscais (Santos Pereira et al., 2013).

A criação de um complexo imobiliário-financeiro, como cunhou Aalbers (2008) em alusão ao complexo financeiro-militar, só ocorrerá no Brasil, de forma mais acabada, ou seja, com a incorporação de um mercado imobiliário-creditício também para as classes mais baixas, nos anos 2000. As análises baseadas no conceito de uma habitação financeirizada apresentam uma intensificação do processo já existente no pós-guerra de transformação da moradia e do habitar humano em mercadoria, pois agora não há apenas a desconstrução da habitação como um bem social, mas também como sua transformação em mercadoria na sua forma mais abstrata, i.e., em ativo financeiro.

A conceituação da financeirização da habitação não deve ser compreendida, portanto, na sua forma mais reducionista de uma transferência de valor (ou de renda) de uma esfera produtiva para a financeira. A questão não está em um domínio crescente da extração de renda sobre o capital produtivo, dada a própria transformação da habitação em ativos financeiros proporcionar uma maior intensificação da sua produção e exploração. A “*socialização do crédito*”, o acesso ampliado aos mercados de consumo para as classes mais baixas por meio das finanças e a sua ligação mais direta com a constituição de classe no mercado mundial abriram uma nova fronteira para a acumulação de capital que, com o apoio da força política da ideologia da casa própria, profundamente enraizada em algumas sociedades e recentemente infiltrada em outras, “permitiu a livre circulação de valores através de praticamente toda a terra urbana” (Rolnik, 2015, p. 27).

Anteriormente, a transformação das moradias em ativos financeiros não apenas ficava restrita aos mercados imobiliários destinados às classes mais altas, como existia uma série de relações e intermediações para essa sua transformação. Com as transformações introduzidas por políticas neoliberais foi possível a constituição de uma relação mais direta entre as moradias

e os fundos financeiros internacionais, que passaram a ditar em quase totalidade os *ritmos* e *ritos* da própria forma do ser humano habitar o espaço terrestre. A transformação da habitação em ativo financeiro, como mostrou Rolnik (2015), não representa apenas a abertura de mais um campo de investimento para o capital. Trata-se de uma forma peculiar de reserva de valor por relacionar diretamente a macroeconomia com os indivíduos e as famílias e possibilitar, por meio dos mecanismos de financiamento, que vários atores centrais do sistema financeiro global se interliguem, como fundos de pensão, bancos de investimento, sistema bancário paralelo (*shadow banking*), instituições de crédito e instituições públicas (Rolnik, 2015, p. 28). A moradia, até então muito mais imóvel, passa por um processo mais “alucinante de transações e modificações” (Schwartz e Seabrooke, 2009, p. 210) com a transformação da casa em uma mercadoria fictícia (Fix, 2011, p. 58).

A constituição da moradia em mercadoria financeirizada aconteceu nas diferentes partes do mundo com diferentes formas e em distintos momentos, de acordo com as necessidades de constituição do antagonismo de classe no mercado mundial. A incorporação desse processo ocorre por meio da própria transformação da forma Estado, que, via as políticas ditas neoliberais, muitas vezes adotadas após a concessão de empréstimos internacionais por instituições financeiras multilaterais (como o Banco Mundial e o FMI - Fundo Monetário Internacional), implementa políticas que criam mercados financeiros de habitação mais fortes e maiores, incluindo consumidores de média e baixa renda, que até então estavam excluídos, mas sem alterar a sua constituição na classificação capitalista. A forma como essa massa se encontrava excluída e a forma como ela passa a ser inserida nas relações capitalistas irá depender do momento de constituição de classe no mercado mundial.

Como nos apresenta Rolnik (2015), diferentemente dos países da Europa ocidental, o Brasil nunca teve nada parecido com um sistema de bem-estar ao longo de sua história, por isso, falar sobre a introdução de uma agenda neoliberal no País não significa tratar do

desmantelamento de uma série de direitos sociais já estabelecidos (Rolnik, 2015, p. 266). Os processos de liberalização na virada para o século XXI assumem sentido substancialmente diferente no Brasil, em que ao invés de uma criação de mecanismos financeiros mais diretos (hipotecas e securitizações abrangentes), o Estado brasileiro teve necessidade de se encontrar ainda presente na criação e formulação das relações de financeirização das classes trabalhadoras mais exploradas. A continuidade do Estado para a constituição de um mercado financeirizado, vinculado às classes mais precarizadas, se assenta no paradoxo do capitalismo brasileiro, em que o avanço das relações capitalistas não significa alteração na forma de superexploração da constituição de classe. A necessidade de *formas políticas* específicas se coloca tanto na incorporação das classes trabalhadoras precarizadas nas relações capitalistas mais desenvolvidas, quanto em sua manutenção como classe trabalhadora precarizada.

Seja acumulação por expropriação, neodesenvolvimentismo ou até lulismo, a questão essencial está em desvendar esse “enigma da expansão capitalista brasileira em permanente rebaixamento de suas classes trabalhadoras”, o qual, seja no momento histórico atual ou no posterior, sempre se recoloca de forma superada. A incorporação das classes trabalhadoras brasileiras em um mercado imobiliário financeirizado só se tornou possível com uma forte participação e promoção do Estado, não só na criação de novos marcos regulatórios, como em praticamente todos os países, mas também na junção com as esferas privadas e na destinação de grandes montantes de recursos públicos.

A aproximação do mercado imobiliário com o mercado de capitais já tinha sido realizada de forma mais acabada no final do governo FHC com a criação do SFI em 1997, a qual terá grande impacto para os empreendimentos comerciais e de classes altas, mas sendo expandido e também incorporado para as classes mais baixas apenas nos anos 2000. A criação

da CRI²⁰⁰ e do FII, com forte entrada nos grandes empreendimentos comerciais e de classes altas e médias, permitiu a transformação dos imóveis e empreendimentos em cotas e títulos, passíveis de serem transacionadas em mercados financeiros secundários. A fusão do setor imobiliário e financeiro permitiu a transformação do imóvel ou empreendimento em “um ativo financeiro com maior liquidez, colocado ao lado de outros no portfólio de um investidor”, o que possibilitou a “criação de grandes complexos comerciais, empresariais e turísticos, que se enquadravam nos padrões de risco exigidos pelos grandes fundos de investimento” (Fix, 2011, p. 126).

Para a construção dessa junção do imobiliário-financeiro (Royer, 2009) foi “fundamental fortalecer as garantias de retorno dos investimentos” (Rolnik, 2015, p. 288), o que foi solucionado com a criação do já mencionado *regime de alienação fiduciária*, imposto na criação do SFI em 1997, simplificado e ampliado durante o primeiro mandato do governo PT (Shimbo, 2016, p. 122).

Como nos explica Rolnik (2015), como forma de proteção e segurança da moradia, a lei brasileira não permite a penhora do bem de família em caso de dívida, no caso de ser a única propriedade para fins de moradia. Para os cálculos dos investimentos imobiliários, essa proteção representava um empecilho para o desenvolvimento do financiamento imobiliário no setor habitacional. Essa proibição foi contornada com a legalização da possibilidade da venda de unidades habitacionais por meio de contratos de *alienação fiduciária*, que mantêm a propriedade jurídica da unidade habitacional com o credor até o pagamento total da dívida. Essa mudança no direito privado brasileiro possibilitou a mobilização de casas como garantia de operações financeiras, o que se constitui como um passo fundamental para a criação de um ambiente regulatório orientado para o mercado, ao mesmo tempo que “expôs os moradores à

²⁰⁰ “O instrumento básico da securitização imobiliária no âmbito do SFI são os CRI, Certificados de Recebíveis Imobiliários, títulos que têm vinculação direta a créditos imobiliários e que têm formulação equivalente aos MBS, *Mortgage-Backed Securities*, título mais conhecido do mercado americano de hipotecas” (Royer, 2009, p. 111).

perda da casa em caso de não pagamento de prestações – mesmo que se trate da única moradia da família” (Rolnik, 2015, p. 288).

A transformação dos imóveis em mercadoria financeira, apesar de já consolidada no final dos anos de 1990, ainda se encontrava restrita aos setores comerciais, empresariais e de classes altas, tendo até mesmo nesses ramos uma ação de certa forma acanhada. Será apenas a partir dos anos 2000 que se realizará uma forte expansão capaz de remodelar o espaçamento urbano do território brasileiro, tendo incorporado também, mas de outra forma, as classes médias e baixas.

A nova política urbana e habitacional que, de certa forma, direcionou toda a gestão do PT já pode ser vista em sua primeira elaboração dentro do recém criado Ministério das Cidades: “A estrutura da tese é relativamente simples e óbvia apesar de original: ampliar o mercado privado (restrito ao segmento de luxo) para que este atenda a classe média e concentrar os recursos financeiros que estão sob gestão federal nas faixas de renda situadas abaixo dos 5 salários mínimos onde se concentra 92% do déficit habitacional e a grande maioria da população brasileira” (Maricato, 2005, p.1)²⁰¹.

A constituição dessa moradia financeirizada no Brasil terá, portanto, uma série de particularidades. Diferentemente dos países ditos desenvolvidos, no caso brasileiro a participação direta do Estado se fez necessária. O Estado atuou tanto para a efetivação da criação de um mercado que atingisse as classes mais baixas, quanto para que essa criação permanecesse como um processo constituidor de classes de forma segregada, em que a classe operária se constituísse de forma rebaixada, tanto nos interstícios urbanos, quanto nas fronteiras de expansão urbana, mas agora através da inserção em um mercado imobiliário financeirizado.

²⁰¹ Hermínia Maricato foi Secretária Executiva do MCidades (2003 - 2005). Participou da criação do MCidades (2003) e coordenou a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (até 2005).

Como nos apresenta Shimbo (2016), diversas leis e resoluções estimularam diretamente a produção de habitação via mercado entre 2002 e 2006, que podem ser assim sintetizadas: a) estímulo ao financiamento imobiliário, reduzindo os juros pagos aos bancos sobre depósitos não utilizados para financiamento dentro do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e exigindo que, no mínimo, 65% dos depósitos em contas de poupança sejam utilizados para esse fim; b) simplificação e intensificação da aplicação das leis de reintegração de posse de propriedade residencial no caso de inadimplência (alienação fiduciária); c) diminuição do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) relativo a certos insumos e materiais de construção; d) fomento para a securitização de recebíveis imobiliários através da isenção de imposto de renda sobre ganhos financeiros advindos dessa transação; e) aumento da segurança tanto de empreendedores por meio da disponibilização de garantias sobre propriedade, quanto de compradores por meio do regime tributário especial (Shimbo, 2016, p. 122).

O mercado financeiro imobiliário, por meio dos títulos secundários (securitizados), não obteve abrangência no mercado de habitação popular no Brasil, tendo o mercado imobiliário financeirizado nesse setor adquirido a forma de uma *habitação social de mercado* (Shimbo, 2016). Por meio de várias garantias do Estado e da disponibilidade de grandes fundos, as empresas construtoras, agora de capital aberto, se associam para a construção e espaçamento das moradias populares na constituição das novas formas urbanas financeirizadas.

Os grandes fundos financeiros no Brasil não entraram na habitação popular por meio dos mercados de ativos secundários, mas pela abertura no mercado financeiro das construtoras nacionais. Assim, por meio das políticas federais de habitação, passaram a ditar os ritmos e ritos da habitação no País. Como nos apresenta Fix (2011), o conjunto de mudanças institucionais e o aumento correspondente do fluxo de recursos governamentais repercutiram sobre as estratégias das empresas, que, pela abertura de capital na bolsa, constituíram um meio para captar recursos. Nos primeiros anos, entre 2005 e 2008, segundo dados da CVM, foi captado

no mercado financeiro um total de R\$ 8 bilhões para as empresas (ofertas primárias) e cerca de R\$ 3 bilhões para acionistas controladores (em ofertas secundárias), com mais de 75% de participação de investidores estrangeiros (Fix, 2011, p.136).

Os megaeventos e o programa habitacional do governo federal MCMV (Minha Casa Minha Vida) podem ser considerados os grandes símbolos dessa transformação urbana e da moradia. O livro “Minha casa... e a cidade?” organizado pelos pesquisadores do “Observatório das Cidades” (IPPUR/UFRJ) em 2015, explicita bem essa contradição com relação ao programa MCMV e a questão urbana atual no Brasil, em que apesar da sua face de inclusão habitacional possui um forte perfil de remodelação das cidades²⁰². Retirando as classes mais baixas de seus territórios de origem para serem “realocadas” em novos espaços, o MCMV, assim como as grandes obras urbanas recentes, força essa população a se reintroduzir nas novas dinâmicas capitalistas.

De 2009 até março de 2015, o programa MCMV já tinha realizado a construção de 3,857 milhões de unidades, se tornando um marco de referência na questão da moradia popular. Indiscutível quanto à importância da geração de casas para um grande “contingente populacional”, é importante compreender a lógica em que se insere a sua criação e, principalmente, as transformações que gera no espaço urbano para colocar “a produção de habitação em outro patamar de acumulação de capital” (Shimbo, 2016, p. 119), o que gerou ao mesmo tempo um agravamento da segregação socioespacial (Cardoso, 2013; Amore et al., 2015; Shimbo 2016). O programa se realizou por um acordo entre o governo, as grandes

²⁰² O livro inicia com uma apresentação midiática do MCMV, em que “Um programa habitacional lançado em 2009 contratou em apenas cinco anos quase 80% das unidades que o BNH financiou nos seus 22 anos de existência, sendo que cerca da metade dessas unidades já foi entregue; que esse programa atende primordialmente a famílias de menor renda, pois tem níveis de subsídios que podem chegar a 96% dos valores financiados, que a produção habitacional ganhou escala industrial.” (Amore, Shimbo, Rufino 2015, p. 12). Para concluir que “o Programa vem sendo utilizado para viabilizar remoções forçadas, muitas vezes não justificadas por necessidades habitacionais. Particularmente nestes casos, verificamos uma inadequação das alternativas ofertadas em relação às estratégias de sobrevivência das famílias, especialmente em função da localização periférica e distante das fontes de emprego da cidade.” (Amore, Shimbo, Rufino 2015, p. 418).

empreiteiras com capital aberto e os fundos de poupanças “estatais” ou paraestatais, como FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) (Royer, 2009).

O MCMV possibilitou a construção no Brasil de uma “habitação social de mercado” (Shimbo, 2016, p. 119), ou seja, da unificação da habitação de interesse social (com promoção do Estado) com a habitação de mercado, o que se insere duplamente na lógica de financeirização do indivíduo e no processo de separação das pessoas do território nas quais estavam inseridas, muitas vezes, em áreas privilegiadas dentro do espaço urbano, o que lhe conferiam melhores condições de vida. O programa MCMV se divide basicamente em duas faixas de atendimento: a primeira, destinada a pessoas de baixa renda, conta com subsídio quase total do Estado, enquanto as outras faixas consistem em financiamentos feitos pela Caixa Econômica Federal. É importante salientar que os projetos são distintos entre as faixas, não só no imóvel em si, mas também na localização, a concepção dos projetos e inserção na cidade²⁰³.

Os estudos sobre a inserção urbana das unidades do MCMV indicam justamente que, grande parte dos empreendimentos das Faixas 2 e 3 (para as quais se volta a produção da maior parte das grandes empresas de capital aberto) se localizou em áreas mais centrais ou com urbanização mais consolidada, sobretudo quando comparados, em termos de localização, com os empreendimentos da Faixa 1 do mesmo programa — por sua vez, situados em novas frentes de expansão urbana (Shimbo, 2016, p. 128).

²⁰³ A política de habitação, desenvolvida durante os anos 2000, não deve ser vista como um processo homogêneo (Patrício, 2017). Através dos diferentes programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) urbano e as diferentes faixas do MCMV, diferentes lógicas de políticas habitacionais foram constituídas, o que permitiu a concretização de novos processos de diferenciação de classes. A realização de políticas voltadas para as diferentes classes, com distintas formas de habitação e de concessão de crédito, permitiu a formação de novos processos de classificação, não só entre classes média e mais baixa, mas também no próprio interior dessa última. “Se o modelo condominial das classes de alta renda aprofunda a distância entre as classes sociais, podemos especular que este modelo, quando replicado nas classes de baixa renda, traz uma outra dimensão: a da fratura entre classes de baixa renda denominadas como ‘os pobres do condomínio’ e ‘os pobres da favela’. Do ponto de vista político, não será difícil entender que esta fratura enfraquece a possibilidade de organização das classes desfavorecidas na disputa pela cidade” (Patrício, 2017, p. 154).

Para determinadas classes sociais, o programa MCMV se coloca em linha com os processos de “financeirização do indivíduo”, como será abordado para o caso brasileiro na próxima seção, em que a aquisição de um imóvel é atrelada à expansão do crédito e ao endividamento. Feito por fundos de poupanças dos trabalhadores, o MCMV é gerido pelo Estado e repassado para as grandes empreiteiras, que durante os últimos anos tiveram abertura de seus capitais na Bolsa de Valores²⁰⁴. Para as classes mais baixas “o Programa vem sendo utilizado para viabilizar remoções forçadas, muitas vezes não justificadas por necessidades habitacionais” (Amore et al., 2015, p. 418), ou seja, separando as pessoas dos seus meios de vida, para dessa forma reintroduzi-los em novas relações territoriais e sociais.

A reconfiguração do espaço urbano por essa lógica da acumulação primitiva permanente também pode ser vista pela reconfiguração das cidades, que tem nos megaeventos, como a Copa do Mundo e nos grandes projetos urbanísticos seus marcos simbólicos. A transformação do espaço urbano, assim como ocorreu com o campo, como forma de reprodução das relações capitalistas em sua forma neoliberal, passa por reconfigurar e institucionalizar mercados regulados, os quais legitimam a transformação do território em mercadoria ao passo que separam as pessoas dos seus meios de vida.²⁰⁵ O Estado passa a ser um mediador, garantindo a regulação desses mercados e, pelos megaprojetos e megaeventos, se legitima como realizador de momentos de exceção como regras, em que a finalidade se perde em meio à *razão*

²⁰⁴ “Em relação a produção, as grandes empresas construtoras de capital aberto promoveram a padronização arquitetônica e construtiva das tipologias habitacionais e a produção em escala da habitação, pautada por uma racionalidade com traços manufatureiros e industriais, sobre a qual se acoplou uma lógica das finanças, com mecanismos bastante sofisticados de gestão da produção e de captação de recursos” (Shimbo, 2016, p. 126).

²⁰⁵ “Para que ocorra um processo de neoliberalização no plano local, torna-se necessário instituir um novo padrão de gestão nas cidades, fundado no mercado autorregulado e na propriedade privada como os únicos mecanismos de acesso ao solo e aos equipamentos urbanos necessários à reprodução social. O conceito de neoliberalização expressaria exatamente a ampliação da mercantilização nas esferas da reprodução da vida, antes também ancoradas em regras ou convenções sociais e culturais que limitavam o pleno funcionamento do mercado autorregulado. [...] Para além do evento esportivo em si mesmo, o que está em jogo é o projeto de intervenção urbana, no qual o discurso em torno desses megaeventos seria acionado buscando legitimar tal projeto” (dos Santos Junior, 2015, p. 28).

instrumental que adquire esses novos projetos como marcos simbólicos do progresso e do desenvolvimento (Vainer, 2011).

As cidades, agora dentro da lógica de concessões mercantis financeirizadas, se abrem para a realização de novos projetos, em que se perde a dimensão de um planejamento em que as finalidades podem ser discutidas e debatidas²⁰⁶ - dentro da regulação do mercado, a finalidade do progresso e do desenvolvimento já está dada. A natureza e origem dos modelos de cidade e de planejamento urbano hoje hegemônicos são um planejamento competitivo, que se pretende flexível, amigável ao mercado (*market friendly*) e orientado pelo e para o mercado (*market oriented*) (Vainer, 2011, p. 3).

Na esteira das concessões de novos projetos urbanísticos como representantes do progresso econômico, as grandes cidades brasileiras passaram por uma forte reestruturação, em que buscavam esconder as reais transformações de reprodução das relações capitalistas. Assim, áreas já privilegiadas passaram por novos processos de valorização, tendo grandes desapropriações em seu entorno com áreas de ocupações populares desreguladas, as quais são transferidas para regiões periféricas da cidade, zonas marcadas como fronteiras de expansão²⁰⁷, as quais se construíram com as moradias dos programas habitacionais e sem nenhum acesso aos meios e direitos das outras regiões da cidade.

²⁰⁶ “Nem se trata, apenas, de governar em benefício de determinados grupos de interesses, grupos dominantes. Trata-se de uma forma nova, em que as relações entre interesses privados e estado se reconfiguram completamente e entronizam novas modalidades de exercício hegemônico. Neste contexto, torna-se regra a invisibilização dos processos decisórios, em razão mesmo da desqualificação da política e da desconstituição de fato das formas ‘normais’ de representação de interesses. Não se sabe onde, como, quem e quando se tomam as decisões” (Vainer, 2011, p.12).

²⁰⁷ As cidades sedes dos grandes eventos, como a Copa do Mundo, são os grandes símbolos desse processo, em que a transformação é potencialidade com sua exceção do padrão FIFA, legitimando toda desapropriação e construção de novos centros de expansão das relações capitalistas. “De uma forma geral, o projeto urbano de renovação e reestruturação das cidades-sede parecem apontar para três direções não excludentes entre si: (i) no fortalecimento de centralidades já existentes das cidades (em geral nas áreas habitadas pelas elites econômicas dos municípios considerados); (ii) na renovação ou revitalização de centralidades decadentes no interior das cidades-sede; e (iii) na criação de novas centralidades, através de grandes investimentos em áreas específicas das cidades-sede. [...] A análise dos investimentos realizados indica que este processo tem como base duas políticas centrais: (i) mobilidade urbana, principalmente através da instalação de sistemas de transportes BRT, BRS, VLT, e sistema de metrô; e (ii) moradia, através de um intenso processo de valorização imobiliária destas mesmas áreas, acompanhada de processos de remoção decorrentes das intervenções” (dos Santos Junior, 2015, p. 28).

A objetificação da cidade e da moradia como formas de dominação financeirizada acontecem e aconteceram sob um intenso processo de lutas, as quais determinam as suas formas e desenvolvimento. Muitas das políticas idealizadas nos primeiros anos de governo Lula possuíam um forte potencial de ganho para a classe trabalhadora, o que reflete a luta acumulada com relação à cidade e à moradia. A reificação dessas políticas em formas financeirizadas também ocorre com novas ondas de protestos, que perpassam desde a expansão do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), da central de movimentos populares, do movimento nacional de luta pela moradia e dos Comitês da Copa e da Olimpíada.

O enorme crescimento do mercado imobiliário, mesmo para as classes mais baixas, foi acompanhado de um forte acirramento da organização de luta urbana e de moradia, com o maior exemplo no MTST. Criado em 1997, será durante os anos 2000 que o movimento de luta por garantia à moradia se constitui como um dos principais movimentos sociais do País. Tendo como uma de suas principais estratégias políticas a ocupação de terrenos vazios utilizados pela especulação imobiliário, o MTST unificou uma grande massa de trabalhadores precarizados. Das lutas por moradias aos processos de coisificação da habitação e da cidade, o MTST se constituiu oposição a essa constituição da financeirização do ser social pela moradia.

Entre vários contextos particulares, durante os 2000, também se constitui uma série de comitês, centrais e movimentos em oposição aos processos de reconfiguração do espaço urbano. Além dos megaeventos, como “Copa do Mundo e Olimpíadas”, se estabeleceram a Central de Movimentos Populares e o Movimento Nacional de Luta pela moradia, que conjuntamente a várias manifestações localizadas contrárias à imposição da lógica vigente do capital, passaram a tecer o tecido social de lutas das cidades brasileiras.

A inserção das novas formas da moradia a das cidades se concretizou no Brasil em um processo de luta interna, que se por um lado se impôs novos processos de coisificação com a

expansão do mercado imobiliário financeirizado, com a incorporação de uma grande massa de trabalhadores, por outro lado, se consolidou novos movimentos de luta e de resistência.

Francisco de Oliveira questionava em 1979 na introdução do livro “A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial” o enigma de como se engendra sobre as condições urbanas da expansão capitalista a formação do proletariado em contradição com a sua separação de um mercado capitalista da habitação. Em 2017 devemos questionar o enigma de como um mercado capitalista da habitação incorpora a classe operária brasileira sobre as condições urbanas de expansão capitalista em contradição com o seu contínuo rebaixamento. A incorporação ou não no mercado não é a essência da classificação capitalista brasileira. A *superação* de suas formas de segregação direta é inerente aos avanços das relações sociais capitalistas que, no caso particular brasileiro, contêm a necessidade de contínuo rebaixamento e superexploração na sua constituição de classe, mesmo que nas formas capitalistas mais *avançadas*.

8.3. Crescimento econômico e de consumo como formas de relação capitalista financeirizada no Brasil

Do mito da “nova classe média” ao “desenvolvimentismo simbólico”.

Falar sobre o crescimento econômico brasileiro recente, principalmente sobre o aumento do consumo de massa de bens mais sofisticados com acesso amplo ao crédito, tornou-se uma tarefa árdua não só teoricamente, como também no sentido de posicionamento político. A imensa polarização política pela qual passa o mundo capitalista nesse começo de século deve nos servir para ressaltar o momento de crise em que vivemos. A dificuldade de realização da constituição das relações capitalistas é cada vez maior, o que leva a totalidade da vida social se desfazer e se recolocar na forma de novas lutas e contradições.

O conflito distributivo é apenas uma das formas dessas contradições, como mostrado no começo deste trabalho, em que, na aparência do plano concreto, se exacerba o conflito em sua forma de embate entre salários e lucros, o que também, por sua vez, coaduna a relação entre consumo e investimento. A objetificação desse conflito, em sua forma maior da luta por salários dos operários contra a taxa de lucro dos capitalistas e os privilégios da classe média, apesar de ser algo objetivo, mistifica a relação de contradição existente na sociedade capitalista em crise, que tem como sua real disputa a intensificação e expansão das relações capitalistas²⁰⁸. Para a realização dessa *valorização*, há uma necessidade intrínseca de expansão do consumo e de aquisição dos meios de vida através (e somente através) do mercado, tendo *trabalho vivo* se tornado *trabalho abstrato* em forma de *mão de obra livre para venda*. Assumir a necessidade de expansão do consumo para a classe trabalhadora na sociedade capitalista não é ir contra os ganhos dos operários, mas se permitir e buscar ir “para além” do capital.

As abordagens ditas “críticas tradicionais” consideram o trabalho como um conceito trans-histórico, ou seja, desconsideram a necessidade de constituição do trabalho abstrato como conteúdo da forma valor. Dentro dessa visão, o trabalho mediado pelo mercado se constitui como a base automática do modo de distribuição das riquezas. O caráter crítico, portanto, estaria limitado a perceber como toda a riqueza social é produzida via o trabalho, mas com uma apropriação desigual de classes. Por isso, dentro dessas abordagens críticas tradicionais, o enfoque da crítica está na *distribuição* dessa riqueza, desconsiderando como ela é gerada e como as próprias contradições dessa produção implicam no desenrolar social. O modo como a própria forma trabalho na sociedade capitalista se associa à forma peculiar de dominação abstrata é apagado, tendo, mesmo nas análises focadas nas questões simbólicas, uma descrição

²⁰⁸ Ou seja, da separação do ser humano dos seus meios de vida como meio para a realização da forma trabalho abstrato como fundamento do valor da sociedade.

de como as subjetivações implicam na distribuição, e não de como o próprio modo de criação dessa riqueza já gera a dominação e exploração.

No caso brasileiro recente, em que houve um grande aumento de consumo das massas populares, o obscurantismo das formas de dominação capitalistas centradas na sua peculiaridade do trabalho ficou mais evidentes. O grande acirramento político existente para definir as causas que levariam ao “espetacular” aumento de consumo provocou um forte debate dentro do chamado campo crítico brasileiro, como pode ser muito bem ilustrado pela discussão entre os presidentes do maior centro de pesquisa do governo brasileiro, o IPEA.

O debate sobre o crescimento econômico de uma parte da população brasileira historicamente apartada do consumo capitalista obteve um dos seus momentos de clímax com a publicação do livro “A Tolice da Inteligência Brasileira” de Jessé de Souza, em 2015, praticamente concomitante ao momento em que assume a presidência do IPEA. Nesse livro, que em realidade se figura como um eixo teórico para os seus trabalhos anteriores²⁰⁹, Souza busca realizar uma grande crítica à tradição intelectual brasileira, com dois oponentes principais muito claros. O primeiro seria o conservadorismo liberal, o qual teria se construído durante toda a história do pensamento brasileiro, desde as teses originais do “patrimonialismo” até as análises atuais do Estado corrupto. Essas análises, mais do que simples construções teóricas, estariam ligadas à construção ideológica das classes dominantes, que, por essa crítica ao Estado brasileiro, vangloriariam o mercado como “ótimo social”, o que, por mecanismos velados no mito da meritocracia, garantiriam seus privilégios de classe, ainda com a vantagem de serem encobertos em uma naturalização meritocrática e com uma áurea crítica.

O segundo oponente de Souza (2015) poderia ser configurado dentro de um quadro amplo, que englobariam tanto as análises marxistas, como os economistas desenvolvimentistas,

²⁰⁹ Em 2017, Jessé de Souza lança “A elite do atraso – da escravidão à lava jato”, em que de certa forma mantém os principais pontos da sua visão sobre a formação e manutenção da desigualdade no Brasil, mas nessa última versão com uma linguagem mais informal e com maior centralidade da questão simbólica brasileira estar na questão racial.

os quais, a partir de um reducionismo economicista, não seriam capazes de compreender o real processo de formação das desigualdades brasileiras, justamente por essa ocorrer por mecanismos “simbólicos” que se escondem e se naturalizam na sociedade. Além das interpretações clássicas da formação de classe no Brasil, como as obras de Caio Prado Jr., Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes, Souza (2015) busca apresentar as limitações das análises recentes, as quais ficaram conhecidas como as teses da “nova classe média”, justamente nas figuras principais dos seus dois antecessores na presidência do IPEA, Marcio Pochmann e Marcelo Neri. Tanto Pochmann (2012), quanto Neri (2011) tentam compreender essa mudança social brasileira por uma análise das estruturas distributivas nacionais como resultado das políticas sociais (como Bolsa Família e microcrédito) e do aumento expressivo do salário mínimo. A única diferença, segundo Souza (2015), estaria em Pochmann (2012) enfatizar que essa mudança se deu na base, na classe trabalhadora, enquanto Neri (2011) coloca no setor mediano e em uma concepção ascendente desse grupo. Destacando a igualdade das duas pesquisas, Souza (2015) reforça as críticas às concepções de “classe econômica” de Neri, mas ressalta que, apesar da intenção explícita de Pochmann de se diferenciar dessa análise e de seu estudo mais detalhado das “ocupações”, em síntese, os dois possuem os mesmos argumentos. Jessé de Souza vai ainda mais longe, os distinguindo em categorias de um suposto economicismo marxista. “Assim, poderíamos dizer, utilizando as subdivisões consagradas por Karl Marx acerca da esfera econômica, que Neri pratica um ‘economicismo’ da ‘distribuição’, enquanto Pochmann pratica um ‘economicismo’ da ‘produção’” (Souza, 2015, p. 223).

De fato, esses trabalhos, dentro do que ficou conhecido como “novo desenvolvimentismo”, possuem um forte economicismo em seus modelos macroestruturalistas ao considerar as estruturas econômicas como esferas autonomizadas da determinação social. A solução apresentada por Jessé de Souza, entretanto, não irá buscar compreender como, a partir da própria forma da relação social capitalista brasileira em sua totalidade (portanto, também

produtiva), são reproduzidos os processos de dominação e exploração. A crítica de Jessé de Souza fica reduzida à diferenciação simbólica entre grupos sociais como formadores dos processos de dominação, ficando novamente apenas na esfera do aparente, em que grupos obteriam mecanismos simbólicos e subjetivos para a dominação do processo distributivo na sociedade capitalista. Como apresentado no sexto capítulo deste trabalho, essa compreensão *pós-estruturalista* da sociedade, mais do que seus limites explicativos, se constitui como uma marca do momento neoliberal, dado não ir contra sua constituição em si, mas ao ver nas diferenciações (na multitude) o processo social em sua totalidade, permite tanto processos de dominação, como processos de autoemancipação liberal²¹⁰.

Souza (2015), ao criticar o economicismo de Pochmann e Neri, aponta, de forma correta, a ausência de elementos culturais, sociais e simbólicos na configuração de classe e dominação. Principalmente através do arcabouço teórico de Pierre Bourdieu, busca mostrar como se constrói uma distinção “simbólica” entre os indivíduos, o que seria o real construtor cotidiano das divisões de classe e desigualdade em toda sociedade capitalista. Contudo, diferentemente de seu mestre maior (Bourdieu), que renegava a denominação de teórico por considerar sua obra mais uma descrição social calcada em seu conceito de *habitus* do que uma teoria (Bourdieu, 1979), Jessé de Souza pretende justamente elaborar uma teoria da sociedade brasileira, o que o leva a grandes equívocos e reducionismos. Assim como seu mestre francês, parte da noção de “diferenciação social” para construir sua análise, sem compreender os mecanismos contraditórios e antagônicos que fundam as relações sociais capitalistas, dado o conceito de diferenciação de Bourdieu não tratar do “antagonismo da natureza das relações

²¹⁰ O perigo da liberalização da diferença, por sua vez, também se coloca, dado a coexistência não-antagônica (não negativa) das diferenças em multiplicidade, o que leva a um liberalismo, a uma “*beautiful soul*” da possibilidade individual (Bonnet, 2009), como pode ser visto pelo argumento de Jessé de Souza sobre a suposta melhora distributiva no governo PT, em que “essa nova classe logrou ascender a novos patamares de consumo a custo de extraordinário esforço e sacrifício pessoal” (Souza, 2012, p. 367). Anteriormente, a classe trabalhadora brasileira não era esforçada?

sociais capitalistas, estando muito mais próximo de Durkheim e de sua sociologia da divisão do trabalho” (Bonnet, 2009, p. 50).

Souza, buscando ir além do escopo teórico de Bourdieu, constrói uma abordagem calcada nas *teorias de capitais* “bourdianos”, mas não apenas no sentido de analisar as distinções de *habitus* dentre as diferentes classes, tendo o intuito de, por esse arcabouço teórico, derivar todos os momentos sociais, colocando-o novamente preso à aparência do conflito distributivo, mesmo que seu foco seja o aspecto simbólico²¹¹.

Souza (2015), para poder ir além do caráter descritivo de Bourdieu, se utiliza de um grande *Frankenstein* teórico, tendo como seus dois outros grandes auxiliares as teorias de Michel Foucault e de Charles Taylor. Por meio da obra de Foucault pretende transpassar as diferentes formas de diferenciação simbólica existentes em Bourdieu, para apresentar como essas se transformam em uma nova forma de dominação dada pelo próprio indivíduo, no qual Foucault cunha o termo de *governamentalidade*. Contudo, mesmo com essa forma de dominação autonormativa, o poder ainda é dado como um epifenômeno de uma relação totalitária de poder, não tendo, portanto, uma genealogia dessa construção hierárquica dos valores como dominação (Souza, 2015). Por isso, a incorporação de Charles Taylor, que através de uma concepção *neo-hegeliana* irá justamente tentar explicar a gênese dos valores sociais por meio de uma totalidade do espírito social que ditaria as fontes formadoras do indivíduo. Em Taylor (1989) há um abandono da superação realizada por Marx em mostrar como, na sociedade capitalista, há uma relação dialética interna entre as formas subjetivas e os próprios processos de constituição das bases materiais. Ao construir uma autonomização do *espírito (self)*, Taylor

²¹¹ “É precisamente nesse ponto que a obra de Pierre Bourdieu pode, talvez, desempenhar um papel ainda maior do que tem tido hoje em dia. Sua teoria dos capitais pode ser a base de uma nova compreensão do capitalismo global e seus efeitos díspares em cada contexto peculiar. Pode fornecer o fundamento teórico para uma verdadeira teoria crítica da modernidade e da modernização, na qual a **luta de classes** – internacionalmente percebida – **pelo acesso a bens e recursos escassos tenha a primazia da análise**” (Souza 2015, p. 157, *grifos nossos*). A luta na obra de Souza é restrita ao acesso a bens. A forma que eles são produzidos passa a ser apagada como parte da luta.

(1989) objetifica a própria realidade na constituição da identidade individual, apagando da construção social o próprio processo de gênese desse espírito (*self*).

No pensamento de Souza (2015), a cultura, o simbólico e os discursos narrativos se tornam a relação intermediadora entre essa *microfísica dos capitais culturais* com a *totalidade do espírito social* materializado no Estado. Por isso, na abordagem de Souza, há uma pluralidade na determinação das formas políticas, ora caindo em relações de uma união entre um micropoder e a construção de capitais simbólicos, ora na relação entre os interesses de classe e esses mesmos capitais simbólicos, tendo como unidade a ideia de um espírito social - de uma narrativa que daria unidade a esses interesses e construções simbólicas de poder. Como o Estado (totalizador desse espírito social) se coloca como um ente externo (que se impõe) ao processo de realização das bases materiais das relações sociais, novamente a sua determinação fica na esfera da distribuição, dentro dos conflitos de interesses de classes e frações de classe, o que leva a reduzir sua análise sobre o Estado em um forte estruturalismo de interesses constituídos.

Nessa abordagem teórica, “a questão central para a compreensão da dinâmica profunda de qualquer tipo de sociedade” é a luta social por recursos escassos, o que se dá pelo “acesso diferencial a esses capitais impessoais”. Dessa forma, todos os países possuiriam o mesmo processo de como se estruturam as classes sociais em luta, ou seja, pela disputa desses capitais impessoais. “Não há qualquer diferença também – aspecto talvez ainda mais importante – na forma como a ‘distinção social’ é naturalizada e legitimada em ambas as sociedades” (Souza, 2015, p. 154). Tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países considerados atrasados, a desigualdade é legitimada pela violência simbólica da “ideologia da meritocracia”.

O ponto principal levantado por Jessé é fundamental e de uma importância crucial para a teoria crítica, ou seja, a existência de formas subjetivas no processo de dominação e

exploração²¹². Contudo, esse aspecto simbólico é visto pelo autor apenas por meio de uma diferenciação subjetiva entre as classes, dada a suposta luta pelos recursos escassos, que acabaria por apagar essas distinções como a falsa aparência de meritocracia. O problema de tal abordagem teórica é não compreender como essa mistificação simbólica não está no seu caráter distributivo. Esses tais recursos escassos precisam ser produzidos, sendo nessa própria forma de produção dos meios sociais que essa objetificação ocorre. Apesar da importância do argumento, impossível não criticar os termos em que coloca, de como essa moral socialmente construída pauta a disputa por bens escassos. Fica difícil, assim, saber de que sociedade ele está retratando ao mencionar repetidas vezes uma disputa por bens escassos, pois, dada a sua necessidade de produção, a sociedade capitalista não é²¹³. A ênfase pelo simbólico é tão grande que não retira de sua análise a ideologia liberal que lhe está incrustada, o impedindo de ver como as próprias relações sociais no ato de produção de nossa vida material se relacionam com a construção desse simbólico e na criação do *habitus* que reforça e reproduz as desigualdades sociais.

A sociedade descrita na abordagem de Souza (2012, 2015 e 2017) é como se todos os bens necessários à vida já estivessem à nossa disposição, bastando apenas organizar uma fila entre as pessoas para adquirir esses bens, tendo no processo de construção dessa fila de elementos simbólicos (capitais culturais e econômicos) que colocariam algumas pessoas na frente, em detrimento de outras que sempre estariam lá no final, sobrando sempre poucos e piores produtos. Todavia, a nossa sociedade não é uma ilha em que tudo já está pronto. Ao objetificar as disparidades sociais pelas diferenciações simbólicas de classe, o autor acaba por

²¹² “Como todas as precondições sociais, emocionais, morais e econômicas que permitem criar o indivíduo produtivo e competitivo em todas as esferas da vida simplesmente não são percebidas, o fracasso dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual” (Souza 2012, p. 24).

²¹³ “Ainda que a própria divisão entre ‘material’ e ‘simbólico’ seja resultado da percepção fragmentada do mundo social, como criticamos anteriormente, a distinção analítica entre essas dimensões mostra que apenas a dimensão ‘material’, ou seja, a troca de mercadorias e capitais, a dimensão ‘econômica’ do capitalismo, seja percebida” (Souza, 2015, p. 169). Se a dimensão material (dimensão econômica) é a troca, a produção é o que? De onde vem a separação entre as pessoas e os seus meios de vida que não da produção?

positivizar fenômenos sociais que na verdade são contraditórios e antagônicos, apagando de sua análise a própria luta existente pela imposição das relações capitalistas, como proletarização e opressão do ser humano. Não por acaso a sua tendência a ver no trabalho capitalista uma possibilidade de emancipação social²¹⁴.

O modo de produção em que o ser humano é separado dos seus meios de vida para se estabelecer como mão de obra livre para ser vendida no mercado de trabalho não é visto como formador de uma mistificação social. A produção irá no máximo ditar o tamanho e o ritmo da classe trabalhadora, mas não participando dos processos de alienação formadora da sociedade capitalista, dado os processos subjetivos serem restritos às características do indivíduo como competidor no mercado de trabalho, sem considerar a subjetivação que naturaliza o próprio ser humano como indivíduo capitalista, ou seja, dissociado dos seus meios de vida.

A partir do indivíduo capitalista naturalizado, as classes sociais se formariam em uma disputa pelos recursos escassos, e as classes altas e médias se utilizariam de abstrações e formações simbólicas como mecanismo dessa dominação. Apesar da objetividade desses mecanismos de dominação, a sua positivação social o impede de compreender o próprio processo de gênese dos fenômenos sociais que tão bem descreve e diferencia, caindo em um tautologismo das causas e consequências. Tanto em países ricos, como nos mais pobres, o processo de dominação social seria o mesmo, sendo a diferença o tamanho dessa exploração, ou seja, a desigualdade seria provocada pela maior desigualdade, sem entender não só como essa maior desigualdade foi gerada como reproduzida. Países como Brasil e Índia teriam como característica particular o conservadorismo e a “mesquinhez” de suas classes alta e média, que

²¹⁴ “é preciso não priorizar a dimensão da proteção de (pretensas) ‘identidades étnicas’ como um valor em si mesmo e geralmente oposto aos valores do ambiente urbano circundante. [...] O discurso que enfatiza a política de promoção da diversidade cultural, que defende a etnicidade como a dimensão da promoção moral dessas populações negras parece esquecer-se do fato de que a própria prosperidade econômica na sociedade possui uma dimensão moral: ela é fonte de autoestima e de autoconfiança” (Souza, 2012, p. 261-262). O trabalho abstrato como base do valor social é completamente naturalizado em Souza (2012, 2015 e 2017), se formas identitárias e sociais divergentes não podem ser vistas como possibilidade de conter valor, a “prosperidade econômica” passa a ter um valor em si mesmo.

“verdadeiramente roubam o tempo dos desclassificados incapazes de lutar no mercado competitivo” (Souza, 2015, p. 217). Que nos países de maior desigualdade as classes mais baixas são mais exploradas é evidente, e ninguém contestaria que o entregador de pizza brasileiro é mais explorado pela elite brasileira do que o entregador de pizza norueguês. A questão é exatamente entender o motivo de, nos países dito subdesenvolvidos, não só as classes mais altas tentam realizar essa maior exploração, como conseguem. Para essa explicação, é necessário ir além das subjetivações existentes no conflito distributivo, caso contrário fica-se reduzido a uma explicação quanto à índole das classes sociais, quase como um elogio à classe média igualitária do Norte em comparação com a classe média mesquinha dos países do sul, sem entender a *razão* de serem assim.

A beleza e os limites do pensamento de Souza podem ser vistos também no ponto principal da sua obra, isto é, na descrição da formação da “nova classe trabalhadora” (por alguns chamados de “nova classe média”) brasileira durante os anos de governo PT. Se, por um lado, possui sua constante perspicácia em apresentar os pontos principais da aparência dos fenômenos sociais, por outro, recai na sua naturalização dessas relações como construções em dadas em si mesmas. Baseado no trabalho de Boltansky e Chiapelo (1999), identifica um novo “espírito” do capitalismo, que da passagem do *fordismo* para o neoliberalismo teria a incorporação de uma “nova classe trabalhadora”, não mais sobre a égide da grande indústria fordista, agora de uma indústria flexível, com uma mão de obra maior (não mais restrita a uma elite operária) e com uma disciplina mais aut centrada, sendo o indivíduo “seu próprio patrão”²¹⁵.

No Brasil essa transformação ocorreria a partir de meados dos anos 2000, sobre o “manto” do governo do Partido dos Trabalhadores, o qual consegue incorporar os anseios e

²¹⁵ “Esse radical rearranjo do mundo do trabalho moderno criando uma nova classe trabalhadora que não precisa mais ser vigiada e controlada constitui também uma pequena burguesia de novo tipo. O pequeno proprietário da pequena fábrica de “fundo de quintal” não difere, muitas vezes, em termos de estilo de vida, do próprio trabalhador que emprega, muito frequentemente, sem pagar direitos trabalhistas nem impostos de qualquer tipo. Além de uma nova classe trabalhadora definida pelo batalhador/ trabalhador, parece existir também uma ‘pequena burguesia de novo tipo’ representada pelo batalhador/empreendedor” (Souza, 2012, p. 56).

desejos dessa nova classe trabalhadora que se forma²¹⁶. Juntamente com a transformação neoliberal e de maior intensificação da exploração do trabalho, abriria espaço para a formação de uma nova classe trabalhadora, que através de seu esforço e da conquista de novos *capitais simbólicos*, conquistaria melhores oportunidades na competição pelos recursos escassos, assim como a eleição de um governo que disponibilizaria a materialização de políticas públicas voltadas a essas conquistas simbólicas.

Apesar de muitos pontos interessantes e elucidativos devido à riqueza da descrição e diferenciação que sua teoria proporciona, fica também evidente a posituação dessa diferenciação de classe, que acaba por apagar as contradições e antagonismos da própria formação dessa nova classe operária. O Estado também assume um papel positivante, sendo um garantidor dos meios das conquistas subjetivas para o sucesso, em uma espécie de um Estado sobre a égide de um “*desenvolvimentismo simbólico*”, mais uma vez obscurecendo as contradições desse Estado como promotor de uma intensificação das relações capitalistas.

A compreensão da gênese dos fenômenos sociais descritos por Jessé só se torna possível se, ao invés de partirmos de estruturas naturalizadas, mesmo que simbólicas, tentarmos analisá-las como fenômenos reificados e reificantes. Ao ser objetificado, o ser humano esconde o processo de luta da sua constituição como indivíduo capitalista, que tem nas distinções de classe uma de suas formas. Tanto o surgimento dessa nova classe de trabalhadores com um maior consumo, quanto a forma do Estado brasileiro dentro do mercado mundial devem ser compreendidos como momentos dessa constituição das novas formas das relações capitalistas a partir dos anos de 1980. Na próxima seção será apresentada a formação da nova classe de

²¹⁶ “O lulismo, longe de ser um indício da alienação ou da venda mercenária do voto por causa do Bolsa Família e de outros programas de cunho popular, representa uma manifestação mesma dos conteúdos cognitivos, morais e estéticos incorporados no *éthos* do trabalho e na racionalização de uma ética do sofrimento” (Souza, 2012, p. 251).

trabalhadores no Brasil como um dos momentos da forma financeirizada do capitalismo no mercado mundial.

A evolução da “financeirização” no Brasil: da “forma Estado” a forma do “indivíduo capitalista”

A incorporação das classes mais baixas em um mercado de consumo de produtos mais sofisticados se insere na forma dita neoliberal do capitalismo, em que a expansão das relações não se dá mais via salários e uma burocratização e institucionalização formalizadas das formas trabalho, mas, principalmente, pela expansão do crédito e da subjetivação *do indivíduo como empresa*, que tem seu futuro objetificado pelo cálculo gerencial do risco, como apresentado no sexto capítulo. Contudo, a realização dessa forma neoliberal de consumo e de subjetivação do indivíduo capitalista ocorre por meio de um intenso processo de lutas por constituição de classe, como pode ser visto no período de *transição* que se inicia no final dos anos de 1970. Se em grande medida os processos de financeirização do Estado brasileiro e das empresas se consolidaram durante os anos de 1990 (Paulani, 2008), as formas financeirizadas do próprio *indivíduo capitalista* só irão se desenvolver de forma consolidada a partir de meados dos anos 2000, o que revela as especificidades e particularidades das relações capitalistas brasileiras.

Durante a década de 1990, grande parte dessa forma de Estado neoliberal é consolidada, principalmente, no que condiz às lógicas das empresas e do Estado. Por meio de vultosos empréstimos e das vendas das empresas estatais, se estabelece a remodelação da forma Estado, com uma custosa política monetária dependente das determinações das taxas de juros internacionais e das variações cambiais²¹⁷. Por meio da nova forma das finanças, agora

²¹⁷ “Os processos de desregulamentação financeira e de liberalização dos fluxos de capital fazem com que as políticas de juros tenham que responder de imediato às alterações nas taxas de juros de longo prazo e, principalmente, nas taxas de câmbio. Isso ocorre porque esses processos criam uma interface entre os mercados (monetário, cambial e de títulos) e os bancos centrais, de forma que as oscilações nas taxas de juros de longo prazo e nas taxas de câmbio, decorrentes de modificações nas expectativas dos agentes quanto à vulnerabilidade externa

desregulada e com um grande predomínio de gigantes fundos de investimento e empréstimos internacionais, os Estados, em uma espécie de economia da dívida, para controlar sua moeda, tanto do ponto de vista cambial, quanto inflacionário, ficam sujeitos às variações da lógica das finanças internacionais e da construção de um novo sistema institucional (Bonefeld e Burnham, 1998).

A reestruturação internacional da forma Estado terá como fim último a alteração das formas da relação trabalho-capital, reimpondo uma nova forma de disciplina, o desmantelamento de sindicatos e um enorme processo de mercantilização de todas as esferas da vida (creches, escolas, universidades, hospitais, lazer etc.). Durante os anos de 1990, os países da América Latina passaram por uma forte reestruturação, com grande alteração das suas relações de trabalho, entrada das empresas multinacionais e desmantelamento das empresas estatais. Por meio de um processo financeiro de desvalorização dos ativos nacionais, já descritos anteriormente, vários setores da sociedade foram incorporados na nova lógica financeirizada do mercado mundial, em que a relação de trabalho passa de uma lógica dita “fordista” para uma denominada de “neoliberal”. Contudo, se por um lado houve uma intensa mudança das relações capitalistas **ao longo dos anos de 1990, grande parte das classes mais baixas ainda continuava apartada desse mercado mundial financeirizado.**

As classes mais baixas da sociedade brasileira, até meados dos anos 2000, sofriam apenas o lado mais perverso da forma neoliberal das relações capitalistas, com uma grande precariedade das relações trabalhistas e sucateamento dos serviços públicos. A implantação das lógicas de relação capitalista financeirizada até 1990 podem ser vistas dentro do que Oliveira (1979) chamou de enigma do capitalismo brasileiro que, apesar de seus avanços, continuava a manter as classes mais baixas apartadas dos mercados de consumo. Apesar da rápida e intensa

das economias, torna a política econômica de uma nação dependente da dinâmica financeira dos capitais internacionais e das políticas econômicas das outras nações, principalmente das centrais” (Carcanholo, 2001, p. 138).

incorporação da sociedade dentro da lógica da forma financeirizada, a expansão do consumo de massa das classes trabalhadoras, incluindo as mais precarizadas, ocorrerá apenas em um momento posterior, em que acontece uma nova fase de intensificação das relações neoliberais.

A realização do crédito como forma de expansão de consumo e da financeirização como forma de controle da exploração sobre o trabalho encontrará fortes entraves e barreiras para sua consolidação no Brasil. Apesar da expansão do crédito já se iniciar durante os últimos anos do governo FHC, será apenas durante o governo do Partido dos Trabalhadores que se consolida em sua forma desenvolvida. Apesar das formas financeirizadas das empresas e do Estado brasileiro já ocorrerem de forma mais acabada nos anos de 1990 (Paulani, 2008; Braga 2012), tendo como aparência a transformação do Brasil em uma “plataforma de valorização financeira internacional” (Paulani, 2008), é apenas depois dos anos 2000 que essas formas financeirizadas se realizam de forma mais acabada também na constituição das classes mais baixas.

Ao longo dos anos 2000, a economia brasileira experimentou forte crescimento do crédito. Segundo dados do Banco Central, o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional passou de R\$ 417,8 bilhões em janeiro de 2004 para R\$ 1,71 trilhão em janeiro de 2011, alcançando R\$ 3,1 trilhões em dezembro de 2014. Com isso, a relação crédito bancário/PIB passou de 24,3% em 2004 para 46,5% em 2011 e 59% em 2016. Grande parte desse crescimento foi impulsionada pelo endividamento das famílias que, no início de 2004, representava apenas 38% do crédito total e em 2011 já atingia 45,9%, alcançando 47% em 2016. Em 2005, a proporção da dívida das famílias com a renda familiar de 12 meses era de apenas 18%, passando em 2014 para 46%²¹⁸. Nas próximas seções deste capítulo, intenta-se apresentar como essa intensificação particular das relações capitalistas aconteceu no Brasil na virada para o século

²¹⁸ Na próxima seção será apresentado em mais detalhes as políticas ligadas aos processos de financeirização vinculadas à constituição de classes no Brasil.

XXI e ao longo de suas primeiras décadas, o que impõe compreender as especificidades das relações capitalistas brasileiras e das formas neoliberais e financeirizadas.

É impossível compreender a expansão do consumo dos anos 2000 sem ter em consideração os momentos distintos de consolidação da forma neoliberal. Durante a forma neoliberal, o consumo intensificado não deixará de existir. Apesar da precarização do trabalho e da diminuição dos salários, a expansão do consumo de mercadorias continua como ponto central das relações capitalistas. Em sua fase neoliberal, o que muda é o seu intermediador. Ou seja, há uma diminuição da importância da intermediação do Estado e sindicatos para uma maior participação da esfera financeira por meio, principalmente, de uma forte expansão do crédito e das suas formas de dominação e exploração (como mostrado no sexto capítulo deste trabalho), mesmo que para isso ainda fosse necessária no caso brasileiro, e até certo ponto da América Latina em geral, uma maior intermediação estatal²¹⁹.

Nos países com forte desigualdade e com grande parte da população com histórico de segregação do próprio mercado de trabalho, a transformação para esse novo momento do capitalismo com formação de uma “nova classe trabalhadora” e com maior consumo de bens de maior intensidade tecnológica necessitou da implementação de algumas políticas específicas²²⁰, como as redistribuições orçamentárias e o aumento do salário mínimo, como será mostrado em detalhes na próxima seção.

²¹⁹ Nos países da OCDE, a expansão econômica e do consumo por meio de uma lógica financeirizada já havia ocorrido ao longo da década de 1990, devido ao momento de realização específico das relações capitalistas dessas economias no mercado mundial, possuindo uma maior centralidade da produção de maior intensidade tecnológica e de uma maior inserção das classes mais baixas no mercado de consumo capitalista (McNally, 2011). Será apenas nos países ditos subdesenvolvidos, tanto da Ásia, quanto da América Latina, que essa expansão econômica ganhará uma aparência mais “desenvolvimentista” ou “social”.

²²⁰ Importante salientar que esse processo de aumento salarial para uma incorporação financeira e de um novo consumo de massas de produtos mais sofisticados não se restringe apenas ao Brasil ou à América Latina. Países como China e Índia, por exemplo, representam os maiores ganhos salariais relativos dos últimos 20 anos. Apesar das particularidades de cada país, é importante compreender as mudanças no sistema capitalista dentro de um quadro maior, não caindo no reducionismo das disputas políticas internas como se fosse uma esfera autônoma das decisões sociais. Na década de 2000 a 2010 os salários reais aumentaram cerca de 90% na Ásia, cerca de 170% no Leste Europeu e Ásia Central, 15% na América Latina e Caribe e 5% nas ditas economias desenvolvidas, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013).

No final dos anos de 1990, eclodirá uma nova crise financeira-cambial, que afetará, principalmente, grande parte dos países asiáticos e da América Latina, dando início a novas formas do neoliberalismo. Com a crise cambial de final de 1998 e início de 1999, o Brasil passou por um forte processo especulativo contra sua moeda, levando a uma forte desvalorização cambial. O controle das principais variáveis macroeconômicas era então regulado pela manutenção de um câmbio valorizado para garantir o controle da taxa de inflação, o que implicava em elevados custos, endividamento e baixo crescimento. Com a desvalorização da moeda, um novo regime macroeconômico é implantado, o qual se configura por um câmbio com “liberdade” de flutuação e com controle da inflação por meio, principalmente, da taxa de juros.

A atração de divisas internacionais, que durante a década de 1990 ocorreu por acordos internacionais e endividamento, a partir da crise de 1999 passa a se dar por meio da entrada dos fundos internacionais de capitais. Com a manutenção das taxas de juros elevadas, ocorreu uma forte expansão do setor creditício e de consumo vinculado com os produtos produzidos pela rede de multinacionais consolidadas nas décadas de 1980 e 1990. Contudo, a explosão do crédito e do consumo das classes trabalhado no Brasil enfrentou uma série de entraves para sua concretização, o que envolve a própria forma da sua realização capitalista no mercado mundial. O chamado subdesenvolvimento, ou a forma subdesenvolvida da economia capitalista como discutido no quinto capítulo, não deve ser visto a partir de um movimento tautológico das categorias objetificadas, em que um país é subdesenvolvido por haver uma heterogeneidade produtiva (ou classes altas e internacionais predatórias) e ter uma heterogeneidade produtiva por ser subdesenvolvido.

A constituição da relação de classe capitalista no mercado mundial como totalidade depende da produção de matérias-primas e meios de produção em níveis de grande exploração, assim como a formação de um exército industrial de reserva (Nun, 1969, 2001), de forma a

manter os condicionantes da realização das relações capitalistas com alta intensidade tecnológica e de inovação, tanto de mercadorias e máquinas, quanto de formas de relação social capitalista.

A necessidade de formação de um grande exército industrial de reserva e da exploração intensificada da natureza como mercadoria, como apresentado no quinto capítulo deste trabalho, implica na realização de uma ampla gama de processos sociais em formas particulares de existência, as quais, em momentos de passagem para formas “superiores”, se colocam de forma contraditória e antagônica. A mudança nas formas concretas da realização da sociabilidade capitalista no mercado mundial, impõe em forma de luta nos planos concretos dos Estados-Nações uma alteração para novas formas sociais, mas com a manutenção da sua “essência” para a constituição do trabalho abstrato e da relação capitalista na sua totalidade no mercado mundial. Apesar da tendência na forma de “essência”, essa não representa uma determinação objetificada, ao contrário, uma tendência no sentido de luta pela imposição dessas novas formas que mantêm o mesmo conteúdo da relação social.

O processo de constituição do exército industrial de reserva (ou de uma superpopulação relativa) no Brasil, como necessidade histórico e lógica da constituição de classe no mercado mundial, para ocorrer na forma das relações capitalistas financeirizadas, demandou uma série de modificações na sociedade brasileira. A constituição do exército industrial de reserva foi formada no Brasil por relações sociais de extrema segregação de grande parte da população brasileira, tanto com mecanismos políticos e econômicos estruturais (segregação dos mercados capitalistas, por exemplo), quanto com aspectos culturais e simbólicos, principalmente ligados a uma perversa *inferiorização* racial como traço de uma dominação com base racial.

A transformação no Brasil dessas classes trabalhadoras segregadas e inferiorizadas nos novos moldes de um *indivíduo capitalista autocompreendido como uma empresa* exigiu um processo de *superação dialética* da formação de classe nacional, em que a essência da

constituição dessa superpopulação relativa permanece com a alteração das formas de segregação em detrimento de relações capitalistas financeirizadas, o que possibilitou, por exemplo, o acesso de uma grande parte da população a vários mercados capitalistas antes impeditivos.

A nova forma de controle e exploração ocorre agora através do crédito (em sua forma financeirizada) na esfera do indivíduo e de sua subjetivação como *empresa*, o qual tem seu futuro objetificado pelo cálculo gerencial do risco. Contudo, essa nova forma de dominação exige uma alteração na própria constituição das classes trabalhadoras, dada a necessidade de uma certa *modificação* nesses processos de segregação para até mesmo possibilitar a disponibilidade do crédito tanto do ponto de vista da oferta, quanto das *disposições sociais* dessas pessoas.

A sociedade brasileira constituída em um forte processo de dominação com base racial, com inferiorização e segregação de raça e gênero da maior parte da população, não poderia instituir de forma “natural” um “indivíduo empresa dono de si mesmo”. Nessa constituição perversa das classes brasileiras como exército industrial de reserva, tanto as classes médias e mais altas engendram processos segregacionistas, assim como as classes mais baixas não possuem as capacidades emocionais necessárias, como nos apresentou Jessé de Souza, para essa nova inserção capitalista. A característica das classes brasileiras, assim como seus entraves para o desenvolvimento capitalistas, não é a constituição em um processo de autonomização gananciosa e mesquinha dessas classes, mas escancara a própria relação capitalista com especificidades brasileira que se impõe como luta social.

A promoção dessa expansão de crédito, contudo, como mostrado na seção anterior, necessitou não só da consolidação de um governo com “atributos” sociais e redistributivos, como uma superação da própria identidade dessa classe trabalhadora brasileira, o que já se iniciou nas primeiras reestruturações “neoliberais” dos anos de 1980. A própria superação das

classes mais baixas com uma subjetivação em indivíduos capitalistas neoliberais (“indivíduos empresa”) demandou uma forte mudança nas relações constituintes dessas classes, dado terem sido mantidas como um exército industrial de reserva, o que as colocava apartada de muitos requisitos necessários para a realização de seu trabalho no mercado (trabalho abstrato). A constituição das classes trabalhadoras que, por um processo de luta por constituição de classe, se objetificou em formas financeirizadas, teve, no caso brasileiro, a necessidade de políticas específicas, ou seja, para as classes trabalhadoras se constituírem em novas formas foi necessária uma nova forma Estado.

Ruy Braga em sua tese sobre a *política do precariado* (Braga, 2012), de certa maneira aborda esse processo de superação dialética das classes mais baixas no Brasil. Contudo, sua análise será construída por meio “das múltiplas dimensões da prática política do precariado brasileiro” (Braga, 2012, p.29), principalmente ao que concerne as suas formas em lutas sindicais²²¹. Por meio de uma extensa releitura dos estudos da sociologia do trabalho no Brasil, Braga reconstrói os processos de luta dessa classe operária, apresentando como se desenvolve (em um processo de *superação dialética*) as formas de lutas sindicais de acordo com os modelos e regimes de acumulação. Para Braga (2012), o que está em transformação são as formas de luta, não a constituição de classe em si, continuando com o processo de autonomização da classe proletária precariada.

Com o processo de industrialização no Brasil, teria se formado o que Braga chama de um fordismo periférico, em que o precariado se constituiria como *coração desse modo de produção*. Inicialmente se desenvolveria sob um modo de regulação populista, mas à medida

²²¹ O conceito de *precariado* utilizado por Ruy Braga é incorporado da obra de Robert Castel (Castel, 1998, 2006) para descrever a constituição na sociedade capitalista de uma classe operária precarizada, mas divergindo do seu conceito original para indicar uma situação permanente. Assim “o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de ‘*superpopulação relativa*’, sendo ‘*uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho*’ como ‘*parte integrante da classe trabalhadora*’, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe” (Braga, 2012, p. 18)

que esse precariado acumulou experiência com os limites do desenvolvimento periférico, “a regulação populista perdeu progressivamente capacidade de absorver os conflitos classistas, sendo substituída²²², a partir de 1964, por uma regulação autoritária” (Braga, 2012, p. 23). Durante quase uma década e meia foi obtido certo êxito, o que começou a ruir no final da década de 1970, principalmente, devido às novas ondas de pressão do precariado, que estavam submetidos a baixíssimos salários e com condições de trabalho degradante. Essa pressão do precariado teria dado origem ao “novo sindicalismo”, que, pelas pressões da base, teria “obrigado” as lideranças sindicais “a negociar com as empresas e com o governo pequenas concessões materiais a fim de responder à pressão social dos de ‘baixo’. Ao mesmo tempo, que o sindicalismo brasileiro foi incapaz de ultrapassar os limites da estrutura sindical corporativa, pois basicamente dependia e ainda depende da chancela do Estado para se reproduzir” (Braga, 2013, p. 148).

É dessa articulação, já estabelecida no final da década de 1970, entre o poder sindical e o ativismo das bases do precariado que se encontraria “a arqueologia da hegemonia lulista”. “Uma hegemonia apoiada na combinação da incorporação dos ativistas mais destacados à estrutura sindical (consentimento ativo), ou seja, ao Estado capitalista, com a conquista de pequenas concessões materiais aos trabalhadores (consentimento passivo)” (Braga 2012, p. 36).

A “hegemonia lulista” apresentada por Braga seria fruto, portanto, da luta da classe operária precarizada (precariado) que, por sua incorporação em uma burocracia sindical, teria conseguido pequenas concessões materiais, ao mesmo tempo que permitiria o estabelecimento de um novo modelo de regulação. Os limites da tese de Braga (2012) podem ser vistos na redução dos vários desenvolvimentos e complexificações do capitalismo desde 1980 no simples ganho material devido à luta do precariado que se formulou conjuntamente em um processo de

²²² A abordagem teórica de Braga (2012) é construída pela teoria da regulação, em que as leis objetivas de acumulação se desenvolvem autonomamente entrando em conflito com as formas sociais de regulação, o que leva à imposição, quase que mecânica, de novas formas de regulação, como apresentado com mais detalhe na primeira parte deste trabalho.

consentimento vindo de suas lideranças. A superação dialética apresentada por Braga (2012) fica reduzida nas formas das lutas do precariado sob as formas sindicais. O seu apego ao *sociologismo* do trabalho, como já apontaria sabiamente Chico de Oliveira (ver Braga, 2012, p. 38), impediu Braga (2012) de ver como a própria superpopulação relativa (ou precariado em termos de Braga) passou por um processo de superação dialética com as novas formas financeirizadas das relações sociais capitalistas.

A questão da luta de classes não está em olhar a partir das classes já constituídas (como se fosse uma *coisa* já dada) e de como elas competem entre si em relações *sociologistas positivizantes*. A luta de classe está na própria *constituição* das classes.

O acirramento das lutas sociais no final dos anos de 1970, como o ciclo grevista marca do “novo sindicalismo”, assim como a sua continuidade durante toda a década de 1980, como pode ser visto na fundação do PT e do MST, levou ao fim da “era de ouro do capitalismo” no Brasil, que teve no processo de redemocratização o seu grande símbolo histórico. Contudo, é importante entender como essa luta possui em sua essência um processo de (des)constituição de classe. Interessa a ideia de que o processo de reificação envolve uma luta que cristaliza em sua negação, ou que formas de existência reificadas não são formas puras, mas formas definidas pela luta entre capital e trabalho (Tischler, 2001, p. 173). Dessa forma, temos que analisar como os processos de luta nesse período foram se transformando em formas reificadas de classe, que em um certo ponto foram superadas em relações financeirizadas, *encapsuladas* nas novas dominações financeirizadas e nas suas novas possibilidades de ganhos materiais.

Se nas décadas de 1980 e 1990 as relações capitalistas se desenvolveram com sua lógica financeirizada sob a forma Estado neoliberal e sob as formas-empresas com as multinacionais, as classes mais baixas ainda se constituíam apartadas das lógicas financeirizada de relação capitalista.

Se nos países ditos desenvolvidos a financeirização da totalidade da sociedade ocorreu de forma mais direta com a introdução das políticas neoliberais, no Brasil, com sua necessidade de constituição de um exército industrial de reserva na forma de uma superpopulação relativa no mercado mundial, foi concretizado por várias particularidades para a constituição das classes mais baixas em forma financeirizada.

A formação dessa superpopulação relativa como necessidade de constituição de classe no mercado mundial (como argumentado no quinto capítulo) se constitui no Brasil por vários elementos estruturais (tanto políticos, quanto econômicos), culturais e simbólicos, que vão desde a segregação dos vários “mercados capitalistas” (habitação, educação, alimentação, saúde, segurança etc.) até processos de inferiorização e subjetivação (principalmente em termos raciais). A superação dessa superpopulação relativa para uma superpopulação relativa financeirizada irá demandar elementos sociais particulares, que possibilitam seres sociais antes aniquilados e segregados se transformarem em “indivíduos empresa” com capacidade para financiarem seu futuro em busca dos bens de consumo capitalistas.

É nessa superação dialética das classes mais baixas brasileiras que causou tanto espanto no grande Chico de Oliveira em sua provocante “hegemonia às avessas”, em que “o conjunto de aparências esconde outra coisa, para qual ainda não temos nome nem, talvez, conceito” (Oliveira, 2010, p. 27).

A constituição desse novo indivíduo capitalista financeirizado no Brasil e apto para produzir em meio as novas tecnologias (tanto *técnicas*, quanto *informacionais*) demandou aspectos, ou formas, particulares para a superação dialética dessa superpopulação relativa. “Neodesenvolvimentismo”, “Neoextrativismo” e “lulismo” são apenas formas aparentes dessa superação dialética das classes trabalhadoras e da exploração da natureza em formas capitalistas financeirizadas.

A superação das classes trabalhadoras inferiorizadas e segregadas para suas formas financeirizadas, ocorreu no Brasil, portanto, em “face de uma nova dominação em que os dominados realizam a revolução moral [...] que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada” (Oliveira, 2010, p. 27).

A luta das classes mais baixas que irão emergir no final da ditadura e como vários processos de estruturação política ao longo dos anos de 1980 passa a ser objetificada na forma financeirizada durante os anos de 1990 e, na constituição diretamente do indivíduo capitalista, nos anos 2000. As lutas por melhorias nas condições de vida, por mais ganhos materiais foi reificada nos processos de financeirização, em que se possibilitou ganhos materiais reais com formas mais intensificadas de controle e exploração. O aumento do consumo via crédito se colocou concomitantemente com o processo de inclusão nos mercados capitalistas, dado ser passível o aumento de sua exploração²²³.

Os ganhos materiais da financeirização não são acompanhados de uma extinção das formas de constituição de subproletariado, da ralé e do precariado, apenas ocorrendo em outros termos. Se anteriormente o desenvolvimento das relações capitalistas ocorria em antagonismo com a manutenção de uma enorme massa apartada dos mercados, na forma financeirizada esses mercados passam a ser acessíveis, contudo com novas práticas de trabalho precarizado, em que se aliam as novas tecnologias com novas relações trabalhistas. A mudança nas relações trabalhistas, portanto, se torna necessidade intrínseca da própria manutenção e expansão das formas de relação capitalista que passam a ser constituídas.

²²³ A constituição do “indivíduo capitalista” na sua forma “financeirizada”, o coloca como um fiel defensor do mercado, como “empresa de si mesmo”, em que lhe é vital os mecanismos que lhe possibilitem ser um investidor e cumprir com seus créditos e obrigações financeiras. A sua prática cotidiana se transmuta para a constituição de um ativo, em que é passível de valorização e investimento em todo momento: trabalhando, estudando para se inserir no mercado, abrindo um pequeno empreendimento etc. A coisificação do trabalhador é superada em sua forma financeirizada, passando de uma objetificação em mercadoria força de trabalho para um ativo autoempreendedor. Como ativo financeiro o seu próprio futuro já está objetificado, em que o próprio dever do trabalhador se constitui como uma relação entre ativos. A luta futura se torna uma luta dentro das diretrizes do mercado, tendo como “investidor de si mesmo” uma defesa incontestada de um “ambiente bom para os negócios”, que vai desde as políticas públicas até suas formas de relação social.

A forma Estado brasileira durante os governos do PT, como será apresentado por meio de algumas de suas políticas na próxima seção, permitiu a consolidação dessa classe trabalhadora financeirizadas. A sua consolidação na forma de um exército industrial de reserva financeirizado, contudo, só ocorrerá com o golpe de 2016, como será apontado na última seção do próximo capítulo.

Políticas sociais e o crédito como financeirização

A objetificação das categorias econômicas, em sua ânsia por revelar os movimentos do capital em sua forma de crescimento econômico, acaba por apagar os seus aspectos antagônicos. Consumo se torna apenas uma maneira de obtenção de recursos materiais. Crédito simplesmente uma maneira “sofisticada” de expansão desse consumo, em que se permite manejar de um modo mais adequado seus rendimentos futuros. O que a naturalização das categorias promove é um apagamento do lado negativo e negativizante dos fenômenos. Consumo e crédito, assim como outros fenômenos da sociedade moderna, são umas das formas de dominação sobre os seres humanos, de transformar a vida em algo dominável, sendo, contudo, não uma dominação em geral, mas uma dominação específica sob a forma de relações capitalistas²²⁴, em que o ser humano é desvinculado de seus meios de vivência.

O momento posterior da consolidação da forma neoliberal das relações capitalistas ocorreu justamente pela realização da expansão do consumo sobre sua forma crédito, o que em outras palavras, significa uma intensificação da dominação das relações capitalistas sobre a vida das pessoas²²⁵. Contudo, as formas com que esse processo é promovido se altera conforme o momento de realização do país dentro do mercado mundial, por isso as diferenças tão grandes

²²⁴ A não aceitação dessa especificidade que lhe confere totalidade é o “pecado” maior das teorias chamadas de “pós-estruturalistas”, as quais irão compreender a totalidade da dominação como epifenômenos sociais.

²²⁵ A demonstração formal do consumo e crédito como formas de dominação capitalista foi realizado no quarto capítulo deste trabalho.

entre países da América Latina e os países dito desenvolvidos. Devido ao seu momento de realização específico, os países latinos tiveram a necessidade de dar uma forma dita “social” para a consolidação da expansão do consumo das classes trabalhadoras sob sua forma financeirizada. Para incorporar as classes trabalhadoras da sociedade brasileira no mercado financeiro necessitou-se criar uma série de programas, políticas e reformas com um caráter dito social.

A chamada estratégia “social-desenvolvimentista” possui uma grande centralidade da expansão do crédito vinculado a determinados benefícios sociais²²⁶, que potencializaram uma universalização a determinados bens de consumo duráveis, contribuindo para o aquecimento da demanda doméstica e fazendo do consumo das famílias o motor do crescimento econômico nos anos 2000 (Bastos, 2012; Lavinias, 2015). Uma das políticas ditas “sociais” mais emblemáticas foram os programas de transferência de renda compensatória.

Os programas de “renda básica” foram introduzidos em âmbito federal ainda no governo de FHC, no final dos anos de 1990, mas de forma muito mais compartimentada e acanhada, sem provocar impactos profundos. Em 1996, lançou o “Programa Comunidade Solidária”, que incluía transferências não contributivas para famílias de baixa renda. Em 2002, o governo substituiu o programa de subsídio (universal) para gás de cozinha pelo programa auxílio gás (sob a supervisão do Ministério de Minas e Energia), com transferência monetária para 8,5 milhões de famílias. Na mesma linha foram lançados ainda nos anos finais do governo FHC: o programa “Bolsa Escola”, gerenciado pelo Ministério da Educação, atendendo 5,1 milhões de famílias de baixa renda sob a condição das crianças irem à escola e o programa “Bolsa Alimentação”, sob gerência do Ministério da Saúde, atendendo cerca de 900 mil famílias (Saad-Filho, 2015).

²²⁶ “Em meio a tensões, a política social vai servindo para consolidar o modelo de consumo do *social-desenvolvimentismo* que consistiu em promover a transição para uma sociedade de consumo de massa, através do acesso ao sistema financeiro. A novidade do modelo social-desenvolvimentista é ter instituído uma conexão inédita entre crédito e política social para alimentar o consumo das famílias e promover, em curto prazo, um ciclo de crescimento liderado pela dinâmica do mercado interno” (Lavinias, 2015).

Em 2003, os vários programas sob condicionalidade já instalados no governo FHC foram substituídos e unificados no PBF (Programa Bolsa Família), que consiste na ajuda financeira às famílias pobres (definidas como aquelas que possuem renda per capita de R\$ 77,01 a R\$ 154,00 à época) e que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos e extremamente pobres (com renda per capita menor que R\$ 77,00). A contrapartida é que as famílias beneficiárias mantenham as crianças e os adolescentes entre 6 e 17 anos com frequência na escola e façam o acompanhamento de saúde das gestantes, das mulheres que estiverem amamentando e, além disso, as crianças, também devem ter a vacinação em dia (Caixa Econômica Federal, 2015). Em 2013, o Programa Bolsa família alcançou a marca de 14 milhões de famílias atendidas (50 milhões de pessoas ou 25% da população do Brasil) e um terço das crianças do ensino primário.

O efeito do PBF no combate a pobreza extrema é inquestionável e de importância enorme em um país como o Brasil. Contudo, seus impactos no processo de diminuição da desigualdade e no crescimento econômico engendrou um amplo debate. Diversos autores argumentam que houve um impacto marginal para a redução da pobreza (Lavinias, 2013) e para a desigualdade (Saboia e Hallak, 2016). Como mostrou Lavinias e Cordilha (2015), em 2013 o gasto com o PBF representou cerca de 0,5% do PIB, o que, dividido pelo número de crianças e adolescentes atendidos, significa um gasto “*per capita*” de R\$ 406, o que é significativamente inferior ao gasto com a renúncia tributária anual *per capita* com dependentes em famílias taxadas pelo Imposto de Renda de Pessoa Física (cerca de R\$ 1.975). Vale lembrar também que os recursos provenientes do PBF são oriundos da receita de tributação indireta, ou seja, que incide sobre o consumo. No Brasil, produtos como alimentos e outros bens e serviços de primeira necessidade não são desonerados (diferente do capital), o que leva a um alto grau de regressividade, dado que, quando aumenta o consumo dos mais pobres, mesmo de primeira

necessidade, esses passam a pagar mais impostos. Segundo estudo do IPEA (2010), cerca de 50% dos benefícios com o PBF retornariam ao Estado na forma desses impostos.

Se os efeitos do PBF para o combate à desigualdade e à pobreza é questionável, a importância dessa política pública como instrumento para a inserção das famílias de baixa renda no mercado de crédito é significativa. A criação do programa possibilitou a instalação de uma lógica financeira em uma população historicamente desvinculada do mercado creditício. Com a implantação do programa, o acesso às contas bancárias, crediários e uma lógica financeira passa a se tornar realidade para essas famílias. Em 2008, com o PBF já consolidado e de ampla inserção nas famílias de baixa renda brasileira, é lançado o Projeto de Inclusão Bancária, com a intencionalidade de levar as pessoas atendidas pelo PBF novos instrumentos e serviços financeiros. O projeto possuía, inicialmente, o objetivo de promover a abertura de contas simplificadas (principalmente pela Caixa Econômica Federal), provocando uma expansão imediata para as pessoas atendidas pelo programa. Em uma fase posterior, buscou-se expandir para a aquisição dos cartões com serviço de crédito, atingindo cerca de 2 milhões de famílias pertencentes ao programa.

A forma estatal de expansão do crédito como necessidade para a consolidação da forma mediadora das novas relações capitalistas pode ser vista no Brasil também pelo crédito universitário, o que se complementa à própria instalação dos cursos de graduação privados no país. Fundamental notar como, no caso brasileiro, assim como ocorreu com a expansão do crédito para moradias populares (como apresentado na seção anterior), há um total predomínio da ação do governo federal. Nos EUA (ver: Soederberg, 2014), a explosão do crédito universitário ocorreu pela transformação desses empréstimos em títulos securitizados que entravam nos novos pacotes dos fundos de investimentos, incorporando os jovens nos créditos e diversificando a carteira de “riscos” com novos produtos financeiros. No Brasil, o entrave a ser enfrentado para a expansão da relação capitalista parece estar mais em introduzir o crédito

como norma social do que potencializar novos produtos financeiros securitizados, o que necessitaria de fundos de investimento mais dispostos a conceder esse crédito e uma maior familiaridade dos jovens com a lógica financeira. A absoluta maioria do crédito universitário brasileiro é concedido pelo programa federal chamado FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), tendo apenas recentemente, e de modo acanhado, se constituído formas privadas de financiamento, como o caso do PEP (Parcelamento Estudantil Privado).

O FIES foi criado ainda no ano de 1999 como um programa operado pelo MEC. Contudo, diferentemente da consolidação das universidades privadas, essa modalidade de financiamento só veio a se instalar de forma ampla a partir da expansão do programa em 2010. As universidades particulares começaram a se instalar ao longo dos anos de 1990, mas levaram 20 anos para realmente se consolidarem. Em 2000, segundo o Censo do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), foram realizadas cerca de 1800 matrículas em cursos presenciais de graduação privados, passando para cerca de 4400 em 2013, um crescimento de 144%. O número de instituições da rede privada se encontrava com cerca de 1000 unidades em 2000, passando para cerca de 2100 em 2013, um crescimento de 110%, ainda segundo o Censo do Inep.

O Fies em 2010 ainda se encontrava com dimensões reduzidas, tendo apenas 76 mil financiamentos. Contudo, nesse mesmo ano, o programa passa por uma reestruturação. Com a promulgação da Lei. 12.202, o FIES passa a ser gerido pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil), e sofre alterações significativas de forma a expandir sua abrangência. As taxas de juros foram reduzidas a 3,4% ao ano e o período de amortização da dívida passa a ser três vezes o tempo de duração do curso, acrescido de 12 meses, com período de carência de 18 meses. Com essas modificações, o programa ganha uma nova dimensão, passando dos 76 mil em 2010 para 2.143.992 de financiamentos em 2015, tendo um aumento dos gastos de cerca de R\$ 1 bilhão para R\$ 15 bilhões, no mesmo período.

O jovem brasileiro hoje já pode tomar suas decisões como algo estritamente “privado”. Suas decisões funcionam como uma microempresa, na qual pode fazer cálculos sobre endividamento e investimento mirando seu futuro. O risco que perpassa a sua inserção no mercado de trabalho pode ser “gerenciado” por novas formas de financiamento. A forma Estado anterior, que garantia a transformação das pessoas em “indivíduos” no “mercado de trabalho” por meio de universidades públicas e sindicatos, passa a conceder a primazia para o indivíduo, garantindo sua “inserção” no mercado de trabalho pela garantia do financiamento do seu curso de graduação.

O risco futuro de sua transformação em trabalhador passa a ser quantificável e passível de escolha. A realização de uma graduação em medicina terá uma possibilidade de retorno maior, mas com maior risco e maiores custos do que uma graduação em contabilidade. Basta o indivíduo gerenciar as escolhas de seus ativos. Como nos alertou Luxemburgo (1985), a finança é uma característica inerente às relações capitalistas, não devido à má interpretação de ser uma forma externa de geração de valor, mas por possibilitar a própria mercantilização do futuro. A importância não está em ter o preço correto do futuro, mas de poder promover um cálculo abstraindo deste risco e criando dessa forma a possibilidade de objetificá-lo em diversas opções de compras distintas.

Todo cálculo financeiro e de estimação deforma e objetifica a realidade das relações sociais futuras, impondo para os indivíduos uma forma de agir e pensar o futuro já naturalizando as relações de exploração e de consumo. Essa financeirização dos jovens irá impor uma determinada forma de consciência e de comportamento, o que a configura como uma nova forma de dominação e exploração, agora autogerida pelo indivíduo e de maneira a se intensificar nas projeções futuras.

Ainda na lógica de expansão do crédito para pessoas anteriormente sem acesso a essa “ferramenta”, a política do “crédito consignado” também se apresenta como um elemento

fundamental, dado retirar o risco para o prestador e possibilitar uma grande expansão sobre a tutela do Estado. Lançado em 2003, essa modalidade de crédito consiste em conceder acesso prioritário a funcionários públicos, pensionistas, aposentados e assalariados formalizados. Essa modalidade retira o risco das agências financeiras, dado o Estado garantir o pagamento por sua vinculação com o pagamento do seu salário. É importante salientar a importância desse crédito em um País que o número de funcionários públicos é superior ao número de trabalhadores na indústria (Serrano e Summa, 2015), além do enorme crescimento da formalização do trabalho a partir de 2005, tendo como base a política de aumento anual do salário mínimo. Completados dez anos de duração do crédito consignado em 2013, ele se tornou a modalidade para pessoa física mais representativa do Sistema Financeiro Nacional, segundo dados do Banco Central, com um saldo de R\$ 219 bilhões em outubro de 2013. Do total do crédito consignado, os Bancos Estatais representam cerca da metade desse valor, tendo o Banco do Brasil um equivalente a 28% e a Caixa Econômica 21%.

A partir das políticas de aumento do salário mínimo, formou-se um casamento entre a formalização e a expansão creditícia, o que juntamente com a retomada dos investimentos em infraestrutura e o aumento das exportações vinculados aos altos preços das *commodities*, criou uma situação de crescimento econômico. A formalização do emprego possui, portanto, além de um forte fator das políticas sociais, uma importante relação com o aumento do salário mínimo²²⁷. Aliado a essas mudanças, o governo também aumentou a fiscalização do mercado de trabalho, tanto urbano, quanto rural, criando-se mecanismos favorecedores da formalização, principalmente em pequenas empresas (Medeiros, 2015). Dada a particularidade da economia brasileira de possuir em sua reprodução das relações capitalistas um enorme exército industrial

²²⁷ “A formalização do emprego na última década pode ser explicada pela interação de diversos processos econômicos e institucionais. No plano econômico, tal como se observou, o principal movimento foi o aumento da demanda global decorrente do aumento do consumo interno, particularmente estimulado pelo aumento do salário mínimo e das transferências sociais” (Medeiros, 2015, p. 273).

de reserva, a formalização do trabalho se apresenta como uma especificidade à parte, a qual se vincula com barreiras para a expansão creditícia.

Com as políticas sociais de transferência de renda e com diminuição de trabalhos ditos de “sobrevivência”, há uma ampliação da possibilidade de emprego formal. O crescimento econômico, com aumento do consumo de bens mais sofisticados, acompanhado de uma promoção desse trabalho formal, se concretiza como uma alteração na própria forma de emprego e consumo das famílias de baixa renda brasileira. Com a formação desse novo mercado de trabalho mais dinâmico e com um perfil de consumo “mais sofisticado”, as barreiras e entraves para a expansão do crédito se dissolveram²²⁸, se tornando, em realidade, um dos pilares de sustentação dessa nova forma de capitalismo brasileiro. No capitalismo atual com uma lógica financeirizada, o endividamento do consumidor passou a ser um dos cerne das relações capitalistas, o que se integra junto com os endividamentos das empresas e dos Estados, para se constituírem em um processo unitário de realização da reprodução capitalista.

A centralidade do crédito no período de crescimento recente do Brasil é facilmente perceptível por meio de uma comparação do crescimento do endividamento das famílias com a taxa de juros e a renda. De 2004 a 2010, as taxas de juros reais da linha de crédito mais barata (crédito consignado) foram em média de 24,5% ao ano, contudo, a renda real no mesmo período cresceu 5% ao ano. No início do *boom* de consumo (janeiro de 2005), a proporção da dívida das famílias com a renda familiar de 12 meses era muito baixa, de apenas 18%, enquanto em 2014 já havia subido para 46% (Serrano e Summa, 2015). Dentro do endividamento total no Sistema Financeiro Nacional, as dívidas das famílias em 2004 representavam 38% do crédito total, subindo em 2017 para 47%. Em 2016, já é possível ver como essa expansão do crédito,

²²⁸ “Fundamentalmente, o acesso ao ‘moderno’ estilo de vida urbano passou a ser crescentemente mediado pelo crédito entre os trabalhadores de base. Ao lado dos direitos contratuais, a carteira de trabalho habilita ao seu possuidor um comprovante de rendimentos essencial para o acesso ao crédito, cujo barateamento e expansão foram notáveis na década” (Medeiros, 2015, p. 275).

materializada em dívida, também se torna inadimplência e possibilidade de novas formas de exploração. Estudo da Serasa, de julho de 2016, estima em 60 milhões o número de inadimplentes no País, totalizando dívidas em atraso no montante de R\$ 256 bilhões. É a maior marca já registrada desde que a Serasa iniciou a medição, em 2012. À época, 50,2 milhões de pessoas enfrentavam dificuldades para manter em dia suas contas. O aumento da inadimplência também pode ser visto no caso do FIES, que já atingiram 53% dos 526,2 mil contratos em fase de pagamento (Saldaña, 2017).

Um momento de crescimento econômico não pode ser visto separado (externamente) a um momento de crise. Essa complementariedade contraditória, contudo, não significa uma postura “fiscalista”, a qual faria uma crítica as medidas expansionistas por haver necessariamente um processo deficitário que estouraria em algum momento. A crise aqui referida é inerente à própria reprodução da relação capitalista, a qual independe, na sua essência, de políticas expansionistas ou não.

No momento atual da forma neoliberal do capitalismo, o processo de endividamento e falência advindo das formas de controle da mercantilização do futuro (crédito e finanças) atinge também o próprio indivíduo. A mercantilização do futuro propiciada pelas finanças coloca o próprio indivíduo como o gerente da sua vida/ativo, o que leva a uma normatização do futuro como algo rentável, como passível de ser investido e de gerar sempre mais riqueza. A “financeirização” do próprio indivíduo como forma de dominação capitalista impõe formas distintas para o próprio ritmo e intensidade das relações capitalistas em si, que agora funcionam em uma lógica financeirizada em sua quase totalidade.

Com a “financeirização do indivíduo”, processo análogo ao que passa com as empresas nos esquemas “keynesianos-mynskianos” (“pós-keynesianos”), com aumento do investimento na fase de “boom” e de endividamento excessivo e falência na fase de crise, passa a acontecer com os indivíduos. Contudo, ao invés de ocorrer um processo de “destruição criativa” com a

falência de velhas empresas e abertura de novas, agora há um processo de “exploração criativa”, em que os “indivíduos falidos” estão sujeitos a qualquer forma de precarização, desde as velhas modalidades dos trabalhos informais (camelôs, terceirização da atividade fim etc.) até as novas formas advindas das novas tecnologias, como “Uber” e afins. O que evidencia a consolidação desse capitalismo neoliberal e seu momento mais recente no Brasil, com um “golpe de Estado” e um novo momento de acirramento das formas de exploração.

“Efeitos colaterais” da constituição de classe no Brasil dos anos 2000

A inserção das classes operárias (mesmo a precarizada) da sociedade brasileira em um mercado de consumo de produtos mais sofisticados via acesso ao crédito demandará a passagem para outras formas da relação de classe, dada a continuidade da constituição do exército industrial de reserva. Assim, a forma de exploração dessa classe trabalhadora necessita ser superada para, ao mesmo tempo que mantêm a sua lógica no mercado mundial, também possa se realizar dentro das formas financeirizadas da constituição do indivíduo como empresa por meio do cálculo gerencial da vida como um risco, o que implicará nas contradições com as estruturas consolidadas anteriormente. Por isso a dificuldade de realização desse momento de expansão nos vários países ditos subdesenvolvidos e sua consolidação em formas aparentemente desenvolvimentistas e socializantes.

A passagem para uma forma superada dessa classe trabalhadora brasileira, como não poderia ser diferente, se dá por processos antagônicos (desiguais e combinados?), em que se contradizem e se complementam tanto aspectos conservadores, quanto progressistas. A consolidação das classes operárias (mesmo as mais precarizadas) dentro da subjetivação neoliberal, em que o indivíduo capitalista passa a ser o “empresário” de si mesmo, pode ser visto tanto pela perspectiva da imensa expansão dos movimentos religiosos neopentecostais

baseados na Teologia da Prosperidade (Freston, 1993; Mariano, 2005), quanto em um acirramento dos movimentos e disputas sociais, com forte caráter racial, territorial e de gênero.

As igrejas neopentecostais no Brasil terão um grande crescimento durante a década de 1980, se consolidando como fenômeno social fundamental da sociedade capitalista brasileira nos anos de 1990. A IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), fundada em 1977 por Edir Macedo, é o grande exemplo desse fenômeno. Em 1985, então com oito anos de fundação, a Universal tinha 195 templos em quinze unidades federativas. Depois de apenas dois anos, contava com 356 templos em dezoito unidades federativas. Em 1989, ano em que Edir Macedo começou a negociar a compra da Rede Record, a igreja já tinha 571 templos, um crescimento de 2600% na década de 1980²²⁹.

A ascensão meteórica do neopentecostalismo deve ser compreendida pelo quadro das mudanças das relações capitalistas que se consolidam nos anos de 1980, principalmente nos países com maior grau de desigualdade, dada a dificuldade da inserção das classes mais baixas em uma nova lógica de ascensão social capitalista pelo mercado, a qual impõe a necessidade de uma crença da possibilidade do mérito próprio, mesmo com um imenso histórico de pobreza.

A Teologia das Prosperidade, que será incorporada pelas igrejas neopentecostais, materializa esse fenômeno, se opondo às igrejas pentecostais mais clássicas, com uma doutrina que pode ser compreendida como uma teologia da privação. O pentecostalismo clássico surgido nos EUA na virada do século XIX para o XX possuía uma centralidade muito maior das privações pela qual passa o ser humano, colocando em evidência a necessidade de “carregar a cruz” para obter a salvação, o que lhes impõe uma doutrina de disciplina e submissão muito mais direta. A teologia da prosperidade vai exatamente ao contrário²³⁰. Sendo fundada num

²²⁹ Nos primeiros anos, sua distribuição geográfica concentrou-se nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais e nas regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador. Mais tarde, expandiu-se para as cidades grandes e médias (Mariano 2005).

²³⁰ A Teologia da Prosperidade foi criada nos EUA por E. W. Kenyon, Oral Roberts, T. L. Osborn e Kenneth Hagin nos anos de 1950, em que defendiam que a bênção financeira é um desejo de Deus. Essa teologia será trazida ao Brasil já na década de 1960 pela Igreja Nova Vida através de um missionário canadense, na qual já fazia parte

gnosticismo dualista, essa teologia baseia-se na premissa de que a emulação ritual travada pela fé contra as forças espirituais do mal é responsável pela viabilização de vitórias pessoais intramundanas, tais como alívio às aflições do corpo e da mente, sucesso profissional e financeiro, prestígio e ascensão social, tudo isso sintetizado pela operação de expulsão do demônio de suas vidas (Burnatelli e Lahuerta, 2014).

As igrejas neopentecostais com sua Teologia da Prosperidade terão uma forte afinidade eletiva (como diria Jessé de Souza (2012) aludindo a Weber) com o momento neoliberal do capitalismo de incorporação das classes trabalhadoras dentro de uma ascensão via consumo e crédito financeiro, o que se contrapõe à subjetivação da privação, da ordem e da disciplina do pentecostalismo e da igreja católica tradicional²³¹. Contudo, essa subjetivação da possibilidade das vitórias pessoais é forjada por uma ótica centrada completamente no esforço individual, se opondo e apagando qualquer postura crítica quanto às relações sociais que provocam essa desigualdade e essa exploração pela qual essas classes sempre sofreram. O alto tom crítico existente nessas doutrinas neopentecostais mais uma vez cai sobre o indivíduo, levando-o a normatizar e incorporar uma ética condizente com a nova forma de ascensão no capitalismo em sua forma neoliberal²³². A culpa recai sobre as fraquezas da fé individual e em um suposto esforço aquém do necessário, transferindo as forças de exploração e opressão das esferas sociais para esferas “divinas” de relação com o indivíduo.

Edir Macedo, tendo fundado posteriormente a Mistério Cruzado para o Caminho Eterno com Romildo Ribeiro Soares, Roberto Augusto Lopes, os irmãos Samuel e Fidélis Coutinho, Carlos Rodrigues e Marcelo Crivella, até que por motivos de desentendimento se separam para formar a IURD em 1977 e a Igreja Internacional da Graça de Deus em 1980 (Freston, 2008).

²³¹ “Em vez de valorizar temas bíblicos tradicionais de martírio, auto sacrifício, isto é, a “mensagem da cruz” – que apregoa o ascetismo [...] e a perseverança dos justos no caminho estreito da salvação, apesar do sofrimento, das injustiças e perseguições promovidas pelos ímpios contra os servos de Deus –, a Teologia da Prosperidade valoriza a fé em Deus como *meio* de obter saúde, riqueza, felicidade, sucesso e poder terrenos” (Mariano 2005, p. 158).

²³² “Em meio ao ‘apartheid social’, a promessa teológica da prosperidade prega a ‘utopia terrena’, ignorando os mecanismos de permanente exclusão no mercado neoliberal. Joga-se a culpa nos próprios derrotados pela sua fraqueza de fé, e através de testemunhos exaltam-se alguns que encontram um ‘nicho’ de mercado e se encaixaram na engrenagem social pós-moderna. Porém, ignora-se que, mesmo para esses, não há garantias de permanência dentro da mobilidade seletiva do modelo econômico e político da globalização” (Ferrari 2012, p. 112).

Se por um lado a “superação” das classes trabalhadoras brasileiras (mesmo as mais precarizadas) em sua forma neoliberal de maior consumo e acesso a crédito possuía uma subjetivação conservadora que perpetua mecanismos de segregação e exploração, mesmo que com maior possibilidade de uma certa ascensão social, por outro lado, possui também um fenômeno social de luta e conflito contra as formas de dominação vigentes e impostas.

A necessidade de expansão de uma nova classe trabalhadora possui um antagonismo inerente, em que ao intensificar as relações capitalistas, cria as suas próprias contradições e conflitos. O “empoderamento” (mesmo que por um processo de lutas) das classes mais baixas é inerente à necessidade de uma intensificação de uma sociabilidade capitalista, principalmente quando a própria estruturação de classes ocorre numa lógica de formação de um exército industrial de reserva, contendo vários elementos simbólicos na sua constituição, como o machismo e, principalmente, o racismo.

A necessidade de segregação social que perpassa a realização capitalista dentro de partes do mercado mundial impõe uma série de elementos para a garantia da reprodução dessas relações, que vão desde a generalização de uma violência direta, quanto uma subjetivação de inferioridade de determinadas classes e grupos sociais. Como apresentado anteriormente, a própria constituição da forma-Brasil como um estado garantidor de mercadoria natureza e de exército industrial de reserva no mercado mundial o faz conter uma série de particularidades em suas relações capitalistas. Mais importante do que descrever essas formas de exploração como estruturas coisificadas (objetificadas), está em entender seu processo de reprodução, de como mesmo com novas formas capitalistas essas particularidades ainda são mantidas.

A própria instauração da forma Estado brasileira ocorre por meio da escravidão do negro, em que mesmo dentro de uma lógica do “capital comercial”, possui na violência direta sua forma de exploração. Apesar das “superações” das relações capitalistas em novas formas, o processo de exclusão de classes da sociedade brasileira dentro do mercado mundial continua,

em grande medida, sendo realizada por meio da população negra, tendo tanto momentos de violência direta, como de subjetivação de inferioridade e submissão. Quando há um momento dentro do mercado mundial de inclusão das classes mais baixas no consumo capitalista, a forma com que ocorre o processo de exploração e exclusão necessita ser “superado”, tendo nesse antagonismo inerente um fortalecimento das lutas por novas formas de sociabilidade. Países como Brasil e EUA, os quais possuem grande papel na formação de um exército industrial de reserva por meio da população negra, passam nos últimos anos por uma intensificação das lutas por direitos e igualdades raciais.

O processo de segregação para a realização da sociabilidade capitalista não acontece em uma única instância determinada, mas como sendo a própria relação definidora da nossa sociedade, perpassa a totalidade social. Por isso, a luta contra o racismo acontece em todas as possíveis esferas sociais, começando pela defesa da vida negra contra a imensa violência direta sofrida diariamente²³³, até a maior igualdade dentro da fábrica, do mercado de trabalho, por moradia, educação e saúde, assim como a discriminação da pele, do corpo e do cabelo. Na última década, o Brasil passa por uma incrível intensificação do conflito racial em todas essas esferas, contudo, a proeminência e o desenrolar da luta racial pelo acesso à universidade pública ganhou uma grande notoriedade nesse conflito, o que nos revelará também como está se desenvolvendo as novas formas de opressão e exploração.

As cotas raciais para as universidades públicas, ao que se seguiu aos concursos públicos, foi travada de forma intensa ao longo da primeira década dos anos 2000, sendo aprovada como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal apenas em 2012. Representando uma luta histórica da questão racial brasileira, o acesso à universidade pública representou um dos grandes momentos de mudança da identidade dessa classe trabalhadora e oprimida brasileira.

²³³ No Brasil, somente no ano de 2016, morreram 40 mil negros por armas de fogo. Na Guerra da Síria, tão alardeada pela sua violência extrema, de maio de 2011 a junho de 2017 morreram 310 mil pessoas entre civis e militares.

Tendo a forma do Estado-Brasil como particularidade essencial a formação de uma classe negra excluída no mercado mundial, o acesso à universidade pública por essa classe coloca de forma contraditória a própria realização dessa segregação. A universidade como portadora de um papel central da constituição do indivíduo capitalista passa a ser um pivô importante na disputa para as novas formas de exclusão e exploração, o que coloca em evidência tanto o seu processo de financeirização, quanto a intenção de sua precarização com o golpe de 2016.

A universidade pública no Brasil foi historicamente construída como um dos mais profundos divisores sociais, que possibilitava a partir do mito da “meritocracia” promover um profundo processo de segregação social e racial. Com as políticas de cotas raciais nas universidades públicas, conquistada por longos anos de luta, essa forma de exclusão começa a ser rompida. Contudo, mais importante ainda do que o começo da inclusão de alguns jovens, está a possibilidade de ruptura de uma subjetivação de inferioridade na constituição das classes mais baixas brasileiras por meio da população negra.

A fissura nesse processo de dominação subjetivo das relações capitalistas para formação de um exército industrial de reserva por meio da população negra, em realidade, se apresenta como um dos elementos mais importantes na luta de constituição de classe no País atualmente. O fortalecimento dos movimentos raciais, principalmente das mulheres negras²³⁴, não pode ser visto simplesmente como uma questão de conflito distributivo, como se fosse um pedido de clemência por mais ganhos materiais. Obviamente, essa luta perpassa a melhora material, sendo um direito humano primordial, mas a sua essência consiste mais além, na própria forma da constituição da população negra enquanto classe capitalista. É esse processo de classificação e enquadramento que as lutas raciais no Brasil começam a questionar, o que questiona a própria

²³⁴ O fortalecimento da luta das feministas negras no Brasil a partir dos anos 2000 não deve ser visto como simples causalidade social, mas como um importante fenômeno social de luta na sociedade brasileira. Para uma primeira aproximação da questão da luta das mulheres negras no Brasil, ver: Ribeiro (2017).

reprodução das relações capitalistas no Brasil. A formação de um exército industrial de reserva no mercado mundial pela população negra brasileira começa a ser questionada.

O processo de superação dialética na constituição de classe no Brasil durante os anos 2000, como não poderia ser diferente, revela uma série de contradições e antagonismos que nos jogam direto para as décadas posteriores. Se por um lado temos a formação de uma massa reacionária e conservadora, por outro lado também se fortalecem processos de luta que trazem em si grandes possibilidades de mudança nas relações capitalistas brasileiras. A grande questão que enfrenta-se atualmente é como se solucionará esse processo de luta, pois se de um lado há capacidades de grandes alterações, por outro ele está suscetível as novas formas de dominação e exploração do capitalismo atual. No próximo capítulo, serão destacados alguns pontos importantes de reflexão sobre o golpe e como ele se insere nesse processo de luta por constituição de classe.

9. À guisa de uma conclusão: antagonismos e contradições da constituição de classe no Brasil do golpe

O Brasil, em maio de 2016, sofreu um golpe de Estado. “Golpe de Estado pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado” (Löwy, 2016, p. 64). A primeira questão que paira é qual a razão do golpe? O governo deposto já estava em seu quarto mandato, sempre com uma pauta extremamente alinhada com os grandes interesses de acumulação interna e externa. No ano anterior (2015), o governo promoveu uma política de austeridade com os requintes de crueldade que o “mercado financeiro” tanto gosta. Apesar de supostas mudanças na desigualdade no País, nada de estrutural (ou essencial como deveria ser dito) foi alterado. O que clamava por mais atenção nos meses que antecederam o golpe foi um grande esquema autoproclamado de combate à corrupção, que com o nome de Lava Jato promoveu uma grande caça às bruxas ao governo do Partido dos Trabalhadores, principalmente, ligado à Petrobras.

A partir desse quadro, grande parte das análises se centraram nos “interesses políticos” que estariam por trás desse processo, tanto de figuras políticas específicas, quanto de frações de classe, como a burguesia externa ou a classe média ressentida. Com o passar dos meses e o nascer de uma “agenda política”, se intensificou a ideia de um ataque dessas frações de classe aos direitos e às conquistas adquiridas na última década. O golpe seria o resultado do conflito entre as frações de classes ligadas aos setores externos, juntamente com uma classe média ressentida em oposição às classes populares que teriam obtidos ganhos substanciais nos últimos anos. Conflito esse que poderia ser traduzido entre o embate de uma agenda “neoliberal revisada” em oposição às políticas “sociais-desenvolvimentistas”. Mais uma vez, a crise das relações capitalistas como crise para a própria constituição de classes dentro das necessidades da realização dessas relações no mercado mundial foi apagada. Os conflitos resultantes do

desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, na última década, foram apagados, como se o antagonismo entre capital e trabalho se tratasse simplesmente de um conflito distributivo.

O enfoque na questão distributiva leva a uma cegueira em relação às mudanças sociais mais profundas. Ao compreender a sociedade em estruturas, com classes autonomizadas e objetificadas, torna-se impossível compreender o processo interno de luta pela constituição de classe que ocorre na própria determinação e formação dessas estruturas. Os interesses das frações de classes, principalmente em períodos de grandes mudanças, necessitam ser compreendidos também em sua dimensão ontológica, ou seja, de como sua gênese perpassa uma luta interna para sua própria determinação. A compreensão dos fenômenos sociais, como o que o Brasil enfrenta, por meio de interesses de uma burguesia interna, externa, desenvolvimentista ou neoliberal pura, reduz a luta de classe a um conflito distributivo que esconde a real dramaticidade da crise das relações capitalista em moldes brasileiros²³⁵. A fixação pela fração de classe, como processo fetichizante, impede a compreensão dos próprios movimentos contraditórios dessas frações, de como seus interesses se constroem em processo de luta pela constituição de classe. Uma fração, ou associação empresarial, não possui um interesse autônomo, dado ser uma forma da relação social constituída em processo de luta, mesmo que esse seja “invisível” aos olhos da aparência sociologista e/ou economicista.

²³⁵ Boito (2016) apresenta os processos de mudança recente no Brasil que culminaram com o golpe de 2016 como frutos de uma “política brasileira dividida em dois campos”. Um lado que agrupava uma “burguesia interna, composta pelas empresas brasileiras [...], parte da baixa classe média, a maior parte da classe operária, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal. [...] É essa frente de classes e frações de classe que se expressa num discurso desenvolvimentista, ou neodesenvolvimentista. [...] De outro lado, temos o campo político neoliberal puro e duro que era também uma frente de classes” (Boito, 2016, p. 27). As transformações recentes no Brasil seriam todas oriundas do conflito distributivo (não luta) que nasce desses dois campos reducionistas. “Quando falamos em *conflito de classes* não estamos pensando num conflito simples entre a burguesia e a classe operária. [...] Para uma situação desse tipo convém guardarmos o conceito de lutas de classe. Ora, o que temos no Brasil de hoje não é isso. O que temos aqui é um conflito distributivo, pela apropriação da riqueza, e ele envolve diversas classes e frações” (Boito, 2016, p. 25). A redução ao conflito distributivo permaneceria mesmo com a constatação de que existiram transformações profundas nessas duas frentes. “Fato que embaralhou a divisão de campos que perdurou na política brasileira até 2014, com a gradativa deserção da grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista. Ao longo do ano de 2015, diversas associações empresariais que apoiavam os governos do PT foram, segundo levantamento que estamos realizando, passando para o campo neoliberal ortodoxo” (Boito, 2016, p. 29).

O Estado como uma forma política das relações capitalistas não pode ser reduzido deterministicamente aos interesses da distribuição. O Estado é a forma política como necessidade histórica para a constituição das relações capitalistas sob o trabalho, ou ainda, trata-se da forma política para a constituição de classes capitalistas em um determinado momento histórico. O golpe de Estado no Brasil de 2016 só pode ser entendido, portanto, como necessidade lógica para a constituição de classe no Brasil em meio à crise das relações capitalistas no mercado mundial no começo do século XXI.

A forma das relações capitalistas vigentes, denominadas de neoliberais e/ou financeirizadas, está em crise. Depois de seu momento mais expansivo durante os anos de 1990 e 2000, as formas de dominação e exploração capitalistas encontram-se em crise. Crise não entendida como fim do capitalismo ou como simples conflito distributivo, mas como forma concreta do antagonismo capital-trabalho em transformação. *“La crisis no se refiere únicamente a los ‘tiempos difíciles’ sino a los saltos cualitativos. Dirige así, la atención a las discontinuidades de la historia, a fracturas en la trayectoria del desarrollo, a rupturas de un patrón de movimiento, a variaciones en la intensidad del tiempo. El concepto de crisis implica que la historia no es uniforme o predictable, sino llena de virajes en la dirección y repleta de periodos de intensas transformaciones”* (Holloway, 1990, p.3).

A crise do neoliberalismo indica a sua incapacidade de manutenção da constituição das classes capitalistas na forma vigente, o que abre espaços de luta para as transformações sociais, seja em novas formas de dominação ou de liberação humana. Essa incapacidade não deve ser vista simplesmente em termos econômicos ou produtivos, mas na totalidade da constituição do ser social e de suas relações. A razão das transformações do neoliberalismo, ou seja, as razões para sua crise, podem ser sintetizadas (conforme apresentado na segunda parte deste trabalho) tanto na manutenção das formas de dominação e exploração, quanto em suas bases de sustentação, o que em termos concretos aparece nos limites para a dominação e controle do

exército industrial de reserva no mercado mundial e para a manutenção dos mecanismos de financeirização dependentes (nesse momento) da materialidade do dólar e do poder político-militar dos EUA.

A ruptura do dito padrão fordista levou ao estabelecimento de novas relações capitalistas calcadas nas formas de controle financeirizadas, tanto do Estado e das empresas, quanto dos indivíduos capitalistas. A partir dos anos de 1980, instaura-se uma sociedade na qual o ser individual se torna objeto central, transformando o “indivíduo capitalista” em um “indivíduo empresa”. A centralidade do salário decidido no sindicato e dos programas sociais conferidos pelo Estado é transferida para um cardápio de decisões propiciadas por diferentes produtos financeiros. Contudo, ao mesmo tempo que essas novas formas de relações capitalistas possibilitaram uma expansão e intensificação da dominação e exploração, elas também criaram novos antagonismos para a relação capital se impor sob o trabalho, principalmente no que concerne à constituição, dominação e controle necessário de um exército industrial de reserva.

Como nos mostrou Marx em seu capítulo sobre a “lei geral de acumulação capitalista”, a criação de um exército industrial de reserva se coloca como uma necessidade intrínseca à tendência de incorporação crescente de mais máquinas, equipamentos e tecnologia²³⁶. Com o desenvolvimento tecnológico, tem-se uma proporção cada vez maior investida nas máquinas em relação ao investido em trabalho vivo. Se as taxas de exploração fossem constantes, as taxas de lucro decairiam. *“Hay un conflicto, por lo tanto, entre el desarrollo de las fuerzas productivas de los humanos y el sistema actual de relaciones sociales”* (Holloway, 2014, p. 8). Por isso o exército industrial de reserva é fundamental como regulador da acumulação capitalista, sendo processo essencial na constituição de classe²³⁷.

²³⁶ “população excedente é produto necessário da acumulação e é, simultaneamente, sua própria alavanca, tornando-se condição fundamental de existência do próprio modo de produção capitalista” (Carcanholo e Amaral, 2008, p. 168).

²³⁷ O exército industrial de reserva, como momento essencial da constituição de classe, é apresentado no terceiro capítulo.

A criação de um proletariado precarizado (Braga, 2012) ou de um exército industrial de reserva no regime dito fordista possuiu como elemento central uma forte exclusão dessa massa de trabalhadores dos mercados formalizados, tanto de consumo, quanto de crédito, habitação, educação, saúde e trabalho. A implantação do neoliberalismo financeirizado tende ao fim dos mercados formais com a concretização do indivíduo como ativo de si mesmo mantido pelo estabelecimento de um vasto mercado de crédito. Na segunda década do século XXI, o que se viu foi o aparecimento do antagonismo dentro dessas formas sociais do capitalismo, em que as novas formas de dominação e exploração financeirizadas se chocam com a necessidade de formação e controle de um exército industrial de reserva. O período dito fordista, caracterizado por uma elite operária e por uma vasta massa segregada e apartada dos mercados, é superada dialeticamente por uma ampla massa operária extensivamente explorada nas novas formas de relações financeirizadas. A segregação dos mercados dá lugar ao controle e objetificação do futuro por meio de mecanismos tecnológicos e financeiros, o que antagonicamente, contudo, leva à ruptura dessa massa inferiorizada e a subjetivação de um indivíduo crente em si mesmo. A contradição da expansão das novas formas de controle e exploração neoliberais com a formação de uma nova subjetivação de um indivíduo “dono de si mesmo” se materializa na segunda década do século XXI como uma das formas da crise atual.

A luta da dominação financeirizada com o exército industrial de reserva pode ser vista em todo o mundo, desde os movimentos *Occupy* em 2011, as *Primaveras de conflitos* em 2013 e, principalmente, até os fortes processos de lutas dos negros no EUA e no Brasil, dos indígenas em vários países da América Latina e dos árabes por toda Europa.

Junto a esse processo de luta que se abre, entram em contradição as próprias formas que dão base para a sustentação dessas novas relações de dominação e exploração neoliberais. A necessidade do dólar sob o poder político-militar dos EUA para realização dessas formas financeirizadas, antes um trunfo de expansão, começaram a se tornar nos anos 2000 um

poderoso fator de instabilidade. Como buscou-se apresentar neste trabalho, tanto o petróleo, quanto o sistema financeiro, não representam apenas ganhos monetários e comerciais, mas funcionam como a base de sustentação do sistema capitalista das últimas décadas – expansão do consumo via crédito juntamente com imposição de austeridade com cortes salariais e sociais. Para essa engrenagem capitalista atual funcionar, é necessário o dólar como padrão monetário inquestionável, o que passa pelas transações mundiais de *commodities* serem promovidas nessa moeda, com grande centralidade para o petróleo como o bem material mais transacionado no mercado mundial. A importância das *commodities*, principalmente do petróleo, não está apenas em sua função como valor “concreto”, mas também da sua importância “abstrata”, como portadora de valor conferida ao proprietário dos termos monetários em que essa é transacionada.

A ascensão chinesa, como mostrado no sétimo capítulo, ao questionar a universalidade do dólar em seu controle político no mercado mundial, impõe novas barreiras à forma atual das relações capitalistas. A universalidade do dólar no mercado mundial depende tanto da sua capacidade de intervir nos Estados, quanto do seu controle financeirizado sob os principais mercados. O fortalecimento chinês coloca impasses nessas duas direções, tanto por conta do seu poder de barrar a universalidade da dominação imposta pelos fluxos financeiros do dólar, quanto por sua dominação crescente de mercados estratégicos, como o caso paradigmático do petróleo, que ganhou ainda maior dimensão em função do alinhamento chinês com a Rússia e com outros grandes países produtores (Venezuela, Irã, Nigéria etc.) e com a “Nova Rota da Seda”, que corta toda a Eurásia.

A questão não está na China já ser capaz ou não de promover outro arranjo de controle das relações capitalistas no mercado mundial, mas de como a sua ascensão impõe limites para a forma atual das relações sociais capitalistas, em que a moeda universal atual depende do controle sem restrições aos principais mercados. É desse antagonismo da dominação capitalista para imposição das formas financeirizadas sob a égide dos EUA que se abrem enormes espaços

de luta na sociedade mundial atual. A questão do petróleo se tornou um dos seus grandes exemplos, sobretudo com a intensificação das disputas desde 2014, com o crescente alinhamento da Rússia e da China buscando desestabilizar o dólar. A criação de mercados internacionais independentes do dólar está cada vez mais próxima, como comprova o fortalecimento do renminbi chinês. De maneira emblemática, a China planeja criar, no começo de 2018, um mercado futuro de petróleo em sua própria moeda.

Por outro lado, intensificam-se as políticas neoliberais de controle sob os Estado produtores de petróleo para que se mantenham sob o domínio do dólar²³⁸. A lógica por trás da forma política do neoliberalismo, apesar da importância dos EUA, não se concentra nos interesses desse país em específico, mas na reprodução da relação capitalista, o que necessariamente recai em contradições e crise, como é possível ver tanto internamente nos EUA de Trump, quanto em vários países sob sua “zona de influência” mais direta. A atuação dos EUA está longe de ser universal, abrindo espaços de luta e disputa, o que costumeiramente denominamos de crise, seja econômica ou política. O final dessa crise nas formas atuais das relações capitalistas é totalmente incerto, apesar dos seus efeitos já serem muito concretos.

A partir desse quadro de crise, é importante entender como se configura a constituição de classe e a conseqüente acumulação no quadro do mercado mundial, tendo certos Estados formas determinantes para a realização dessa reprodução social, as quais também se colocam em disputa nesse momento de crise. O Brasil também possui formas específicas determinantes para a realização da constituição de classe no mercado mundial atual. Com a sua grande formação de um exército industrial de reserva no mercado mundial e com a transformação da natureza em mercadorias financeirizadas, não só agrícolas e minerais (historicamente

²³⁸ Como apresentado no sétimo capítulo, é importante salientar que a forma financeirizada sob a égide dos EUA não é um mecanismo de poder desse Estado, como se o poder do Estado norte americano fosse autonomizado na determinação social mundial. A forma atual das relações capitalistas ocorre pela universalização do controle financeirizado no mercado mundial, o qual depende de uma moeda universalizada, por isso a forma aparente de hegemonia dos EUA. Contudo, a atuação dos EUA está longe de ser universal, abrindo um espaço de luta e disputa, o que coloca a forma atual de dominação capitalista em crise.

constituídas desde a colonização), mas agora também com o petróleo do pré-sal, o Brasil se tornou um eixo essencial da constituição de classe para as relações capitalistas. Se o exército industrial de reserva brasileiro é rompido, assim como se o pré-sal sair da dominação do dólar, as formas de dominação capitalista financeirizadas sofreriam uma enorme fissura, que potencializaria novas formas de lutas na sociedade mundial. O processo atual de transformações e as lutas sociais pelas quais o País passa são, portanto, formas dessa luta essencial em meio à crise das relações capitalistas neoliberais. O golpe de Estado deve ser visto a partir desse quadro, muito longe, portanto, de uma redução à aparência dos interesses de fração de classe interna específica ou do jogo de figuras políticas. A crise e luta social no Brasil de hoje continua sendo a disputa antagônica por constituição de classe com imposição do capital sobre o trabalho, que assume, no caso específico brasileiro, as formas da constituição de um exército industrial de reserva e do controle da produção dos recursos naturais.

O jogo por detrás das commodities

Após o golpe de 2016, muitas das análises críticas apontaram, de forma acertada, o enfoque privatista dessa nova forma do Estado brasileiro. Contudo, é importante qualificar a raiz por detrás desse processo, não reduzindo simplesmente aos interesses de grupos específicos nesse processo de vendas. Obviamente, esses interesses existem e os ganhos dos grupos e frações específicos serão exorbitante, assim como sua participação no golpe. Mas a razão desses interesses se materializarem por um processo tão brusco como o que está em curso no Brasil e o motivo de sua própria possibilidade de ocorrência não podem ficar circunscritos a frações de classe específicas. A luta pela constituição de classe no mercado mundial em seu momento financeirizado passa pela luta dos pilares de sustentação das finanças universalizadas como formas de controle, o que tem nas *commodities* um dos seus pontos nodais.

Os interesses do golpe nas gigantes empresas brasileiras produtoras de *commodities* não pode ser reduzido aos interesses econômicos, como se o que estivesse em jogo fosse apenas a renda proveniente dessas empresas. A grande maioria dessas empresas nacionais (como a Petrobras e as grandes produtoras agrícolas e minerais) estão no mercado financeiro, tendo os seus lucros sendo distribuídos com os ditos interesses internacionais.

O avanço das relações capitalistas em formas neoliberais brasileiras levou, dentro da produção de recursos naturais financeirizados, a uma maior aproximação com os interesses chineses de alteração das relações no mercado mundial. As particularidades necessárias para a constituição desse momento neoliberal no Brasil (assim como em outros países da América Latina, da África e da Ásia), como mostrado anteriormente em suas especificidades sociais-desenvolvimentistas, levaram a um posicionamento contraditório em relação à constituição da produção sobre controle financeirizado pelo dólar. As formas sociais desenvolvimentistas da fase neoliberal brasileira começaram a se colocar de forma contraditória à constituição de uma produção de *commodities* como base de sustentação da financeirização pelo dólar.

A intensificação do alinhamento do Brasil com a China e com a Rússia, tanto nos laços comerciais crescentes, quanto em seu estreitamento político, como pode ser simbolizado na criação dos BRICS, ganhou traços ainda mais definitivos e contraditórios com a descoberta brasileiro do pré-sal. O Brasil, já um dos maiores produtores e exportadores de *commodities*, se tornou com o petróleo do pré-sal²³⁹ um elo fundamental do mercado mundial.

O estreitamento da Rússia e do Brasil (dois dos maiores produtores de recursos naturais) com a China levariam a um significativo passo na criação de um mercado em oposição à dominação financeira do dólar. Como apresentado inicialmente na segunda parte deste trabalho,

²³⁹ O petróleo ainda se apresenta como um caso a parte, tendo de longe “a maior descoberta mundial dos últimos 50 anos da indústria de petróleo e gás natural”, com uma estimativa de que “há cerca de 100 bilhões de barris recuperáveis nos campos do pré-sal, o que colocaria o Brasil entre os maiores detentores de reservas, tais como Venezuela e Arábia Saudita” (Pinto, 2017).

desde 2014 Brasil e Rússia passam por severos ataques especulativos com graves crises políticas. A questão estratégica do petróleo pode ser utilizada como uma forma de visualização desse processo de luta para realização das formas concretas de dominação neoliberal no mercado mundial.

As ações da Petrobras podem ser utilizadas inicialmente para ilustrar esse quadro. Até o começo de 2011, as ações da empresa variaram entre R\$ 25 a R\$ 30, de 2011 a 2014 se encontraram em uma faixa um pouco inferior, variando de R\$15 a R\$20. Contudo é no ano de 2014 que ocorre uma virada mais brusca. Nesse ano de eleições presidenciais e o começo dos escândalos da “Lava Jato”²⁴⁰, depois de atingir um pico de R\$ 23 em agosto de 2014, o preço das ações despencaram atingindo o piso de R\$ 5 em fevereiro de 2016 com o agravamento da crise política intensificado pelo aparato midiático da operação Lava Jato.

Uma série de analistas brasileiros, como o respeitado historiador Moniz Bandeira (2016), o articulista do *Asia Times*, Pepe Escobar (2016) e o jornalista do *The Intercept*, Gleen Greewald (2016), têm sustentado a tese de que interesses norte-americanos estariam por trás do processo de desestabilização do governo brasileiro, onde estariam envolvidas as grandes petroleiras e também vários fundos de investimento de Wall Street, assim com muitas instituições e organizações financiadas por esses grupos. O foco dessa desestabilização seria, principalmente, em torno da Petrobras e da alteração das regras do regime de partilha do Pré-sal regulamentadas em 2010.

Desde 1997, quando acabou o monopólio da Petrobras, o governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso impôs um modelo de concessão, em que a exploração dos campos petrolíferos era concedida a empresa vencedora da licitação, a qual ficava dona do petróleo

²⁴⁰ Operação Lava Jato é uma investigação em andamento realizada pela Polícia Federal do Brasil, cuja fase ostensiva foi deflagrada em 17 de março de 2014, com a investigação que se iniciou com a compra da refinaria de Pasadena, nos EUA. A investigação já cumpriu de mais de uma centena de mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, fortemente atrelado a um esquema de midiaticização da justiça, que levou a um forte acirramento político e ideológico no País.

explorado, pagando *royalties* ao governo. Com a descoberta do Pré-Sal, esse modelo foi alterado para um regime de partilha, em que a empresa vencedora da licitação terá que obrigatoriamente partilhar o petróleo encontrado com a União. Por esse esquema, a Petrobras ganhava em dois pontos importantes, pois seria a operadora exclusiva dos campos e teria no mínimo 30% na participação no consórcio com as outras empresas. Segundo o jurista Alex Prisco, o sistema de partilha permite um maior controle do Estado pois:

inverte a lógica do fluxo-moeda dos países que o adotam. Isso porque sua conformação jurídica permite aos estados produtores transferirem às empresas apenas o direito de conduzir as atividades de exploração e produção dos minerais do subsolo [...] os hidrocarbonetos produzidos permanecem na propriedade do Estado hospedeiro, que contrata a companhia petrolífera para efetuar a exploração econômica de hidrocarbonetos sob seu próprio risco (Prisco, 2013).

Os documentos vazados em 2013 pelo ex-analista da NSA (Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos), Edward Snowden²⁴¹, mostra explicitamente como o governo norte-americano atua com relação à espionagem em outros países. Diversos documentos apresentados pelo jornalista americano, Glenn Greenwald, mostram como os EUA interceptavam dados internos da Petrobras, principalmente sobre a tecnologia envolvendo a exploração em águas profundas da camada pré-sal. Além desses documentos, também foi exposta uma série de informações indicando que a agência norte americana monitorava mensagens particulares da presidente Dilma Rousseff e alguns de seus principais assessores.

Os vazamentos pelo WikiLeaks de telegramas do consulado do Rio de Janeiro datados de janeiro de 2008 a dezembro de 2009, trazidos a público no final de 2010, demonstram claramente o posicionamento norte-americano. Em um telegrama de final de 2009 intitulado “A indústria de petróleo vai conseguir combater a lei do pré-sal?”, o consulado dos EUA no Rio fez um grande compêndio da discussão sobre o novo marco regulatório, mostrando o

²⁴¹ Atualmente o ex-analista da NSA, responsável pelo vazamento de dados que revelaram uma série de violações de direitos cometidos pelos EUA contra diversos Estados, se encontra exilado na Rússia.

posicionamento de agentes estratégicos nesse debate, como a diretora da Chevron, Patrícia Pradal. Segundo a diretora, José Serra, então candidato à presidência pelo PSDB, já teria confirmado alteração da lei caso assumisse o governo, não tendo grande relevância as leis estabelecidas durante a gestão do PT. O telegrama termina com o Consulado concluindo que “a estratégia agora é recrutar novos parceiros para trabalhar no Senado, buscando aprovar emendas essenciais na lei, assim como empurrar a decisão para depois das eleições de outubro”. Entre os parceiros, o memorando destacava o OGX, do empresário Eike Batista, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a CNI (Confederação Nacional das Indústrias).

Durante o acirramento da crise política em 2016, em que é armado um grande esquema político para um impeachment da presidente Dilma Rousseff, fica explícito como os mesmos agentes citados no memorando possuem uma posição central. Durante todo o processo de reivindicações contra o governo do PT, a FIESP ganhou uma centralidade inesperada, patrocinando desde manifestações nas ruas até propaganda televisiva contra o governo. José Serra se tornou um dos ministros fortes do governo de Michel Temer, ocupando a posição de ministro das Relações Exteriores.

A leitura extremamente elucidativa do memorando do consulado do Rio de Janeiro ainda traz informações sobre como o novo regime de partilha poderia beneficiar as empresas chinesas e russas. Ainda com referência às informações dadas pela diretora da Chevron, o consulado afirma ser impossível com o modelo de partilha competir com as NOC (Companhias Nacionais de Petróleo), como a chinesa Sinopec e a russa Gazprom. Com o modelo de partilha a diretora da Chevron alega que o único elemento de competição na licitação seria a lucratividade dada ao governo brasileiro, o que torna impossível a concorrência com os

chineses, pois eles poderiam superar qualquer margem de lucro, dado seu único objetivo ser obter petróleo²⁴².

O Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro ainda tem organizado nos últimos anos uma série de eventos, em parceria com outras organizações “estratégicas”, para o debate sobre temas que julga de fundamental importância para a sociedade brasileira. Em agosto de 2014, organizou em parceria com o CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais) e a ABI (*Atlantic Basin Initiative*), o evento: “Energia e Geopolítica: os impactos da segurança energética nas relações internacionais”. Nesse evento a ABI expunha a sua “nova visão do Atlântico para um diálogo sobre a energia estratégica reforçada entre o Brasil e os Estados Unidos”, onde apresentou para a plateia composta de políticos e empresários do setor petroquímico a importância da maior participação norte-americana, em detrimento do perigo de um estreitamento com a China, para o cumprimento das metas brasileiras de exploração do pré-sal.

Em março de 2016, no auge da crise política brasileira e das denúncias contra a Petrobras, o Consulado dos Estados Unidos em parceria com o famoso *think tank* CSIS (*Center for Strategic e International Studies*)²⁴³, organizou outro evento de suma importância para a sociedade brasileira, com o título: “A Geopolítica da Energia”, tendo novamente o CEBRI como anfitrião. Com o mesmo público seletivo de empresários e políticos, a grande atração era a participação de Edward Chow, diretor do Programa de Segurança Nacional e Energia do CSIS, com grande experiência na área de energia internacional, tendo sido diretor da área internacional da Chevron, na qual trabalhou durante 20 anos.

²⁴² Conforme citação literal da diretora da Chevron expressa no memorando: “*The Chinese can outbid everybody. They can break-even and it will still be attractive to them. They just want the oil.*” (WikiLeaks, 2009).

²⁴³ O CSI (*Center for Strategic and International Studies*) é um dos mais famosos ‘*think tank*’ norte-americanos sobre os temas de segurança e relações internacionais, com focos específicos em relações internacionais, comércio, tecnologia, energia, finanças e geoestratégia. Segundo seu próprio site se define como “*has been dedicated to finding ways to sustain American prominence and prosperity as a force for good in the world*” (ver: CSIS, 2017).

Se, por um lado, dá para ver avanços claros dos EUA na política energética brasileira, os chineses também não abandonaram suas intenções. Durante o ano de 2015, em meio a maior dificuldade dos países latinos com a queda dos preços das *commodities*, o primeiro ministro chinês, Li Keqiang, realizou uma viagem de oito dias por Brasil, Colômbia, Peru e Chile. A intenção principal dessa viagem foi confirmar os acordos já traçados pelo presidente Xi Jinping na sua visita ao Brasil para o encontro dos BRICS em julho de 2014, na qual aproveitou para realizar reuniões com chefes de Estado da América Latina.

O acordo realizado entre a China e o Brasil em 2015, em pleno agravamento da situação econômica do País e começo do agravamento decisivo da crise política, contempla 35 acordos bilaterais nas áreas de planejamento, infraestrutura, comércio, energia e mineração, totalizando um montante de mais de US\$ 53 bilhões²⁴⁴.

Não apenas dentro desse grande pacote de acordos bilaterais, mas também posteriormente, a Petrobras e a exploração energética brasileira são o grande centro de interesses chineses. Mesmo com a forte queda das ações da estatal brasileira e do preço do petróleo, as empresas chinesas têm investido pesado no último ano. Além de vários investimentos físicos, participações em licitações e compras de empresas nacionais ou estrangeiras já em atuação no País, os Bancos chineses também têm realizado novos acordos como concessão de crédito e *leasing* para a Petrobras, o que comprova o estreitamento das relações nesse momento de crise²⁴⁵.

²⁴⁴ Os dois principais focos do pacote de acordos se encontram na área de mineração e de energia, com vários acordos entre o estado chinês e as empresas Vale e Petrobras. Outra área de destaque foi a de proteína animal, tendo sido autorizada a exportações de mais 26 frigoríficos brasileiros. Até 2012 o mercado chinês era fechado para a exportação de carnes brasileiras.

²⁴⁵ Em outubro de 2015 a Petrobras assinou um acordo de *leasing* com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC em inglês) no valor de US\$ 3 bilhões, mediante o qual duas plataformas já existentes da companhia ficam “alugadas” durante 10 anos. Acordo semelhante no valor de US\$ 2 bilhões foi assinado na mesma ocasião com o China EXIM Bank. Em março de 2016 um novo grande acordo, dessa vez de empréstimo em troca de barris de petróleo, foi assinado entre a Petrobras e o CDB (Banco de Desenvolvimento Chinês) no total de US\$ 10 bilhões. Ainda não foram divulgados detalhes do acordo, apenas nota declarando semelhança com o acordo de 2009, quando a estatal brasileira entregou para a chinesa Sinopec 150 mil barris por dia no primeiro ano de contrato e 200 mil barris dia nos nove anos seguintes.

Após o golpe parlamentar, já sob o governo Michel Temer, ocorrem mudanças importantes no que diz respeito ao processo de privatização do setor público²⁴⁶ e a mudanças regulatórias (fim da obrigatoriedade da Petrobras como operadora única no pré-sal, redução dos índices de conteúdo local etc.) no setor de petróleo e gás, sobretudo na exploração do pré-sal.

Em outubro de 2016 foi aprovado na Câmara dos Deputados o PL/4.567/16 que tirou a obrigação da Petrobras de operar em todos os blocos do pré-sal, dentro do regime de partilha. Proposto pelo ministro e senador licenciado José Serra (PSDB), a PL “quebrou um dos pilares de controle estatal sobre as reservas do pré-sal em favor das empresas estrangeiras” (Leão, 2017).

Além disso, o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), em agosto de 2017, flexibilizou as regras reduzindo os índices de conteúdo local²⁴⁷, chegando em alguns casos a desobrigar as empresas de utilizarem máquinas e equipamentos nacionais. Para se ter uma ideia do impacto gerado por esses novos índices, na décima primeira rodada em 2013 os percentuais de conteúdo foram, na média, 62% na etapa de exploração e nas etapas seguintes 76% (Leão e Vilain, 2017).

Com a retirada da obrigatoriedade da participação da Petrobras e a redução do conteúdo local, os leilões do pós-sal (14ª rodada) e pré-sal (2ª e 3ª rodadas) que ocorreram durante o ano

²⁴⁶ Em maio de 2016, ainda durante o governo interino de Michel Temer, foi promulgada a MP 727, que instituiu o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) e resgatando a Lei nº 9.491/1997 que trata do Programa Nacional de Desestatização. No texto da MP 727 há recepção integral da Lei Nº 9.494 de 1997, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização. A Lei de 1997, que garantiu a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, Eletropaulo e Telebrás, por exemplo, assumiu como propósito principal “reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público”. Significando, na prática, que poderão ser objeto de desestatização todas as empresas, inclusive instituições financeiras – controladas direta ou indiretamente pela União e as estaduais, o que abre caminho para a venda de empresas como: Petrobras, Eletrobras e Caixa Econômica, empresas chaves para a economia brasileira no mercado mundial. Para que este projeto neoliberal seja viabilizado, a MP estabelece que as medidas de desestatização a ser implementadas serão autoritariamente definidas por Decreto e passarão a desfrutar a condição de “prioridade nacional”.

²⁴⁷ Os índices estabelecidos foram os seguintes: a) para exploração em terra, o índice de conteúdo local será 50%; b) para os blocos em mar, o conteúdo mínimo será de 18% na fase de exploração, 25% para a construção de poços e 40% para sistemas de coleta e escoamento

de 2017 resultaram numa expressiva entrada das empresas estrangeiras, principalmente das norte-americanas, inglesas e chinesas.

Em setembro de 2017 ocorreu a 14ª rodada de leilão de petróleo e gás sob concessão, ou seja, em campos do pós-sal, que possuem taxações e regulações distintas do pré-sal sob o regime de partilha, sendo as áreas do pós-sal muito menos oneroso para as empresas e com menores distribuições dos ganhos com o Estado brasileiro. Os campos leiloados nessa 14ª rodada tiveram uma forte particularidade, pois apesar de serem sob o regime de concessão, “estão localizadas na fronteira com o Pré-Sal, com grandes chances de conterem imensas reservas de petróleo” (FUP, 2017), ou seja, em áreas vizinhas às demarcadas pelo pré-sal, que dessa forma possibilitam a exploração desses “recursos”. A grande atuante desse leilão foi a norte-americana ExxonMobil, que arrematou 10 blocos exploratórios, sendo 4 como operadora única e os outros 6 em “parceria” com a Petrobras, justamente nas áreas estratégicas da Bacia de Campos com maior dependência das tecnologias desenvolvidas pela empresa brasileira para exploração do pré-sal.

Em outubro de 2017 ocorreram a segunda e terceira rodadas de leilão dos campos do pré-sal, em um contexto completamente distinto da primeira rodada em 2013, quando a Petrobras ainda possuía obrigatoriedade de participação. Mesmo acontecendo na mesma data e local, as duas rodadas são bens diferentes e a atuação das empresas no leilão expressa as estratégias de cada empresa para o setor petrolífero brasileiro²⁴⁸. Participaram dessas duas rodadas 15 empresas de dez países estrangeiros, e desse total dez empresas estrangeiras de oito países compuseram os seis consórcios vencedores²⁴⁹. As empresas estrangeiras como a Shell

²⁴⁸ Os campos da segunda rodada já estavam, mesmo antes do leilão (Cararine, 2017), demarcados pelas empresas estrangeiras interessadas, pois são campos conhecidos há muito tempo e que já possuíam instalações nas proximidades. A terceira rodada possuía campos com quatro áreas novas, ainda não exploradas, o que envolve mais riscos e maior grau de dificuldade e de tecnologia envolvidos.

²⁴⁹ A Shell (anglo-holandesa) ingressou em três consórcios vencedores. A Petrobras participou e venceu também nas três áreas nas quais fez oferta. O conhecimento prévio da Petrobras sobre o pré-sal, como pode ser visto pelo baixo risco exploratório já conquistado, operando com custos de extração na ordem de US\$ 7 o barril, permitiu às empresas estrangeiras entrarem no leilão com grandes aportes. “O grande apetite das empresas estrangeiras deve-

entraram em consórcios sem a participação da Petrobras em campos onde já possui operações próximas, já detendo a tecnologia previamente. Enquanto empresas como a BP (British Petroleum), com participação em dois consórcios, entraram juntamente com a Petrobras nas áreas ainda não exploradas. Dessas duas rodadas do leilão do pré-sal o destaque fica para as empresas petroleiras britânicas, que juntas adquiriram 5 blocos exploratórios de um total de 6 arrematados. Vale ainda menção que o último bloco ficou com o consórcio formado por ExxonMobil, Statoil e Petrogal.

Logo após o leilão do pré-sal, em novembro de 2017, o jornal britânico *The Guardian* publicou matéria sobre os telegramas do ministro do comércio da Inglaterra que foram interceptados pelo *GreenPeace*²⁵⁰. Nesses telegramas foram reportados os trabalhos de lobby do ministro britânico no Brasil para alterar as políticas brasileiras de taxação e regulação ambiental sobre o petróleo, que possibilitassem, dessa forma, a entrada das empresas petroleiras da Inglaterra. O ministro britânico esteve no Brasil em março, tendo percorrido várias capitais do país e se encontrado com o ministro de minas e energia brasileiro.

Em linhas gerais, as transformações no setor de petróleo, assim como suas formas políticas e econômicas de disputa, não podem ser vistas simplesmente por interesses financeiros. A disputa da geopolítica do petróleo esconde um processo de luta pela própria forma de constituição da relação capitalista, que perpassa atualmente uma série de conflitos e contradições no mundo. A grande ruptura no setor de petróleo no Brasil com a descoberta do pré-sal e seu alinhamento com a Rússia e a China, levou a uma série de profundas transformações na dinâmica geopolítica brasileira, que possuem ligações internas com a

se, em parte, ao fato de que nesse processo enquanto a Petrobras absorve o risco do investimento inicial as empresas estrangeiras incorporam retornos garantidos” (Leão et al., 2017).

²⁵⁰ “*Britain successfully lobbied Brazil on behalf of BP and Shell to address the oil giants’ concerns over Brazilian taxation, environmental regulation and rules on using local firms, government documents reveal. The UK’s trade minister travelled to Rio de Janeiro, Belo Horizonte and São Paulo in March for a visit with a ‘heavy focus’ on hydrocarbons, to help British energy, mining and water companies win business in Brazil. Greg Hands met with Paulo Pedrosa, Brazilian deputy minister for mines and energy, and ‘directly’ raised the concerns of UK-based oil firms Shell, BP and Premier Oil over ‘taxation and environmental licensing’*” (Vaughan, 2017).

constituição de classe no mercado mundial financeirizado. A luta pela soberania do petróleo no Brasil é também uma luta de conflito distributivo por suas rendas, mas como forma antagônica da luta de constituição de classe no mercado mundial de forma financeirizada pelo dólar.

O caso do petróleo representa de forma aumentada a questão das *commodities* em geral e a luta pela sua recolocação no seu centro de gravidade dos mercados financeirizados pelo dólar. O processo que se inicia de 2014 é, em essência, uma luta pela dominação da produção da natureza como recursos naturais nos padrões da financeirização, o que leva a uma luta pela quebra das autonomias conquistadas por essas empresas brasileiras. Assim como a Petrobras, várias empresas estratégicas brasileiras sofreram um poderoso ataque a partir de 2014, tanto as produtoras de alimentos e matérias-primas, quanto de infraestrutura, em grande parte ligadas ao escoamento dessa produção de *commodities*.

As formas que essas lutas assumem não podem ser reduzidas em um simples interesse de frações de classe com suas políticas econômicas específicas. Como concretização das lutas em formas políticas a própria forma do Estado brasileiro se constitui, não em uma relação determinística, mas em um processo de relação interna de concretização de formas de dominação e exploração sobre as bases atuais das relações sociais capitalistas. A forma do Estado como neoliberal privatista ou desenvolvimentista não pode ser reduzida a uma disputa entre as frações de classe e seus interesses, dado os próprios interesses e as necessidades dessa forma Estado ocorrerem como momento da relação capitalista no mercado mundial.

O controle de forma soberana do petróleo, juntamente com o rompimento de formas de exclusão e segregação como constituição de um exército industrial de reserva, transformariam as formas das relações brasileiras no mercado mundial, rompendo na essência o seu momento de constituição de classe. A própria essência do momento da relação capitalista brasileiro não é algo determinístico, mas um processo de luta, de imposição e de domínio, o qual apesar de

possuir essa abertura, se constitui como parte necessária da realização social em sua totalidade, o que lhe confere o peso das correntes que nos prendem nas relações capitalistas.

A intensificação da exploração e da dominação na forma de crise da “nova classe média” ou da “nova classe trabalhadora”

De certa forma o que pretende-se nesta seção é continuar o debate sobre constituição de classes no Brasil no século XXI, mas agora salientando os seus antagonismos que se concretizam nas formas atuais de crise, que vão desde o golpe de 2016 até aos perversos ataques sofridos pelas classes trabalhadoras. Assim como o período categorizado como “neodesenvolvimentismo” (Boito, 2012), “hegemonias às avessas” (Oliveira, 2010), “lulismo” (Singer, 2012), “hegemonia lulista” (Braga, 2012) e ascensão da “nova classe trabalhadora” (Souza, 2012, 2015), a questão do conflito de frações de classe continuou central nas principais análises para explicar o seu período de crise, mas agora como um processo de ruptura da então hegemonia formada nos governos do PT. Partindo da análise crítica já feita sobre essas abordagens nas seções anteriores, busca-se evidenciar os novos elementos específicos desse momento de ruptura trazidos por essas leituras, para dessa maneira identificar seus limites analíticos e poder visualizar uma compreensão do momento atual brasileiro por meio da crise de constituição de classe no capitalismo mundial.

O cerne central de todas essas leituras com base em uma disputa de frações de classe para entender o “golpe de Estado” de 2016 está na ruptura do processo que levou a uma estabilidade com ganhos mútuos das classes mais altas e mais baixas. A ruptura, por sua vez, também seria fruto do mesmo processo de conflito distributivo, em que as tais políticas neodesenvolvimentistas do governo PT na nova conjuntura internacional pós-crise financeira de 2008 não dariam mais conta de manter a estabilidade política e econômica de ganhos simultâneos para as classes mais altas e as mais baixas, o que levaria a fração financeira

hegemônica atrair as demais frações dominantes (como a burguesia interna (Boito, 2016) ou a burguesia industrial nacional (Singer, 2016)) para impor sua cartilha neoliberal.

Singer (2016) defende que “o lulismo foi fruto de uma situação particularmente favorável que se esgotou definitivamente em 2011”, contudo a presidente Dilma teria tentado “uma aliança com a burguesia industrial para continuar a diminuição da desigualdade”, que teria fracassado “porque a burguesia industrial se mostrou desinteressada de um projeto de soberania nacional que implicasse confronto mais sério com outras frações do capital” (Singer, 2016, 155). O golpe de 2016 seria então fruto dessa oposição da burguesia industrial nacional que se aliaria ao capital financeiro em uma nova agenda neoliberal.

Apesar da leitura de Jessé de Souza (2010, 2015) conter profundas diferenças com as teses de Singer (2009, 2012) e Boito (2012), principalmente com relação à maior centralidade de formação de uma “nova classe trabalhadora”, a sua leitura (ou “radiografia”) sobre o golpe apresenta grandes similaridades. “O golpe se deu por um amplo acordo de interesses, reeditando o ‘velho acordão brasileiro’, entre as diversas elites, agora comandado pela elite financeira” (Souza, 2016, p. 129). O golpe seria, para Souza (2016), um movimento característico das “elites do atraso” brasileiras (Souza, 2017), que “transformam o país inteiro num puteiro, pois assim se ganha mais dinheiro” (Souza, 2016), juntamente com as classes médias ressentidas da perda de seus privilégios relativos com a ascensão da “nova classe operária”. Como Souza (2016, 2017) argumenta repetidamente, a classe média é a mais enganada nesse processo, em que “os tolos são a classe média e, mais ainda, a parte do povo que saiu às ruas para funcionar como base social para esse banquete do privilégio de alguns, acreditando efetivamente, que estava renovando o país” (Souza, 2016, p. 133). Dessa forma, o golpe seria uma ação das elites financeiras, as grandes representantes da “elite do atraso” brasileiro, que utilizando dos meios de comunicação e do judiciário “enganariam” as classes médias ressentidas na construção de

um golpe aparentemente legal, com a intenção de desmontar as políticas “neodesenvolvimentistas” que traziam até então ganhos para “a nova classe trabalhadora”.

Mesmo Ruy Braga, que em sua tese da “hegemonia lulista” (Braga, 2012) defendia veementemente a importância das mutações do operariado precarizado em um momento “pós-fordista”, não incorpora os novos processos de constituição de classe para tentar interpretar a crise atual que passa o Brasil. O eixo da crise em Braga (2016) estaria no aprofundamento de uma crise econômica, em que “a contradição cíclica impulsionada pelos cortes dos gastos federais elevou o desemprego e atingiu em cheio tanto o precariado urbano quanto o proletariado organizado sindicalmente”, tendo como resultado um “colapso da base de sustentação do governo”, que levou “diante do agravamento da crise internacional, os principais grupos empresariais brasileiros, tendo os bancos privados à frente, passarem a exigir do governo federal um aprofundamento da estratégia de austeridade” (Braga 2016, p.59).

Apesar da grande centralidade desse conflito distributivo para a ruptura da “hegemonia neodesenvolvimentista” nas análises apresentadas, não há um aprofundamento de quais seriam as particularidades desse conflito distributivo (“contração cíclica” (Braga, 2016)) que levariam a uma crise tão profunda e particular ao ponto de desencadear um golpe de Estado e uma capacidade tão avassaladora e contumaz de ataques aos trabalhadores.

Ainda tendo como centralidade esse conflito distributivo que se exacerba a partir de 2014²⁵¹, Pinto et al. (2017) apresentam a Lava Jato como a formação de uma fração de classe burocrática do judiciário com características “weberianas messiânicas”, e os novos movimentos de luta das classe trabalhadora, materializados nas manifestações e novas reivindicações que aparecem depois de 2013, como aspectos desse conflito distributivo que desencadearam em uma “desestruturação temporária da relação entre o bloco no poder e o Estado” (Pinto et al.,

²⁵¹ “O aumento do conflito distributivo e a dificuldade da gestão petista em controlar os conflitos provocaram uma paulatina desconfiança do bloco no poder da forma petista de governar (‘jogo de ganha-ganha’), que já tinha aparecido, em menor grau, nas eleições de 2014 e, em maior grau, com o apoio dos segmentos dominantes ao impedimento da presidenta Dilma no final de 2015” (Pinto et al., 2017, p. 12).

2017, p. 21). Essa desestruturação levaria à uma “guerra de todos contra todos”, em que a Lava Jato iniciaria uma “caça às bruxas” que culminaria no Golpe de 2016 como tentativa de uma “burocracia política” de estancar esse combate à corrupção e resgatar o processo de acumulação capitalista no País pela implantação de uma agenda de retirada de direitos e dos ganhos anteriormente conquistados pelos trabalhadores²⁵².

Um dos aspectos mais interessantes das leituras apresentadas sobre o golpe de 2016 é como a centralidade da fração de classe financeira para a ruptura da “hegemonia neodesenvolvimentista” em contraste com a sua rentabilidade crescente em todo o período do governo do PT é completamente apagado do debate. No auge da crise que se instala no Brasil, de 2014 para 2015, os Bancos e instituições financeiras (como seguradoras) são praticamente os únicos setores da economia brasileira que possuem taxas crescentes de lucros. Os bancos de 2014 para 2015 tiveram crescimento dos seus lucros de 28% e as seguradoras de 22%, sendo a média do período de 2011-2014 maior do que a média de 2007-2010, segundo dados de Pinto et al. (2017). Sendo ainda importante ressaltar que a lucratividade do setor financeiro durante o governo do PT foi crescentemente superior do que o período dito neoliberal dos anos de 1990²⁵³. Se a crise era um conflito distributivo tendo como liderança no processo de ruptura as frações financeiras, como se explica a sua lucratividade crescente?

Sendo os conflitos distributivos, como apresentados pelos próprios autores, um processo cíclico e inerente das relações produtivas capitalistas, quais são exatamente as especificidades do momento atual que levaram a uma crise com tamanha profundidade? Mesmo considerando

²⁵² “Independentemente de todo o debate jurídico em torno do tema e, conseqüentemente, acerca da legitimidade do impedimento ou da suposição da efetivação de mais um golpe parlamentar, o que estava, na verdade, sendo votado era uma ‘possível alternativa’ para destravar a crise de acumulação do capitalismo brasileiro, por meio do ajuste perverso sobre os trabalhadores e as populações mais pobres, e para barrar a Lava Jato” (Pinto et al., 2017, p. 20).

²⁵³ Vale notar o crescimento dos rendimentos e lucros do setor financeiro terem sido muito superiores nos anos 2000 do que o período dos anos de 1990 ditos neoliberais. “Entre 1995 e 2007, verificou-se uma tendência linear determinística de crescimento da taxa de lucro tanto para o SF como para o SNF. Para o SF pode-se observar que, em certa medida, a sua taxa de lucro a partir de 2001 saltou para um novo patamar mais alto (15%), associado a crescimentos posteriores mais robustos” (Pinto, 2010, p. 152).

o surgimento de uma fração burocrática jurídica com feições “weberianas messiânicas” e da necessidade de ataques aos trabalhadores tão profundos para a retomada da acumulação, o que explicaria a própria capacidade de formação desses processos justamente em um momento de fortalecimento das classes mais baixas e do aumento das lutas populares? Não seriam as próprias lutas a sua explicação?

O fraco argumento de ressentimento das classes altas brasileiras, em que seus privilégios relativos estariam acima de tudo, não pode ser tolerado como a única razão para o processo de mudança nas relações capitalistas brasileiras. O ressentimento das classes médias por seus privilégios relativos e a “preferência” pelas classes altas brasileiras por uma sociedade extremamente desigual é aclamado por quase todas as análises ditas de esquerda, como se fosse um *karma* nacional advindo de uma natureza intrínseca. O processo de constituição de classes em formas específicas é um processo de luta, que apesar de ter sua essência na realização das relações capitalistas no mercado mundial, é ainda um processo social aberto em forma de luta. Para as classes brasileiras serem estabelecidas em determinadas formas, que levam a determinados conflitos distributivos, ocorrem por detrás desse processo que se apresenta como autonomizado nos interesses das frações de classes dominantes (no caso a fração financeira), uma série de lutas sociais. Constituição essa que não pode ser vista também como naturalizada, ou seja, como se fosse sempre da mesma forma, dado se constituir em relação interna com um determinado momento histórico do capitalismo.

A constituição de classes no Brasil nos anos 2000 passou por uma série de momentos de realização das suas formas ditas financeirizadas, as quais permitiram a incorporação de uma gigantesca massa de mão obra em novos mercados de consumo, assim como a dominação e exploração capitalista dessas massas por meio das novas formas financeirizadas. Contudo, a constituição dessas classes financeirizadas traz em si o antagonismo inerente da contradição com a essencialidade de formação de um exército industrial de reserva que perpassa o Brasil.

Esse antagonismo, entre a constituição das classes trabalhadoras financeirizadas e sua dominação com geração de um exército industrial de reserva, irá abrir fissuras nas relações capitalista, que iniciam um intenso processos de lutas, que passam tanto pelos atos de 2011, pelas intensas manifestações de 2013, pelo fortalecimento dos movimentos por igualdade de gênero e, principalmente, contra o racismo, assim como pelo golpe de 2016, por suas políticas de ataques aos direitos e ganhos conquistados pelos trabalhadores e o crescimento de anseios conservadores e de cunho fascista.

A constituição de classe no Brasil perpassa um forte elemento de dominação com base racial, que conjuntamente com a segregação histórica de parte da população aos mercados formais do capitalismo, propiciou a manutenção da essência das relações capitalistas brasileiras de geração de um grande exército industrial de reserva no mercado mundial. Com as novas formas do “indivíduo capitalista” por meio da financeirização e das políticas neoliberais, parte das relações de dominação e exploração por meio da segregação e inferiorização foram rompidas, dando início a novas formas de luta pela manutenção da constituição desse exército industrial de reserva. Como o que está em luta é a classificação do ser humano, da sua constituição em separado do seu controle dos seus meios de vida, a luta deve ser compreendida como uma luta pela totalidade social, não apenas restrita a um “conflito distributivo pela apropriação da riqueza”.

A partir de 2011 no Brasil já se pôde ver claramente a formação de movimentos de contestação social dentro da constituição de classe financeirizada em antagonismo com a geração de um exército industrial de reserva. Os movimentos de luta, contudo, se dão de formas não definidas, não como uma categoria dada ou como uma “estrutura”, mas como “algo que ocorre efetivamente nas relações humanas” (Thompson, 2004, p. 9). Inicialmente as lutas ocorreram de modo difuso, muitas vezes com caráter anárquico e, principalmente, com fortalecimento da população mais segregada do capitalismo brasileiro. Conforme essas lutas

foram se objetificando pela sua incorporação nas próprias relações capitalistas brasileiras em sua forma financeirizada, novos momentos de luta foram surgindo, até a eclosão das manifestações e de um novo ciclo de luta em 2013. As formas como as lutas se concretizam não é algo fixo, mas um próprio processo de relação social que se materializa conjuntamente com a constituição de classe na imposição do capital sobre o trabalho.

Devemos evitar o essencialismo aqui: não existe um único objetivo ‘real’ perseguido pelos manifestantes, algo capaz de, uma vez concretizado, reduzir a sensação geral de mal-estar. O que a maioria dos manifestantes compartilha é um sentimento fluido de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares. Aqui, novamente, o velho lema de Hegel de que ‘os segredos dos antigos egípcios eram segredos também para os próprios egípcios’ mantém-se plenamente: a luta pela interpretação dos protestos não é apenas ‘espitemológica’; a luta dos jornalistas e teóricos sobre o verdadeiro teor dos protestos é também uma luta ‘ontológica’, que diz respeito à coisa em si, que ocorre no centro dos próprios protestos. Há uma batalha acontecendo dentro dos protestos sobre o que eles próprios representam (Zizek, 2013, p. 103).

A luta que passa a ocorrer no Brasil é contra a realização das formas financeirizadas do “indivíduo capitalista” como seu autoprocesso de exclusão como exército industrial de reserva. Se em princípio teve um teor fortemente anárquico, com reivindicações genéricas e amplas, as ditas “jornadas de junho” devem ser vistas dentro do quadro de luta pela classificação dos novos trabalhadores, sendo constituída “majoritariamente por trabalhadores jovens com renda entre um e cinco salários mínimos” (Sampaio Jr, 2016; Mattos, 2016).

A luta que passa a ocorrer no interior do próprio processo de conflitos na sociedade brasileira não deve ser reduzida a um simples conflito distributivo pela renda já constituída. Tendo como centro a luta pela própria forma de constituição de classe, os conflitos passaram a ser objetificados em duas direções opostas.

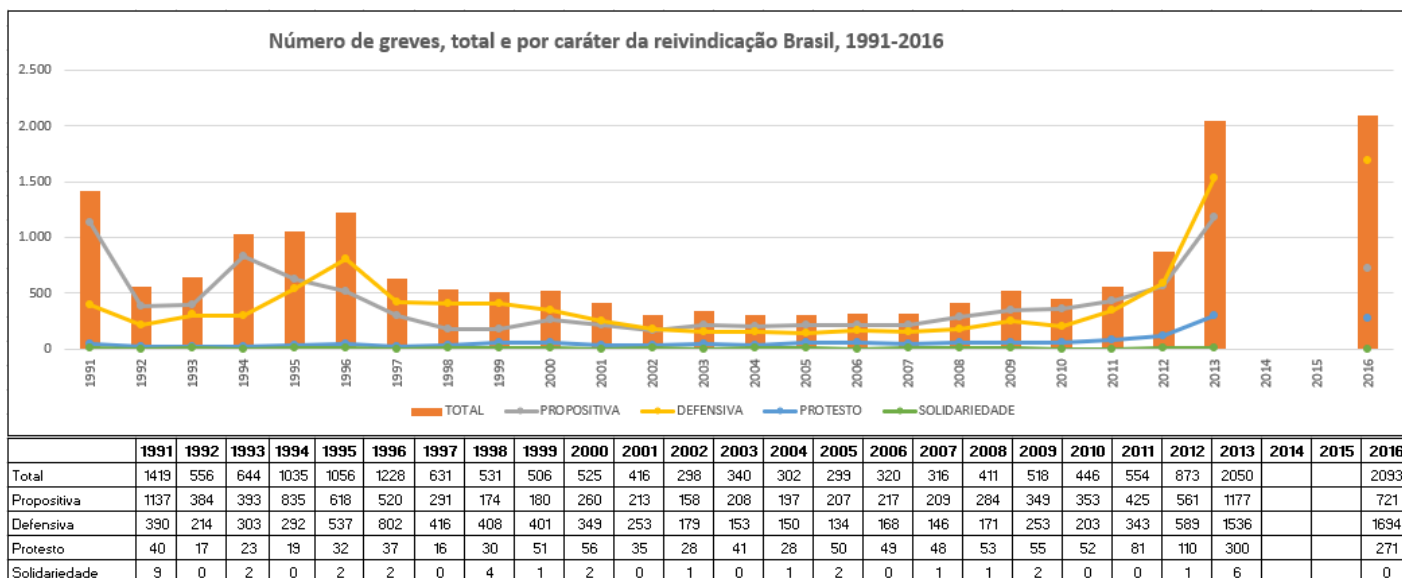
Por um lado, se estabeleceu uma materialização das classes médias e mais altas, que com um discurso de combate à corrupção guarda em seu interior uma agenda conservadora de intensificação da exploração e dominação das classes mais baixas. Em sua essência de

constituição de classe, se colocava como a intensificação de políticas que levassem à formação de um exército industrial de reserva agora nas formas financeirizadas, o que passa por uma alteração nas relações políticas e trabalhistas, com o enfraquecimento ainda maior dos sindicatos e o fortalecimento de práticas trabalhistas mais “neoliberais” e “financeirizadas”.

Por outro lado, a luta também se objetificou de forma a se concretizar nas estruturas sociais brasileiras na ascensão de novos ciclos de lutas trabalhistas. Com uma nova centralidade dos movimentos sindicais, que passaram a incorporar, como pleito de luta, a continuidade da expansão da inserção das classes mais baixas nos mercados capitalistas. A emergência das novas lutas sindicais a partir de 2013 deve ser compreendida na essência dos mecanismos de constituição de classe no Brasil, em que as novas formas de luta da classe trabalhadora se impõem em oposição à formação e ao controle de um exército industrial de reserva. A luta que se materializa nos novos movimentos populares e sindicais demandaria também uma outra relação do Estado brasileiro internamente no mercado mundial, dado ser a luta pela alteração da essência da constituição de classe no País. Como mostrado na seção anterior, luta essa que envolve a própria relação e “autonomia” da produção de *commodities*, como exemplificado no caso do petróleo.

A disputa no plano concreto da constituição de classe no Brasil, além da forte luta no campo simbólico e cultural dada pela questão racial, passou a ocorrer em grande medida materializada na mudança das relações trabalhistas. As jornadas de manifestações que se instalaram em 2013 foram seguidas por um crescente de lutas no movimento sindical sem precedentes na história do País, como pode ser visto pelo levantamento realizado pelo Dieese (2015 e 2017)²⁵⁴.

²⁵⁴ Não temos no Brasil dados produzidos oficialmente, por instituições de Estado, sobre as greves. Os dados que o Dieese conseguiu compilar e sistematizar até o momento vão até o ano de 2016, mas infelizmente com as quebras nos anos de 2014 e 2015. Os dados aqui analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), desenvolvido e mantido pelo Dieese, que reúne informações das greves de trabalhadores realizadas no



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sag-Dieese – Sistema de acompanhamentos de greves. Os anos de 2014 e 2015 não foram computados pelo Sag-Dieese.

Em 2013 o Sag-Dieese registrou um recorde histórico do número de greves no País, maior até que no ano de 1989, que teve 1962 greves. No ano de 2013 o número de greves propositivas, ou seja, que tentam avançar em relação a direitos ou ganhos, ultrapassou o total de greve anuais desde 1991, tendo um aumento total de 134,82% em relação a 2012. Mesmo o alto número de greves defensivas em 2013 (1536 greves), não deve ser visto com mais atenção nesse campo de lutas. Como argumenta Marcelino (2017), as greves a partir de 2004 possuem um caráter distinto da década de 1990, sendo greves propositivas, o que, de certa maneira, se manteria em 2013, dado mesmo as greves defensivas serem promovidas por categorias historicamente pouco combativas e num quadro de maior precariedade²⁵⁵. A expansão das categorias precarizadas, dadas pelas formas de trabalho terceirizadas e com maior propensão à intensificação da exploração com as formas financeirizadas, teve em 2013 um marco histórico

Brasil desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 30 mil registros. As informações do SAG são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos ou eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

²⁵⁵ “2013 foi um ano com características bastante peculiares, pois houve uma ampliação do número de greves em categorias profissionais frágeis do ponto de vista do seu histórico de organização sindical, de suas condições de remuneração e de saúde e segurança no trabalho: no setor de transportes, entre 2012 e 2013 o número de greves saltou de 53 para 195; entre trabalhadores de turismo e hospitalidade, o aumento foi de dezenove para 92 greves; na saúde, de sete para 65, e entre os trabalhadores de vigilância e segurança, de doze para 44 greves” (Marcelino, 2017, p. 212).

de sua maior combatividade, o que reflete o antagonismo dessas novas formas de dominação com a nova forma do “indivíduo capitalista” como “empresa de si mesmo”.

O movimento de lutas sindicais, que começa a ocorrer mais claramente a partir de 2012, não pode ser reduzido apenas no conflito distributivo. Apesar dos próprios “egípcios não saberem dos seus segredos”, o que estava em disputa pelo movimento sindical e sua explosão de greves, vai muito além de uma simples pauta econômica, contendo uma luta pela forma de classificação do ser humano dada pela relação trabalhista. A magnitude das greves e suas formas só podem ser compreendidos na própria luta pela forma da constituição de classe, que tem na distribuição um de seus momentos.

Como mostram os números das greves de 2016, houve a manutenção das lutas sociais via o movimento sindical, principalmente no que consiste na utilização das greves. Contudo o caráter dessas greves passa a se alterar, o que indica o processo de objetificação dessas lutas no sentido da sua materialização na constituição da classe operária, agora financeirizada suscetível de precarização e transformação de um exército industrial de reserva, o que se daria pelo avanço no desmantelamento das leis trabalhistas com a introdução de uma série de relações que propiciam uma intensificação dessa dominação. O ano de 2016 teve um novo número recorde de greves, sendo ainda maior que o de 2013, contudo com uma forte disparada das greves defensivas (1694) em relação às ofensivas (721). A luta como forma de antagonismo do capital sobre o trabalho em 2016 já mostrava claramente para o lado o qual pendia, tendo na intensificação do desmantelamento das relações trabalhistas e sindicais a sua forma de expansão do controle das relações sociais financeirizadas do “indivíduo capitalista como empresa de si mesmo”.

O processo de superação dialética da introdução das novas formas neoliberais e financeirizadas sobre o “indivíduo capitalista”, com a essência de manutenção de constituição de um exército industrial de reserva no mercado mundial, começa a se cumprir mais claramente

a partir de 2016, mesmo tendo em seu caminho um forte processo de luta e a necessidade de retirada a *fórcps* de um governo autodenominado dos trabalhadores. De forma análoga que foi necessário um governo como o do PT e seu “neodesenvolvimentismo” para gerar as formas neoliberais e financeirizadas sobre os “indivíduos capitalistas”, também foi necessária à sua retirada para se materializar parte da essência das relações capitalistas brasileiras de geração de um exército industrial de reservas e o controle nas formas atuais financeirizadas sobre a produção de *commodities*.

A luta contra a reforma trabalhista, contra a reforma da previdência, contra o teto dos gastos do governo com intenção de redução dos investimentos sociais, não deve ser reduzida apenas em uma luta com distribuição de renda. A luta que está por detrás é da própria constituição de classe no País. O que está em disputa é a constituição e controle de um exército industrial de reserva financeirizado. A intensificação das lutas pela terra, os novos processos de resistência urbana (movimento dos trabalhadores sem teto, da central de movimentos populares, movimento nacional de luta pela moradia, passe livre, comitês populares etc.), a intensificação sem precedentes das lutas do movimento negro e feminista não podem ficar restritos a uma questão de conflito distributivo. A capacidade de controle e dominação das relações capitalistas com as formas neoliberais e financeirizadas continuam se estreitando na medida que antigos mecanismos de segregação e inferiorização também se encontram em disputa. As lutas da população negra e das mulheres em todo o mundo, longe de simples questões de minorias, são processos de luta pela emancipação do processo de classificação capitalista.

A introdução de novas tecnologias e de novas relações trabalhistas é um processo de reificação dessa luta de constituição de classes financeirizadas. A contradição do “indivíduo capitalista” como “empresa de si mesmo” com as formas de constituição de um exército industrial de reserva – segregação ao acesso aos mercados capitalista e dominação com base racial – é reificada em formas ainda mais “voláteis” do ser social. Grande parte das novas

tecnologias são utilizadas de maneira a incorporar novas formas de relação trabalho, possibilitando novas possibilidades da coisificação do trabalho como “ativo financeiro”. Não por acaso, a forma política que o Estado adquire é exatamente de contrarreforma nas relações trabalhistas, com a expansão das possibilidades do controle e da dominação dessa classe financeirizada.

Os processos de imposição do capital sobre o trabalho dentro das relações capitalistas brasileiras em suas novas formas avançaram muito desde o golpe de 2016, contudo as contradições ainda persistem, principalmente quando compreendemos como momento da crise das relações capitalistas no mercado mundial. Apesar dos novos processos de objetificação das classes trabalhadores, a luta de constituição de classe deve ser compreendida como totalidade social. A sociabilidade capitalista se encontra em crise, em um processo de transição, em que as formas financeirizadas de geração de um exército industrial de reserva e dependentes do dólar e do poder nos Estados Unidos encontram novas barreiras para sua reprodução.

“O desfecho dessa situação está em aberto, e será resultado do processo político atualmente em curso. [...] Aqui, no entanto, deve-se ressuscitar o bom e velho conceito marxista de totalidade – neste caso, da totalidade do capitalismo global” (Zizek, 2013, p. 103). A luta que se constitui hoje no Brasil se estende desde a soberania da produção e transformação da natureza em *commodities* até os processos amplos de classificação do ser humano com a especificidade de geração de um exército industrial de reserva. Contudo, a própria forma dessa luta e desses processos estão em disputa no interior do mercado mundial, sendo o Brasil um dos seus momentos nevrálgicos.

A luta pela constituição de classe precisa ser compreendida como a disputa pela imposição de novas formas capitalistas em sua totalidade social, que vão desde a introdução de novas formas de tecnologia nos processos de trabalho, de constituição de identidades sociais, até novas formas de universalidade financeira no mercado mundial, seja por novos Estados

hegemônicos ou por novas moedas virtuais. A luta precisa, mais do que nunca, ser entendida em sua totalidade, para que as novas formas de relações sociais permitam a emancipação humana e não a sua aniquilação.

Bibliografia

- ACSELRAD, Henri (org). *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2ª edição, 2012.
- ACOSTA, Alberto. *Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. Más allá del desarrollo* (1ª Ed.), Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo, Fundación Rosa Luxemburg, Abya Yala, Quito, pp. 83-118. 2011
- ADORNO, Theodor W. *Gesellschaftstheorie und Kulturkritik*. Frankfurt, 1975.
- ADORNO, Theodor W. *Negative Dialectics*. London: Routledge, 1990.
- ADORNO, Theodor W. *Lectures on Negative Dialectics*. Cambridge 2008.
- ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Editora Zahar, 2009.
- ADORNO, Theodor W. *Introdução à Sociologia da Música – Doze preleções teóricas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Editora Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *La Sociedad – Lecciones de sociologia*. Buenos Aires, Editora Proteo, 1969.
- AEI & HERITAGE FOUNDATION (2016). “China Global Investment Tracker”. American Enterprise Institute and The Heritage Foundation, in: <http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>.
- AFANSYEV, Lev Aleksandrovich (et al). *The Political Economy of Capitalism*, Progress Publishers, Moscow, 1974.
- AGNOLI, Johannes. *Fascism without Revision*. Freiburg: Ça ira Verlag, 1997.
- AGLIETTA, Michel. *Régulation et crises du capitalism*. Calmann-Lévy, 1976.
- AGLIETTA, Michel. *A Theory of Capitalist Regulation*. Londres: New Left Books, 1979.
- ALTVATER, Elmar. “Some problems of state interventionism”. In: HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol (org). *State and Capital*. London: Edward Arnold, 1978.
- AMIN, Samir. *Accumulation on a World Scale. A Critique of the Theory of Underdevelopment*. New York: Monthly Review Press, 1974.
- AMORE, Caio Santo; SHIMBO Lucia; RUFINO, Maria Beatriz (org). *Minha casa...e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.
- AMSDEN, Alice Hoffenberg. *The rise of ‘the rest’ – challenges to the west from late-industrializing economies*. New York: Oxford University Press, 2004.

- ANTUNES, Claudia. “Não tem mais centro e periferia”, afirma Maria da Conceição. Folha de São Paulo, 12 de setembro, 2010. In: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2010/09/797136-nao-tem-mais-centro-e-periferia-afirma-maria-da-conceicao.shtml>. Acessado em: 19/11/2015.
- ANZALDÚA, Gloria E. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. Revistas Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000.
- ANZALDÚA, Gloria E. *La conciencia de La Mestiza: rumo a uma nova consciência*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, set./dez. 2005.
- ANZALDÚA, Gloria E. Como domar uma língua selvagem. Tradução Joana Plaza Pinto e Karla Cristina dos Santos. Revisão da Tradução Viviane Veras. *Cadernos de Letras da UFF ? Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa*, n. 39, p. 297-309, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo W. *Entre a ‘proteção’ e o ‘protecionismo’*. Le Monde Diplomatique, Edição 58, São Paulo, maio de 2012.
- ARAGÃO, José Maria. *Sistema Financeiro Da Habitação: Uma Análise Sócio-Jurídica Da Gênese, Desenvolvimento e Crise Do Sistema*. Curitiba: Juruá, 1999.
- ARRETCHE, Marta. *Intervenção Do Estado e Setor Privado: O Modelo Brasileiro De Política Habitacional*. Espaço & Debates. v. X. n. 31. São Paulo: NERU, 1990.
- ARRETCHE, Marta. *Federalismo E Relações Intergovernamentais No Brasil : A Reforma Dos Programas Sociais*. Dados, v. 45, n. 3, 2002.
- ARTHUR , Chris. *The New Dialectic and Marx’s Capital*. Leiden, 2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A desordem Mundial – O Espectro da total dominação*. Civilização Brasileira, 2016.
- BASTOS, Pedro Paulo. *A Economia Política do Novo-Desenvolvimentismo e do Social Desenvolvimentismo*. Economia e Sociedade, v. 21, n. 4, p. 779-810, 2012.
- BACKHAUS, Georg Hans. “Dialectica de la Forma de Valor”. In: SCHMIDT, Alfred (edit). *Contributions a la theorie marxiste de la connaissance/Beistrage zur marxistischen Erkenntnistheorie/s*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1969.
- BACKHAUS, H. G. *On the dialectics of the value-form*. Thesis Eleven, no. 1, pp. 99–120, 1980.
- BACKHAUS, Georg Hans. “Between Philosophy and Science: Marxian Social Economy as Critical Theory”. In: Wener Bonefeld, Richard Gunn & Kosmo Psychopedis (eds), *Open Marxism - Volume I*. London: Pluto Press, 1992.
- BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. de. (2010) “A inflexão no governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda.” In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Orgs.). *Brasil: entre o passado e o presente*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Boitempo, 2010.
- BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto. *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Palgrave Macmillan, 2009.

BELLOFIORE, Riccardo; RIVA, Tommaso Redolfi. *The Neue Marx-Lektüre - Putting the critique of political economy back into the critique of society*. Radical Philosophy, n.189, jan/feb, 2015.

BENJAMIN, Walter. *O surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia*. In: *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Willi Bolle; tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa... I et. al.1. - São Paulo: Cultrix : Editora da Universidade de São Paulo. 1986.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BIANCHI, Alvaro. *Trazendo o Estado de volta para a teoria: o debate Poulantzas-Miliband revisitado*. Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS, outubro, 2007.

BIANCHI, Alvaro. *O conceito de Estado em Max Weber*. Lua Nova, São Paulo, 92: 79-104, 2014.

BIRCH, Kean; MYKHENKO, Vlad; TREBECK, Katherine (eds.). *The Rise and Fall of Neoliberalism: The Collapse of an Economic Order?* London and New York: Zed Books, 2010.

BOITO Jr., Armando. “A nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, pp. 69-106, 2012.

BOITO Jr., Armando. “Os atores e o enredo da crise política”. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOLAFFI, Gabriel. *Aspectos Socio-Econômicos Do Plano Nacional De Habitação*. 1972.

BONEFELD, Werner. *Reformulation of State Theory*. London: Capital & Class 33, pp . 96 – 127, 1987.

BONEFELD, W. ‘Social Constitution and the Form of the Capitalist State’ in W. BONEFELD, R. GUNN and K. PSYCHOPEDIS [eds.] *Open Marxism Vol I: History and Dialectics*. Pluto Press, London, 1992.

BONEFELD, Werner. *Crisis of theory: Bob Jessop’s Theory of capitalism reproduction*. Capital & Class, Vol 17, Issue 2, pp. 25 – 47, Julho 1, 1993.

BONEFELD, Werner. *The Politics of Debt: Social Discipline and Control*. Common Sense, n. 17, Junho, 1995.

BONEFELD, Werner. “Monetarism and Crisis”. In: BONEFELD, Werner & HOLLOWAY, John (eds). *“Global Capital, National State and the Politics of Money”*. Londres: McMillan Press, 1996.

BONEFELD, Werner & BURNHAM, Peter. *The political of counter inflationary credibility in Britain 1990-1994*. Review of Radical Political Economics, 30 (1), p. 30-52, 1998.

BONEFELD, Werner. *Primitive accumulation and Capitalist Accumulation: notes on social constitution and expropriation*. *Science & Society*, Vol. 75, No. 3, July 2011.

BONEFELD, Werner. “German Neoliberalism and the Idea of a Social Market Economy : Free Economy and the Strong State”. *Jornal of Social Science*, 8 (1), p. 139-171, 2012.

BONEFELD, Werner. *Critical Theory and the Critique of Political Economy*. Bloomsbury, Londres/Nova Iorque, 2014.

BONNET, Alberto. “Antagonism and Difference: Negative Dialectics and Poststructuralism in view of the Critique of Modern Capitalism”. In: HOLLOWAY, John; MATAMOROS, Fernando; TISCHLER, Sergio. *Negativity and Revolution – Adorno and Political Activism*. Londres, Pluto Press, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. “O fim do lulismo”. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAUNMÜHL, Claudia Von (1978). “On the Analysis of the Bourgeois Nation State within the World Market Context”, in: ed. John Holloway and Sol Picciotto, *State and Capital* (London 1978).

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado – Por uma Teoria Materialista da Filosofia*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

BURNHAM, Peter. *Neo-gramscian hegemony and the international order*. *Capital and Class*, v. 15, n. 3, pp. 73 - 92 ,1991.

BURNHAM, Peter. “Capital, Crisis and the International State System”. In: BONEFELD, Wener & HOLLOWAY, John (eds). *Global Capital, National State and the Politics of Money*. Londres: McMillan Press, 1996.

BURNATELLI, Gabriel Henrique; LAHUERTA, Milton. *O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro*. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, n. 14, Brasília, maio-agosto, pp. 57-82, 2014.

CALLINICOS, Alex. *Imperialism and Global Political Economy*. London: Polity Press, 2009.

CALLINICOS, Alex. *Deciphering Capital – Marx’s Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.

CÂNDIDO, Antônio. *Radicalismo*. *Estudos Avançados* vol.4, no.8, São Paulo, Jan./Apr., 1990.

CÂNDIDO, Antônio. “O significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- CARARINE, Cloviomar. *Leilão do pré-sal: a vez das petroleiras americanas*. Carta Capital, outubro, 2017. In: <http://www.fup.org.br/geep-fup/item/21860-leilao-do-pre-sal-a-vez-das-petroleiras-americanas>.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Desregulamentação e abertura financeira: repercussões sobre a autonomia de política econômica e as crises cambiais*. Econ. Ensaios, Uberlândia, 15 (2): 125-150, julho, 2001.
- CARCANHOLO, M. D. *O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência*. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 191-205, jan./abr, 2013.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; AMARAL, Marisa Silva. *Acumulação Capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes*. Revista de Economia, v. 34, n. especial, p. 163-181, 2008.
- CARDOSO, Adalberto. *Escravidão e Sociabilidade Capitalista – um ensaio sobre a inercia social*. Novos Estudos, março, 2008.
- CARDOSO, Adauto. *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.
- CARNEIRO, Sueli. “Ennegrecer al feminismo”. *Nouvelles Questions Féministes, Feminismos disidentes em América Latina y el Caribe*, (Cord.): CURIEL Ochy; FALQUET Jules; MASSON Sabine, Vol. 24, No 2, 2005.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria política*. Campinas: Papyrus, equipe de trad. PUCCAMP, 2ª ed., 1988.
- CARROL, K. William. *The making of a transnational capitalist class: corporate power in the 21st century*. London and New York: Zed Books, 2010.
- CASTEL, Robert. *Et maintenant, le precariat*. Le monde, 29 abr., 2006.
- CASTEL, Robert. *As metamorphoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- CEBC (2013) “Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012”. Conselho Empresarial Brasil-China, Junho 2013.
- CEBC (2014) “Boletim de Investimentos Chineses no Brasil: 2012-2013”. Conselho Empresarial Brasil-China, Março 2014.
- CLARKE, Simon. *Marxism, Sociology and Poulantzas Theory of the State*. Capital & Class (1), no. 2, 1–31, 1977.

- CLARKE, Simon. *Capital, Fractions of Capital and the State*. *Capital & Class* (2), no. 2, 32–77, 1978.
- CLARKE, Simon (ed.). *The State Debate*. London: Palgrave, 1991a.
- CLARKE, Simon. *Marx, Marginalism and Modern Sociology – From Adam Smith to Max Weber*. Londres: Macmillan, 1991b.
- CLARKE, Simon. “The global accumulation of capital and the periodization of the capitalist state form”. In: Wener Bonefeld, Richard Gunn & Kosmo Psychopedis (eds), *Open Marxism - Volume I*. London: Pluto Press, 1992.
- CLARKE, Simon. “The neoliberal theory of society”. In: SAAD-FILHO, Alfredo & JOHNSTON, Deborah. *Neoliberalism – A critical reader*. London: Pluto Press, 2005.
- CHANG, H. J. *Globalization, economic development and the role of the State*. Londres: Zed Books, 2003.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. *Mondialisation: le capital rentier aux commandes*. *Les Temps Modernes*, nº607, janvier-février, 2000.
- CHESNAIS, François. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: CHESNAIS, François. *A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, François. “A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital”. In: AAVV. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- CLINTON, Hillary. *America’s Pacific Century*. *Foreign Policy*, October 11, 2011. In: <http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americaspacificcentury/>. Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, in: <http://www.usdabrazil.org.br/portugues/>.
- CODATO, Adriano. *Poulantzas, o Estado e a Revolução*. *Crítica Marxista*, n. 27, p. 65-85, 2008.
- COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. *Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?* E-cadernos, CES 17, 2012, p. 164-183, 2012.
- COLLIER, Stephen J. *Topologias de poder – a análise de Foucault sobre o governo para além da ‘governamentalidade’*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5., Brasília, janeiro-julho de pp. 245-284, 2011.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Nota sobre a não existência de modos de produção coloniais*. São Paulo: IPE/USP, 1985.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr*. *Cadernos NEHD*, São Paulo: FEA/USP, n. 3, 1995.
- COSTA, I. del Nero da.; PIRES, J. M. *A fórmula do capital escravista-mercantil*. *Estudos Econômicos*, v. 24, n. 3, p. 527-532, set/dez. 1994.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *A visão do Brasil na obra de Caio Prado Júnior*; trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, outubro de 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e 'imagem do Brasil' em Florestan Fernandes*; in: 'Gramsci e o Brasil', www.gramsci.org, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Estruturalismo e a Miséria da Razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CSIS. *About Us*. In: <https://www.csis.org/about-us>, acessado em: 17/05/2016.
- DALLA COSTA, Mariarosa. "Capitalism and Reproduction". In: BONEFELD, Werner; GUNN, Richard; HOLLOWAY, John e PSYCHOPEDIS, Kosmas (edit). *Open Marxism – Volume III Emancipating Marx*. Londres: Pluto Press, 1995.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *Néolibéralisme et subjectivation capitaliste*. Cités, n° 41, p. 35-50, 2010.
- DEBORD, Guy. *Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.
- DELEUZE, Giles. *Nietzsche y la fi losofía*. Barcelona, Anagrama, 1986.
- DE ANGELIS, Massimo. *Marx on primitive accumulation: A reinterpretation*. Available at: <http://homepages.uel.ac.uk/M.DeAngelis/PRIMACCA.htm> (accessed 2 February 2017), 1999.
- DE ANGELIS, Massimo. *Marx y la acumulacion Primitiva – El carácter continuo de los 'cercamientos' capitalistas*. Theomai 26, segundo semestre, 2012.
- DE ANGELIS, Massimo. *Social revolution and the commons*. The South Atlantic Quarterly, Duke University Press, Primavera, 2014.
- DELGADO, Guilherme da Costa. "A questão agrária no Brasil, 1950-2003". In: JACCOUD, L. (orga.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília, IPEA, p. 51-90, 2005.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Do capital financeiro na Agricultura à economia do Agronegócio – mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). (2015), Estudos e Pesquisas, n. 79: Balanço das greves em 2013. Disponível em <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>, consultado em 7/7/2016.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). (2017), Estudos e Pesquisas, n. 84: Balanço das greves de 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.html>, consultado em 10/09/2017.
- DOBB, Maurice. *Estudios sobre el desarrollo del capitalismo*. Buenos Aires. Siglo XXI, 1971.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Capital Resurgent – roots of the neoliberal revolution*. London: Harvard University Press, 2004.

- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: A finança capitalista. Ed. Brunhoff, Suzanne... et al. São Paulo: Alameda, p. 183-246, 2010.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *The crisis of neoliberalism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2011.
- EIA (2015). “China: International energy data and analysis”. U.S. Energy Information Administration, EIA, May 14, 2015.
- ELBE, Ingo. *Between Marx, Marxism, and Marxisms – ways of reading Marx’s Theory*. Viewpoint Magazine, October 21, 2013. In: <https://www.viewpointmag.com/2013/10/21/between-marx-marxism-and-marxisms-ways-of-reading-marxs-theory/>.
- ENGDAHL, W. F. (2014) “BRICS’ Brazil President next Washington Target”. New Eastern Outlook, November 18, 2014, in: <http://journal-neo.org/2014/11/18/brics-brazil-president-next-washington-target/>.
- ENGDAHL, W. F. (2016). “The Secret Stupid Saudi-US Deal on Syria. Oil gas pipeline war.” Global Research, March 16, 2016. In: <http://www.globalresearch.ca/theseecretstupidSaudiDealOnSyria/5410130>.
- ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Lafonte, 2012.
- EMMANUEL, Arghiri. “*El intercambio desigual*”. In: AMIN, S. et al. *Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1990.
- ESCOBAR, Pepe. “*The Brazilian Earthquake*”. Sputnik International, March 06, 2016, in: <http://sputniknews.com/columnists/20160306/1035858412/brazil-interrogation-petrobras-scandal.html>.
- ESCOBAR, Pepe. *Empire of Chaos*. Nimble Books LLC, USA, 2014.
- ESCOBAR, Pepe. *China plans to break petrodollar stranglehold*. Asia Times, December 21, 2017, in: <http://www.atimes.com/article/china-plans-break-petrodollar-stranglehold/>.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008.
- FEDERICI, Silvia. *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)*, volume 1. São Paulo: Globo, 2008.
- FERRARI, Odêmio Antonio. *Bispo S/A – A igreja Universal do Reino de Deus e o exercício do poder*. São Paulo: Editora Ave Maria, 2012.
- FERREIRA, S. (2012) “Condições externas e a dinâmica da inflação no Brasil, 1994-2010: uma interpretação estrutural”. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, UFRJ, 2012.
- FINE, Ben. *Locating Financialisation*. Historical Materialism, 18: 97–116, 2010.

- FIORI, José Luis. “O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites”. In: Fiori, J. L. (org), *O Poder Americano*, Editora Vozes, Petrópolis, 2004.
- FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. Crítica y Emancipación, (2): 157-183, primer semestre, 2009.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo – teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FOUCAULT, Michel. “Theatrum Philosophicum”. In: M. Foucault, and G. Deleuze, *Theatrum Philosophicum seguido de Repetición y diferencia*, Barcelona, Anagrama, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Society must be defended: lectures at the College de France, 1975-1976*. New York: Picador, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Security, territory, population: lectures at the College de France, 1977-1978*. New York: Palgrave Macmillan.
- FOUCAULT, Michel. *The birth of biopolitics: lectures at the College de France, 1978-1979*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), IE-Unicamp, Campinas, 2011.
- FRAGOSO, J. L.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANK, Andre Gunder. *Acumulacao Dependente e Subdesenvolvimento – repensando a teoria da dependência*. Sao Paulo, Editora Brasiliense, 1980.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FREYRE, Gilberto. “Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil”. 41. ed. São Paulo: Record, 2000.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1993.
- FRESTON, Paul. [*Evangelical Christianity and Democracy in Latin America*](#). Oxford University Press, 2008.
- FRIENDS of EARTH (2012) “China Development Bank’s overseas investments: an assessment of environmental and social policies and practices”, Friends of Earth, July 2012, see in: <http://www.foe.org/news/archives/2012-07-new-report-on-china-development-bank-shows-the-bank>.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- GALLAGHER, K; IRWIN, A.; KOLESKI, K. “¿Un major trato? Análisis comparative de los préstamos chinos en América Latina”. *Cuaderno de trabalho del Cechimex*. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, nº 1, 2013a.

GALLAGHER, K; IRWIN, A.; KOLESKI, K. (2013) “Os Novos Bancos em Cena: Financiamentos chineses na América Latina”, *Inter-American Dialogue*, Junho 2013b.

GALLO, Fernanda Vendramini. [*A Teologia da prosperidade na Igreja universal do Reino de Deus*](#). BR: Uel. Cópia arquivada desde [o original](#) (PDF) em 2013.

GAREGNANI, P.; PETRI, F. “Marxismo e teoria econômica hoje”. In: HOBBSAWN, Eric J. (org.) *História do marxismo*. Vol. 12: O marxismo hoje (Segunda parte). Tradução: Luiz Sérgio N. Henriques e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz & Terra, pp. 383-474, 1989.

GARZÓN, P. (2015) “Legal Manual on Chinese Environmental and Social Guidelines for Foreign Loans and Investments: a guide for local communities”, Centro de Derechos Economicos y Sociales (CDES), Equador, 2015.

GIORGI, Gabriel & RODRÍGUEZ, Fermín (org.). *Ensayos sobre biopolítica – Excesos de vida* Buenos Aires: Paidós, 2

GONÇALVES, Reinaldo. *Governo Lula e o nacional desenvolvimentismo às avessas*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro, n. 31, p. 530, fev. 2012.

GONÇALVES, Reinaldo. *Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política 37, 2014.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GORENDER, Jacob (1985). “O escravismo colonial”. 4 ed. São Paulo: Ática, 1985.

GORENDER, Jacob (1980). “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. In: Lapa, José R. do Amaral (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

GRAEBER, David. *En Deuda: una historia alternativa de la economía*. Barcelona: Ariel, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5.

GRAZIANO, José da Silva. “O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária”. In: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRESPLAN, Jorge. *A crise de sobreacumulação*. Crítica Marxista, n. 29, p.11-17, 2009.

GRESPLAN, Jorge. *O Negativo do Capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

- GRZYBOWSKI, Cândido. “Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas”. In: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- GUDYNAS, Eduardo. “Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual”. In: SCHULDT, J., et al. eds. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular – CAAP & Centro Latinoamericano de Ecología Social – CLAES, 187-225, 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. *Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progressismo sudamericano*. Nueva Sociedad, 237, 128-146, 2012.
- GUNN, Richard. *Notes on ‘class’*. Common Sense, n. 2, July, 1987.
- GUNN, Richard. *Lo que usted siempre quiso saber sobre Hegel y no se atrevió a preguntar*. Buenos Aires, Ediciones Herramienta, 2015.
- HALE, Charles R. *Does Multiculturalism Menace? Governance, Cultural Rights and the Politics of Identity in Guatemala*. Journal of Latin American Studies, 34, Cambridge, p. 485-524, 2002.
- HARDT, Michael; NEGRI, Tony. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford University Press, 2005.
- HEINRICH, Michael. *Die Marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer tradition*. Westfälisches Dampfboot, 2006.
- HEINRICH, Michael. Reconstruction or deconstruction?: methodological controversies about value and capital, and new insights from the critical edition. In: BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 71-98., 2009.
- HEINRICH, Michael. *The Current Financial Crisis and the Future of Global Capitalism*. MrOnline, Jun, 2008. In: <https://mronline.org/2008/06/09/the-current-financial-crisis-and-the-future-of-global-capitalism/>. Acessado em: 04/2015.
- HEINRICH, Michael. *An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx’s Capital*. New York: Monthly Review Press, 2012.
- HILFERDING, Rudolf. *Finance Capital*, London: Routledge and Kegan Paul, 1981.
- HIRSCH, Joachim. “The State Apparatus and Social Reproduction: Elements of a Theory of the Bourgeois State”, in HOLLOWAY & PICCIOTTO, *State and Capital – a Marxist debate*. Londres, Edward Arnold, 1978.
- HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: a study*. New York, Cosimo Classics, 2005.
- HOFF, Jay. *Marx Worldwide*. Leiden: Koninklijke Brill, 2017.

HOLLAND, M.; BARBI, F. (2010) “China na América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros”. In: Renato Baumann. (Org.). *O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política*. Brasília: CEPAL/IPEA.

HOLLOWAY, John. *The Great Bear, post-Fordism and class struggle: A comment on Bonefeld and Jessop*. *Capital & Class*, (2), no. 2, 32–77, 1978.

HOLLOWAY, John. “The State and Everyday Struggle”. In: CLARKE, Simon [org.]. *The State Debate*. London: Palgrave, 1991.

HOLLOWAY, John. *Historia y marxismo abierto*. *Dialéctica*, Nueva Epoca, año 18, nº 27, pp. 94-107, 1995a.

HOLLOWAY, John. “From Scream of Refusal to Scream of Power: The Centrality of Work”. In: BONEFELD, Werner; GUNN, Richard; HOLLOWAY, John e PSYCHOPEDIS, Kosmas (edit). *Open Marxism – Volume III Emancipating Marx*. Londres: Pluto Press, 1995.

HOLLOWAY, John. “The abyss opens: the rise and fall of keynesianism”. In: BONEFELD, Werner & HOLLOWAY, John (eds). “*Global Capital, National State and the Politics of Money*”. Londres: McMillan Press, 1996.

HOLLOWAY, John. *Clase y Clasificación*. Cuadernos del Sur, Nº. 29, noviembre, 1999.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder – o significado da revolução hoje*. Boitempo, São Paulo, 2003.

HOLLOWAY, John. *Crack Capitalism*. London: Pluto Press, 2010.

HOLLOWAY, John. *Pensar la Esperanza, pensar la crisis*. Cátedra Jorge Alonso, Conferencia Magistral, Marzo, 2014.

HOLLOWAY, John & PICCIOTTO, Sol. *State and Capital*. London: Edward Arnold, 1978.

HORKHEIMER, Max. *Crítica de la razón instrumental*. Buenos Aires: Sur, 1973.

HORKHEIMER, Max. *Teoría crítica*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2003.

HUDSON, Michael. *Super imperialism: the origin and fundamentals of U.S. world. dominance*. Londres: Pluto Press, 2003.

HUDSON, Michael. *The IMF changes its rules to isolate China and Russia*. Counter Punch, December 18, 2015. In: <http://www.counterpunch.org/2015/12/18/theimfchangesitsrulestoisolatechinaandrussia>.

HUDSON, Michael. *The New Global Financial Cold War*. Counter Punch, February 19, 2016. In: <http://www.counterpunch.org/2016/02/19/thenewglobalfinancialcoldwar>.

IISS (2016). “China’s energy policy: new technology and civil nuclear expansion”. IISS Strategic Comments, Volume 22, Comment 3, March 2016.

INTER-AMERICAN DIALOGUE (2013) “China-Latina America Finance Database”. The Inter-American Dialogue, 2015, in http://www.thedialogue.org/map_list/

YUNNAN “Environmental Record of Chinese Banks”, Yunnan Participatory Watershed Management Research and Promotion Center (Green Watershed), 2010, in: <http://www.eu->

china.net/upload/pdf/materialien/Yunnan-2011-environmental_records_of_chinese_banks_2010_eng_11-07-07.pdf.

JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy*. New York: St. Martin's Press, 1985.

JESSOP, Bob. *The Economy, the State and the Law: Theories of Relative Autonomy and Autopoietic Closure*. European University Institute, 1986.

JESSOP, Bob. *Regulation theory, post Fordism and the state: more than a reply to Werner Bonefeld*. *Capital & Class*, no. 34, London, 1988a.

JESSOP, Bob. *Regulation Theories in Retrospect and Prospect*. University of Bielefeld, Zentrum für interdisziplinäre Forschung, Bielefeld, 1988b.

JESSOP, Bob. *Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral*. *Crítica Marxista*, n.29, p.97-121, 2009.

KOOPMANN, Gerog. *Oil and the International Economy*; Hamburg: Hamburg Institute of Economic Research, 1984.

Kurz, Robert. *Crise e Crítica – O limite interno do capital e as fases do definhamento do marxismo*. *Exit*, n. 10, 2010.

KURZ, Robert. *Money Without Value: Plans to transform the critique of political economy*. Berlin: Horlemann, 2012.

LAM KC., ZHU T. (2009) "Environmental Impact Assessment in China", Research Center for Strategic Environmental Assessment, Nankai University, China and Centre of Strategic Environmental Assessment for China, The Chinese University of Hong Kong, 2009; in: https://www.researchgate.net/publication/268503532_Environmental_Impact_Assessment_in_China

LAPAVITSAS, C. (2008) "Financialised Capitalism: Direct Exploitation and Periodic Bubbles," *working paper*, Department of Economics, SOAS, University of London, 2008. Available online at: www.soas.ac.uk/economics/events/crisis/43939.pdf.

LAPAVITSAS, C. *Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation*. *Historical Materialism*, 17(2009): 114–148.

LAVINAS, Lena. *21ST Century Welfare*. *New Left Review*, n. 84., nov-dec, 2013.

LAVINAS, Lena. *A financeirização da política social: o caso brasileiro*. *Politika*, Rio de Janeiro, n. 2, julho 2015.

LAVINAS, L.; CORDILHA, A.C. *É possível enfrentar o déficit fiscal combatendo a desigualdade? Recuperando o papel da política tributária*. In: *Carta Maior*, dossiê Austeridade, versão online, 2015.

LEÃO, Rodrigo Pimentel. *O pré-sal e a regulação: interesses nacionais ou estrangeiros?* *Carta Capital*, outubro, 2017. In: <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-pre-sal-e-a-regulacao-interesses-nacionais-ou-estrangeiros>.

LEÃO, Rodrigo Pimentel; VILAIN, Caroline Scotti. *A substituição da Política de Conteúdo Local pelo conteúdo internacional*. GGN, agosto, 2017. In: <http://geep.org.br/index.php/conteudo-local/item/68-a-substituicao-da-politica-de-conteudo-local-pelo-conteudo-internacional>.

LEÃO, Rodrigo Pimentel; CARARINE, Cloviomar; PINTO, Eduardo Costa; NOZAKI, William. *Sucesso ou fracasso?* Carta Capital, outubro, 2017. In: <http://geep.org.br/index.php/pre-sal/item/82-sucesso-ou-fracasso>.

LEITE, Leonardo de Magalhães Leite. *O capital no mundo e o mundo do Capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

LENIN, Vladimir. O programa agrário, ed. brasileira, São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

LENIN, Vladimir. *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultura, Coleção “Os Economistas”, 1985.

LENIN, Vladimir. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Leila Prado. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIPIETZ, Alain. *El mundo del post-fordismo*. Guadalajara: Cuadernos del CUSCH, Universidad de Guadalajara, 1997.

LOSURDO, Domenico. *A Luta de Classes: uma histórica política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOUREIRO, Pedro Mendes. *Reformism, class conciliation and the pink tide: prospects for the working classes under left-of-centre governments in latin America*. 2015. In: XLIII Encontro Nacional da Anpec, 2015, Florianópolis. Anais do XLIII Encontro Nacional da Anpec, 2015.

LUHMANN, Niklas. *Risk: a sociological theory*. Aldine Transaction, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. *The Accumulation of Capital*, London: Routledge and Kegan Paul, 1971.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção ‘Os Economistas’, 1985.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed., 1985.

MARAZZI, Christian. “Money in the world crisis: the new basis of capitalista power”. In: BONEFELD, Werner & HOLLOWAY, John (eds). *Global Capital, National State and the Politics of Money*. Londres: McMillan Press, 1996.

MARCELINO, Paula. *Sindicalismo e neodesenvolvimentismo – analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 3, dez, 2017.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. Sao Paulo: Loyola, 2005.

MARICATO, Ermínia. *Produção Capitalista Da Casa (E Da Cidade) No Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MARICATO, Ermínia. *Indústria Da Construção E Política Habitacional*. (1983). (Tese de doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

MARICATO, Ermínia. *A Política Habitacional No Regime Militar: Do Milagre Brasileiro À Crise Econômica*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. *A Nova Política Nacional De Habitação*. *Jornal O Valor*, v. 24 nov. 2005.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”, 1973. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *Theories of Surplus Value*, vol. 3, London: Lawrence and Wishart, 1972.

MARX, Karl. “The Poverty of Philosophy”. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 6, London: Lawrence and Wishart, 1975.

MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo: DIFEL, 1980.

MARX, Karl. “The British Cotton Trade”. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*, Volume 19, *Marx and Engels: 1861–64*, London: Lawrence and Wishart, 1984.

MARX, Karl. “A Contribution to the Critique of Political Economy” (1859), in K. MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 29. London: Lawrence & Wishart, 1987.

MARX, Karl. *O Capital*. Volume III. São Paulo: Nova Cultura, Coleção “Os Economistas”, 1986.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2ª reimpressão, março de 2008.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2. edição, 2008.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2.ed revista, 2010.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Supervisão editorial: Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélcio Schneider, colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.

- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*, Volume 19, *Marx and Engels: 1861–64*, London: Lawrence and Wishart, 1984.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*, Volume 43, *Marx and Engels: 1868–70, Letters*, New York: International Publishers, 1988.
- MATTOS, M. “De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira”. In: DEMIER, F. & HOEVELER, R. (Org.). *A onda conservadora. Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- MBEMBE, Achille. *Crítica de la Razón Negra – Ensayo sobre el racismo contemporáneo*. Barcelona: Futuro Anterior Ediciones, 2016.
- MCNALLY, David. *Monsters of the market: zombies, vampires, and global capitalism*. Leiden e Boston: Brill, 2011.
- MCNALLY, David. *Global Slump: The Economics and Politics of Crisis and Resistance*. Oakland, CA: PM Press, 2011.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 263-292, ago. 2015.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática*. *Revista de Economia Política*, vol. 26, n. 3 (103), pp. 381-400, julho-setembro, 2006.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China*. *Revista de Economia Política*, vol. 19, n. 3 (75), juho-setembro, 1999.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin. “Padrões monetários internacionais e crescimento”. In: FIORI, José Luis, *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MERCADANTE, Aloizio. *Brasil: a construção retomada*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MILIBAND, Ralph. *The capitalist state: Reply o Poulantzas*. *New Left Review*, n. 59, p.53-60, 1970.
- MILIBAND, Ralph. *Poulantzas and the capitalist state*. *New Left Review*, n. 82, p. 83-92, 1973.
- MÜLLER, Wolfgang; NEUSUSS, Christel. “The ‘Welfare-State Illusion’ and the Contradiction between Wage Labour and Capital”. In: HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol (org). *State and Capital*. London: Edward Arnold, 1978.
- NASCIMENTO, Abdias do. *Racial Democracy in Brazil: Myth or Reality*, trad. Elisa Larkin Nascimento, 1 ed. Ile-Ife: University of Ife, 1976.

- NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NEGRI, A. e HARDT, M. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- NOGUEIRA, Isabela *Estado e Capital em uma China com Classes*. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n.1, no prelo, janeiro-abril, 2018.
- NOVAIS, Fernando (1979). “Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)”, São Paulo: Hucitec, 1979.
- NOVAIS, Fernando (1986). “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In: MORAES, Reginaldo et al. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NOVAIS, Fernando (1983). “Caio Prado Jr., historiador”. *Novos Estudos Cebrap*, 1983.
- NOVAIS, Fernando (1969). “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”. *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1969.
- NUN, José. *Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal*. *Revista Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires, v.5, n.2, p. 178-236, jul. 1969.
- NUN, José. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001.
- OFFE, Claus. “The Capitalist State and the Problem of Policy Formation”. In: LINDBERG, Leon (ed). *Stress and contradiction in contradiction contemporary Capitalism*. D.C. Heath, 1975.
- OFFEN, Karl H. *The Territorial Turn: making black territories in Pacific Colombia*. *Journal of Latin American Geography* 2(1), p. 43-73, 2003.
- OIT (2013) “*Relatório Global sobre os Salários 2012/13: salários e crescimento equitativo*”, Organização Internacional do Trabalho, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Introdução”. In: MARICATO, Ermínia [org.] *Produção Capitalista Da Casa (E Da Cidade) No Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Hegemonia às avessas”. In. OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (Orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- OREIRO, José Luís da Costa. *Novo-Desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica*. *Estudos Avançados (USP. Impresso)*, v. 26, p. 29-40, 2012.
- OSÓRIO, Jaime. *Biopoder y biocapital – el trabajador como modern homo sacer*. *Nueva Epoca*, ano 19, num. 52, Sep-Dec, 2006.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. “O joio e o trigo na defesa da reforma agrária”. In: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PACHUKANIS, Evgeny. *Teoria Geral do direito e Marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism: the political economy of American empire*. Verso, 2013.

PARK, Sungwoo. *How China will shake up the oil futures Market?* Bloomberg Businessweek, in: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-01-01/how-china-will-shake-up-the-oil-futures-market-quicktake-q-a>, janeiro, 2018.

PATRÍCIO, Nuno André. *Contradições da política habitacional ‘lulista’: uma perspectiva relacional através da análise morfológica do PAC-UAP no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo, Boitempo, 2008.

PINTO, Eduardo Costa. *Bloco no poder e governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

PINTO, Eduardo Costa. *Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica*. Revista de Economia Política, 2014.

PINTO, Eduardo Costa. *A trajetória do pré-sal: a aposta vira realidade*. Carta Capital, outubro, 2017. In: <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-trajetoria-do-pre-sal-a-aposta-vira-realidade>.

PINTO, Eduardo Costa; GUEDES, José Paulo; SALUDJIAN, Alexis; NOGUEIRA, Isabela; BALANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; BARUCO, Grasiela. *A guerra de todos contra todos: A crise brasileira*. Texto de Discussão, TD 006, IE, 2017. In: <http://www.ie.ufrj.br/index.php/listar-td/textos-para-discussao-2017/a-guerra-de-todos-contratodos-a-crise-brasileira>.

POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POSTONE, Moishe. *Tempo, Trabalho e Dominação Social – uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Boitempo, São Paulo, 2014.

POULANTZAS, Nicos. *The problem of the capitalist state*. New Left Review, n. 58, p. 67-78, 1969.

POULANTZAS, Nicos. *Fascism and Dictatorship – The Third International and the problem of Fascism*. Londres: Verso Edition, 1974.

POULANTZAS, Nicos. *Classes in Contemporary Capitalism*. Londres, New Left Books, 1975.

- POULANTZAS, Nicos. *The capitalist state: a reply to Miliband and Laclau*. New left Review, n. 95, p. 63-83, 1976.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *Estado, Poder y socialismo*. Mexico: Siglo XXI Editores, 2005.
- PRADELLA, Lucia. *Marx's Capital and contemporary capitalist development*. International Journal of Management Concepts and Philosophy, vol. 5, n. 2, 2011.
- PRADELLA, Lucia. *Imperialism and capitalist development in Marx's Capital*. Historical Materialism, London, v. 2, n. 21, p. 117-147, 2013.
- PRADELLA, L. *Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx's writings*. London: Routledge, 2015.
- PRADO Jr., Caio (1979). "A questão agrária no Brasil", São Paulo, Brasiliense, 1979.
- PRADO Jr., Caio (1987). "A revolução brasileira", São Paulo, Brasiliense, 7ª ed., 1987.
- PRADO Jr., Caio (2011). "Formação do Brasil Contemporâneo", São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- PREBISCH, Raúl. (1949). *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- PRISCO, Alex. *Arbitragem no regime de Partilha do pré-sal*. Valor Econômico, fevereiro, 2013. In: <http://www.valor.com.br/brasil/2996838/arbitragem-no-regime-de-partilha-do-pre-sal>.
- PSYCHOPEDIS, K. 'Crisis of Theory in Contemporary Social Sciences'. In: Werner, BONEFELD; HOLLOWAY, John [eds.] *Post-Fordism and Social Form*. Macmillan, London, 1991.
- REICHEL, Helmut. "Why did Marx Conceal his Dialectical Method?" In: BONEFELD, Werner; GUNN, Richard; HOLLOWAY, John e PSYCHOPEDIS, Kosmas (edit). *Open Marxism – Volume III Emancipating Marx*. Londres: Pluto Press, 1995.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Letramento, 2017.
- RITTO, Cecília. *Brasil atingiu, em 2010, menor patamar histórico de desigualdade de renda*. Revista Veja, 3 de maio, 2011. In: <https://veja.abril.com.br/politica/brasil-atingiu-em-2010-menor-patamar-historico-de-desigualdade-de-renda/>. Acessado em: 017/03/2017.
- ROBINSON, Cedric. *Black Marxism: the making of the black radical tradition*. The University of North Carolina Press, 2000.
- ROBINSON, Joan. *Doktrinen der Wirtschaftswissenschaft*. Munchen: Beck, 1965.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj, Contraponto, 2001.

- ROSSET, Peter. “O bom, o mau e o feio: A política fundiária do Banco Mundial”. In: MARTINS M. D. *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, p.16-24, 2004.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROYER, Luciana. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ USP, São Paulo, 2009.
- RUBIN, Issak, *Essays on Marx's theory of value*. Tradução de Milos Samardzija e Fredy Perlman. Detroit: Black and Red, 1972.
- SAAD-FILHO, Alfredo. *Social Policy for Neoliberalism: The Bolsa Familia Programme in Brazil*. *Development and Change*, 46(6): 1227-1252, 2015.
- SABOIA, João; HALLAK, João. *Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000*. IE-UFRJ, Discussion Paper, Rio de Janeiro, Janeiro, 2016. In: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD_IE_002_2016_SABOIA_HALLAK.pdf. Acessado em: 05/08/2016.
- SALDAÑA, Paulo. *Inadimplência aumenta, e mais de metade atrasa pagamento do FIES*. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 de janeiro de 2017.
- SALDAÑA, Paulo. *Mais universitários trancam curso do que concluem graduação*. Folha de S.P., São Paulo, 7/3/2016.
- SAMPAIO JR., P. *Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda*. In: IELA/UFSC, 2016. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/um-desfecho-melancolico-notas-sobre-o-momento-historico-e-os-desafios-da-esquerda>.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. “Metropolização e Megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil”. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Brasil - os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Observatórios das Metrôpoles, e-papers, Rio de Janeiro, 2015.
- SANTOS PEREIRA, Álvaro Luis; ROYER, Luciana de Oliveira; GOMES, Aline Viotto. *Mercado de capitais e mercado imobiliário: a crescente importância dos títulos de base imobiliária*. Anais do XV Encontro Nacional da Anpur, Recife 2013.
- SCHWARTZ, Herman M.; SEABROOKE, Leonard (orgs.). *The Politics of Housing Booms and Bust*. Londres, Palgrave MacMillan, 2009.
- SCHULMEISTER, Stephan. *Globalization Without Global Money: The Double Role of the Dollar as National Currency and World Currency*. *Journal of Post Keynesian Economics*, 22, no. 3, p. 369–74, 2000.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SERRANO, Franklin. *A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais*. OIKOS, Rio de Janeiro, Volume 12, n. 2, pgs 168-198, 2013.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. *Macroeconomic Policy, Growth and Income Distribution in the Brazilian in the 2000s*. Investigación Económica - Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México, v. 71, p. 55, 2012.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. *Demanda Agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014*. Center for Economic Research, Washington DC, agosto, 2015.

SHAIKH, A. *Valor, acumulación y crisis: ensayos de economía política*. Bogotá: Tercer Mundo, 1990.

SHIMBO, Lucia. *Sobre os capitais que produzem habitação no brasil*. Novos estudos, CEBRAP, São Paulo, v.35.02, p. 119-133, julho, 2016.

SINGER, André. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. Novos estudos - CEBRAP, 2009.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. “Por uma frente ampla, democrática e republicana”. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOEDERBERG, Susanne. *Debtfare States and the Poverty Industry: Money, Discipline and the Surplus Population*. London: Routledge, 2014.

SOTIROUPOLOS, Dimitri P.; MILIOS, John & LAPATSIORAS, Spyros. *A Political Economy of Contemporary Capitalism and its Crisis*. New York: Routledge, 2013.

SOUZA, Jessé de. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé de. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé de. *A tolice da Inteligência Brasileira – ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo, LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé de. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé de. *A elite do atraso – da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

STEDILE, João Pedro. “A questão agrária e o socialismo”. In: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SVAMPA, Maristella. “Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?” En: Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo (eds.): *Más allá del desarrollo*. Quito: Abya Yala/Fundación Rosa Luxemburg, 185-218, 2011.

SWEEZY, Paul. *The Transition from Feudalism to Capitalism*. Science and Society, Vol. 2, Nº14, pp. 134-157, 1950.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 4 ed., 2004.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

TISCHLER, Sergio. *La Sociedad civil: Fetiche? Sujeito?* Bajo el Volcán, vol. 2, núm. 3, segundo semestre, pp. 169-181, 2001.

UMBELINO DE OLIVEIRA, Ariovaldo. “O campo brasileiro no final dos anos de 1990”. In: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

U.S. Geological Survey, in: <https://www.usgs.gov/>

VAINER, Carlos. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*, 2011. Disponível em: <www.br.boell.org/web/51-1266.html>.

VALENÇA, Márcio M. *The Inevitable Crisis of the Brazilian Housing Finance System*. Urban Studies, v. 29, n. 1, p. 39-56, 1992.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

VELTMEYER, Henry. *The political economy of natural resource extraction: a new model or extractive imperialism?* Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement, 34(1), 79-95, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis – an introduction*. Londres; Duke University Press, 2004.

WIKILEAKS. *Can the oil industry beat back the pre-salt law?* Public Library of US Diplomacy, December, 2009. In: https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html.

ZIZEK, Slavoj. “Problemas no paraíso”. In: MARICATO, Ermínia [org.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.